

**SOBRE PEDRAS, ENTRE RIOS**  
**Modernização do espaço urbano de Caicó/RN**  
**(1950/1960)**



**Marcos Antônio Alves de Araújo**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DINÂMICA E REESTRUTURAÇÃO DOS  
TERRITÓRIOS  
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS DO AMBIENTE URBANO E RURAL

**SOBRE PEDRAS, ENTRE RIOS**  
**Modernização do espaço urbano de Caicó/RN (1950/1960)**

MARCOS ANTÔNIO ALVES DE ARAÚJO

NATAL/RN  
2008

MARCOS ANTÔNIO ALVES DE ARAÚJO

# **SOBRE PEDRAS, ENTRE RIOS**

## **Modernização do espaço urbano de Caicó/RN (1950/1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica e Reestruturação dos Territórios e Linha de Pesquisa Estudos do Ambiente Urbano e Rural, sob a orientação do Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa.

NATAL/RN  
2008

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Araújo, Marcos Antônio Alves de.

Sobre pedras, entre rios: modernização do espaço urbano de Caicó/RN  
(1950/1960) / Marcos Antônio Alves de Araújo. – 2008.  
290 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa.

1. Espaços públicos – Caicó (RN) – Dissertação. 2. Urbanização – Caicó  
(RN) - Dissertação. 3. Caicó (RN) – Modernização urbana - Dissertação. I.  
Costa, Ademir Araújo da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 711.4 (813.2)

## FOLHA DE APRESENTAÇÃO

No trabalho de Dissertação de Mestrado em Geografia, intitulado de “**Sobre pedras, entre rios: modernização do espaço urbano de Caicó/RN (1950/1960)**”, apresentado pelo aluno Marcos Antônio Alves de Araújo, integraram a banca examinadora os seguintes arguidores:

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Geografia  
Orientador

---

Prof. Dr. Rui Erthal  
Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Geociências  
Departamento de Geografia  
Examinador externo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ione Rodrigues Diniz Morais  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ensino Superior do Seridó  
Departamento de História e Geografia  
Examinadora interna

---

Prof. Dr. José Lacerda Alves Felipe  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Geografia  
Examinador interno

---

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Departamento de Turismo  
Suplente

## **Dedico**

A minha doce e amada mãe Francisca Guilhermina,  
baluarte do meu viver, pela gestação, formação,  
educação, dedicação, preocupação, enfim, por tudo  
aquilo que vem me proporcionando no decorrer de  
minha trajetória de vida.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer dos passos, percursos e veredas trilhadas ao longo de minha trajetória de vida estudantil, desde aquelas primeiras lições recebidas e socializadas na Escola Municipal Gov. Dix-Sept Rosado, incrustada nas terras semi-áridas do sertão do Seridó potiguar, mais precisamente nos espaços rurais do sítio Cacimbas, município de Jucurutu, até os fundamentais ensinamentos e preceitos teórico-metodológicos auferidos durante a realização do Mestrado em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), enxertada nas terras úmidas do litoral potiguar, muitos foram os óbices galgados, as dificuldades enfrentadas, os caminhos percorridos, os desafios vencidos e as vitórias conquistadas.

Da zona rural de Jucurutu à zona urbana de Natal, muitas foram as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para o transcurso desses caminhos, ora por vezes retilíneos, ora por vezes sinuosos. Muitas sem as quais teria sido impossível a concretização de uma pós-graduação e a escrita desta dissertação.

Nesse sentido, mesmo ciente de que o nome de algumas dessas pessoas poderão ser esquecidas diante da capacidade limitada de armazenamento de informações de minha memória seletiva, gostaria de agradecer a todas aquelas que me auxiliaram na transformação de um sonho, enclausurado até ontem em minhas circunscrições oníricas, em realidade.

De modo especial, agradeço a Deus, evocado, egoisticamente, por mim predominantemente nos momentos de grandes adversidades. Nas horas de solidão e de dificuldade, era Ele a minha companhia e era principalmente o nome Dele que eu clamava sempre.

Agradeço na mesma intensidade a minha família, mormente a minha mãe Francisca Guilhermina, por sempre ter acreditado em mim e por sempre ter me concedido gratuitamente e carinhosamente o apoio necessário e primordial para a continuação da busca árdua, porém prazerosa, pelo saber.

Ao meu pai Antônio Alves, agricultor e exemplo de homem dedicado à família, aos meus irmãos Francisco das Chagas e Damião Alves pela força constante, a minha segunda mãe Cícera (*in memoriam*) pelo aconchego de sua casa e pelas suas palavras inolvidáveis, as minhas primas-tias Maria e Bastinha pelo carinho incomensurável e ao meu primo Joãozinho, doçura de criança que sempre

me entreteve com seu sorriso maravilhoso nos dias em que procurei o refúgio e a calma do sítio para me desopilar da vida tumultuada e cansativa da cidade.

Às educadoras Maria da Guia, Socorro Soares e Margarida, pelos conselhos, pelas conversas, pela presteza, pela atenção, pelo incentivo e pela torcida.

Aos meninos e meninas das Residências Universitárias Masculina e Feminina do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN), especificamente, a Maciel, Felipe (*in memoriam*), Verinha, Emanuel, Vinicius, Francisco Ricardo, José Antônio, Edson, Nilma, Elisângela, Luciana, Wigna, Marie, Joãozinho, Aquilino, Sidney e Mágnio, com os quais pude compartilhar grandes momentos de minha vida durante os tempos de graduação.

Às funcionárias do CERES, Marinilce, Onilda, Graça, Lourdinha e Nizia, pelos serviços prestados e pelas palavras de apoio concedidas.

Aos amados amigos que conquistei em Caicó e em Natal, Michele, Ronieri, Sidney (Carnaúba dos Dantas), Jefferson, Hugo Romero, Erivan, Jeyson, Marcos Lessa, Ítalo, Alberi, Zezé, Olivia, Luiz Eduardo, Simone, Márcio Roberto, Alberani, Otoniel, Edivalma, Thiaguinho, Alcinéia, Jucicléa, Genison, Lindinês, Bruna, Edianne, Diana e Gracileide, pelos momentos e conhecimentos compartilhados.

Aos estudantes da Residência Universitária de Pós-Graduação (POUSO), Ednara, Ilidiane, Valmara, Wilton, Auxiliadora, Mirian, Rubens, Carlinhos, Danilo, Evis, Jorge, Tássia, Raimundo, Wagner e Alcides, com os quais convivi, no isolamento do campus, durante os anos que estive cursando a pós-graduação em Natal.

Aos colegas e amigos do Projeto Inventário do Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos, Tatiana, Trícia, Luis Carlos, Graça e Wendy, pelas experiências permutadas no Centro de Documentação Eloy de Souza/Fundação José Augusto (CEDOC/FJA) e noutros centros da vida.

Ao meu orientador, Dr. Ademir Araújo da Costa, pela forma carinhosa como me recebeu em Natal, pela compreensão, respaldo e consentimento em ter aceitado a minha mudança de temática de estudo, quando já se tinha passado seis meses do ingresso no mestrado, pelas inesquecíveis conversas, pelas ajudas, solidariedades e cumplicidades, e pela grande confiança depositada em mim durante a realização da pesquisa e no decorrer da escrita do texto dissertativo.

Às professoras Dr<sup>a</sup>. Ione Rodrigues Diniz Morais e Dr<sup>a</sup>. Eugênia Maria Dantas, exemplo de mulheres, educadoras e profissionais éticas, pelos ensinamentos proporcionados ao longo de minha trajetória universitária. Nelas me espelho, Nelas me inspiro e Nelas me oriento.

A direção do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC/CERES/UFRN), especialmente aos bolsistas Evanuel Marques e Gracineide Pereira, pela presteza concedida e pela paciência que tiveram comigo nas minhas intermináveis pesquisas documentais.

Aos professores Dr. Muirakytan Kennedy, Dr. Iranilson Buriti, Dr. Francisco Fransualdo, Dr. Joel Andrade e Dr<sup>a</sup>. Anne Damásio, pelas leituras, lições, teorias e diálogos compartilhados e pela dessencialização de muitas das verdades instituídas sociohistoricamente.

Às assistentes sociais Graça, Margarida e Rosângela e às estagiárias da Secretaria de Assistência Estudantil da UFRN, pelo apoio concedido durante minha estadia em Natal e pelos serviços prestados de maneira tão atenciosa ao longo da pós-graduação.

Aos funcionários do Restaurante Universitário da UFRN, especialmente, a Lú, Daniela, Damiana, Chiquinho, Kátia e Ângelo, pelas muitas gentilezas e cordialidades expelidas durante as várias refeições realizadas nesse espaço bio-alimentício.

A Eva e a Jossylúcio (Capela), duas pessoas especiais com as quais convivi diretamente, desde os percursos finais da graduação até a metade da pós-graduação. Embora com todas as mudanças processadas em nossas relações nos últimos tempos, tanto ela, como ele, foram também importantíssimos para a conclusão de mais uma etapa de minha trajetória geográfica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE), do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia da Conceição Gomes, Dr. Valdenildo Pedro, Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Braga e Vaz da Costa, Dr. Marcio Moraes Valença, Dr. José Lacerda Alves Felipe, Dr<sup>a</sup>. Maria Pontes, Dr<sup>a</sup>. Beatriz Pontes, Dr<sup>a</sup>. Edna Furtado, Dr. Afonso Fávero e Dr. Raimundo Arrais, pelos preciosos ensinamentos proporcionados através dos conteúdos programáticos das disciplinas cursadas no interstício temporal correspondente aos anos de realização do mestrado.

A Márcia, Rosali e Elaine (secretárias do PPGE), a Elizabete (secretária do PPGEL) e a Cétura (secretária do PPGH), pelas declarações, autorizações de cópias, informações e outros tipos de serviços prestados carinhosamente.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas de pesquisas concedidas durante os anos de realização da graduação e da pós-graduação.

Aos funcionários e bolsistas da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), sobretudo, a Angelique, Janilson, Lindon, Vanessa, Alex e Fabi, pelas tantas informações repassadas nos momentos em que me sentia desorientado diante de um labirinto de livros.

A todos os alunos da turma 2007.1 de geografia urbana, com os quais refleti, dialoguei e apreendi durante a realização do estágio docência em geografia.

Aos colegas das disciplinas que cursei no PPGE, no PPGEL e no PPGH, de modo especial a Carlos André, Gilberto Oliveira, Johnyson Sanders, Luiz Antônio, Marcelo Taveira, Marcelo Monte, Patrícia Daliany, Rosa Lopes, Thiago Tito, Teresa Cristina, André Gustavo, Isa Paula e Élon Rabelo, pelos diálogos e reflexões tramadas em conjunto.

Aos bolsistas e demais integrantes da Base de Pesquisa Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído, Geovany, Matheus, Luana, Felipe, Gilene, Thereza, Thayanna, Fábio, Eugênio, Aglene e Daniela, pelos conhecimentos, conversas e experiências divididas no cubículo apertado da sala de pesquisa.

A Flávia Jorge, a Fabíola Silva e a Rosenilson Santos, amigas distintas em graus e intensidades, mas com as quais pude dividir as lágrimas, as angústias, as dúvidas, os sorrisos, os sonhos, as alegrias e as tristezas nos últimos anos de minha trajetória acadêmica em Natal. Por meio delas descobri que sempre é possível contar com aqueles grandes amigos nos momentos principais da vida humana, pois, diante disso, “Eu poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos” (Fernando Pessoa).

Por fim, agradeço de coração ao estimado Helder Alexandre Medeiros de Macedo, professor, orientador, historiador, pesquisador, seridoense, irmão e

amigo confidente, pelas conversas, brincadeiras, colaborações, estímulos, conselhos, encaminhamentos, abraços, direcionamentos, correções, ligações, ensinamentos, reflexões, enfim, por todos aqueles maravilhosos momentos tecidos, urdidos e vividos juntos em Natal e noutras paragens pelos nossos sempre rincões seridoenses.

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.

Michel Foucault (2004)

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado, imaginada e concretizada a partir do encontro e das relações dialógicas estabelecidas entre a geografia e a história, e o espaço e o tempo, permeou como temática geral à cidade e, como referência empírica o espaço urbano de Caicó, incrustado nas terras semi-áridas do sertão do Seridó potiguar, mais precisamente na porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte. Neste espaço, buscou-se investigar através de pesquisas em fragmentos de memórias “auferidos” de fontes históricas diversas, as transformações urbanas ocorridas na cidade ao longo dos anos 50 e 60 do século XX. Essas transformações, objetivadas no espaço urbano caicoense num momento de ápice do desenvolvimento da atividade algodoeira, tanto refletiam, como condicionavam os próprios projetos de modernização urbana pensados por representantes das elites locais para a construção de uma cidade ideal nos rincões seridoenses, tornando-a moderna, civilizada, progressista e “capital” regional do Seridó. Para tal construção, novos equipamentos e serviços urbanos passavam do plano imaginário para o espaço real, sendo instalados nos múltiplos territórios da cidade e transformando, conseqüentemente, a sua paisagem urbana. Diante disto, cinemas, estabelecimentos comerciais, emissora de rádio, energia elétrica, instituições de educação, redes telefônicas, casas de saúde, usinas de beneficiamento de algodão, agências bancárias, políticas urbanísticas, higienistas e sanitaristas, modos de comportamentos, sociabilidades urbanas distintas, dentre outros elementos geográficos, se constituíam, por meio da materialização de certos ideais de progresso social e através de um espírito de modernidade urbana, em novos espaços e práticas criadas, tecidas e vividas, sobre pedras e entre rios, nos meandros de um cotidiano urbano marcado por rupturas e permanências de alguns costumes e hábitos antigos e de algumas paisagens e ambiências rugosas.

Palavras-chave: Espaço; Cidade; Caicó.

## RÉSUMÉ

Cette thèse de maîtrise, qui a été idéalisée et exécutée à partir de la réunion et les relations dialogiques établies entre la géographie et l'histoire, et l'espace et le temps, a considéré l'environnement urbain comme le thème général et, comme la référence empirique, l'espace urbain de Caicó, incrusté dans les terres semi-arides du *Sertão do Seridó Potiguar*, plus précisément à la mi-sud de l'État du *Rio Grande do Norte*. Dans cet espace, à travers de recherche des fragments de mémoires 'acquis' de diverses sources historiques, on a tenté de faire des investigations sur les transformations urbaines qui ont eu lieu dans la ville au cours des années 50 et 60 du XXe siècle. Ces transformations, dans l'espace urbain de Caicó à un moment du pic de l'activité de développement de coton, reflétaient et conditionnaient les propres projets de modernisation urbaine qui représentants des élites locales eurent conçu avec l'objectif de la construction d'une ville idéal dans les régions isolées du Seridó: moderne, civilisé, progressive et 'capitale' régionale du Seridó. Pour cette construction, les nouveaux équipements et services urbains ont passé du plan imaginaire à l'espace réel, installés dans plusieurs quartiers de la ville en transformant le paysage urbain. Face à cette situation, cinémas, magasins, station de radio, énergie électrique, institutions de l'éducation, téléphonie, maison de soins infirmiers, usine de bénéficiement de coton, banques, politiques urbaines, hygiéniques et sanitaires, modes de comportement, sociabilités urbaines distinctes, parmi d'autres éléments géographiques se sont institués à travers la réalisation de certains idéaux de progrès social et dans un esprit de modernité urbaine, dans de nouveaux espaces et pratiques inventés, tramés et éprouvés sur les rochers et entre le cours d'eau au milieu d'un quotidien urbain marqué par ruptures et permanence de certaines coutumes et habitudes antiques et de certains paysages et environnement idéal.

**Mots-clés:** Espace; Ville; Caicó.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Rio Grande do Norte: Caicó e sua espacialização no Seridó potiguar .....	21
Imagem 1	A cidade em seus primórdios, a cidade em sua perspectiva panorâmica .....	47
Imagem 2	O Poço de Sant'Ana .....	49
Imagem 3	A cidade invadida pelas águas do rio Seridó .....	54
Imagem 4	A Catedral de Sant'Ana .....	61
Mapa 2	Traçado urbano da cidade de Caicó no início da década de 1950 .	66
Imagem 5	Horários de avião em Caicó .....	99
Imagem 6	Preços das passagens de avião .....	99
Imagem 7	Família do bairro Nova Descoberta: retratos de uma condição humana indesejada .....	149
Imagem 8	Antiga Casa de Câmara e Cadeia .....	167
Imagem 9	Resultado do teste de admissão realizado no GDS e no GST.....	189
Imagem 10	Resultado da arrecadação da Festa do Azul e do Encarnado .....	192
Imagem 11	Estádio Olímpico do Caicó Esporte Clube .....	212
Imagem 12	Grande Hotel de Caicó em construção .....	214
Imagem 13	Agência do Banco do Povo S. A. em Caicó .....	220
Imagem 14	Salão Nobre da Prefeitura Municipal .....	227
Imagem 15	Cinema São Francisco .....	229
Imagem 16	Cinema Rio Branco .....	229
Imagem 17	Sessões do Cine-Alvorada .....	236
Imagem 18	O coreto da praça .....	243
Imagem 19	Edificação da Segunda Torre da Catedral de Sant'Ana .....	258
Imagem 20	O Arco do Triunfo e a Catedral de Sant'Ana .....	259

## LISTA DE TABELA

Tabela 1	Caicó: população urbana e rural .....	25
----------	---------------------------------------	----

## LISTA DE SIGLAS

ALSECOSA	Algodoeira Seridó Comércio e Indústria S. A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CDS	Colégio Diocesano Seridoense
CEDOC	Centro de Documentação Eloy de Souza
CEPEJUL	Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine
CERES	Centro de Ensino Superior do Seridó
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSERN	Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
DDAS	Departamento Diocesano de Ação Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
FJA	Fundação José Augusto
GDS	Ginásio Diocesano Seridoense
GST	Ginásio Santa Terezinha
LABORDOC	Laboratório de Documentação Histórica
MEB	Movimento de Educação de Base
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELERN	Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	20
<b>1. “Olhai os lírios da cidade”: descortinando a urbe caicoense pelas lentes da historiografia seridoense</b> .....	38
1.1 Por uma escrita da cidade .....	39
1.2 Por uma geografia histórica da cidade .....	47
1.3 Por uma narrativa da cidade .....	63
<b>2. A construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar: projetos de modernização do espaço urbano caicoense</b> .....	83
2.1 A cidade e o desejo ser moderna .....	84
2.2 Políticas de infra-estrutura: ponte, transporte coletivo, rodovias, ferrovias e estação de passageiros .....	95
2.3 No escurinho de novos cinemas e no aconchego do Grande Hotel .....	99
2.4 Políticas de industrialização: por uma fábrica de tecidos na cidade .....	102
2.5 Políticas de urbanização: edificação de praças públicas e arborização da cidade .....	103
2.6 Morando bem numa casa nova: por uma política habitacional .....	106
2.7 Políticas de saúde pública e de higienização urbana .....	107
2.8 Por um olhar vigilante sobre a cidade .....	118
2.9 Políticas de educação: por uma nova formação sociocultural .....	120
2.10 Nas ondas do progresso e nos fios da modernidade: a emissora de rádio e a energia elétrica .....	124
<b>3. A cidade concretizada: transformações e melhoramentos urbanos em Caicó</b> .....	130
3.1 Práticas indesejáveis na cidade: narrativas de sociabilidades amorais e perturbadoras do sossego público .....	132
3.2 Retratos de uma condição urbana indesejada: notas sobre a miséria, a pobreza, a insalubridade, a violência e a escuridão na cidade .....	147
3.3 A Era do Ouro Branco: Caicó tecida pelas plumas do algodão e pelos fios da memória .....	161

3.4	Novos objetos geográficos, novos serviços urbanos .....	172
3.5	(Sobre)tudo pela estética urbana .....	177
3.6	Cidade letrada, cidade educada .....	188
3.7	Nas ondas da Emissora de Educação Rural de Caicó .....	197
3.8	A ampliação da rede telefônica da cidade .....	202
3.9	Enfim, luzes acesas na cidade! .....	204
3.10	Esporte, Lazer e comércio na cidade .....	212
<b>4.</b>	<b>A cidade praticada: cotidiano e práticas socioespaciais em Caicó</b>	<b>223</b>
4.1	Dos bailes as sessões .....	227
4.2	Das praças as festas .....	242
	<b>Conclusões</b> .....	<b>265</b>
	<b>Acervos e Fontes</b> .....	<b>272</b>
	<b>Referências</b> .....	<b>281</b>

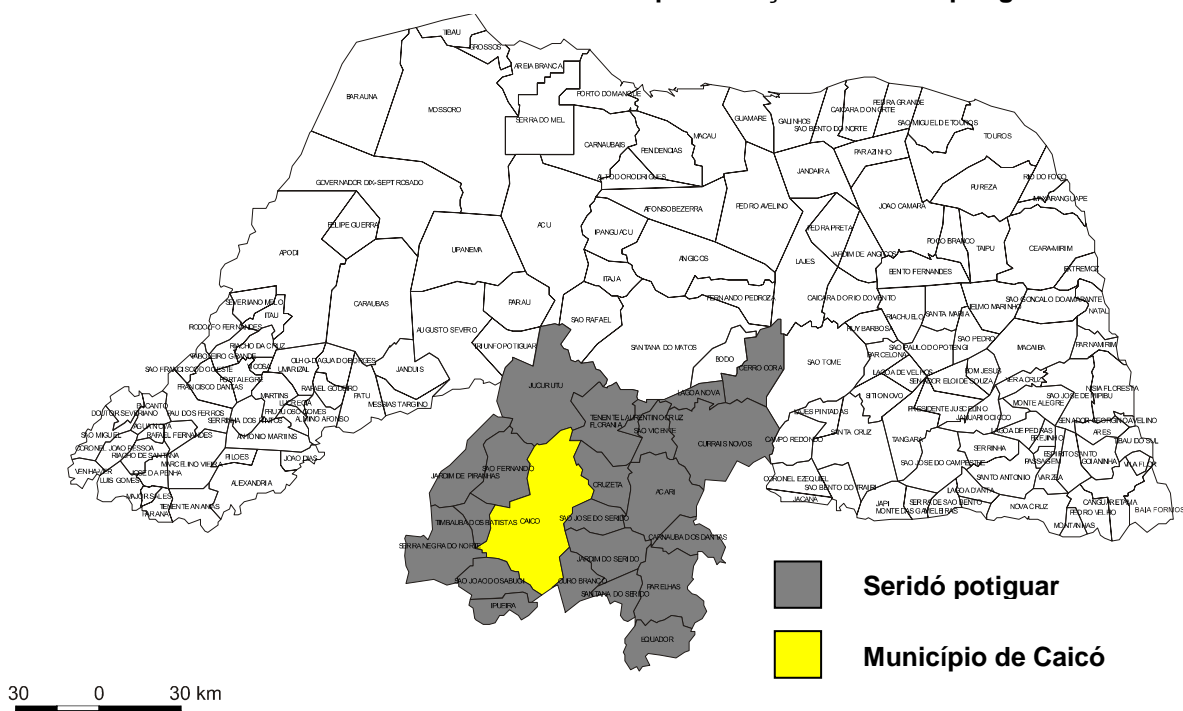
# Introdução



## Introdução

Este trabalho de mestrado, produzido por amor ao espaço, ao tempo e a cidade, objetivou perscrutar as transformações urbanas ocorridas nos espaços da cidade de Caicó/RN ao longo das décadas de 1950 e de 1960. Essas transformações objetivadas no espaço urbano de Caicó, encravado no “âmago” da região do Seridó potiguar<sup>1</sup>, mais precisamente na porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte (Mapa 1), tanto refletiam, como condicionavam, os próprios projetos de modernização urbana pensados por representantes das elites locais<sup>2</sup>, com o intento de construção de uma cidade ideal para o Seridó, tornando-a moderna, civilizada, progressista e merecedora do título de “capital” das plagas seridoenses.

**MAPA 1**  
**“Rio Grande do Norte: Caicó e sua espacialização no Seridó potiguar”**



FONTE: Elaboração do Autor – 2005 sobre Malha Municipal Digital do Brasil – 1997 – IBGE/DGC/DECAR.

<sup>1</sup> Região, segundo Moraes (2005), historicamente construída, encravada na porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte, composta, com base em Moraes (2005), por 23 municípios: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

<sup>2</sup> Entre esses representantes das elites locais, destacavam-se as figuras ideológicas e econômicas de políticos, eclesiásticos, juizes, médicos e demais intelectuais eruditos da época.

Nesse sentido, esta dissertação foi produzida pela inquietação de uma pesquisa em recuperar os rastros que reconstruíssem uma geografia histórica da cidade, evocando do silêncio e das sombras, falas e lembranças de um presente transformado em passado. O desejo de deslindar a cidade de Caicó dos tempos idos nasceu dos primeiros contatos que mantive com a cidade dos tempos hodiernos. Na verdade, a mola propulsora que açulou o ato de perscrutar essa cidade, sujeito e objeto deste trabalho dissertativo, surgiu das propedêuticas experiências de pesquisa que tive em suas reentrâncias citadinas, despertadas pelas paisagens singulares de sua arquitetura urbana e pelo modelo interessante de sua organização socioespacial, bem como, pelas várias histórias que ainda povoam o seu imaginário urbano. Experiências estas que me possibilitaram um mergulho ao universo de significados que o olhar, lançado sobre o tecido urbano da cidade, revelou a relevância de sua riqueza cultural e das heranças justapostas no transcurso de aproximadamente três séculos de sua existência.

Mesmo não tendo sido socializado nas reentrâncias espaciais da cidade, o que poderia se constituir num aparente óbice para a realização de um trabalho de arqueologia e escavação de fragmentos do passado caicoense, acabou se revertendo numa vantagem para o desenvolvimento da pesquisa, já que na maioria das vezes o olhar “[...] desenraizado do estrangeiro tem a possibilidade de perceber as diferenças que o olhar domesticado não percebe, interiorizado e demasiadamente habituado, pelo processo de familiaridade” (CANEVACCI, 1993, p. 17).

E foram justamente as diferenças que se tornaram um excelente e extraordinário instrumento de “[...] informação, pois estas, uma vez selecionadas, articuladas e registradas segundo um método explícito, [...] [puderam] contribuir para desenhar um novo tipo de mapa, com o qual se [...] [pode] descrever e compreender [...] [a cidade]” (CANEVACCI, 1993, p. 17).

Contudo, embora estivesse inserido num campo de estudo que tem como desígnio apreender informações sob a égide de paradigmas científicos e de pressupostos racionais, inexoráveis e objetivistas, esta dissertação transpôs este âmbito e adentrou no universo subjetivo de um geógrafo que se encantou, ao primeiro descortinar do crepúsculo urbano, com a cidade de Caicó.

Ao que me parece, esse encantamento não foi algo apenas sentido por mim, já que nos últimos anos essa cidade vem se tornando objeto de estudo

científico de vários pesquisadores, que utilizando uma escrita eivada e imbuída de subjetividades, na maioria das vezes poética, metafórica e porosa, construíram e reconstruíram um *corpus* discursivo para a cidade.

Como exemplo desses recentes estudos, pode-se citar o caso da dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Eugênia Maria Dantas (1996), que ao costurar os retalhos da cidade de Caicó através das agulhas da memória, (re)visitou os espaços, as paisagens e os lugares dissolvidos no imaginário local e representados em fotografias, jornais, mapas, depoimentos e crônicas.

Além desse trabalho, vale destacar as investigações científicas realizadas por Ione Rodrigues Diniz Moraes (1999) em seu livro, fruto também de sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, sobre a dinâmica espacial da cidade de Caicó. Ao produzir reflexões que privilegiaram e desvendaram a dinâmica espacial urbana, essa autora estabeleceu como objetivo de seu trabalho compreender, nas dimensões sociais, políticas e econômicas, o curso dos acontecimentos pós-crise do algodão em Caicó, ou seja, a partir da década de 1970, bem como as implicações dessa consumação da desestabilização da economia algodoeira na organização/reorganização do espaço da cidade.

A esses trabalhos, acrescenta-se ainda a dissertação de Mestrado em História de Juciene Batista Félix Andrade (2007), que ao eleger a cidade de Caicó como objeto de investigação científica, buscou perceber, entre os anos de 1926 a 1936, os diferentes projetos pensados para a cidade, assim como, os desafios com os quais ela se defrontou em decorrência dos novos ideais de modernidade em circulação no mundo.

Embora a cidade de Caicó tenha sido descortinada pelas lentes dessas três autoras, ainda é possível atinar muitas brechas e lacunas atinentes a decifração de alguns aspectos e enigmas dessa urbe, tais como: as minúcias das transformações que aconteceram no espaço urbano caicoense durante uma fase de ascensão político-econômica, tanto para a cidade, como para a região do Seridó potiguar, advinda, sobretudo, dos tempos de auge da economia algodoeira.

Esses tempos de auge, marcados pelo desenvolvimento acelerado da atividade algodoeira, foram sentidos de maneira mais intensa na cidade, durante as décadas de 1950 e de 1960, quando se deu a instalação, sobretudo através de iniciativas públicas, de novos serviços, elementos e equipamentos urbanos na malha cidadina caicoense, tais como: usinas de beneficiamento de algodão, agências

bancárias, instituições de ensino, emissoras de rádio, cemitério, cinemas, hotéis, casas comerciais, dentre outras estruturas e funções urbanas.

Esses novos objetos geográficos passaram a dinamizar a economia urbana e a contribuir no fortalecimento e na consolidação da cidade de Caicó como um centro regional, polarizando boa parte da unidade espacial do Seridó potiguar e de algumas cidades das plagas adjacentes, convergindo para o seu espaço urbano territorialidades das mais distintas possíveis.

No contexto local, os primeiros anos da segunda metade do século XX, especificamente aqueles correspondentes ao início do recorte temporal dessa investigação, ou seja, da década de 1950, foram plasmados pela expansão citadina de Caicó, com a irradiação de sua mancha urbana para além de seu sítio histórico, decorrente do auge da produção e do beneficiamento do algodão. Os novos equipamentos e serviços urbanos inseridos nos espaços da cidade possibilitaram uma dinamização de sua economia, atraindo investimentos em diversos setores.

No que tange ao cenário nacional, os primeiros decênios da segunda metade do século XX representaram uma mudança significativa no padrão e no modelo de “[...] urbanização da sociedade brasileira. Recorrendo aos censos demográficos observa-se que, além do aumento do número de cidades, houve aumento significativo do nível de urbanização que, a partir de então, permanece[u] crescente” (OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Esse período, correspondente ao momento de implantação pelo Estado Nacional do projeto de modernização, ancorado no binômio industrialização/urbanização, foi marcado por um processo de urbanização demográfica acelerada naquelas nações de economia dependente, de modo especial no Brasil, com seus principais centros urbanos manifestando todos os tipos de problemas, na maioria das vezes, relacionados ao crescimento demográfico ou ao “inchaço populacional”, que estes próprios centros vivenciavam durante a época. Isso provocou impactos substanciais na organização e reorganização do espaço das cidades, alterando seu perfil, seu tamanho, seu peso, sua hierarquia e sua complexidade.

A aceleração do processo de urbanização demográfica das principais cidades brasileiras, decorrente das políticas de industrialização pensadas e efetivadas no território nacional, refletia e condicionava os movimentos migratórios internos, que levavam um grande número de pessoas a buscarem a cidade como o

lugar de residência, ocasionando, destarte, uma inversão no sentido de fixação dos habitantes, que passaram a migrar dos espaços rurais para os territórios urbanos, intensificando os processos caóticos de urbanização, fruto de um crescimento econômico desigual que, peremptoriamente, segregou e condenou uma grande parte da população a maneiras pétreas de sobrevivência e condição humana.

Aqui vale salientar que, diferente do modo como se deu o processo de urbanização demográfica em escala nacional, na cidade de Caicó este mesmo processo não se efetivou pela via da industrialização, mas por meio de outros fatores, tais como: a concentração de serviços no núcleo urbano, os fenômenos das constantes secas que tanto acossavam as populações rurais, dentre outros. Mesmo as usinas de beneficiamento de algodão, instaladas no espaço urbano caicoense, não conseguiram ter um peso tão considerável no processo de urbanização demográfica da cidade como esses outros fatores tiveram.

Em Caicó, a intensificação desse tipo de urbanização, objetivado no transcorrer das décadas de 1950 e de 1960, refletiu diretamente na própria dinâmica demográfica da cidade, tendo em vista que esta acabou se tornando foco de atração de contingentes populacionais advindos dos mais distintos espaços geográficos, como se pode perceber na tabela a seguir ilustrada (Tabela 1):

**TABELA 1**  
**“Caicó: população urbana e rural”**

ANOS	POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1950	24.214	7.775	16.459
1960	27.447	16.233	11.214
1970	36.521	24.538	11.983

**FONTE:** MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade:** Caicó em sua dinâmica espacial. Natal/RN: Senado Federal, 1999.

Dessa forma, o período compreendido do início da década de 1950 ao final da década de 1960 e começo da década de 1970, se constituiu num recorte cronológico emblemático para a cidade, já que é possível atinar, quando se debruça o olhar sobre as cifras dos censos demográficos da época e mediante informações hauridas na tabela acima, que a cidade de Caicó aumentava consideravelmente sua população em ritmo recrudescente, transladando de 7.775 habitantes residentes no espaço urbano em 1950, para 16.233 hab. em 1960 e 24.538 hab. em 1970.

Enquanto nesse interregno temporal a população urbana crescia, aquela que se apropriava dos territórios rurais passava por algumas oscilações: das 16.459 pessoas habitando os espaços agrários no ano de 1950, apenas 11.214 habitavam-no em 1960. Já no ano de 1970, a população rural teve um ínfimo aumento de 769 pessoas, passando para 11.983 hab. Assim, a década de 1950 representou para Caicó um período de transição de sua população, que dos territórios rurais passou, majoritariamente, a apropriar-se dos espaços urbanos.

Diante disso, considerando a pertinência de desenvolvimento de um trabalho que buscou um maior e mais aprofundado conhecimento sobre a geografia histórica da cidade de Caicó, permitindo refletir sobre as transformações urbanas objetivadas no espaço citadino, e mediante a premissa de que o conhecimento científico se constrói a partir de inquietações, essa pesquisa de mestrado foi norteada no sentido de tentar responder as seguintes problemáticas: como se deu o processo de formação do espaço urbano caicoense ao longo de sua geografia histórica e como a cidade, através de múltiplas imagens discursivas emanadas, fora representada na e pela historiografia regional? Que espaços e práticas, vinculados diretamente ao projeto de modernização urbana, eram desejados e indesejados pelas elites locais na construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar? Que novos equipamentos e serviços urbanos foram enxertados nos espaços da cidade? Quais foram as transformações e os melhoramentos ocorridos no espaço urbano caicoense? E que tipos de práticas socioespaciais eram tecidas nos meandros do cotidiano urbano dessa cidade?

Vale apenas salientar que essas questões, longe de sugerirem respostas fechadas e definitivas, abrem veredas para perquirições ulteriores, haja vista a escassez de pesquisas e a existência de lacunas sobre essa temática no interregno cronológico selecionado para o desenvolvimento de tal pesquisa. A realização de um trabalho dessa natureza se mostrou relevante na medida em que poucas abordagens, empregando uma perspectiva historiográfica, vêm sendo produzidas no âmbito da ciência geográfica.

Geralmente a cidade esquadrihada por essa ciência, sobretudo pela geografia urbana, corresponde aquela dos dias atuais, perpassada pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e pelos processos globalizantes. Mesmo quando ela – a cidade – é perscrutada por outras ramificações epistemológicas da ciência geográfica, que tenham como preocupação reconstruir

as histórias dos espaços urbanos, exige-se, conforme os preceitos elaborados por Carl Sauer (2006, p. 9), que haja um intenso trabalho de campo no sentido de comparar os lugares e as atividades do passado com as do presente, verificando suas mudanças e permanências. Um dos primeiros passos desse trabalho consiste, ainda segundo Sauer (2006, p. 9),

[...] en la capacidad para leer los documentos en el terreno. Lleven al campo, por ejemplo, el recuento de un área escrito largo tiempo atrás, y comparen los lugares y actividades del pasado con los del presente, viendo dónde se encontraban las viviendas y por dónde corrían las líneas de comunicación; dónde estaban los bosques y los campos, para obtener gradualmente una imagen del paisaje cultural del pasado oculto tras el paisaje del presente.

Embora os trabalhos comparativos sejam importantes e forçosos para o desenvolvimento da ciência geográfica, faz-se *mister* escarpelar também as cidades vivenciadas em tempos recuados, haja vista que, assim como aquelas permeadas contemporaneamente pelo desenvolvimento de processos tecnocientíficos, as cidades de outrora estão revestidas de costumes, de belezas e de representações particulares de sua própria época, expressando influências de “[...] seu tempo, das técnicas e das culturas presentes e passadas daquele período, não sendo uma construção autônoma, mas uma determinação das condições da sociedade daquele tempo [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Por esta ótica, ao entender o espaço como uma sobreposição dos resultados de interação entre as ações sociais e os processos naturais, bem como, uma acumulação desigual de tempos que se justapõem nas camadas da história humana, compartilha-se nesse trabalho do pressuposto de que as cidades de hoje aglutinam, com mudanças e ressignificações, o “[...] resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos [...]” (SPOSITO, 1988, p. 11).

Não obstante, embora se perceba que as cidades de hoje sejam o resultado de ações e de processos desenvolvidos no passado, durante muito tempo poucos esforços foram empreendidos no sentido de valorizar os vestígios e fragmentos desse passado ou da memória das cidades, ainda materializados nas paisagens urbanas e resguardados em algumas instituições históricas.

No Brasil, ao transcorrer de longínquos decênios palmilhados, sobretudo, através dos paradigmas e ações do projeto de modernidade

institucionalizado no século XIX, alicerçados “[...] na esperança de um futuro melhor e na rejeição do passado, na abolição dos seus vestígios [e] na sua superação” (ABREU, 1998, p. 9), o passado foi visto como algo vergonhoso para a sociedade, sinônimo de saudosismo, de nostalgia, de arcaísmo e de involução. Olhou-se para “[...] o passado apenas para cimentar a identidade nacional, que estava então sendo forjada” (ABREU, 1998, p. 9).

Segundo Mauricio Abreu (1998, p. 9), esses discursos e práticas do projeto de modernidade, calcados no lema “país do futuro”, foram intensificados no Brasil durante o período republicano e transformados em ideologia avassaladora. Isto explica, conforme ainda esse autor (1998, p. 9),

[...] por que foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas ‘usanças’ urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento. Lemas como ‘São Paulo não pode parar’, ‘cinquenta anos em cinco’, ‘pra frente, Brasil’ e muitos outros, independentemente de seus vínculos político-ideológicos, ilustram bem esse movimento de valorização do novo, e justificaram um sem-número de intervenções realizadas sobre as paisagens herdadas do passado.

Depois de transcorridos esses períodos da história de um recém Brasil republicano, em que somente era visibilizado e cultuado o que era sinônimo de novo, de moderno e de progresso, e que derivou num ataque voraz, constante e sistemático as múltiplas e diversificadas “[...] heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado” (ABREU, 1998, p. 5). Essa valorização do passado, mormente da memória da cidade, é uma característica peculiar das sociedades do final do século XX, que são “[...] obcecadas em compreender-se historicamente, razão pela qual estaríamos vivendo há algum tempo uma ‘síndrome arquivística’, que vem impondo novos desafios aos historiadores” (NORA *apud* ABREU, 1998, p. 14).

Isso talvez seja explicado pelo que o historiador francês François Dosse (2003, p. 23) percebeu em sua história em migalhas, quando afirma que “Clio torna-se a musa inspiradora de um público cada vez maior e mais ávido por saber sobre o seu passado”. Continua ele arrolando que a “[...] história que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher os vazios [e] para romper o isolamento

dos subúrbios de passado sem memória” (DOSSE, 2003, p. 24). Assim, na ausência de um “[...] presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária [...]” (DOSSE, 2003, p. 24).

Numa perspectiva similar a esse pensamento, Paul Claval (2005, p. 89), utilizando as idéias propostas por Pierre Nora para iluminar as transformações contemporâneas das atitudes dos geógrafos perante as paisagens culturais, considera que “[...] beaucoup des documents et des choses qui n'étaient pas considérés, au XIXe siècle et durant la plus grande partie du XXe comme ayant une valeur de témoignage historique sont aujourd'hui systématiquement préservés”.

Deste modo, o passado, materializado “[...] na paisagem, preservado em ‘instituições de memória, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares [...]’ (ABREU, 1998, p. 7), se constitui como uma das dimensões relevantes nas particularidades das cidades, embora estas tenham muitas características históricas comuns, que vem recebendo pouca atenção da ciência geográfica, “[...] obrigada a tratar unicamente do presente [...]” (ABREU, 1998, p. 21).

É pertinente “[...] reconhecer que isso não se deve apenas à imposição de uma lei de talião. Todas as leis têm seus transgressores e, no caso da geografia, os geógrafos históricos têm sido grandes desafiadores dos dogmas da disciplina” (ABREU, 1998, p. 21). Como exemplo desses transgressores, pode-se referenciar os trabalhos realizados pela geografia histórica inglesa que “[...] tem sido particularmente fértil nessa contestação, e tem oferecido importantes contribuições para a compreensão das sociedades do passado” (ABREU, 1998, p. 21).

No entanto, embora a geografia histórica venha dando grandes contribuições ao desenvolvimento de trabalhos de reconstrução e rerepresentação das histórias dos espaços, sobretudo, urbanos, Abreu (1998, p. 23) afirma que, enraizada em bases que legitimam uma “[...] lei castradora, que impele-a na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares, e não no caminho da interpretação dos lugares, a geografia vem produzindo já algum tempo valiosas análises sobre as cidades [...]”, que não obstante, tem servido pouquíssimo para reconstituir os fragmentos de sua memória histórica. Na compreensão desse geógrafo (1998, p. 23-24), isso é explicado por três razões principais, pinçadas abaixo:

Em primeiro lugar, porque a memória das cidades precisa da perspectiva diacrônica, e essa tem sido invariavelmente preterida pela preferência por análises sincrônicas na história da disciplina. Em segundo lugar, porque quando a diacronia é incorporada (o que não é raro), poucas vezes ela serve a outro propósito que não seja o de acompanhar formas morfológicas desde um passado qualquer até o presente, sem relacioná-las adequadamente aos processos sociais que lhes criaram ou com os quais interagiram. Em terceiro, porque a sincronia, tão privilegiada na geografia, raramente se aplica ao estudo de um momento do passado de um lugar, tarefa que é geralmente legada à história [...].

Nesses termos, analisar, interpretar e problematizar os fragmentos temporais de um determinado espaço geográfico se apresenta como uma tarefa árdua para o geógrafo, adaptado a utilizar em seus estudos, perspectivas contemporâneas. A decisão “[...] pela análise dos espaços do passado, tão válida quanto a escolha do momento atual, apenas complexifica um pouco mais a tarefa, mais não a impede nem viabiliza” (ABREU, 1998, p. 24). Portanto, cabe também ao geógrafo a função de tentar reconstituir e reconstruir os fragmentos das histórias, das micro-histórias e das múltiplas realidades geográficas tecidas pelas diversas sociedades nos vários substratos espaciais das cidades do passado, antes que estes sejam corroídos pelas traças e consumidos pela ação do tempo, e que por enquanto, ainda ocupam os espaços dos institutos de memória.

Nesses institutos, espécies de reservatórios sem “fundo [que permitem ao pesquisador], [...] ouvir claramente os sons vindos de um mundo desconhecido; vozes e ruídos de uma sociedade viva e agitada, aprisionada em papéis tão [...] desgastados, que mais [...] [parecem] velhas rendas amarelas” (DEL PRIORE, 1993, p. 15), é possível encontrar acervos e arquivos históricos contendo documentos valiosos, ricos em informações que podem ser, outrossim, bastante úteis ao geógrafo como fontes inexauríveis e como mediações de imagens, palavras e textos essenciais para compreender os retalhos da vida humana.

Cabe deixar registrado nos espaços textuais desse trabalho dissertativo, que embora esses documentos sejam imbuídos de fragmentos de memórias coletivas que a cidade produziu ao longo de sua história, os mesmos estão intrinsecamente ligados a estruturas de poder, pois como bem destacou Jacques Le Goff *apud* Abreu (1998, p. 15), as classes mais detentoras de pecúlio econômico não apenas confeccionaram “[...] objetos mais resistentes, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas

exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes”.

Ademais, do mesmo modo que a ciência histórica realizou durante o século passado uma crítica a “[...] noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador [...]” (LE GOFF, 1994, p. 9), também se fez necessário, para esta ciência, realizar hoje a “[...] crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 1994, p. 9-10).

Portanto, os documentos, atestados de uma história escrita pelos segmentos sociais mais privilegiados de uma determinada época e que se encontram acautelados nos vários institutos de memória, bem como os que fizeram parte do corpus empírico desse trabalho de mestrado, se constituem, indubitavelmente, em expressões de um determinado saber-poder sociocultural.

Diante desse quadro panorâmico, enquadrado numa paisagem de pesquisa que buscou compreender o processo de modernização da cidade de Caicó a partir da objetivação das transformações urbanas que ocorreram em seus espaços durante as décadas de 1950 e de 1960, esta dissertação tem sua devida pertinência, trazendo contribuições significativas aos estudos da ciência geográfica, em especial da geografia histórica.

Uma dissertação como esta não vem apenas informar sobre algo, um tanto quanto, silenciado nos recentes estudos geográficos, mas, principalmente, colocá-la em um patamar de reflexões e discussões que perpassam as margens, os limites e as fronteiras da ciência geográfica, assim como, de outros campos de saberes científicos. Nesse sentido, o corpus documental escrito, atinado por Sauer (2006, p. 9) como “[...] primer paso em la reconstrucción de las etapas pasadas de una cultura [...]”, que formou a base de dados utilizada neste trabalho dissertativo, correspondeu as seguintes fontes históricas:

O acervo do Jornal *A Fôlha*, atualmente sob a guarda do LABORDOC/CERES/UFRN, se constituiu na principal fonte de pesquisa deste trabalho. Esse jornal começou a circular na cidade de Caicó aos seis de março de 1954. Esta data marca o início de circulação do primeiro periódico d'*A Fôlha*, em que a população passava a ter um espaço para expressar seus anseios e desejos, obviamente que crivados pelas lentes de uma diretoria eivada por dogmas católicos.

Esse jornal, restrito aos sujeitos letrados da cidade, ainda era o único veículo de comunicação onde a cidade era apresentada e representada com papel e tinta e em preto e branco pelos redatores e no qual a população, através de seus porta-vozes, poderia realizar determinados tipos de reivindicações.

O jornal, que circulou semanalmente em Caicó no interstício temporal equivalente aos anos de 1954 a 1968, teve como fundador oficial o Monsenhor Walfredo Gurgel, conhecido como um legítimo representante de uma elite político-religiosa da cidade, preocupado, mormente, com a conservação da higiene moral dos sujeitos praticantes do espaço urbano.

Moral esta atinada aqui como um conjunto de valores e regras de ação “[...] propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, e etc.” (FOUCAULT, 2006b, p.26). Essas regras e valores atuam de maneira bastante explícitas no seio das sociedades, sendo formuladas num contexto de uma doutrina coerente e de um ensinamento disciplinador. No entanto, acontecem também delas serem transmitidas “[...] de maneira difusa e, longe de formularem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias” (FOUCAULT, 2006b, p. 26). Por moral entende-se, igualmente, o comportamento real dos sujeitos em relação a essas mesmas regras e valores que lhes são propostos, designando-se numa maneira “[...] pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta, pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores” (FOUCAULT, 2006b, p. 26).

Nesse sentido, o Jornal *A Fôlha*, como um órgão disseminador de regras e valores, se constituía numa instituição perpassada por uma ética moral católica, já que este era uma produção direta da própria Diocese de Caicó. Seu corpo de administração e redação era formado pelos seguintes componentes: diretor, padre Itan Pereira; redator, padre João Agripino; gerente, padre Ausônio Tércio; assessor técnico, Inácio Valle Sobrinho; e diretor de publicidade, Benedito dos Santos. Seu endereço era o Ginásio Diocesano Seridoense (GDS), atual Colégio Diocesano Seridoense (CDS).

A consulta e a leitura dos vários números do Jornal *A Fôlha*, me possibilitaram entrar em contato com fragmentos da vida urbana caicoense das

décadas de 1950 e de 1960, obviamente crivados e filtrados pelos procedimentos de interdição de uma tradição cristã, empregados pela imprensa periódica no controle, exclusão, seleção, organização e redistribuição das manchetes, crônicas e reportagens do semanário, tendo assim por função “[...] conjurar seus poderes [o do discurso jornalístico] e [seus] perigos, [...] [dominando] seu acontecimento aleatório, [...] [esquivando] sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2004, p. 9).

Os processos-crimes dos anos correspondentes as décadas de 1950 e de 1960, auferidos do Fundo da Comarca de Caicó e do mesmo modo sob a guarda do LABORDOC/CERES/UFRN, também fizeram parte das fontes analisadas no intento de desenvolvimento deste trabalho.

Concomitante a essa fonte, foi consultado e utilizado na construção textual desse trabalho de mestrado, o código de postura da urbe caicoense, arquivado na *home page* da câmara municipal da cidade ([http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)), no qual foi possível atinar a maneira como o espaço urbano caicoense, mediante as práticas socioespaciais tecidas pelos seus habitantes, foi alvo de tentativas de racionalização, disciplinarização e normatização por artigos e códigos elaborados pela administração pública municipal.

Por não ter sido encontrado o código de postura do ano de 1949, visto como o mais adequado para a realização da pesquisa, pois sua vigência cobriria quase todo o recorte temporal deste trabalho, utilizou-se o de 20 de maio de 1969. Embora entre esses dois códigos houvesse uma lacuna de 20 anos, poucas leis foram modificadas neste último em relação ao primeiro, já que, em boa parte, os códigos nada mais “[...] fazem do que consagrar a legislação anterior, repetindo os seus preceitos e portanto firmando e legitimando formas, modelos, construções, movimentos e hábitos” (LAPA, 1996, p. 55).

O código de postura de Caicó, atinado como um dispositivo de disciplinarização das práticas cotidianas dos moradores, se constituía em um conjunto de forças que estipulava regras de higienização das vias públicas, das habitações, da alimentação e dos logradouros públicos e privados; normas de manutenção e preservação da moralidade e do sossego público; das medidas referentes aos animais, à extinção de insetos nocivos e ao empachamento das vias públicas; da disciplina dos e nos divertimentos públicos, locais de cultos e trânsito público; dos cuidados com os objetos inflamáveis explosivos, com a exploração de

pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro; das proibições de queimadas e dos cuidados nos cortes de árvores e pastagens; das obrigações no que concerniam a murar e cercar as propriedades privadas; do modo como seriam distribuídos e expostos os anúncios e cartazes na cidade; e da maneira como os estabelecimentos industriais e comerciais, dentre eles os ambulantes, deveriam se comportar no espaço urbano e seus respectivos horários de funcionamento.

Nesse contexto, esses dispositivos de regulamentação do convívio social e de manutenção da ordem, da regra e da norma, voltados para a conformação do espaço citadino, representavam legítimos instrumentos reguladores da vida urbana, produzidos “[...] em momentos em que supostamente a mudança e a evolução da sociedade exigiam respostas, alterações, correções e novas formas do viver na cidade” (LAPA, 1996, p. 55).

Ademais, as memórias contidas nas crônicas dos Rastos Caicoenses, livros editorados e publicados pela Coleção Mossoroense<sup>3</sup>, se constituíram noutra fonte de pesquisa desta dissertação. Uma parte das crônicas, elaboradas por um grupo de caicoenses nostálgicos e saudosistas por uma Caicó de outrora, foi publicada, inicialmente, em 1982, por ocasião dos 114 anos de emancipação política da cidade. A outra parte foi publicada nos volumes editorados em anos posteriores. Nessas crônicas, os caicoenses relatam suas lembranças, recordações e memórias acerca de suas vivências e experiências subjetivadas em tempos de outrora nos espaços da cidade.

Associadas a estas memórias, materializadas nos rastos caicoenses, utilizou-se ainda como fonte histórica do desenvolvimento deste trabalho, a leitura e a problematização dos discursos contidos em obras comuns e tradicionais da historiografia seridoense, vislumbrando e descortinando as imagens da cidade de Caicó, apresentadas, representadas e construídas através dos discursos historiográficos, tais como: Douglas Araújo (2006); José Augusto (1980); Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine (1982); Moacy Cirne (2004); Eugênia Dantas (1996, 2002, 2003, 2005); Muirakytan Macêdo (2005); Olavo de Medeiros Filho (1981, 1988,

---

<sup>3</sup> A Coleção Mossoroense, criada em 1949 como “[...] despreendimento da criação da Biblioteca Pública Municipal de Mossoró em 05 de abril de 1948, que editava o Boletim Bibliográfico, contendo as obras existentes e a disposição dos leitores na Biblioteca”, é formada por uma “[...] coletânea de livros e opúsculos de variados temas locais e nacionais com cerca de 4 mil títulos, sem cunho comercial (as obras não são vendidas), dividida em séries [...], idealizada por Dix-sept Rosado e dirigida por Vingt-un Rosado até o seu falecimento em janeiro de 2006. Os temas que possuem mais títulos são os referidos as temáticas da seca e sobre a família Rosado” (NÓBREGA, 2007, p. 14).

1998); Padre Eymard Monteiro (1945); Ione Morais (1999, 2005); dentre outros que mesmo não tendo sido citados, foram, outrossim, consultados.

Por último, as imagens fotográficas do Acervo do Museu do Seridó/UFRN e do Projeto de Pesquisa “Fotografia e Complexidade”, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Eugênia Maria Dantas, se constituíram como fontes primordiais para a construção textual deste trabalho de mestrado, possibilitando ver retalhos da vida cotidiana caicoense registrados e congelados pelas lentes da objetiva (máquinas fotográficas) e pela ótica apurada dos poetas das luzes (fotógrafos).

Diante destas fontes, utilizei, na produção desta dissertação, o procedimento metodológico concernente à realização de pesquisas bibliográficas, tanto de caráter teórico, como historiográfico. Assim, foram feitas leituras, fichamentos e reflexões de livros que tinham como preocupações centrais as discussões entorno de categorias como: tempo, espaço, cidade e modernidade. Paralelamente a essas leituras de cunho mais teórico, foram também sendo realizadas leituras de escritos da historiografia regional. Após o desenvolvimento dessa primeira parte do trabalho, realizei visitas ao LABORDOC/CERES/UFRN, onde tive a oportunidade de estabelecer contatos iniciais com os números do Jornal *A Fôlha*. Transcorridos alguns meses, voltei a esse laboratório e fiz as pesquisas nos exemplares desse periódico impresso, fotografando, através de uma câmera digital, suas principais reportagens e matérias.

No mesmo momento de pesquisa neste jornal, também realizei perscrutações nos processos-crimes das décadas de 1950 e de 1960, retirados do Fundo da Comarca de Caicó e resguardados no Laboratório de Documentação Histórica supracitado. Ainda na cidade de Caicó, visitei a Biblioteca Municipal Olegário Vale, onde neste espaço, pude encontrar os livros de crônicas memorialísticas *Rastos Caicoenses*. Depois de realizadas essas pesquisas *in loco*, passei para o momento de leitura das fontes e sistematização dos dados, culminando assim, com a elaboração textual dos quatro capítulos deste trabalho dissertativo.

Desse modo, a arquitetura desta dissertação, fruto da concretização das pesquisas teóricas e empíricas desenvolvidas ao longo da pós-graduação, encontra-se estruturada e constituída em quatro capítulos: o primeiro capítulo, epigrafado de **“Olhai os lírios da cidade”**: **descortinando a urbe caicoense pelas lentes da historiografia seridoense**, objetivou perceber, a partir da revisitação a

memória histórica da cidade, as imagens discursivas acerca da urbe caicoense, responsáveis pela construção e invenção histórico-discursiva da cidade, apresentadas na e pela historiografia seridoense, atinando as representações dessa urbe nos espaços da historiografia regional e perscrutando o processo de formação socioterritorial da cidade escrito nessas cartografias textuais.

O segundo capítulo, intitulado de **A construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar: projetos de modernização do espaço urbano caicoense**, problematizou os projetos de modernização urbana pensados para a cidade de Caicó/RN, durante as décadas de 1950 e de 1960. Estes projetos estavam inseridos nos planos elaborados, ora por representantes das elites locais, ora por porta-vozes de seus discursos, na construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar, tornando-a uma autêntica “capital” para essa região. A construção dessa cidade ideal, desejada e imaginada pelas elites locais, partia daquilo que a cidade real tinha ou daquilo que ela não tinha em seu espaço urbano. Assim, objetos, práticas e espaços considerados importantes e necessários à modernização da urbe, eram almejados para a construção de uma cidade moderna nos sertões seridoenses.

O terceiro capítulo, epigrafado de **A cidade concretizada: transformações e melhoramentos urbanos em Caicó**, perscrutou os espaços e as práticas indesejadas que feriam a imagem de uma cidade que tanto almejava ser moderna, devendo-as, portanto, ser extirpadas e eliminadas do seio urbano. Além disso, investigou-se os novos equipamentos e serviços urbanos, advindos das múltiplas políticas públicas pensadas para a construção de uma cidade ideal, inseridos nos espaços citadinos caicoenses, atinando as transformações e melhoramentos ocorridos em seus meandros urbanos.

Por fim, o quarto capítulo, intitulado de **A cidade praticada: cotidiano e práticas socioespaciais em Caicó**, abordou, através de narrativas memorialistas da época, as práticas socioespaciais tecidas no cotidiano urbano caicoense, destacando os principais espaços de lazer e entretenimento existentes na cidade e as sociabilidades urbanas tramadas, especificamente, nos salões de danças, nos cinemas, nas praças públicas, nos carnavais, nas festas sagradas e profanas, enfim, nos tantos outros pontos de encontro da população local, espargidos ao longo da paisagem citadina.

Assim, cada um dos capítulos que se seguem deve ser percebido como “[...] uma escavação, começando pelo conhecido, pelas camadas de lembranças e representações, até tocar a base da rocha, que se formou há séculos ou até milênios, e voltando à superfície, à luz do reconhecimento contemporâneo” (SCHAMA, 1996, p. 27). Naturalmente que os “[...] buracos que cavei no tempo apenas seguem a rota de muitas outras toupeiras esforçadas que, enquanto penetravam na escuridão, deixavam pistas para [...] [as demais toupeiras]” (SCHAMA, 1996, p. 27). Por esta forma, espera-se que este trabalho possa contribuir com a escavação de outros tantos buracos nos espaços e nos tempos, deixando pistas para as outras toupeiras instigadas em decifrar os enigmas de uma cidade construída sobre um modelo clássico de ocupação e colonização das principais urbes seridoenses, ou seja, sobre pedras e entre rios.

Diante disso, saliento nestes penúltimos momentos introdutórios, parafraseando as palavras inspiradoras de Michel Foucault (2006b), que os estudos e as investigações que se seguirão nas próximas páginas desta dissertação, assim como as outras que anteriormente redigi, são estudos e investigações de história pelos campos que trataram e por algumas referências que assumiram, mas não são trabalhos de um historiador e sim de um geógrafo apaixonado pelas histórias dos espaços geográficos.

Portanto, espargindo tintas e cores sobre uma superfície de folhas brancas e ao ritmo da escrita e da leitura tecida nessa arqueologia do saber geográfico-histórico, a cidade de Caicó entra em cena, bailando ao movimento da episteme científica nos cenários textuais, emergindo, pulsando e emanando nas páginas que se seguem e que se passam, uma diversidade de palavras, contendo em cada uma delas, um muito do nada e um pouco do tudo.

# Capítulo I

**“Olhai os lírios da cidade”: descortinando a urbe caicoense pelas lentes da historiografia seridoense**



## **1. “Olhai os lírios da cidade”: descortinando a urbe caicoense pelas lentes da historiografia seridoense**

Enveredando por um viés que percebe a cidade como produto de uma multiplicidade de ações humanas, comportando geometrias objetiváveis consubstanciadas aos processos sociais, galgar-se-ão, nesse primeiro momento, os caminhos geo-históricos de Caicó respaldados numa perspectiva de perceber os processos de constituição e formação urbana que se estabeleceram em sua tessitura citadina através de um prisma flexível, dinâmico e dialógico. Desse modo, respaldados inicialmente em noções de cidade e de espaço, serão encenados e contracenados nesse capítulo, os *scripts* de uma peça de geografia histórica, dialogando com os polissêmicos atores locais e regionais e os caleidoscópicos roteiros historiográficos, e apresentando assim, as imagens, as narrativas e as representações da urbe caicoense descortinadas pelas lentes da historiografia seridoense.

### **1.1 Por uma escrita da cidade**

Nos últimos decênios, ao correr da pena dos escritores, a cidade vem se tornando objeto de estudo de diversos operários do saber e de distintos ramos do conhecimento científico, que despertados por suas curiosidades, mistérios, complexidades, medos, paradoxos e desejos, tecem, por meio de suas “agulhas teóricas”, reflexões, diálogos e discussões, a fim de desvendar, ou mesmo decifrar, um fragmento do emaranhado de questões, sinais e enigmas que perpassam o seu âmbito.

Diante deste aspecto, muito já se tem escrito sobre as urbes brasileiras e mundiais. Entre as inúmeras cidades que receberam certa atenção dos estudiosos, destacam-se as seguintes: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Campina Grande, Porto Alegre, Berlim, Nova York, Paris, Londres, Viena, Natal, dentre tantas outras. Não obstante, as pesquisas científicas que têm como objeto principal a cidade têm passado, no transcorrer do tempo, por constantes mutações, denunciando a diversidade de olhares, mais precisamente aqueles que são lançados para a urbe em busca da reconstituição dos processos de modernização, de progresso e de evolução.

Os estudos acerca da cidade começaram a ganhar relevância e proeminência no universo da produção acadêmica, mormente, de antropólogos, historiadores, geógrafos, urbanistas e sociólogos, a partir do momento em que a sociedade passou a ocupar preponderantemente os espaços, do que hoje se conhece por espaços urbanos. No âmbito da ciência geográfica, muitos têm sido os trabalhos sobre a cidade, contudo, sua grande parte ler o espaço citadino pela ótica da racionalidade da reprodução capitalista, destacando “[...] a dinâmica do ‘espaço material’ e se esquecendo do componente de subjetividade que permeia o espaço geográfico” (COSTA, 2005, p.109).

Nessa ciência, mais precisamente no âmbito da geografia urbana, a cidade foi, durante muito tempo, perquirida somente por meio de seus aspectos exógenos. De acordo com Carlos (1999, p. 67), muita “[...] tinta foi gasta descrevendo-se o sítio da cidade baseado em seu quadro topográfico onde o plano (ortogonal, radioconcêntrico ou desordenado) modelava a forma da cidade sobre a carta física”, não se atentando para o fato de que sobre esse plano de modelagem da forma citadina, pulsavam e pulsam vidas humanas.

Assim, geógrafos como Friedrich Ratzel, Max Sorre, Jean Brunhes, David Clark, Pierre George, dentre outros, deram certa atenção aos estudos da cidade, vinculando-a a diferentes aspectos e contribuindo na formação de um *corpus* teórico-conceitual. Para Carlos (1999), algumas dessas vinculações deram-se através do caráter funcional da cidade, outras a partir do aspecto econômico, político e social. Ainda de acordo com essa autora (1999, p. 68), em Pierre George, a cidade “[...] é analisada de forma mais abrangente, envolvendo uma perspectiva histórica: a cidade é, em cada época, o produto de uma organização das relações econômicas e sociais [...]”.

Ainda na ciência geográfica, especialmente sob os pressupostos da geografia urbana, as investigações atinentes a cidade, vem sendo, ultimamente, realizadas através de abordagens que privilegiam os processos de produção e reprodução do espaço, de políticas públicas e gestão urbana e de organização e reorganização do espaço citadino. Esse último tópico é desenvolvido por alguns operários do saber geográfico, contemplando o estudo do cotidiano da urbe no que tange a suas imagens e representações, destacando assim, as práticas culturais tecidas nos espaços fragmentados da cidade.

Conforme Silva (1997, p. 87), a evidência de que o espaço da cidade apresenta, no desabrochar de cada história, “[...] paisagens que contêm os signos do cotidiano urbano impõe novos enfoques metodológicos e nova postura científica, na medida em que emergem novos campos de investigação [...]”. Dentre esses novos campos de investigação que estão surgindo no âmago da ciência geográfica, destaca-se a epistemologia das cidades, reservada ao “[...] resgate crítico das bases da geografia urbana, privilegiando a análise de escolas, autores, periódicos, conceitos, etc.” (SILVA, 1997, p. 87).

Depois de repisadas leituras sobre o espaço citadino, tanto com base nos ditames da ciência geográfica, como nos de outros ramos científicos, tem-se a impressão da existência de fisionomias também heterogêneas, que tem marcado com mais força a historiografia brasileira e mundial nos últimos tempos, tais como: “[...] cidade do progresso e civilização para certos olhares, cidade de capital e dos conflitos sociais para uns, cidade do espetáculo para outros, e ainda cidade disciplinar [...]” (SOUSA, 2001, p. 1).

Em seu ritmo cotidiano, a cidade, com seus múltiplos espaços, ora seduz, ilude, encanta, e fascina alguns sujeitos, ora decepciona, desengana, desaponta e desagrade outros. É um eterno ato cíclico e rotativo de recusa e sedução, um jogo infinito de paixão e ódio. Ela se constitui em um emaranhado complexo de “[...] apropriações espaciais que permite a construção e permanência de identificações e práticas culturais de grupos ou agregados sociais diversos” (COSTA, 2005, p.109), se configurando em um espaço fragmentado e bricolado de elementos culturais heterogêneos, assim como, territorializado e microterritorializado por diversas práticas e ações.

Desde os tempos de outrora, principalmente dos princípios de seu nascimento até os dias atuais, a cidade passa por vicissitudes, se tornando, em consonância com a sociedade, em uma espécie de plêiade humana mimética, que a cada crepúsculo e alvorecer, modifica sua face, sua forma, sua epiderme, sua essência, sua cor, seu tamanho e sua camada morfológica. A cidade, seja nos primórdios, seja na atualidade, é considerada uma matriz de relações de poder<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> Por relações de poder, Roberto Machado (2005, p.XII), na introdução da obra *Microfísica do Poder*, afirma que para o filósofo Michel Foucault, estas relações não foram e nem são, eminentemente, criadas pelo Estado, nem brotaram fora dele. Os poderes se exercem em “[...] níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 2005, p.XII). O poder para Michel Foucault é obliquo, capilar, um conjunto de

implicada por práticas temporais e espaciais, e perpassada por microfísicas de ações, mobilidades e flexibilidades humanas, no qual, através de uma diversidade de atividades desenvolvidas em seus meandros, ergue-se uma rede ubíqua de sociabilidades, vivenciadas pelos *homens ordinários*<sup>5</sup> no âmbito dos territórios edificados ao longo de seus espaços subjetivados ou objetivados.

A cidade, como um grande objeto de desejo e um fantástico cenário de lendas, de fábulas, de mitos, de imaginários, enfim, de realizações da vida cotidiana, onde milhares de homens tecem e criam suas territorialidades urbanas e suas apropriações espaciais, é “[...] cobiçada, almejada, ultrajada e rejeitada ao mesmo tempo” (SILVA, 1997, p. 85). A primeira vista, imagina-se que a cidade é formada por apenas um conteúdo morfológico, edificada somente por uma estrutura material, composta de “[...] pedra, tijolo, ferro, cimento, vidro, madeira, natureza [...], enfim [...], espaço construído” (PESAVENTO, 2002, p. 24).

Indubitavelmente, a cidade é materialidade polimórfica erigida pela labuta humana a partir de sua relação com a ambiência e de sua ação sobre a natureza. É sociabilidade, acoplando sujeitos e relações sociais, personagens, “[...] grupos, práticas de interação e de oposição. Marcas que registram uma ação social de domínio e transformação, no tempo, de um espaço natural” (PESAVENTO, 2002, p. 24).

Todavia, por trás dessa materialidade há essências, sensibilidades, sentimentos, emoções e subjetividades. Por isso, a cidade é edificação de um “[...] ethos, que implica na atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam [...]” (PESAVENTO, 2002, p. 24). É ainda, “[...] percepção de emoções e sentimentos, é expressão de utopias, desejos e

---

dispositivos de domesticação que atravessa os sujeitos onde eles estejam, sendo compreendido como um campo de relações de força, enfrentamentos e jogos de verdade. Diante disso, o poder “[...] produz realidades, produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 172), atravessando, constituindo, fabricando e construindo os sujeitos e os conhecimentos que deles se podem ter, bem como, os diversos territórios construídos ao longo dos espaços da cidade.

<sup>5</sup> Para Michel de Certeau (2003), os *homens ordinários* compreendem aqueles que estão, em um determinado momento, submetidos a certa ordem, a tal disciplina, a “dada” regra social. Não obstante, os *homens ordinários* não são apenas passivos a essa ordem imposta, mas, pelo contrário, estes criam, recriam, inventam e reinventam uma multiplicidade de mecanismos, de dispositivos e de artes de burlar essa ordem, deixando de ser, a partir do momento em que põem em prática suas táticas desviacionistas, ordinários para ser extraordinários. Ainda de acordo com Michel de Certeau (2003, p. 57), o homem ordinário é um “Herói comum. Personagem disseminado. Caminhante inumerável. (...) Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas”.

medos, assim como é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que se realizam na e por causa da cidade” (PESAVENTO, 2002, p. 24).

A cidade, em conformidade com os ditames discursivos de Silva (1997, p. 86), se aporta enquanto uma permanência da humanidade, constituída por um “[...] emaranhado de fazer e desfazer: construções, demolições, remendos, reformas, templos, feiras, palácios, favelas, monumentos, caminhos, [...], letreiros, acrílico, néon, [...]. E a cidade resiste. Insiste”. A cidade abriga monumentos, símbolos, formas, enfim, uma conjunção de camadas arquitetônicas que, por conseguinte, se justapõem umas às outras.

De acordo com Yi-Fu Tuan, a própria cidade pode se tornar, em determinadas situações, um monumento. Como exemplo disso, este autor destaca o caso das urbes de Persépolis, Bagdá, Palitana e Pequim que são consideradas verdadeiros monumentos, no qual seus “[...] arranjos físicos, suas geometrias e a ordem hierárquica das formas, são meios arquitetônicos para expressar um ideal do cosmo e da sociedade” (1980, p. 228). Nestes termos, essas cidades monumentos, poderão, para os seus habitantes, “[...] transcender as incertezas da vida [...], [refletindo] a precisão, a ordem e a predição dos céus” (TUAN, 1980, p. 174).

Neste contexto teórico, imbuída por uma conjunção de elementos (des)harmônicos, a cidade, embora cada uma tenha suas devidas particularidades, se configura em uma multiplicidade de espaços marcados pela sobreposição “[...] de funções, caminhos, símbolos, morada dos deuses e demônios que garantem o controle de um território, ao mesmo tempo que possibilita a gestão coletiva” (DANTAS, 2005, p. 3).

A cidade, visibilizada em tempos recuados como um organismo vivo, abriga em seu “ventre”, sonhos, devaneios e perspectivas que ora são “fecundados” e “gestados”, ora são simplesmente “abortados” e extirpados. Por entre as inúmeras artérias que atravessam seus espaços, circulam sujeitos que tramam no espaço-tempo da urbe desde eventos a micro-eventos. Desta maneira, escrita diariamente em suas diversas laudas, a cidade é um palimpsesto, um mosaico de vidas, sentimentos, lembranças e esquecimentos.

Em *As cidades invisíveis*, Ítalo Calvino (1990) valendo-se da narrativa literária, ao discorrer sobre as imagens, símbolos, caminhos e memórias que o jovem embaixador veneziano Marco Pólo encontrou em suas missões e viagens diplomáticas realizadas pelo império chinês do grande Kublai Khan, inculca, a partir

de linhas textuais metafóricas e poéticas, que as cidades, como os sonhos, são edificadas por desejos e medos, “[...] ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa” (CALVINO, 1990, p. 44). Diante disto, apreender a cidade é estimular mecanismos e dispositivos “[...] capazes de viabilizar um convívio mais democrático, aberto e complexo da realidade, pois não adianta libertar a cidade do minotauro e deixá-la entregue à tirania da realidade” (DANTAS, 2005, p. 7).

Nos tecidos urbanos são “burilados” cotidianamente novos formatos que são sobrepostos a velhas urbanidades, (re)dinamizando os espaços citadinos e, conseqüentemente, metamorfoseando suas espacialidades. A cidade, enquanto construção histórico-cultural em constante processo de produção e reprodução, coaduna uma variedade de sistemas sociais complexos, num movimento cíclico perene de criação e recriação.

A cidade é, nessa concepção, um espaço fértil de realização humana, envolvida por uma confluência de elementos dinâmicos e efêmeros. Ela se reveste de uma multiplicidade discursiva, se constituindo em uma espécie de caleidoscópio de linguagens para seus biógrafos, autores e escritores, que são os mesmos que fazem parte da rede de sociabilidades entretecidas em suas artérias.

Mediante a isto, pode-se inferir que a cidade se realiza também por uma rede de sociabilidades tramadas pelos diversos andarilhos, sejam eles os responsáveis por suas invenções textuais ou não, que trilhando caminhos constroem as múltiplas formas do fazer e do acontecer na cidade.

As sociabilidades são tramadas no âmbito indissociável dos espaços públicos e privados da cidade, por meio das relações entre os indivíduos e suas capacidades de estabelecerem laços sociais com outros personagens, tramando concatenações harmoniosas e/ou conflituosas com seus semelhantes e convivendo com as demais pessoas.

Nessas sociabilidades, os praticantes e produtores da cidade, ao representarem os espaços, apropriam-se simultaneamente deles, imprimindo usos e significados. Ao se apropriarem dos espaços, os habitantes constroem seus territórios, que imbuídos de relações de poder, podem ser dimensionados em espaços vividos e subjetivados. Essa apropriação acontece de forma simbólica e

concreta, e pode ser individual ou coletiva, sendo configurada a partir de várias operações sociais.

Nestas operações, a forma e a abstração, a razão e a sensibilidade, a objetividade e a subjetividade compõem os substratos arquitetônicos da cidade que eivados de elementos simbólicos e culturais, representa para os atores envolvidos em sua montagem e (re)montagem, um espaço de práticas sociais, um lugar de memórias e um recôndito de tessituras humanas traçadas e entrelaçadas historicamente.

Neste sentido, a cidade pode ser compreendida a partir de uma perspectiva que percebe o seu espaço, como uma “[...] *condição, meio e produto* da reprodução da sociedade, o que nos leva necessariamente a discutir o papel do homem enquanto sujeito, percorrendo sua vida, valores, cultura, lutas, ansiedades e projetos [...]” (CARLOS, 1999, p. 70). Compreender o espaço, através desta natureza epistemológica, é entendê-lo do ponto de vista de uma dimensão humana, uma edificação sociohistórica, significando assim, pensar o homem enquanto “[...] ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar” (CARLOS, 1999, p. 70).

Diante disto, por espaço, entende-se como um constructo humano, reflexo e condicionante social, uma instância erigida com uma argamassa cultural e sociodiscursiva. Na maioria das vezes pensa-se que o espaço compreende somente um cenário em que as histórias sociais se desenrolam, um mero palco onde os eventos acontecem, ou mesmo, apenas um ambiente no qual os elementos físicos ou naturais estão presentes.

No entanto, o espaço, atinado aqui, é aquele em que homens e mulheres, como parte e parcela dele, constroem, numa relação mútua e dialógica, suas múltiplas experiências sociais. Conforme Soja (1993, p. 101), “[...] o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo [...]”. Ou seja, viver para o homem é produzir espaços.

Os espaços produzidos ao longo dos tempos por cada sistema cultural, são apropriados, usados e organizados pelos indivíduos de forma particular em suas relações socioculturais. A interpretação do espaço como uma produção social e como uma representação da existência da espécie humana, não permite, indubitavelmente, a ocultação do indivíduo, ou seja, torna-se impossível “[...]”

distanciar espaço de sociedade, sujeito de objeto. [...], [da mesma forma que], [...] não há sociedade sem espaço, assim como não há espaço produzido sem sociedade” (BASTOS, 1998, p. 59-60).

Nessa concepção, o espaço, indissociável da sociedade, é pensado e apreendido como sendo o resultado de uma prática de produção e tendo o homem como sujeito principal desse processo. O espaço, no qual estão sobrepostos os registros humanos de variadas épocas e de diferentes culturas, ainda pode ser imaginário e simbólico, como também, concreto e material.

Vale destacar, e com isso reiterar, que o espaço não se configura numa matéria inerte, mas em parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinados tipos de representações e revestindo-se de simbologias, identidades e subjetividades. No mais, a “[...] noção de subjetividade implícita nesse conceito conduz à compreensão do espaço como marca e expressão das relações sociais” (ARRAIS, 2004, p.11). Por esta forma, o espaço se configura em uma pluralidade de formas e de conteúdos, e de continuidades e discontinuidades.

Nessas dimensões, também se concebe o espaço urbano como uma parcela da totalidade territorial, construído pelos praticantes da cidade no transcurso dos processos histórico-geográficos. O espaço urbano, composto de formas e essências, se constitui como algo multifacetado e profundamente complexo. Caracteriza-se como um lugar onde os vários grupos sociais, ao viverem e se reproduzirem, urdem seus valores, mitos e crenças. Deste modo, o espaço urbano é uma dimensão em que os grupos sociais erigem obras materiais e inscrevem uma ordem simbólica, construindo sobre a malha da cidade suas esculturas, suas representações e suas diversas formas de vida urbana.

Nesta perspectiva, o espaço urbano, em especial o de Caicó, objeto de estudo desta dissertação, como uma instância produzida e reproduzida no transcorrer da formação de seu processo histórico, se institui numa espécie de caleidoscópio fragmentado em partículas, onde cada uma delas representa e expressa uma totalidade urbana. Em meio à complexidade dessas partículas, torna-se difícil apreendê-las isoladamente, bem como, difícil, outrossim, interpretá-las em conjunto.

Diante destes propedêuticos ensaios teóricos, torna-se *mister*, ao lançar o olhar sobre a cidade de Caicó, juntar e montar, para entender e

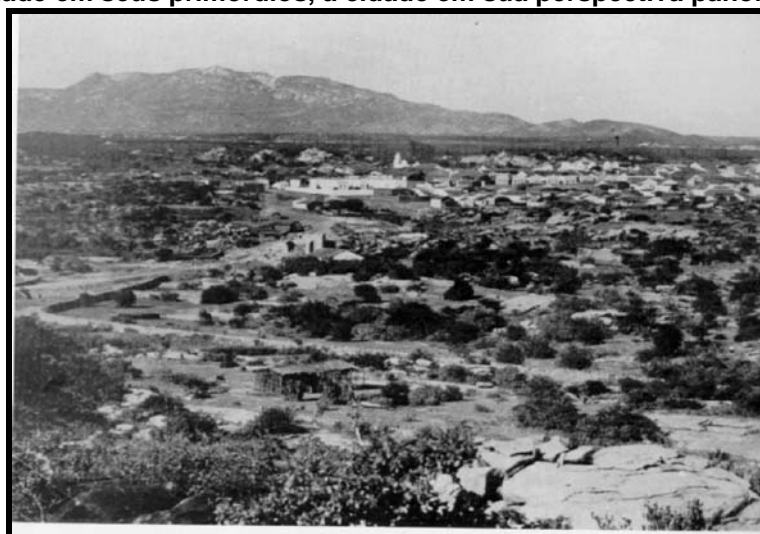
compreender, os fragmentos e as camadas de suas geografias históricas, revisitando essa urbe a partir de suas múltiplas paisagens urbanas, descortinadas pelas lentes dos distintos operários do saber historiográfico. Nesse sentido, faz-se ainda necessário, auferindo fragmentos discursivos da/na historiografia regional e local, trilhar pelas sendas genealógicas da urbe caicoense, deixando emergir palavras, vozes e imagens resguardadas em seus *inventários* e demais atestados documentais, reconstituindo assim, uma geografia histórica da cidade.

## 1.2 Por uma geografia histórica da cidade

Entre um fragmento espacial enxertado num interstício geográfico acidentado, Caicó (Imagem 1) desabrochou como uma “rosa do sertão”, que, incrustada em plena paisagem da caatinga, abriu suas pétalas sob o nascer e fenecer dos raios solares, mostrando toda sua beleza e sensibilidade.

**IMAGEM 1**

**“A cidade em seus primórdios, a cidade em sua perspectiva panorâmica”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.

**DATA:** Desconhecida.

Foi num recorte geográfico de uma paisagem seridoense, representada na imagem fotográfica anterior, e entre duas veias hidrográficas atinentes aos rios Seridó e Barra Nova, que Caicó “[...] se fez cidade, depois de ser aldeia e povoação [...]” (CIRNE, 2004, p. 55). Neste interregno espacial, segundo histórias escritas em várias páginas dos livros de memórias e dissolvidas no imaginário urbano local, Caicó se formou enquanto cidade. Ao longo de sua história,

ela foi sendo escrita e reescrita, inventada e reinventada pelos seus criadores. Esta cidade, assim como tantas outras espalhadas pelos substratos terrestres, teve em sua origem uma diversidade de histórias escritas pelos seus inventores, que tentavam e tentam com isso, formar e/ou forjar uma espécie de identidade para urbe e para os sujeitos que a habitam, calcada em discursos concernentes a sua genealogia.

A cidade de Caicó, como um assentamento humano de apenas três séculos de existência, se constitui em um organismo muito novo presente nas plagas sertanejas, tendo em vista que os registros históricos das primeiras urbes datam, conforme Souza (2003), de oito mil anos antes de Cristo. No que concerne a genealogia dessa cidade, a historiografia local narra e considera a existência de duas versões históricas, uma mítica e outra oficial, para explicar o seu surgimento, a seguir descritas. Para a versão mítica, o escritor seridoense Manoel Dantas (2001, p. 97), em sua denominação sobre alguns municípios potiguares, presente em sua obra *Homens de Outr'ora*, conta a seguinte história acerca do nascimento da urbe caicoense:

Quando o sertão era virgem, a tribo dos Caicós, celebre pela sua ferocidade, julgava-se invencível, porque Tupan vivia ali, encarnado num touro bravo que habitava um intrincado mufumbal, existente no local onde está, hoje situada a cidade de Caicó. Destroçada a tribo, permaneceu intacto o misterioso mufumbal, morada de um Deus, mesmo selvagem. Certo dia, um vaqueiro inexperto, penetrando no mufumbal, viu-se, de repente, atacado pelo touro sagrado, que iria, indubitavelmente, mata-lo. Rapidamente inspirado, o vaqueiro fez o *voto* a N. S. Sant'Ana de construir ali uma capela, si o livrasse de tamanho perigo. Como por encanto, o touro desapareceu. O vaqueiro destruiu a mata e iniciou, logo, a construção da capela. O ano era seco e a única aguada existente era a de um poço do rio Seridó. O vaqueiro fez novo *voto* a S. Ana para o poço não secar antes de concluída a construção da capela. O *poço de Sant'Ana*, como ficou, desde então, denominado, nunca mais secou. Reza a lenda que o espírito do Deus dos índios, expulsos do mufumbal, foi se abrigar no poço, encarnando-se no corpo de uma serpente enorme que destruirá a cidade, ou quando o poço secar, ou quando as águas do rio, numa cheia pavorosa, chegarem até o altar-mór da matriz [hoje Catedral] de Caicó onde se venera a imagem da mãe de Nossa Senhora.

Com base nesta narrativa mitológica, percebe-se que a cidade de Caicó nasceu entorno de três elementos basilares: o vaqueiro, a água e a capela, que podem ser compreendidos como “[...] trabalho, vida e religiosidade, respectivamente. A mestiçagem desses elementos configuram imagens de um povo valente, terra abençoada por Deus, Rainha do Seridó” (DANTAS, 1996, p. 29). Na verdade, mediante a este discurso mítico, pode-se inferir que a cidade nasceu das

águas, ou da luta contra a sua escassez e, portanto, muitos dos mitos e lendas concernentes a sua genealogia, repousam nas profundidades da artéria hidrográfica do rio Seridó, especificamente, nas águas do Poço de Sant'Ana (Imagem 2).

**IMAGEM 2**  
**“O Poço de Sant'Ana”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.  
**DATA:** Desconhecida.

Deste modo, o mito de origem da urbe caicoense se compõe de “[...] uma razão argumentativa que subordina a existência da cidade à demarcação do espaço domesticado em contraposição a um espaço selvagem” (DANTAS, 1996, p. 29). Esse mito deixa evidenciar o “[...] relato da história da colonização portuguesa no Brasil, cuja vitória do colonizador representava a eliminação das populações nativas” (DANTAS, 1996, p. 29).

Era preciso, inicialmente, dizimar os *gentios* para começar o processo de constituição do aglomerado urbano. Segundo Dantas (1996), sintetizar o mito a uma única interpretação de que foi necessário destroçar a tribo dos Caiacós, habitantes dos espaços que atualmente está assentada a cidade de Caicó, e vencer Deus Tupan para que a urbe fosse erigida, é “[...] reduzir o campo simbólico nela contida, simplificando a interpretação da cidade” (DANTAS, 1996, p. 29). Por trás desse mito, transparece a história de ocupação e povoamento do território brasileiro, assim como, da própria região do Seridó potiguar.

Nesse sentido, o mito de origem da cidade de Caicó compreende, em sua substância, a uma construção e a uma formação sociodiscursiva, que durante muito tempo fundamentou e justificou – e ainda fundamenta e justifica – os

comportamentos, as ações e as atividades criadas pelos habitantes do lugar. Atinente a definição de mito, Mircea Eliade (1972, p. 11) afirma que seria difícil encontrar uma conceituação que “[...] fôsse aceita por todos os eruditos e, ao mesmo tempo, acessível aos não-especialistas”, sendo problemática a construção de uma definição única para um fenômeno tão complexo e múltiplo como o mito, que envolve a realidade de uma diversidade de arranjos culturais espargidos pelos vários espaços sociais, sejam aqueles ditos mais arcaicos ou aqueles tidos mais modernos.

No entanto, mesmo com essas imprecisões, o mito se constitui, ainda baseando-se nas reflexões formuladas por Mircea Eliade (1972, p. 11), numa “[...] realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”. Para este filósofo das religiões (1972, p. 11), a definição de mito que parece para ele a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte:

[...] o mito conta uma história sagrada; êle relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma ‘criação’: êle relata de que modo algo foi produzido e começou a ser.

Nesta perspectiva, os mitos, frequentemente contrastados com a realidade e florescidos na ausência de um conhecimento preciso (TUAN, 1983), revelam, portanto, “[...] sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a ‘sobrenaturalidade’) de suas obras” (ELIADE, 1972, p. 11), evidenciando-se numa representação do social “[...] com todos os traços de um discurso cujas metáforas escondem dos homens os segredos do social, não podendo ser pensado de outra maneira senão como forma primeira da ideologia” (SOUSA FILHO, 2001, p. 85).

Em síntese, os mitos possibilitam descrever as múltiplas, e algumas das vezes “[...] dramáticas, irrupções do sagrado (ou do ‘sobrenatural’) no Mundo. E é essa irrupção do sagrado que realmente *fundamenta* o Mundo e o converte no que é hoje” (ELIADE, 1972, p. 11). Concernente aos protagonistas dos mitos, estes podem ser formados por Entes Sobrenaturais, divinos, celestiais ou astrais, “[...] conhecidos sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos ‘primórdios” (ELIADE, 1972, p. 11).

Os mitos, pelo fato de narrarem as *gestas* dos seus personagens e a manifestação de seus poderes sagrados, se tornam “[...] o modelo exemplar de todas as atividades humanas significativas [...] [cuja principal função consiste em] [...] revelar os modelos exemplares de todos os ritos [...] [e de todas essas atividades]” (ELIADE, 1972, p. 12-13). Embora seja visto por alguns operários do saber científico como irrelevantes ou mesmo como algo sem nenhum caráter racional, o mito, segundo Malinowski *apud* Mircea Eliade (1972, p. 23), desempenha uma função indispensável na constituição das sociedades, haja vista que ele:

[...] exprime, enaltece e codifica a crença; salvaguarda e impõe os princípios morais; garante a eficácia do ritual e oferece regras práticas para a orientação do homem. O mito, portanto, é um ingrediente vital da civilização humana; longe de ser uma fabulação vã, êle é ao contrário uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; não é absolutamente uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática [...].

Malgrado, no que tange o discurso mítico acerca da formação da cidade de Caicó, este não deve ser interpretado como algo da ordem do bestial, do ignorante, da infantilidade ou da “[...] fabulação fantasiosa, [...] [mas] algo vivo e vivido, com razões muito determinantes para existir, [...] [não devendo ainda ser pensado] como ficções desprovidas de sentido, produtos de imaginação individual ou casos de delírios coletivos” (SOUSA FILHO, 2001, p. 83). Nesse sentido, partilhando das concepções teóricas de Dantas (1996, p. 29-30), a narrativa mitológica atinente a formação do espaço caicoense, considerada por muitos como um discurso irracional, pois pouco explica da realidade, ganha visibilidade nesse trabalho, no sentido de que:

[...] [ela] articula elementos que se constituem como fundamentais para o desenvolvimento da cidade. A criação do gado, elemento primordial para o processo de ocupação da região do Seridó, local onde a cidade está encravada, além de dinamizar a economia local e estabelecer uma teia de relações sociais, faz emergir a figura do vaqueiro não só como força de trabalho, mas à ela se incorpora o sentido de valentia, bravura, que marcará a história desse tempo e se estenderá até os nossos dias. Tais adjetivações estão associadas a um sentimento de fé inabalável que permite superar os obstáculos impostos, instituindo-se como o viés que fundamentará as ações dos homens e remediará todas as atividades sócio-econômicas da cidade.

Paralelo ao mito de origem da cidade, em que sua função é situar os homens “[...] no espaço da cultura (na ordem simbólica) [...] [procurando] pacificar seus medos ante o acaso, o incerto e a desordem [...]” (SOUSA FILHO, 2001, p. 83-

84), outras histórias, relativas a lendas, contos e fábulas também são narradas pela tradição popular e escritas nas páginas da história urbana de Caicó, cujo seu espaço se dimensiona em “[...] uma floresta [...] de encantamentos, histórias de milagres, aparições de santos e outras manifestações do sobrenatural, índice seguro da presença formadora, naquelas terras, da cultura das três raças [a africana, a européia e a indígena]” (ARAÚJO, 2006, p. 146).

Acerca das narrativas lendárias, padre Eymard Monteiro (1945) aglutinou, numa espécie de biografia sobre Caicó, outras histórias tramadas no mesmo espaço que teria sido cenário da odisséia vivenciada por certo vaqueiro. Uma das lendas refere-se a história de “[...] u’a moça dando à luz um filho, jogou-o no Poço de Sant’Ana, para que ninguém lhe descobrisse a deshonra. E a cabeça dêste menino aparece, vez por outra, na superfície da água, sorrindo macabramente, para os que lá estão tomando banho” (MONTEIRO, 1945, p. 31).

Ainda no reino encantado do Poço de Sant’Ana, mais precisamente “[...] na fuma da pedra, debaixo da água, era tradição também que morava um negro desaparecido, certa vez, quando lá se banhava, brincando com outros companheiros” (MONTEIRO, 1945, p. 31). Outra narrativa auferida da biografia caicoense de padre Eymard Monteiro (1945, p.31), refere-se ao fato de que é costume dizer-se que “[...] quem toma banho no Poço de Sant’Ana e se retira para longe, um dia há de voltar a Caicó”.

Estas narrativas, constitutivas da história da cidade e fixadas na tradição popular, ao serem perpetuadas pelos caicoenses, ganharam legitimidade na cultura local, disseminadas em seu imaginário social e se constituindo em discursos, permeados e plasmados por espécies de versões historicizantes. Outras narrativas históricas, perpassadas por mistérios, enigmas e encantamentos, ocorridas no Poço de Sant’Ana, foram divulgadas em veículos de comunicação que existiam na Caicó de outrora.

Como exemplo disso, o Jornal *O Povo*, semanário que começou a circular na cidade de Caicó, por volta do dia 9 de março de 1889, publicou em suas páginas duas matérias, transcritas por Medeiros Filho (1988), a respeito de um caso por demais misterioso, que muito deu ao que falar a população da época. No semanário de 12 de outubro de 1890 *apud* Medeiros Filho (1988, p. 167), foi relatado que o Sr. Inácio Ferreira,

[...] ao aproximar-se uma tarde do poço [de Sant'Ana] viu [uma enorme cobra preta] com cerca de dez palmos de corpo erguida sobre uns ramos, e Filipe Santiago em outro dia a viu flutuando no meio do poço. Dão enormes dimensões do que viram, admirando mais o tamanho da cabeça. Será alguma sucuriú desgarrada do S. Francisco? O certo é que ficaram quase interditos os banhos no poço.

Já no periódico de 1 de dezembro de 1891 *apud* Medeiros Filho (1988, p. 167), foi veiculada outra matéria constando que no dia 26 de novembro deste mesmo ano,

[...] viu-se em lutas com a cobra que existe no poço de Sant'Ana, nesta cidade, o cidadão, Pedro Félix. Afirma ele ter sido laçado nas pernas por ela duas vezes e com muito custo e trabalho se pôde livrar dela, resultando ficar com as carapuças dos dedos e unhas esfolados, atento à diligência que fez para galgar a pedra, resultando mais passar uns dois dias amarelo, sem sangue e com as pernas amortecidas, tal foi o aperto em que se viu o pobre homem. Deus nos livre de tal cobra.

Indubitavelmente, estas histórias ganharam grandes repercussões numa cidade pequena como a Caicó de tempos idos, onde a maioria dos habitantes se conheciam, despertando, por certo entre alguns sujeitos do lugar, medo e temor das espécies misteriosas que poderiam habitar a furna encantada do Poço de Sant'Ana. Além disso, o medo dos caicoenses, com base nas narrativas lendárias e fabulosas contadas ao longo dos tempos, era que essas espécies pudessem destruir a cidade, caso as águas do poço, como roga o mito de origem, atingissem num certo dia o altar-mor do templo religioso, que acutelava, em seus espaços, a imagem da Gloriosa Senhora Sant'Ana, ou seja a igreja de mesmo topônimo.

Contudo, sabe-se que as águas do poço, advindas do rio Seridó, já invadiram a cidade, no qual durante alguns dias poderia ter recebido o título de Veneza Seridoense, chegando ao altar-mor da igreja (Imagem 3), e que este mesmo poço, adornado de histórias mitológicas e lendárias, secou, pela primeira vez, num sete de março de 1938, quando na ocasião foi ligado nele “[...] uma bomba de puxar água para o motor da uzina eletrica” (MONTEIRO, 1945, p. 31), deixando patente aos olhos dos caicoenses, a furna que se dizia encantada.

**IMAGEM 3**  
**“A cidade invadida pelas águas do rio Seridó”**



**FONTE:** Acervo do Projeto “Fotografia e Complexidade”.

**DATA:** 1924.

**FOTOGRAFIA:** José Ezelino da Costa.

Neste dia, “[...] quasi toda a população da cidade achegou-se até o rio para espiar o Poço de Sant’Ana que tinha secado [...] Foi uma verdadeira novidade” (MONTEIRO, 1945, p. 31). Tudo isto ocorreu e nada do que as histórias lendárias e mitológicas narram com tanta veemência, aconteceu. E o lendário poço que nunca havia secado, desde a construção do templo de Sant’Ana não conseguiu resistir às “[...] sêcas e ao consumo crescente pela usina elétrica e pelo jardim da pracinha [praça da Liberdade], e ficou de lama rachada [...]”<sup>6</sup>. E não apareceu nem sereia, nem serpente, “[...] nem caboclo, nem menino e nem nada” (MONTEIRO, 1945, p. 31). Mas, há ainda aqueles que temem que um dia a serpente, criada imagetivamente, possa destruir a cidade, ou mesmo espera que outros fenômenos mitológicos e lendários apareçam no “cosmo” encantado do Poço de Sant’Ana.

Antigamente, este poço era o lugar preferencial dos caicoenses, que o procurava para se banhar e limpar as impurezas de sua alma, de seu espírito, enfim, de seu corpo. Nesse espaço, as sociabilidades também aconteciam, haja vista que, em decorrência desses banhos nas águas mansas e cristalinas do poço, os sujeitos caicoenses se encontravam a fim de tramar as múltiplas relações sociais e que em “[...] bandos, se vão banhar, pulando da pedra que me diziam ser a entrada do teu reino” (MONTEIRO, 1945, p. 32). A teia de relações era “[...] marcada pela

---

<sup>6</sup> (Sem Autoria). Precisamos de jardins. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de julho de 1955. Ano II. Número 71.

personalidade dos moradores, que se [...] [viam, se tocavam e conversavam]. Assim era que se organiza[va] esse espaço com suas formas de sociabilidade, adquirindo funções e significados [...]" (LAPA, 1996, p. 39).

Além deste poço, o próprio rio Seridó era, em manhãs em que a cidade acordava aromatizada com os cheiros de terra molhada, também o espaço procurado pelos caicoenses para os banhos matinais, bem como, para a trama de suas tessituras sociais. Na ausência de lagos e praias, o caicoense tinha durante as invernadas sertanejas, os banhos no rio Seridó. Destes banhos, a diversão poderia resultar-se em algo trágico, como o que foi noticiado no Jornal *A Fôlha*, do dia 16 de março de 1957, onde num sábado matinal, aproximadamente às 10 horas, após uma enchente que lavou as margens do rio Seridó, o jovem Elias Morais, de 20 anos de idade, quando se banhava nas águas desse rio, foi vítima de um acidente, em que na ocasião perdeu sua vida ao saltar de uma ponte sobre o rio, no qual fraturou o crânio sobre as pedras, desaparecendo nas correntezas. Apesar das “[...] buscas imediatas, seu cadáver só foi encontrado na tarde de terça-feira, dois quilômetros abaixo de Caicó, já em adiantado estado de putrefação”<sup>7</sup>.

Esses banhos e as relações sociais desencadeadas a partir destes atos foram lembrados por Lindomar Vale Lucena (1982, 47-48) na seguinte crônica mnemônica:

Os banhistas e as banhistas começam a chegar. Os gritos inundam o ambiente, assim como as águas barrentas inundam a região ribeirinha, transmitindo um som de cachoeira, bastante melodioso para as nossas tradições. É no rio Seridó que os caicoenses afogam as suas mágoas, extravasam toda a sua descontração. No ambiente do rio tudo acontece: cânticos, bebedeiras, peladas, bate-papos, ali a filosofia corre fluidicamente. No ‘estreito’, na ‘piscina’, à sombra das frondosas oiticicas, ou até mesmo no ‘poço de Sant’Ana’, a algazarra e a brincadeira surgem mesclando as areias alvas e as águas barrentas de um rio histórico para uma cidade amada. Há os famosos ‘pulos’ da ponte, as famosas ‘peladas’ [...]. Ainda há na memória dos bons nadadores as braçadas de seu Heriberto, atravessando o rio de um lado ao outro, driblando os remansos, elegantemente. É ótimo lembrar também as peripécias da menina: ‘furtos’ de melancia, de caju e cajarana das terras do coronel Zé lima. O caicoense deseja sempre contemplar aquelas ‘cheias’, ver a ponte repleta de gente discutindo a invernada, vivendo um clima de festa, observando a capelinha de São Sebastião.

Hoje se sabe que é impossível se banhar, como era de praxe em tempos de outrora, nas águas do Poço de Sant’Ana, assim como nas águas do rio Seridó, o primeiro por está poluído por dejetos e resíduos produzidos pelos seus

---

<sup>7</sup> (Sem Autoria). Trágico banho. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de março de 1957. Ano IV. Número 159.

próprios banhistas, e o segundo por está fenecendo com os materiais tóxicos que constantemente estão sendo despejados em suas águas, além das barragens que foram construídas ao longo de seu percurso, desde o seu nascedouro até o momento em que este desemboca na malha hidrográfica do rio Piranhas.

Ao lado do mito de origem da urbe caicoense, criado entorno do espaço no qual em dias hodiernos se conhece como Poço de Sant'Ana, a historiografia local também considera a existência de uma versão, dessa vez oficial e atualmente mais aceita entre os historiadores locais, para o surgimento da então cidade de Caicó. Essa versão oficial remete a origem “[...] da futura cidade à antiga Casa Forte do Cuó edificada com o objetivo de abrigar as tropas que iriam combater os indígenas revoltados” (MORAIS, 1999, p. 41). No ano de 1683, esta Casa, conforme Medeiros Filho (1998, p. 4), conhecida pelos nomes de Casa Forte do Cuó, do Acauã ou do Seridó, já teria sido erguida no sítio Penedo, nas adjacências do Poço de Sant'Ana, na atual cidade de Caicó. Ela fora construída em função de haver “[...] eclodido um levante do gentio tapuia contra a presença dos brancos no sertão da Capitania [do Rio Grande]” (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 4).

O nome desta Casa Forte era oriundo da designação dada pelos “[...] tapuias janduis e canindés ao grande rio que, proveniente das vertentes da atual Serra de Santana, descrevia no seu itinerário um longo arco, desaguando, após cerca de vinte e cinco léguas de curso, no rio Piranhas” (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 5-6). O território, atualmente representado pela cidade de Caicó, estava localizado “[...] à margem do então denominado RIO QUEIQUÓ, que significava, na linguagem própria dos tapuias, janduis e canindés, o mesmo que rio Acauã (este, no idioma tupi)” (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 6). Ainda conforme Medeiros Filho (1988, p. 6), em volta daquela Casa Forte, fora erigido o “[...] chamado Arraial do Queiquó, designação que foi substituída, pouco a pouco, pelo termo Caicó, uma acomodação da pronuncia do nome primitivo”. Em meados de 1735, o arraial era elevado ao título de Povoação do Caicó.

Por volta de 1788, esta povoação, de acordo com Medeiros Filho (1988, p. 6), ganhara o foros de vila, sob a denominação de Vila Nova do Príncipe – sede da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó<sup>8</sup>, desmembrada, em

---

<sup>8</sup> A Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó foi criada a partir do desmembramento em 1748 da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, atual cidade de Pombal/PB, encravada nos espaços da capitania da Paraíba. Segundo Moraes (2005, p. 70), a vastidão do

1748, da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, atual cidade de Pombal/PB – em honra ao futuro dom João VI. Nesta mesma ocasião deu-se também a criação do município.

Transcorridos algumas décadas após esse evento, a Vila Nova do Príncipe era elevada a categoria de cidade pela Lei Provincial de “[...] 15 de fevereiro de 1868, conservando a mesma denominação até 1890, quando o decreto do Governo Provisório n. 12, de 1 de fevereiro do mesmo ano, [mudou] o nome para cidade do Seridó” (DANTAS, 2001, p. 99). Por sua vez, esse decreto foi revogado a 7 de julho do mesmo ano, quando na ocasião mandaram que o nome de Cidade do Seridó “[...] passasse a se denominar, cidade do Caicó, nome indígena, pelo qual era geralmente conhecido desde a fundação” (DANTAS, 2001, p. 99).

Ao longo de sua estruturação física, essa cidade “[...] recebeu várias denominações: Povoação do Caicó, Vila Nova do Príncipe, Cidade do Príncipe, Seridó e, finalmente, Caicó” (MORAIS, 1999, p. 42). Em 1817, de acordo com informações auferidas nas tramas textuais de Medeiros Filho (1988, p. 41), o padre Manuel Aires de Casal, assim descrevia a Vila Nova do Príncipe: noutros tempos Caicó, “[...] medíocre, e bem situada sobre o rio Seridó, oito léguas acima da sua embocadura. Sant’Ana é a padroeira de sua matriz; e seus habitantes, de várias compleições, bebem o rio, em cujas margens cultivam feijão, hortaliças, milho e tabaco”.

Já o frei Caneca em sua passagem pelo sertão do Seridó por volta do ano de 1824, quando estava em deslocamento com suas tropas de Pernambuco para o Ceará, deixou algumas impressões atinentes a então Vila Nova do Príncipe, bem como, as plagas seridoenses. Acerca destas plagas, o carmelita, ao descer as quebradas do planalto da Borborema, descortinava a beleza das planícies seridoenses ao horizonte, tecendo o seguinte comentário: “A descida da serra da Borborema ainda nesta estação é lindíssima. Apresenta golpes de vista dos mais

---

território desta freguesia, as “[...] dificuldades de locomoção, o crescimento da população e, por conseguinte, o aumento da demanda por serviços religiosos, foram fatores decisivos para o seu desmembramento em 1748, dando origem à Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó”. Diante disso, o processo de desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, implicou na “reordenação do território partilhado pelas capitânicas do Rio Grande e da Paraíba [...] [instituído] um novo foco de centralidade, no lugar chamado Caicó, situado em terras rio-grandenses. [...] Assim, estabeleceu-se a primeira delimitação oficial referente ao espaço identificado como Seridó, expressa em um recorte que referendava o poder da Igreja Católica” (MORAIS, 2005, p. 71-72).

pitorescos, capazes de encantar os olhos dos viajantes”<sup>9</sup>. Após galgar os terrenos pedregosos das paragens seridoenses, frei Caneca, juntamente com suas tropas, atingia a Vila Nova do Príncipe pelos sopés da Serra do Samanaú, percorrendo a seguinte impressão sobre o pequeno aglomerado humano:

‘A vila tem uma igreja não pequena, nova e bem paramentada. A casa do vigário é do sobrado e boa. Todas as casas são novas de pedra e cal e fazendo um circulo, com diâmetro de trezentos passos em uma chã. Por detrás das casas o terreno é plano, mas pedregoso. Tem o rio três grandes poços de boa água que nenhum verão por mais forte, é capaz de secar’ (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 42).

Nesta narrativa, escrita pela pena do frei Caneca e registrada em seu diário, a Vila Nova do Príncipe é descrita e ornada por elementos humanos e físicos que se sobrepõem uns aos outros. O cronista apresenta uma vila composta por uma igreja nova e bem ornamentada, por um sobrado, por casas, na visão dele novas e construídas com o melhor material da engenharia humana da época, e por poços existentes no rio Seridó com água abundante. Possivelmente um destes era o Poço de Sant’Ana. Ainda segundo o frade, a cidade era farta de alimentos, de farinha, milho e arroz, apesar da inexistência de um comércio<sup>10</sup>. Esses monumentos, sobretudo, a Igreja de Sant’Ana, o sobrado, que posteriormente ficou conhecido como “Sobrado do Padre Guerra” ou “Sobrado das Moças” e os poços, cujo principal era o de Sant’Ana, podem ser “[...] considerados como ‘Objetos Biográficos’ da cidade [...] [que] nasceram e viverão eternamente com ela, tornando-se um dos seus principais pontos de referência” (DANTAS, 1996, p. 32).

Além dessas narrativas, outra leitura sobre a cidade de Caicó em tempos de outrora foi elaborada por Manuel Ferreira Nobre, que assim descreveu a então Cidade do Príncipe:

É uma bonita cidade dominada por uma casa assobradada de onde se goza uma vista extensa e assaz agradável. Apesar das planícies que se estendem ao norte e ao sul, é na maior parte montanhosa. E sujeita, como todo o alto sertão, a duas estações: a das águas e a da seca; a primeira dura de janeiro a maio e a segunda de junho a dezembro. Na estação das águas, as trovoadas são frequentes e assustadoras. Na estação da seca, os efeitos do calor são mui sensíveis: as noites porém, são sempre frescas. Distingue-se pelo trabalho. As mulheres são geralmente belas, de

---

<sup>9</sup> Dom José Adelino Dantas. Homens e Fatos do Seridó Antigo: no transcurso do 133º aniversário da passagem de frei Caneca por Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de outubro de 1957. Ano IV. Número 191.

<sup>10</sup> Dom José Adelino Dantas. Homens e Fatos do Seridó Antigo: no transcurso do 133º aniversário da passagem de frei Caneca por Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de outubro de 1957. Ano IV. Número 191.

costumes puros, sinceras nas suas afeições, e fiéis aos deveres da família e religião (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 42).

Essa crônica, assim como a escrita por frei Caneca, apresenta uma cidade visibilizada em sua geografia urbana, social e climática, destacando os aspectos físico-humanos de uma urbe, nascida com o nome de príncipe, depois evoluída para rainha, incrustada nos confins dos sertões potiguares. De acordo com informações auferidas em Medeiros Filho (1988, p. 42), a casa assobradada descrita por Manuel Ferreira Nobre, bem como por frei Caneca em 1824, era a que “[...] fora construída, entre os anos de 1810 e 1811, pelo padre Francisco de Brito Guerra, vigário local”.

Transcorridos mais de um século da passagem de frei Caneca pela Vila Nova do Príncipe, Mário de Andrade (1976, p. 299), em companhia do folclorista Luís da Câmara Cascudo e em visita a Caicó em janeiro de 1929, assim descrevia a paisagem urbana desta cidade: “Caicó me assombra, bem arrumada, casas novas. [...] E assim, grupos de casas novas, sem nenhuma espécie de vegetação, a gente tem uma impressão danada de monumentalidade”. Caicó se mostrava, aos olhos deste *turista aprendiz*, como uma urbe que se destacava pelo desejo de ser uma cidade grande, de ser uma cidade moderna, de ser simplesmente uma cidade em busca do progresso. Obviamente, na época em que Mário de Andrade esteve por aquelas paragens, Caicó não passava de uma cidade que se destacava apenas por sua importância econômica e política na região do Seridó Potiguar e, em partes, no estado do Rio Grande do Norte.

Acerca da etimologia do nome da cidade descrita e narrada por Manuel Aires de Casal, frei Caneca, Manuel Ferreira Nobre e Mário de Andrade, esta tem uma toponímia, “[...] frequentemente marcada por um grande conservadorismo [...] [e modificada ao longo da história] [...] pela evolução da língua” (CLAVAL, 2001, p. 202), cuja origem, presume ser indígena, “[...] sendo atualmente aceita a versão que defende sua origem vinculada aos termos Acauã e Cuó, que são sinônimos e designam acidentes geográficos – rio e serra, respectivamente, – da região” (DANTAS, 2003, p. 110). O primeiro termo está atrelado ao idioma tupi e o “[...] segundo à língua dos tapuias tarairiús. Havia, ainda, por parte dos indígenas, a identificação do termo rio por Quei. Daí presume-se que Caicó vem da pronuncia

Queiquó, termo tarairiú, significando rio do Cuó, o mesmo Acauã pelo Tupi” (DANTAS, 2003, p. 110-111).

Essas versões históricas, tanto aquelas atinentes a origem da fundação da cidade de Caicó descritas em páginas anteriores, como as referentes a sua toponímia arroladas no parágrafo precedente, se tornaram uma herança preciosa da cultura passada, cujo “[...] batismo do espaço e de todos os pontos importantes não [...] [foram] feito[s] somente para ajudar uns e outros a se referenciar [...], [mas sobretudo tratava-se] de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço” (CLAVAL, 2001, p. 189), representando uma espécie de tentativa de invenção de “verdades” históricas para a formação do espaço urbano caicoense.

Esses discursos, presentes na maioria dos trabalhos desenvolvidos acerca desta cidade, têm se constituído como uma eterna busca insaciável pela origem dos fatos sociais, uma incansável busca pelo começo das coisas, como se, ao ter um início, ela tivesse necessariamente também um fim. Uma reprodução de um binarismo tão criticado em alguns ramos das ciências humanas. Embora se tenha contemplado esses discursos neste capítulo, não foi do intento deste trabalho a reprodução desse binarismo. Talvez se tenha realizado isto, mas não se teve como descortinar a urbe caicoense a partir das lentes da historiografia seridoense, sem fazer nenhuma menção a esses discursos que permeiam, de maneira tão profunda, o imaginário urbano e literário do espaço citadino caicoense.

Assim, Caicó, corruptela dos termos Acauã e Cuó, enquanto um aglomerado elevado a categoria de cidade, teve, apesar da historiografia oficial apontar a Casa Forte do Cuó como o local de fundação dessa urbe, na Igreja Matriz, hoje com status de Catedral de Sant’Ana (Imagem 4), um marco para a sua organização urbana.

**IMAGEM 4**  
**“A Catadral de Sant’Ana”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.  
**DATA:** Primeira metade do século XX.

Deste modo, a formação do núcleo urbano caicoense, “[...] com a construção de casas e conformação de ruas, foi deslançando de fato, a partir da construção da Matriz de Sant’Ana” (MORAIS, 1999, p. 43). A igreja, nesse sentido, foi capaz de assumir uma “[...] força centrípeta capaz de aglutinar populações, assumindo um papel relevante no processo de ocupação e povoamento de Caicó” (MORAIS, 1999, p. 42).

Isso não se constituiu em um fato singular apenas na cidade de Caicó, mas em algo comum a todas as cidades que compõem a região do Seridó potiguar, no qual os seus núcleos urbanos se formaram e se desenvolveram entorno das igrejas católicas. Durante um longo período de formação dos espaços urbanos dos principais municípios da região do Seridó, o sagrado ostentou sua real presença na arquitetura das cidades, deixando muitas marcas encravadas na

[...] paisagem material das cidades, seja nos pontos elevados de suas planícies, por meio dos campanários das igrejas, nas capelas, nichos e cruzeiros, seja em suas toponímias ou em suas celebrações, reafirmando continuamente o vigor dos laços que [...] [a sociedade seridoense] buscava com o transcendente (ARRAIS, 2004, p. 128).

Essas formas deixadas nas paisagens urbanas das cidades seridoenses revelam arquiteturas que receberam um grande investimento simbólico, se constituindo em verdadeiras marcas que denunciam o “[...] vigor com que o sagrado falava à sociedade” (ARRAIS, 2004, p. 134). A contribuição da igreja católica na formação da paisagem urbana das cidades, através dos templos

sagrados enxertados em seus espaços, deve ser adicionada a “[...] contribuição de edificações e marcos arquitetônicos e urbanísticos mais modestos, em torno dos quais se desenrolavam práticas coletivas de apropriação dos espaços, [tal como as procissões], propiciando inclusive alterações físicas na paisagem” (ARRAIS, 2004, p. 157).

Atinente a construção de uma das marcas do catolicismo na cidade de Caicó, ou seja, a Igreja de Sant’Ana, esta se deu, provavelmente, por volta do ano de 1748, ano de instalação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó. Um documento encontrado no Livro de Tombo da Catedral revela o desejo dos fiéis em edificarem, em tempos idos, um templo religioso no pequeno aglomerado humano caicoense, bem como a notória necessidade, vista por alguns habitantes do lugar, da construção da Igreja de Sant’Ana. Segundo este documento histórico citado por Monteiro (1945, p. 33-34):

Aos 26 dias do mez de Julho do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil setecentos e quarenta e oito, em dia da Senhora Sant’Ana, padroeira desta freguesia, eu, o padre Francisco Alves Maia, Cura desta mesma Freguesia, vim a este lugar do Caicó, onde todos os Freguezes desta dita Freguezia ou a maior parte deles de melhor nota, assentaram por voto unanime que fosse fundada e erecta sua Matriz com a invocação de Senhora Sant’Ana, por ser este lugar o mais comodo e para onde podia concorrer o povo com conveniencia comum para todos; e aí no dito lugar acompanhado de grande parte de povo, e com consentimento do Tenente José Gomes Pereira, levantei uma cruz no mesmo lugar e terreno, onde os Freguezes hão de fundar a Matriz, para cuja fundação deu o dito Tenente José Gomes Pereira, e sua mulher Dona Ana Maria de Assunção, a terra que fosse necessaria e conveniente para se levantar dita Matriz assim como para casa do Reverendo Paroco e seus sucessores, sem pensão alguma de fôro, não podendo, porem, os parocos criar em dita terra gados vacum e cavalar e só sim algumas cabras para o seu passar. E, outro sim, que querendo alguém morar no tal lugar, não o poderá fazer sem beneplacito do dito Tenente, dono da terra e pagando-lhe fôro.

Embora a edificação da Igreja da antiga Freguesia de Sant’Ana tenha sido iniciada, simbolicamente, aos 26 de julho de 1748, quando ocorreu o levantamento de uma cruz num recorte espacial doado para a construção do templo, mais precisamente nas proximidades do rio Seridó, parte mais baixa da cidade, esta igreja já tinha sido criada, mesmo sem o início dos trabalhos de construção, aos 15 de abril do mesmo ano, por ato do “Visitador Manoel Machado Freire, em cumprimento ao Decreto de 20 de fevereiro de 1747, de D. Luís, Bispo de Pernambuco” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 7).

A partir da construção da igreja, erguida em terrenos situados na parte baixa da cidade, deu-se o crescimento e a consequente ampliação do arranjo

urbano de Caicó. Num interstício espacial incrustado entre os rios Seridó e Barra Nova e de feição mesopotâmica, Caicó espraiou e serpenteou sua arquitetura, suas marcas temporais e seu manto urbano. Durante um longo tempo, a cidade teve seu perímetro urbano circunscrito as adjacências dessas duas bacias hidrográficas, cuja *célula-mater* voltava-se para as contiguidades do templo de Sant'Ana.

Nesse espaço, “[...] estavam localizados as residências das famílias mais aquinhoadas, geralmente os fazendeiros da região, que mantinham as casas fechadas durante boa parte do ano, pois só vinham à cidade em épocas específicas, como festas e eleições” (DANTAS, 2003, p. 111). Além de se constituir como núcleo “[...] residencial da elite local, próximo a igreja também se encontrava os poderes político, jurídico e econômico, representados pela praça do mercado, o prédio da cadeia e do senado da Câmara” (DANTAS, 2003, p. 111).

Diante disto, a Igreja de Sant'Ana simbolizou para a cidade de Caicó a mola propulsora que possibilitou o espraiamento e o crescimento de sua mancha urbana. Esta cidade, permeada pelos contrastes entre as formas criadas ontem e transformadas hoje em rugas ou estrias, inventa cotidianamente seu presente, “[...] no ato de lançar o que adquiriu e de desafiar o futuro. Cidade feita de lugares paroxísticos em relevos monumentais” (CERTEAU, 2003, p. 169). A Igreja de Sant'Ana, bem como os muitos monumentos incrustados nos distintos espaços urbanos de Caicó, era a referência ocular de observadores da cidade, que, tanto de cima, como de baixo, lançavam seus olhares para a paisagem dessa urbe, descortinando, ao deambular pelos seus territórios, as múltiplas fisionomias cidadinas e as polissêmicas tessituras sociais, praticando intensamente as tramas da vida cotidiana, tecidas em seus espaços narrados pela historiografia local e regional.

### **1.3 Por uma narrativa da cidade**

Do alto da torre direita e solitária da Igreja de Sant'Ana, seria possível, para aqueles sujeitos praticantes do espaço desejosos em olhar a cidade em uma perspectiva panorâmica, ver Caicó. O olhar direcionado ao horizonte da urbe poderia proporcionar a esses praticantes “[...] um prazer especial, [vivenciado unicamente] por mais comum que possa ser o panorama” (LYNCH, 1997, p. 1), registrando e captando as suas formas e construindo, em lances sub-reptícios e sorrateiros, narrativas visuais acerca de uma cidade. Ainda do espaço mais elevado da Igreja de

Sant'Ana, seria possível, embora sem um contato corpóreo mais próximo com algumas práticas cotidianas urdidadas nas malhas urbanas, fitar lances visuais para a cidade panorâmica.

Dessas visões ópticas lançadas sobre a cidade e seus múltiplos espaços, o largo da Igreja de Sant'Ana se apresentaria com toda sua configuração espacial, suas praças, ruas, avenidas, casarios, templos religiosos, enfim, seu complexo histórico-cultural de invenções humanas. Do alto da torre dessa igreja, ainda seria possível observar uma cidade em miniatura, uma cidade horizontal e uma cidade vista em uma escala micro-geográfica. Embora a cidade pudesse se apresentar numa micro-escala, as micro-espacialidades e as micro-partículas sociais tecidas no solo urbano não teriam possibilidades de serem capturadas com tanta acuidade, tendo em vista que essa visão se constituiria em uma “[...] posição do sujeito em situação de ubiquidade total. Uma vez que radicalmente distanciado do [burburinho humano, esse] ponto de vista [...] seria um ponto fora da experiência ordinária” (MARQUEZ, 2006, p. 15).

Ademais, desta condição deslocada e panorâmica, somente poder-se-ia capturar “[...] aparições não cotidianas do mundo, imagens improváveis, escalas não perceptíveis com o corpo na terra [...]” (MARQUEZ, 2006, P. 15). Nelas não se notariam mudanças bruscas, apenas uma “[...] modificação prévia brutal, a violência da geometria da escritura no território feita real” (MARQUEZ, 2006, p. 15). Todavia, se o intento fosse compreender a cidade em suas minúcias, esta visão totalizante não seria suficiente, já que a cidade-panorama se dimensionaria em um “[...] simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (CERTEAU, 2003, p. 171). Deste modo, uma visão panorâmica da paisagem, superficial, homogênea, panóptica<sup>11</sup> e fixa do espaço, não bastaria para atinar os *micro-scripts* cotidianos de uma cidade.

Então, para não incorrer num risco de homogeneização desses *scripts*, seria necessário descortinar a cidade a partir de outra perspectiva que não fosse a panorâmica. O caminhar pelo espaço, ao rés do chão, se apresentaria como uma

---

<sup>11</sup> Segundo Foucault (1996, p. 183), o panóptico se constitui numa “[...] máquina de ver é uma espécie de câmara escura em que se espionam os indivíduos; ela torna-se um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira”. Diante disso, pode-se inferir que no decorrer da história da cidade de Caicó, bem como de outras cidades do Seridó potiguar, a igreja católica e seus representantes, imbuídos por uma moral cristã, exercia a função panóptica de observar, controlar, vigiar e punir as práticas e condutas dos sujeitos ordinários.

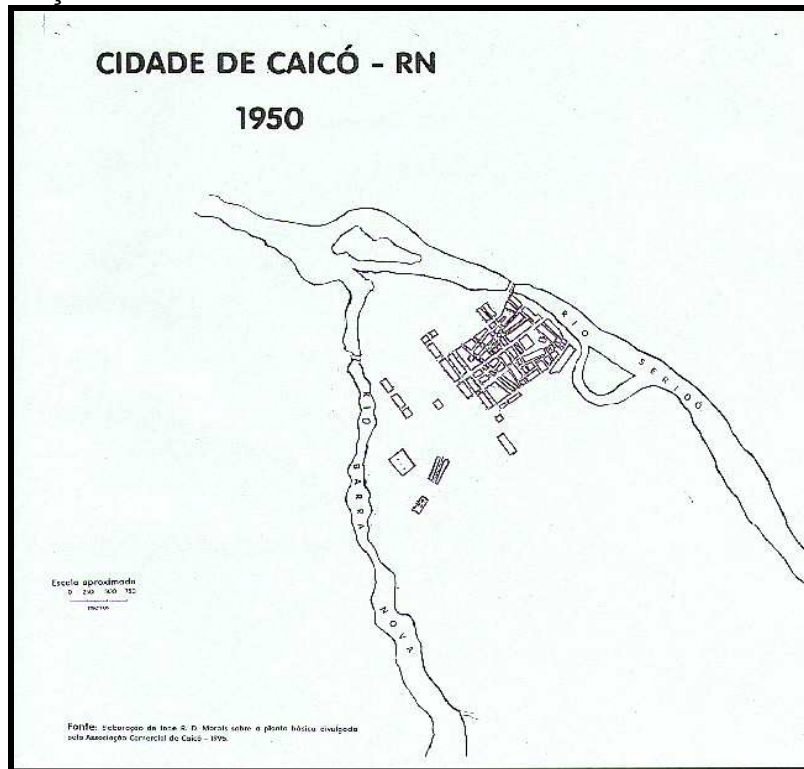
alternativa capaz de fugir desse risco, enveredando por entre as frestas<sup>12</sup> urbanas de outrora, elaborando descrições densas que contivessem “[...] em si uma microscopia interessada nos contextos obscuros, nos assuntos pequenos, nas chamadas miniaturas etnográficas” (MARQUEZ, 2006, p. 14) e passeando por lugares no qual, através dos limiares onde cessa “[...] a visibilidade e vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles seriam caminhantes, pedestres, [...] cujo corpo obedeceria aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevessem sem poder lê-lo” (CERTEAU, 2003, p. 171).

Através de itinerários citadinos, realizados por entre os labirintos urbanos, se tornaria possível apreender partículas de uma cidade que, sendo baluarte dos atos oníricos dos sujeitos, se construiria por meio de pequenas e grandes obras, do trabalho, “[...] do lazer, da morte e da vida. A sua construção seria sempre polifônica e hipertextual, independente de tamanhos e hierarquias, pois o que a definiria seria a capacidade ampliada de articular, organizar, desorganizar os dados nela dispostos” (DANTAS, 1996, p. 70). Numa estratégia de escapatória das visões homogeneizantes e totalizantes do olhar panorâmico, o sujeito praticante do espaço citadino caicoense que, porventura desejasse fazer um percurso pelo chão da cidade durante os primeiros suspiros da década de 1950, atinaria um traçado urbano que estaria representado na seguinte cartografia citadina (Mapa 2):

---

<sup>12</sup> Entende-se por “[...] fresta uma abertura estreita, discreta, uma falha no mundo dos objetos ou das teorias, uma fissura por onde se pode ver algo encoberto ou por onde vaza uma luz reveladora” (MARQUEZ, 2006, p. 17).

**MAPA 2**  
**“Traçado urbano da cidade de Caicó no início da década de 1950”**



**FONTE:** MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade:** Caicó em sua dinâmica espacial, 1999.

Em termos de localização geográfica, esse traçado urbano compreendia um perfil espacial que estava limitado as seguintes referências citadinas:

[...] um amontoado de casas, da Rua Marinheiro Manoel Inácio à Catedral de Sant’Ana, que se estendia um pouco mais com as ruas do ‘do Cateretê’, ‘Berra Bode’, ‘Alto do Louvor’, ‘Do Pinto’, que formavam o nosso ‘Cai Pedaco’, que começava em Pedro Casé [o dono do cabaré mais cobiçado da cidade] e terminava pro’s lados de Ciço Vieira. Havia também as casas perto da ‘Ladeira de João de Cândido’, as da família Capitão (Rua Pires Ferreira), o quarteirão do Hospital, casebres no ‘Salitre’ [...] que iam dali contornando a usina de Dinarte Mariz até o bairro da Intendência, onde tinha um açude com esse nome margeando a estrada que ia para o Itans, na faixa quase urbana que se estendia dos cercados de ‘Zé Evaristo’, por trás do Quartel de Polícia e da bodega de Manoel Maria. Mas da bodega de Dona Rosa pra lá, poucos moradores faziam companhia ao CDS, começando a Paraíba, uma ‘rua nova’ que ia até o Abrigo dos Velhos. Também já existiam as pracinhas; Dr. José Augusto, da Liberdade e de Sant’Ana, batizada pelo povo ‘da Catedral’ e ‘da Matriz’. A do Rosário era apenas um areial [...] Era o tempo dos calçadões, ou melhor; das calçadonas como chamávamos antigamente [...] (REVISTA CAICÓ *apud* MORAIS, 1999, p. 90-91).

Nesses espaços, referências as circunscrições territoriais existentes no tecido urbano da época, os habitantes da cidade protagonizavam as histórias de sua

condição humana. Dentre essas protagonizações, as práticas ordinárias tecidas por indivíduos, tipificados pela moral urbana, como contraventores da ordem vigente, se constituíam como aquelas consideradas as que mais poderiam ameaçar a conduta da família caicoense e, portanto, as que mais eram alvos das investidas dos mecanismos de disciplinarização social.

Essas práticas eram urdidas por indivíduos que ao cair da noite percorriam as ruas da cidade de Caicó, inebriando seus corpos à procura de satisfação de seus desejos. As ruas dessa cidade se dimensionavam em lugares reveladores, praticados pela experiência espacial do cidadão e pensados a partir de sua rotina, dos confrontos, “[...] conflitos e dissonâncias. [Era] no panorama das ruas [que] [...] [lia-se] a vida cotidiana – seu ritmo, suas contradições, sentimentos de estranhamento como formas de alienação [...], modo como a solidão desponta[va], a arte da sobrevivência” (CARLOS, 2001, p. 36).

Era ainda em determinadas ruas da cidade, com suas paisagens temidas, que haviam os espaços que se constituíam em lugares do encontro, do desencontro e do reencontro, no qual eram atinados pela sociedade caicoense da época, como territórios onde eram tecidas práticas desviantes. Portanto, um anexo e um apêndice de uma cidade caótica, que aglutinava também, os espaços dos bares, dos becos, das travessas, enfim, os espaços perigosos da noite, que infestavam a cidade e que junto “[...] com as jogatinas e os bordéis, configuravam a zona perigosa aos bons costumes, onde evitavam passar as pessoas de respeito, principalmente as do sexo feminino” (PESAVENTO, 1994 *apud* PESAVENTO, 1997, p. 27).

A cidade durante a noite era mais ameaçadora e mais temida pelos sujeitos de bons costumes, “[...] pois acobertava com mais facilidade vícios e crimes, [...] [povoada] de tipos [suspeitos] que não eram facilmente vistos à luz do dia [que] procuravam as sombras para atuar qual morcegos e aves noturnas [nos espaços malditos da urbe]” (PESAVENTO, 1997, p. 27). A cidade da noite era a cidade do escuro, concebida, desde os tempos imemoriais, como “[...] fonte de mistério, medo, suspense e sedução. Metáfora do mal, das trevas e da obscuridade, o escuro opõe-se a clareza, às luzes, à razão” (VALE, 2000, p. 38). A cidade durante a noite era sinônimo de medo e de curiosidade pelo estranho e pelo desconhecido, metáfora de uma emoção básica “[...] frente a certas circunstâncias que exponham o indivíduo ao risco, ao perigo, ameaçando a continuidade de sua vida” (SOUSA FILHO, 2001, p. 11).

Os espaços da cidade noturna eram percebidos como produtores de sujeitos infames, de filhos livres da dominação dos pais, de mães irresponsáveis que deixavam seus filhos a mercê dos riscos da rua, de prostitutas, alcoólatras e rapazolas inconsequentes em suas ações, enfim, de espécies de *territorialidades marginais*, sujeitas a interdições morais, que transgrediam as normas culturais e os valores sociais da época tidos como legítimos.

Essa cidade caótica e invisível, com seus espaços amorais, precisava entrar na ordem do discurso, tendo que ser disciplinada e controlada por um modelo panóptico de vigilância, já que ela representava um cenário dissipador de práticas mórbidas que perturbavam a “saúde” moral da urbe ordenada e visível – da igreja, da casa, do dia e do iluminado.

Vale salientar que o espaço de ambas as cidades – o visível e o invisível –, embora com suas distinções e particularidades, chegava muitas vezes a se confundir, pois não era porque a prudência, a resistência, a persistência ou a defesa dos oprimidos recomendassem “[...] a camuflagem, a clandestinidade, o silêncio, os movimentos furtivos, que eles não se vejam compelidos a cruzar e agitar-se no espaço bem-composto dos que [...] [queriam ou precisavam] ser vistos” (LAPA, 1996, p. 124).

Como exemplo dos espaços invisíveis e transgressores da ordem social, pode-se mencionar, a partir dos rastros de memória de Lindomar Vale Lucena, o caso da Rua 13 de Maio<sup>13</sup>, situada nas proximidades da Catedral de Sant’Ana da cidade de Caicó. Segundo esse cronista (1982, p. 34-35), por volta da metade do século passado e aos embalos das noites caicoenses,

[...] logo após o desligar da luz (21 horas), a Rua 13 de Maio se torna mais procurada, mais movimentada. [...] Lá a música aparece, as saudades e recordações frutificam. Os olhares se encontram. As conquistas recomeçam. Bebe-se e dança-se. Vende-se o amor. Ali sabe-se que não é proibido sofrer, nem ter ilusões. Aproveitam-se todos os momentos. As vendedoras de ilusões fazem o salão. Perfumes inebriam o ambiente. É festa! É noite de amigos que se reencontram. Vive-se ‘hoje’ o noturno intensamente com medo do ‘amanhã’ Matutino. Caicó é ainda cidade pequena! Teme-se o comentário por ter frequentado um bordel [...] Um cateretê. Era assim a 13 de Maio: hospitaleira, vendedora de ilusões, engalanada à noite, ponto de conversa pela manhã, na tamarineira; à tarde, voltada para o crepúsculo das mariposas.

---

<sup>13</sup> Ao longo da história da cidade, a Rua 13 de maio também recebeu a denominação de “Rua da Cadeia Velha”, por abrigar o prédio da antiga casa de câmara e cadeia, ainda hoje presente na cidade, no qual inúmeros presos cumpriram penas criminais. Além disso, atualmente a rua é conhecida como rua do Museu, sede do Museu do Seridó, ou ainda rua Amaro Cavalcanti.

Nessa rua, o profano ameaçava o sagrado, se constituindo como um espaço preferencial de alguns sujeitos da cidade, que durante as noites caicoenses procuravam essa cartografia urbana, a fim de tramar suas relações de sociabilidades, suas práticas ordinárias, enfim, suas múltiplas ações desviacionistas. Desse modo, a cidade era dividida entre o “[...] permitido, o público, o dizível, e uma outra face oculta, privada escondida intra-muros, marginal. Desta só se pode falar sigilosamente” (DANTAS, 1996, p. 70). A Rua 13 de Maio se configurava como um autêntico espaço do proibido, do promíscuo, do corruptor e do moralmente patológico para os valores saudáveis das famílias caicoenses.

Nos fragmentos de memória de Maria das Dores, colhidos por Eugênia Dantas (1996), quando ela era aluna do Ginásio Santa Terezinha (GST), na época um internato feminino, às vezes a religiosa – prefeita do educandário – tinha o hábito de fazer algumas visitas a sua irmã, que residia do outro lado da cidade, ulterior a ponte sobre o rio Seridó. Nestas ocasionais visitas, “[...] nós internas, costumávamos acompanhá-la neste passeio dominical. Saíamos do colégio, em fila, com a recomendação de não olharmos para os lados, quando estivéssemos passando naquela rua [a rua do meretrício, a Rua 13 de Maio]” (DANTAS, 1996, p. 70).

Mesmo durante o dia, mesmo sem as práticas noturnas e mesmo sem os personagens licenciosos da noite, a Rua 13 de Maio era temida pelos sujeitos da moral urbana, vista como um espaço doentio, clandestino, despidorado e pecaminoso. Neste sentido, habitar e praticar a cidade, com seus múltiplos espaços, era “[...] estar sempre caminhando sobre uma linha muito tênue que separava o que era permitido do proibido, esse ilusório antagonismo que se reciclava e se alimentava na mestiçagem das práticas cotidianas, sejam elas reais ou imaginárias” (DANTAS, 1996, p. 71). Isto se tornava evidente em sua própria “[...] constituição espacial que se encarregava de fazer as separações e construir os caminhos que rejuntavam o que estava aparentemente separado, abarcando ‘todos os aspectos da alma humana – portanto suas áreas suspeitas [...]’” (DANTAS, 1996, p. 71).

Eram dos territórios da Rua 13 de Maio, mais precisamente do meretrício existente neste espaço apropriado, delimitado e demarcado por relações de poder, que emergiam respirações transgressivas, corpos e subjetividades que burlavam as normas de segurança e as regras de civilidade, abalando a ordem estabelecida por uma sociedade eivada de elementos patriarcalistas. Nesses territórios, os sujeitos libertavam seus anseios e desejos reprimidos pelo exercício

rotineiro de uma moral castradora e punitiva, e de um ideal de comportamento impossível de se realizar em outros espaços alvos dos dispositivos disciplinares.

Sujeitos que se apropriavam de territórios do desejo, do prazer, dos olhares que se entrecruzavam, dos corpos que se abraçavam, embalados pelos ritmos e acordes frenéticos, enfim, das múltiplas condutas e relações de poder que eram tecidas nestes espaços, identificados como autênticos espaços do indesejável, do pernicioso, do desagradável, ou como diria Michel Foucault, do heterotópico.

Para esse autor, os espaços heterotópicos, enxertados nas várias cartografias sociais, descortinados nas distintas paisagens humanas e capazes de superporem num único lugar diversos locais que em si são incompatíveis, se caracterizariam em recortes característicos do mundo moderno, efetivamente vivenciados e socialmente produzidos dos locais e das relações tecidas entre eles.

Esses espaços emergem numa era, denominada por Michel Foucault como “Era do Espaço”, justamente, depois deste ter sido tratado e abordado durante todo o século XIX, pela filosofia, por alguns críticos sociais e pelo historicismo, como algo morto, passivo, fixo e não-dialético, em detrimento do tempo, interpretado como riqueza, fecundidade e dialética.

Contra essa desvalorização do espaço, Michel Foucault (2001) insistia numa reequilíbrio de uma priorização do tempo em relação ao espaço, afirmando que este era fundamental em qualquer forma de vida comunitária e em qualquer exercício de poder. Restaria então, conforme esse autor, escrever toda uma história dos espaços – que se constituiria numa história dos poderes – desde as grandes estratégias geopolíticas até as pequenas táticas do habitat cotidianamente.

Acerca da heterotopia, sistematizada num texto escrito por Michel Foucault para um grupo de arquitetos, esse autor a descreve através de alguns princípios que teriam por objetivo, em uma determinada sociedade, o “[...] estudo, a análise, a descrição, a ‘leitura’, como se gosta de dizer hoje em dia, desses espaços diferentes, desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 416). Assim, as heterotopias se constituiriam naqueles outros topos, naqueles outros lugares e naqueles outros espaços que se oporiam, de maneira mítica e real, a todos os outros topos, a todos os outros lugares e a todos os outros espaços que se vivem sob as ordens da regra, da norma e da disciplina.

Embora com características peculiares referentes as heterotopias, tais como: variedades, efemeridades, mutabilidades, justaposições, temporalidades, aberturas, fechamentos, entre outras, estas podem ser classificadas em dois grandes tipos: o primeiro tipo seria referente aquelas heterotopias, presentes primordialmente nas sociedades primitivas, denominadas por Michel Foucault (2001, p. 416) de heterotopias de crise, isto é, lugares privilegiados, ou sagrados, “[...] ou proibidos, reservados aos indivíduos que se encontram, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual eles vivem, em estado de crise”.

No entanto, essas heterotopias de crise, materializadas em lugares referentes a aqueles colégios em seu modelo do século XIX ou a aqueles do serviço militar para certos rapazes, estão desaparecendo e sendo substituídos, por “[...] heterotopias que se poderiam chamar de desvio: aquela na qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à media ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2001, p. 416).

Além da Rua 13 de Maio, conhecida por aglutinar em suas entranhas estes tipos de comportamentos, o espaço da rua Cel. Francisco Pinto, localizado na zona norte da cidade, logo em sua entrada, também se constituía como um território que, enxertado por sociabilidades transgressoras, estava imbuído por essas heterotopias de desvio, no qual abalavam as estruturas morais e incomodavam a ordem social vigente da época.

Isto pode ser percebido num abaixo assinado, publicado no semanário do Jornal *A Fôlha* por alguns moradores desses espaços, no qual os mesmos, dizendo-se não suportarem mais as correrias noturnas e as imoralidades proferidas por mulheres infelizes que habitavam a Rua 13 de Maio e a rua Cel. Francisco Pinto, fizeram o seguinte apelo ao então Juiz de Direito da Comarca de Caicó:

‘Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Caicó, na forma da Lei etc ... Nós, abaixo assinados, brasileiros, moradores nesta cidade há muito tempo, sendo vítimas de palavras imorais proferidas por meretrizes que residem na Rua 13 de maio e na Rua Coronel Francisco Pinto e que fazem correrias, quando a patrulha se retira, perturbando o sossêgo público, vimos pedir a V. Excia., a bem do nosso direito e a bem da moralidade da família caicoense, a retirada dessas mulheres’<sup>14</sup>.

Era necessário, para os guardiões da ordem e da moral da época, que fosse encontrado outro local, distante dos olhos da família patriarcal, para essas

---

<sup>14</sup> Alfredo Alves Cabral. A imprensa é livre. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 24 de agosto de 1957. Ano IV. Número 182.

mulheres, assim como, para seus espaços de labuta. A reportagem publicada, em forma de reclamação, no periódico supracitado, ainda fazia apelos as autoridades competentes, aos homens de bem de Caicó, que amavam sua família e honravam seu lar, que cooperassem com esta causa, “[...] arranjando um local distante do ambiente familiar, para retirar êsses cabarés malditos que envergonham nossa cidade”<sup>15</sup>.

De acordo com essa reclamação, somente na entrada da ponte Soldado Francisco Dias – sobre o rio Seridó –, existiam cerca de cinco cabarés construídos num terreno do Patrimônio Público Municipal. Os frequentadores assíduos destes espaços heterotópicos, tipificados na reportagem como tarados e assediadores, contrariavam essas reclamações, dizendo que os cabarés não deviam se acabar, porque desde sempre aquelas ruas, eram as ruas dos cabarés. Por outro lado, o Sr. Alfredo Alves Cabral, responsável pelo abaixo assinado e autor da matéria de reclamação, intitulada de “A imprensa é livre”, afirmava, opondo-se a opinião dos sujeitos frequentadores dos cabarés, o seguinte sobre esses espaços desviacionistas:

[...] eu alcancei morando ali famílias que se formaram sem a promiscuidade e o desrespeito de hoje. E por que não se acabam? É uma vergonha! Se as famílias viajam do centro da cidade, pela ponte, encontram ‘tarados’ agarrados com mulheres. Se chegam a Caicó, deparam se com as mesmas cenas deprimentes. Ao lado direito e ao lado esquerdo da ponte, cabarés construídos no Patrimônio que não precisa de foro tão imundo. Ultimamente um cidadão, explorador do meretricio, sem considerar nossas famílias, arranhou uma casa de herdeiros, sem ser inventariada, para construir um ‘gango’, onde já fez e alugou dez quartos a meretrizes, sem instalações sanitárias, atirando-se à rua as imundícies. Onde estão os Srs. fiscais? Espero que os homens de bem de Caicó cooperem conosco, conseguindo retirar êsses focos imundos da entrada da cidade, de um ambiente próximo à Catedral e onde moram muitas famílias que se prezam. Lembrem se de que Caicó é a 3ª cidade do Rio Grande do Norte e tem o nome de ‘Capital do Seridó’. A mulher tem o direito de casar e construir seu lar; e não viver da prostituição mais desavergonhada, espalhando a sífilis e a tuberculose<sup>16</sup>.

Nesse sentido, mesmo com as tentativas de interdições por parte de alguns indivíduos defensores dos bons costumes e da boa moral, as práticas desviacionistas urdidas nos territórios tabus da Rua 13 de Maio e da rua Cel. Francisco Pinto, resistiram, até quando não foram “engolidos” pelo processo de

---

<sup>15</sup> Alfredo Alves Cabral. A imprensa é livre. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 24 de agosto de 1957. Ano IV. Número 182.

<sup>16</sup> Alfredo Alves Cabral. A imprensa é livre. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 24 de agosto de 1957. Ano IV. Número 182.

urbanização, ao poder do forte, continuando a ser tecidas, embora não por muito tempo, nas malhas urbanas caicoenses.

Essas práticas também passaram a compor o cenário paisagístico da cidade, se dimensionando em atividades desenvolvidas por sujeitos transgressores que, ao fazer uso de suas táticas e astúcias, golpeavam e abalavam em gestos hábeis, sub-reptícios e criativos, a ordem e a “rede de vigilância panóptica” estabelecida pela sociedade local, tecendo suas rotinas, suas operações, suas experiências, suas dimensões performáticas, enfim, suas artes de (sobre)viver cotidianamente a condição humana nestes lugares de heterotopia urbana.

As tentativas de interdição eram muitas e eram realizadas, principalmente, no principal veículo de comunicação impresso existente na cidade. Numa reportagem publicada nesse veículo, ou seja, no *Jornal A Fôlha*, o Sr. Alfredo Alves Cabral voltava as colunas deste semanário para denunciar os atos de orgia e prostituição comumente praticados nas ruas supracitadas, bem como, na rua Manoel Joaquim. Nessa rua, segundo esse cidadão, um explorador de um meretrício instalou um cabaré defronte ao seu domicílio, não mais distante do que 15 metros, funcionando ininterruptamente, tanto durante o dia, como no desenrolar da noite<sup>17</sup>.

Ainda de acordo com essa reportagem, escrita por um dos defensores da boa moral e da civilidade urbana, a cidade de Caicó precisaria seguir os exemplos das urbes vizinhas, tais como: Parelhas, São João do Sabugi e Serra Negra, no qual os cabarés estavam situados bem distantes dos ambientes familiares. Em Caicó, ao contrário destas outras cidades, os cabarés estavam incrustados no seio da família, aos olhos e ouvidos dos guardiões dos bons costumes.

Ademais, no que concerne ao cabaré enxertado na rua Manoel Joaquim, este vinha causando perturbações, incômodos e desassossegos para alguns sujeitos que habitavam suas contiguidades, não respeitando nem os momentos mais lúgubres vivenciados por certos arranjos familiares. Ainda atinente aos espaços e práticas desse cabaré, o Sr. Alfredo Alves Cabral, conforme relatos publicados nas colunas d’*A Fôlha*, tecia os seguintes comentários:

Aqui na nossa rua ha mais de trinta crianças que vêem todos os dias espetáculos tristes [...]. As famílias que vem dos sítios assistir às cerimônias religiosas na Igreja de Sant’Ana sempre deparam com as cenas

---

<sup>17</sup> Alfredo Alves Cabral. Voltando ao combate. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 25 de junho de 1960. Ano VII. Número 257.

deprimente nas ruas [...], pois é estrada pública. Nunca mais tivemos a felicidade de dormir sossêgados. Aconselho áquele explorador do meretrício que ‘Live and let live’: Viva e deixe os outros viverem’; Lembre-se que a vida é riso e dor, quem abre a cena sorrindo encerra o acto a chorar. Melhor seria que êsse explorador do meretrício fôsse produzir na lavoura que é a primeira fonte de riqueza do mundo. Que produção deixa um cabaré na cidade? Deixa a sífilis; a tuberculose; o cancer e o crime de homicídio. Eu peço a Deus que abençoe as famílias de Caicó e nos livre das garras deste explorador que vive exclusivamente instalando cabarés para envergonhar nossa cidade [...]. Neste momento que pego no meu humilde lapis para ferir alguém, meu coração está cheio de dois sentimentos: um de alegria e outro de tristeza. O de alegria porque ainda espero que as autoridades venham tomar conhecimento e providencias, e o de tristeza porque os cabarés em Caicó não estão respeitando nem os mortos. Nós moradores da Rua Manoel Joaquim não podemos abandonar as nossas casas por causa de um cabaré que, quando ele chegou, já nos achou. Portanto, a bem da coletividade Caicoense pedimos que retirem êsses focos imundos das nossas ruas e nos deixem tranquilos<sup>18</sup>.

O cabaré da rua Manoel Joaquim, assim como o da Rua 13 de Maio e o da rua Cel. Francisco Pinto, feria a imagem de uma cidade erguida, predominantemente, sobre os baluartes de uma doutrina católico-apostólico-romana. As reclamações advindas de alguns sujeitos, interpretados como conservadores da boa moral, não eram feitas somente em virtude da presença desses três espaços transgressores em territórios delimitados por relações patriarcalistas, relativamente próximos ao principal templo da cidade, ou seja, da Igreja de Sant’Ana, mas também dos espaços desviacionistas enxertados nas margens e limites da urbe, portanto, distantes da área sagrada da ambiência citadina.

Como exemplo disto, pode-se citar o caso de uma denúncia, baseada num inquérito policial, colhida num processo-crime de 13 de outubro de 1952, retirado do Fundo da Comarca de Caicó e sob a guarda do LABORDOC/CERES/UFRN, no qual os cidadãos Eloi M. da S<sup>19</sup>., Justino B. e José A. de A., residentes nessa cidade, responsabilizam os réus Augusto R. da C. e Rita P. de L. por manterem um cabaré numa casa denominada de Refúgio, no bairro Paraíba, zona oeste da urbe, para onde “[...] convergiam mulheres de vida livre, que, em companhia de indivíduos perturbavam o socêgo da noite a das famílias [...]”<sup>20</sup>.

Ainda conforme os relatos dessa denúncia, o cabaré trazia desassossegos até altas horas as famílias residentes em suas adjacências, com

---

<sup>18</sup> Alfredo Alves Cabral. Voltando ao combate. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 25 de junho de 1960. Ano VII. Número 257.

<sup>19</sup> Os nomes dos envolvidos no processo foram reduzidos às iniciais para preservar a identidade dos mesmos.

<sup>20</sup> PROCESSO-CRIME. Caicó. 13 de outubro de 1952.

rixas, algazaras e pornografias, e que dado o número considerável de famílias existente naquele ambiente, estava transformando tudo aquilo “[...] numa promiscuidade jamais vista em nossa cidade, concorrendo com o abuso de tamanho escândalo para a prostituição, que tem atualmente tomado proporções assombrosas, nas famílias ali residentes”<sup>21</sup>.

Depois de muitas denúncias, embora resistindo até certo ponto às condutas, interdições e dispositivos disciplinarizadores, alguns cabarés da cidade, sobretudo aquele incrustado nos espaços da Rua 13 de Maio, não conseguiu se prolongar por muito tempo. Após muitas reclamações e apelos feitos pelos habitantes da cidade, o meretrício existente nesta rua, fora, lá pelos idos de 1965, transferido para outro local, distante do âmbito familiar saudável de Caicó, passando a ocupar, por conseguinte, as margens da urbe. Essa transferência foi assunto de uma pequena reportagem publicada ainda nas páginas d'*A Fôlha*, no qual a mesma dizia o seguinte:

A Justiça caicoense, através do Juiz de Direito Dr. João Marinho contando com o apoio do Snr. José Paulo Filgueira, agiu acertadamente em ter transferido para outro local o baixo-meretrício da Rua 13 de Maio. Ali foi palco por muitos anos dos mais tristes e escandalosos, espetáculos de arruaças e agitações perturbando incessantemente as famílias da antiga Rua da Cadeia e adjacentes. A Rua 13 de Maio passará a ser um núcleo familiar depois de ter sido afastado por completo o Baixo-Meretrício<sup>22</sup>.

Assim, a Rua 13 de Maio perdia atores que durante muito tempo encenaram em seus bastidores e protagonizaram em seus cenários espetáculos licenciosos. No decorrer de anos, quando a sociedade caicoense rogava por decência, moralidade e civilidade, e quando as ruas da cidade eram alvos de modelos de vigilância, o meretrício da Rua 13 de Maio, bem como os enxertados em outras partes da paisagem urbana, gerava indignação nos sujeitos de bons costumes, tendo em vista que o mesmo era constituído por hábitos transgressores, patológicos, amorais, enfim, heterotópicos.

Diante desta consideração, pode-se inferir que na cidade, como uma construção social imbuída de práticas desviantes, embora com seus espaços apropriados e subjetivados por relações de cunho moralistas, muitos eram os

---

<sup>21</sup> PROCESSO-CRIME. Caicó. 13 de outubro de 1952.

<sup>22</sup> (Sem Autoria). Justiça. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 201.

praticantes, as práticas e os espaços heterotópicos, não se limitando apenas aos territórios tabus da urbe identificados nas linhas precedentes.

De modo geral, a cidade, seja ela de pequeno, médio ou grande porte e contendo cada uma características que as tornam particulares e/ou distintas, por ser um fenômeno humano contraditório e desigual, bifurcada em caminhos e descaminhos, acautela em suas entranhas uma miríade de heterotopias urbanas, coadunando com mais recrudescência pedaços de espaços flutuantes e lugares sem lugares, que podem ser identificados como sendo aqueles atinentes aos bares, bordéis, zonas, cemitérios, casas de repouso, clínicas e hospitais psiquiátricos, prisões, prostíbulos, dentre outros, ou seja, espaços burilados por práticas singulares e genuínas de um dado lugar social específico.

Desses espaços, assim como de outros, emanam-se imagens, cheiros, sons e olhares, que amalgamados formam uma espécie de mosaico urbano. Esse mosaico, composto de peças cotidianas, é formado também por corpos, rostos e falas oriundos dos mais distintos sujeitos, que se entrecruzam por entre as artérias dos espaços urbanos da cidade, incursionando em suas ambiências heterotópicas.

Além dos espaços heterotópicos, a cidade também aglutina em seus meandros, através de processos de subjetivação criados e recriados pelos seus habitantes, espaços afetivos, ou seja, verdadeiros espaços topofílicos. Por espaços topofílicos, entendem-se, parafraseando Tuan (1980), como aqueles que reconhecidamente, transformados em lugares por certos praticantes do espaço, incluem todos os laços afetivos da espécie humana com o ambiente material. De acordo com esse autor (1980, p. 107), esses laços afetivos diferem “[...] profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

O termo topofílico é derivado da palavra topofilia, criada por Gaston Bachelard (2003) em sua *poética do espaço* e apropriada por Yi-Fu Tuan (1980, p. 107), que na verdade, para o último autor, representa um neologismo,

[...] útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite, ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio

ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo.

Nesse contexto, a topofilia assume diversas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. É sempre um começo tentar descrever o que ela é: “[...] prazer visual efêmero; o deleite sensual de contato físico; o apego por um lugar por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação; alegria nas coisas devido à saúde e vitalidade animal” (TUAN, 1980, p. 286).

Como exemplo destes sentimentos topofílicos emanados pelos homens nas relações com seus muitos espaços, pode-se citar a crônica de Maria Augusta Vale (19??, p. 32-33) que descreveu seu sentimento pela cidade de Caicó, a partir de fragmentos de sua memória individual, da seguinte maneira:

Caicó é meu universo. Silenciosa, misteriosa, às vezes rebelde, Caicó é cúmplice das minhas aventuras, das minhas angústias, dos meus sucessos. [...] Caicó é um misto de fantasia e de realidade. Num toque de mágica, patrocina manhãs ensolaradas, dias quentes, noites frias e enluaradas que envolvem de emoção de encanto e de medo o coração de quem não quer vê-la de longe, de quem acredita que ‘Caicó é a terra nossa de todos os dias’.

Nesta narrativa, é possível perceber que a relação da cronista com a urbe se dimensiona num contato epidérmico com o “corpo” da cidade, num inexorável ato topofílico, no qual a resposta ao ambiente material do espaço urbano poderá se transfigurar, inicialmente, em algo “[...] basicamente estético: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada” (TUAN, 1980, p. 107). Ademais também poderá “[...] ser tátil: o deleite, ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p. 107).

Na cidade, a topofilia poderá está representada no ato do habitante apreciá-la esteticamente, admirando suas formas, suas linhas, sua fisionomia, seus contornos, sua paisagem, enfim, sua arquitetura urbana, bem como no fato do sujeito praticá-la e vivenciá-la prazerosamente através de um contato físico, de maneira tátil e afetiva, se deleitando ao sentir seus aromas, sua lascividade, sua essência, sua poética do espaço, sua beleza e sua complexidade.

Para alguns praticantes do espaço urbano, a cidade, em certos casos, ganha uma dimensão de casa, de refúgio, de conforto, que abriga, visceralmente, reservatórios de lembranças, embora em dias atuais a cidade seja mais percebida como um espaço de violência, de insegurança e de segregação. Segundo Gaston Bachelard (2003, p. 24), “[...] a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como diz amiúde, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo”. Nesse aspecto, a cidade, enquanto uma casa, se constitui, para certos praticantes, num “[...] refúgio das lembranças que dinamizam a topofilia da imaginação. [...] A cidade como refúgio é o reencontro dos espaços habitados pela solidão das lembranças” (DANTAS, 2003, p. 166).

Nesses moldes, a cidade, atinada como essa dimensão de refúgio de lembranças, se configura, também, como espaço de morada e de estado da alma humana<sup>23</sup>, no qual “[...] deságuam lembranças e sentimentos de segurança, de proteção, de habitar e de fazer parte de algo. É um canto do mundo onde se reúnem o coração e a imaginação para construir imagens que enlevam o sujeito” (MACEDO, 2000, p. 79).

Essa dimensão pode ser percebida no discurso poético de Francisco Morais (1997, p. 40), quando o mesmo escreve, nos Rastos Caicoenses, o seguinte depoimento sobre a cidade de Caicó:

Terra com cheiro de couro de gibão suado; Terra imersa em reflexos de sol; Terra de aboios infindos de vaqueiros, à tardinha, nas abas da serras; Terra cheirando a incenso de Igreja antiga; Terra de currais de pedra guardando histórias do passado; Terra de [...] tantas coisas!

Esse elemento poético, adornado por palavras que intitulam objetos socialmente construídos e recursos naturalmente edificados, se constitui num discurso imbuído de subjetividades, lembranças e imagens cognitivas presentes nas muitas memórias sobre a Terra de Sant’Ana. Diante disso, a cidade acautela, em seu âmago, recantos que “[...] encantam e alimentam a imagem poética do lugar. Sobre determinados lugares existe uma atmosfera por onde vibram espaços vividos, contaminados pela ‘parcialidade da imaginação’” (DANTAS, 2003, p. 170).

Esses recantos “[...] engendram uma cartografia que reflete a imagem de um lugar borrado pela inexatidão da imaginação humana” (DANTAS, 2003, p.

---

<sup>23</sup> A palavra alma está sendo empregada tomando como referência o aspecto imaterial da espécie humana – seu âmago, seu cerne, seu umbigo, seu coração.

170). Imaginação esta, inventada e reiventada pelos inúmeros sujeitos, que num ato de arteção, constrói, desconstrói e reconstrói as paisagens da cidade, formada de esculturas, monumentos e obras de arte das mais impressionantes possíveis.

Nessa perspectiva, a cidade desperta nesses artesões, em especial nos habitantes caicoenses, uma miríade de anseios e desejos, que seduzidos por suas histórias e a partir dos olhares lançados para seu espaço urbano, elaboram imagens, discursos, narrativas e representações sobre a mesma. Assim, é perceptível ao analisar a historiografia local, a emanação de uma grande quantidade de discursos concernentes a essa cidade.

Deste modo, é recorrente em teses, dissertações, monografias, crônicas, relatos, dentre outros tipos de representações sociais, leituras sobre os saberes, que expressam, multiplicam e disseminam imagens de uma cidade em suas diversas textualidades, ritualizando assim, um “[...] ciclo infindável do conhecimento” (DANTAS, 2002, p. 15), que se desdobra em outros textos. Destes saberes que se “[...] gestam das e nas entranhas do ‘ser-tão’, ressoam sons por onde vibram a cultura como um grande cenário de simulações, criações e interpretações” (DANTAS, 2002, p. 15). Destarte, Caicó foi se construindo enquanto uma cidade, nascida e inventada com atributos de rainha e de “capital” do Seridó.

A imagem discursiva de Caicó, amalgamada a um referencial de rainha, pode ser encontrada na crônica de Maria Dalvací Dantas (1982), escrita no ano de 1968 em homenagem ao centenário da cidade, quando a mesma descreve uma urbe envolvida por mantos de rainha. Para ela, toda rainha tem seu palácio e logo Caicó não poderia deixar de ter o seu. Uma rainha com suas histórias de amor que se perpetuam através dos tempos, encantando sujeitos de muitos nomes e codinomes, que habitam os espaços de seu castelo. Durante tempos, neste castelo ou mais propriamente em seu palácio azul, a rainha, segundo os relatos poéticos da cronista supracitada (1982, p.31-32), ora abria, ora fechava as janelas misteriosas de seu império,

[...] ornamentadas por brancas e arrendadas cortinas de nuvens, onde a lua, como moça vaidosa, vem tantas vezes nelas debruçar-se, a mostrar sua luz deslumbrante [...], em sua já decantada beleza. Caicó, a soberana dessa corte [desse império] tem todos os dengues, faceirice e mistério de uma verdadeira rainha. Assim é que, durante cem anos, sua majestade, a cidade rainha, vem consultando diariamente seu espelho mágico: - Dize-me, espelho, existirá no mundo outra tão bela assim? É o reflexo das águas do poço das lendas responde: - Não. O poço de Sant’Ana é o espelho do quarto de dormida da rainha centenária. Dizem que esse espelho tem poderes capazes de atrair novos amores para a sua

majestade, assim como os de revelar-lhe segredos e mistérios de sua vida. Caicó é fidalga, elegante, misteriosa; mas na intimidade é como toda sertaneja, simples e operosa. Como toda mulher formosa, ela tem suas manhas, seus amores, e por que não dizer? Também suas traições. Às vezes, se aproxima por um estranho e dele se enamora e a esse tudo lhe oferece. E, quantas vezes, trai a quem por toda a sua vida lhe dedica o mais puro sentimento de amor. Assim é Caicó, a rainha.

Nesta crônica, a autora mostra uma cidade, assim como as várias *idades invisíveis* narradas por Ítalo Calvino (1990), de nome feminino. Uma cidade que se transfigura na imagem de uma mulher, de uma sertaneja, de uma rainha que se orgulha de mostrar aos seus visitantes, passageiros e hóspedes, a textura de seu manto, as belezas de seu castelo, os mistérios de suas histórias e as lendas de seus espaços encantados.

Uma cidade imbuída por imagens que dão conta de uma temporalidade e espacialidade que “[...] não se faz numa cronologia linear de passado, presente e futuro, mas, ao contrário, pode-se perceber que o tempo parece ter um caráter recursivo, na medida em que aglutina um movimento de contradições, rupturas e complementaridades” (DANTAS, 1996, p. 35). É assim a cidade rainha, encravada entre rochas e rochedos do semi-árido potiguar e representada na imagem da cronista.

Além dessa imagem de rainha, a cidade foi, ao longo de sua história, se construindo com a marca de ser “capital” do Seridó. Essa marca foi um dispositivo discursivo utilizado por muitas figuras representativas do cenário político da cidade<sup>24</sup>, de influência na região do Seridó, bem como, no estado do Rio Grande do Norte, a fim de auferir investimentos econômicos e sociais para a cidade, promovendo-a a categoria de uma “capital” regional.

Como um típico exemplo disto, pode-se citar o caso dos discursos políticos do ex-governador (1924-1927) do Estado do Rio Grande do Norte, José Augusto, no qual em seu livro, intitulado de Seridó<sup>25</sup>, publicado em 1980, apresenta uma Caicó como sendo o município mais antigo e importante da região e uma fiel “capital” do Seridó<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Entre essas figuras, destacam-se os seguintes exemplos: José Augusto, Juvenal Lamartine, Monsenhor Walfredo Gurgel, Dinarte Mariz, dentre outros.

<sup>25</sup> Ver: AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

<sup>26</sup> Acerca das ações de José Augusto, ver: ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. Natal: EDUFERN, 1999.

Os investimentos na cidade natal do ex-governador do estado potiguar, ou seja, em Caicó, foram direcionados, sobretudo, para as áreas de saúde e educação. Na área de saúde, a cidade ganhou, durante o seu governo, o primeiro hospital da região, o Hospital do Seridó. No setor educacional, privilégio da política de José Augusto, as contribuições se fizeram presentes com a construção de uma sede própria para o Grupo Escolar Senador Guerra. Antes disso, o grupo escolar, inaugurado em 1909, funcionava nos salões da Intendência Municipal.

Ademais, a política educacional de José Augusto foi decisiva no direcionamento de auxílios à instalação e manutenção do GST, primeiro educandário feminino da cidade, fundado pela Congregação das Filhas do Amor Divino. Mesmo com todos esses investimentos, advindos de políticas públicas urbanas, não somente influências econômicas e políticas deram sentido à “capital” do Seridó, mas, sobretudo investimentos da ordem simbólica realizados nesse espaço, que permitiram a disseminação desses sentidos divulgados por meio de projetos e planos germinados por uma vontade e intencionalidade política.

Ao lado da imagem de rainha e “capital” do Seridó, a cidade também se construiu como uma urbe dos capulhos de Ouro Branco, tecida pela branquidão monocromática das *plumas pagãs*<sup>27</sup> do algodão mocó. Era a cidade do algodão que dinamizava a economia urbana. Conforme Macêdo (2005, p.174), o algodão mocó enobrecia a região do Seridó a ponto de investir em sua principal cidade, uma preeminente majestade, como diz o hino de Caicó: “Terra de luz e calor, Fibras longas do ‘mocó’! Ó Rainha Centenária, Coração do Seridó!”. Além das representações da cultura algodoeira estarem impressas no hino do município de Caicó, o seu próprio brasão é formado por símbolos que denunciam a riqueza da cidade durante o ápice da cotonicultura.

Essa alegoria foi criada na ocasião em que se comemorava o centenário da emancipação política de Caicó, onde, a câmara de vereadores da cidade aprovou o brasão de armas do município. No cerne do brasão, “[...] encontram-se os capuchos de algodão simbolizando a riqueza do Seridó” (MACÊDO, 2005, p.173). Obviamente, a escolha do símbolo malváceo “[...] deu-se devido ao algodão ter sido a mercadoria motriz da riqueza regional, cuja

---

<sup>27</sup> Metáfora empregada por Muirakytan Kennedy de Macêdo, em sua “Penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense”. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2005.

repercussão no mercado era muito maior que o criatório [de gado]” (MACÊDO, 2005, p.173).

Diante desse quadro, no intento de atinar a justaposição desses discursos influenciadores da criação de ideais, modelos e planos de modernização urbana, faz-se *mister* deixar-se guiar pelo campo metafórico aproximativo incursionando por sendas que “[...] possibilitem ‘desvendar/encobrir’ as práticas que alimentam a arqueologia cidadina, escavando as camadas de memória que se sobrepõem, e confundem o observador desatento” (DANTAS, 2005, p. 7).

Entretanto, estas escavações em camadas mnemônicas serão atividades desenvolvidas no próximo capítulo, onde se dará enfoque aos projetos de modernização urbana pensados para o espaço citadino caicoense, através da disseminação das concepções de progresso, de modernidade e de civilização, destacando os desejos, os planos, os projetos, os espaços e as práticas sonhadas e imaginadas para a urbe na construção de uma cidade ideal, portanto moderna, para o Seridó potiguar.

## Capítulo II

**A construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar:  
projetos de modernização do espaço urbano caicoense**



## 2. A construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar: projetos de modernização do espaço urbano caicoense

Ah! Caicó arcaico  
Em meu peito catolaico  
Tudo é descrença e fé

Ah! Caicó arcaico  
Meu cashcouer mallarmaico  
Tudo rejeita e quer

É com, é sem  
Milhão e vintém  
Todo mundo e ninguém  
Pé de xique-xique, pé de flor.

Chico César

A epígrafe acima, companheira deste capítulo, extraída de uma canção escrita, nos anos 90 do século passado, pelo músico paraibano Chico César em homenagem a urbe que o acolheu durante um fragmento de sua vida e lhe foi apresentada pelas narrativas radiofônicas ecoadas de seu espaço através da Emissora Rural de Comunicação de Caicó, representa, de certo modo, uma cidade, de nome Caicó, que, embora fosse arcaica aos seus olhos, tudo rejeitava e, concomitantemente e paradoxalmente, tudo queria.

Diante disso, dar-se-á atenção nos próximos parágrafos deste capítulo, com base em discursos elaborados por representantes da elite local e impressos nas páginas do Jornal *A Fôlha*, aos desejos de uma cidade que ao correr dos anos de 50 e 60 do século passado se orgulhava por ser uma urbe alicerçada nos baluartes do discurso progressista, composta e entrelaçada por sonhos de construção de uma cidade ideal, bela e civilizada em seus objetos, espaços e práticas sociais. Para isso, era necessário a constante comunhão de metas e/ou objetivos do projeto de modernização urbana pensado para urbe, criado a partir de concepções de cidade ideal, de cidade progressista, de cidade alvissareira e de cidade moderna.

### 2.1 A cidade e o desejo ser moderna

Em meados do século passado, a cidade de Caicó era visibilizada, através dos olhares de alguns sujeitos pertencentes à elite local, como uma urbe aspiradora do progresso, embora que em certos discursos esta já se considerasse progressista por natureza, mostrando uma morfologia citadina de invejar a qualquer outra cidade, mesmo não tendo sido privilegiada por certas características geoclimáticas, ditas propícias para se ter uma vida urbana agradável.

Isso porque a urbe caicoense era, e ainda é, acossada por temperaturas altíssimas e causticantes, “[...] topograficamente mal localizada. Circundada de pedras, quis outros condensadores de calor”<sup>28</sup>. Era o espaço, a topografia, o relevo, “[...] a presença de água, o ar mais ou menos nocivo e o meio ambiente que representavam os fatores determinantes das localizações e das direções da expansão do desenho urbano da cidade” (LAPA, 1996, p. 194).

Em suma, os elementos naturais inseridos, como parte integrante, no processo de produção do espaço urbano, também contribuíam para a construção da morfologia da cidade, encontrando nesta “[...] as marcas daquilo que resiste e determina as transformações, bem como as marcas do conformismo que resultam nas permanências e nas inércias” (OLIVEIRA, 2003, p. 137).

Mesmo com tantas intempéries naturais impostas a cidade, escondida nos recônditos do sertão norte-rio-grandense e martirizada pelos rigores das secas sucessivas, estas pareciam que não eram suficientes ao ponto de produzirem invencíveis obstáculos aos praticantes do espaço urbano. Ao contrário, parecia que era justamente dessas intempéries que os caicoenses extraíam o sumo e a seiva necessária para a construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar, emergida a partir de uma nova ordem urbana pensada e desejada.

Esses praticantes do espaço – entre eles alguns redatores do *Jornal A Fôlha* que se diziam ser representantes da população caicoense, mas que mais pareciam ser porta-vozes das figuras político-econômicas da urbe – eram atinados como homens de “[...] feitio tipicamente sertanejo. Antes de tudo forte [...], [de] almas cheias de sol. Ávidas de luz. Realmente arejadas. Coração à flor da pèle. Espancam de logo dobrez e refolhos. Essa realidade, de súbito, nos encanta”<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Padre Emerson Negreiros. Impressões sobre Caicó. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 10 de abril de 1954. Ano I. Número 6.

<sup>29</sup> Padre Emerson Negreiros. Impressões sobre Caicó *Jornal A Fôlha*. Caicó. 10 de abril de 1954. Ano I. Número 6.

Esses discursos, identificados como representações tipificadoras que tentavam homogeneizar e criar um determinado arquétipo de homem para a sociedade urbana caicoense, se constituíam em um dos elementos simbólicos evocados na construção de uma cidade moderna que deveria ser modelo para as demais urbes que formavam a região do Seridó potiguar. Assim, era preciso que a cidade de Caicó desempenhasse “[...] seu lugar de capital irradiadora dos valores do progresso e da civilização, cumprindo assim seu papel de ambiente formador do homem” (ARRAIS, 2004, p. 506).

Do desejo de ser moderna a realmente ser moderna, era necessário que a cidade passasse por algumas fases, adquirindo um ritmo de aceleração desenfreado e rompendo com quase tudo aquilo que era referência ao passado. Todo o fenômeno que se apresentasse como moderno partia de uma referência negativa a aquilo que existia preteritamente e que a partir da consolidação do novo se transformaria “[...] no antigo ou no tradicional. O moderno possui[a] uma ligação intrínseca com a contemporaneidade: substitui[a] alguma coisa do passado, defasada ou, simplesmente, alguma coisa que não se encontra[va] no [então] tempo presente” (GOMES, 1996, p. 48-49).

Assim, se o novo deveria ser imposto no lugar do “[...] tradicional ou do antigo, o mecanismo primeiro desta substituição [...] [era] a ruptura. [...] [Era] pela negação daquilo que existia, pela prova de sua inadequação, pelo desvelamento do tradicional, que o novo [...] [deveria] se afirmar” (GOMES, 1996, p. 49). Desse modo, a noção de moderno, vista como algo bom em oposição ao antigo atinado como mau, ao propor alguma coisa nova, era sempre procedida por rupturas, sendo utilizado para indicar a substituição de alguma coisa arcaica. No entanto, em algumas situações o rompimento com o passado não deveria ser total, pois este ainda poderia se apresentar como bom em contraposição ao presente que poderia mostrar-se como algo eminentemente mau.

Na cidade de Caicó, nem sempre aquilo que era da ordem do presente, portanto identificado como moderno, era considerado bom para a sociedade caicoense. Antes de qualquer coisa, fazia-se *mister* comungar e preservar de alguns valores do passado para construir um novo pensamento e adquirir um novo comportamento. Como exemplificação, pode-se mencionar a necessidade, preconizada pelos discursos e práticas eclesiais, dos habitantes da cidade seguirem, inadvertidamente, os dogmas e os preceitos de um catolicismo autêntico e

verdadeiro, integrando-os as suas personalidades, as suas identidades e as suas atividades cotidianas.

Malgrado, retirando algumas exceções da regra, a construção de uma cidade ideal, de feitio moderna e civilizada, passava por um envolvimento de uma implacável “[...] ruptura com [...] [boa parte das] condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (HARVEY, 1992, p. 22).

Ser realmente moderno era, acima de tudo, tecer uma vida de paradoxo e contradição. Era sentir-se fortalecido pelas grandes “[...] organizações burocráticas que [...] [detinham] o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo” (BERMAN, 1998, p. 13).

Era ter características revolucionárias e conservadoras: aberto “[...] as novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas [...] [conduzissem], na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se [...] [desfizesse]” (BERMAN, 1998, p. 13-14).

Para Marshall Berman (1998, p. 16), o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: “[...] industrialização da produção; [...] descomunal explosão demográfica; [...] rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa; [...] Estados nacionais cada vez mais poderosos; [...] [dentre outras]”.

Numa sociedade moderna, muitos sentidos de espaços e tempos se imbricam, desde os movimentos cíclicos aos rotativos, ou seja, desde aqueles que vão “[...] do café da manhã e da ida ao trabalho aos rituais sazonais como festas populares, aniversários, férias, abertura das temporadas esportivas [...]” (HARVEY, 1992, p. 187), oferecendo, para a sociedade inserida nesses ritmos espaço-temporais, “[...] uma sensação de segurança num mundo em que o impulso geral do progresso [...] [parece] ser sempre para frente e para o alto – na direção do firmamento do desconhecido” (HARVEY, 1992, p. 187-188).

Para alcançar o auge de uma vida moderna, era forçoso que a sociedade começasse a comungar de comportamentos e ideais que correspondessem ao que era tido como “[...] urbano e civilizado, compatível,

produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só se atingia transformando a vida social, para melhorá-la” (LAPA, 1996, p. 18). Esses preceitos, embora alguns ressignificados ao longo do século passado, advinham de um ideal de modernidade urbana, que “[...] triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do XX, considerando, sobretudo os progressos científicos e tecnológicos [...]” (LE GOFF, 1994, p. 14), atingidos nesse período em algumas cidades européias e, posteriormente, disseminados em cidades enxertadas noutras partes do mundo.

No que concerne aos exemplos, emergidos dos espaços europeus, de cidade ideal, de cidade racional, de cidade higiênica e de cidade moderna, estes eram inspirados nos trabalhos realizados na Paris do século XIX, ressoando diretamente na construção e reconstrução das cidades ocidentais durante as primeiras décadas do século XX.

A Paris transformada, ordenada, planejada e saneada, vitrine para o mundo e capital da cultura e do século XIX, ainda povoava o imaginário social de algumas cidades espargidas pelos espaços sul-ocidentais, que vivenciavam uma modernidade urbana tardia, experienciada a partir do projeto de modernização e alicerçado nas concepções de progresso, civilização e moderno.

O modelo de cidade moderna parisiense era visto através de suas linhas retas, largos horizontes, alinhamentos “[...] de perspectivas, ângulos e fachadas, confluências simétricas, enfim, todo um programa estético em harmonia perfeita com as idéias do moderno, do novo, do funcional, que [definiam] uma beleza urbana racional e que conjuga[vam] forma e função” (GOMES, 1996, p. 61).

Mesmo tendo passado décadas da concretização dos trabalhos realizados no desenho urbano da cidade moderna parisiense e dos padrões estético-urbanísticos empregados pelo Barão de Haussmann na capital francesa, estes ainda repercutiam em outras cidades para além da Europa de meados do século XX, tendo em vista que Paris tinha se transformado num símbolo e protótipo de urbe moderna a ser copiada.

Entretanto, Paris não era esse modelo perfeito e exemplar de contraposição as realidades problemáticas de outras cidades consideradas mais antiquadas, haja vista que à medida que a cidade crescia em dimensões urbanas e populacionais, os problemas socioespaciais aumentavam em progressões geométricas. Não obstante, a cidade moderna era conhecida pela beleza e harmonia

de seus “[...] bulevares, com amplas calçadas, seus cafés e sua ‘limpeza, [que] tornaram-se então o ícone do progresso [...] [e da modernidade urbana vivenciada na época]” (DAMÁSIO, 1997, p. 149).

Essa modernidade urbana vivenciada nos espaços citadinos parisienses atravessou fronteiras geográficas, atingindo cidades que tentaram importar da capital francesa os modelos de uma urbe moderna. No Brasil, em pleno alvorecer do século XX, a tentativa era de construção de uma Paris dos Trópicos para o Rio de Janeiro, então capital da recém república proclamada. Todavia, essa urbe passava por graves problemas socioespaciais decorrentes do seu rápido crescimento urbano desordenado e ainda acautelava em seus meandros muitos dos resquícios de uma cidade colonial.

Era necessário eliminar esses resquícios de passado e de cidade mofada para dar início a um processo de construção de uma cidade burguesa do século XX, inspirada nos modos de vida parisienses. Para isto, começava-se a eliminação de algumas feridas daquele organismo doentio, tais como: destruição dos cortiços existentes no núcleo da cidade; expulsão da classe pobre do centro urbano; eliminação das epidemias que assolavam o espaço citadino; dentre outras medidas, dando início a uma grandiosa reforma urbanística realizada durante os anos de administração do então Prefeito Francisco Pereira Passos e objetivada através dos ideais de cultura e de civilidade.

Mais do que a construção de uma Paris dos Trópicos, o intento de Pereira Passos, respaldado pelo Governo Rodrigues Alves, era de que o Rio de Janeiro, a partir de seu “[...] grande espírito propulsor das reformas urbanísticas que [...] [mudaria] substancialmente o panorama da cidade” (CHALHOUB, 2001, p. 23), passasse a ser uma “vitrine” para o restante do território nacional. Diante disso, paralelo às medidas de higienização do organismo urbano, Pereira Passos materializava seu projeto de reforma urbanística a partir do tripé: saneamento, aberturas de ruas e embelezamento.

Nesse sentido, no interstício temporal equivalente aos anos finais do século XIX e aos iniciais do século XX, o Rio de Janeiro passava a presenciar a efetivação do processo de modernização de seu espaço urbano, “[...] intensificado pela emergência da República, quando idéias de ser ‘civilizado’ e de europeizar a capital, em oposição à velha cidade da sociedade patrimonial [...] [estavam] entre as primeiras intenções do novo regime político” (D’INCÃO, 2004, p. 226).

Apoiado em ideais de beleza, civilidade e regeneração moral, Pereira Passos abria ruas e avenidas, demolia os casarios do centro histórico, embelezava os logradouros públicos, construía novos prédios, inseria novos equipamentos, enfim, refazia a cidade numa tentativa de renovação do espaço citadino e dentro de uma perspectiva de construção de uma capital moderna através dos modelos de modernidade urbana institucionalizados.

Concomitante as transformações físicas da cidade do Rio de Janeiro, surgiam na então capital federal, “[...] novas atitudes em relação às pessoas e situações. A proposta era ser ‘civilizado’, como eram os franceses e os europeus em geral” (D’INCÃO, 2004, p. 226). Desse modo, todo o arcabouço de expressões de relações sociais locais que não fossem vistas como civilizadas eram “[...] combatidas pela imprensa e proibidas por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boêmia sofreram restrições. Na mesma direção, cultos populares e religiosos foram proibidos” (D’INCÃO, 2004, p. 226).

A pobreza tornava-se um problema de grande preocupação para os administradores da urbe, não sendo mais “[...] tolerada no centro da cidade: campanhas da imprensa procuraram eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana [num processo de retirada das manchas de pobreza da paisagem central da cidade]” (D’INCÃO, 2004, p. 226). Enfim, todo tipo de manifestação popular que não correspondesse aos ideais de modernidade pregados na época, era silenciado, interdito, pulverizado, proibido e eliminado pelos mecanismos e instrumentos de ordenação social.

O termo modernidade, no qual titulóu os movimentos e os projetos de construção, renovação e reordenação de algumas cidades mencionadas nas linhas textuais precedentes, tais como Paris e Rio de Janeiro, foi lançado pelo poeta francês Charles Baudelaire em seu artigo “[...] *Le peintre de la vie moderne*, escrito na sua maior parte em 1860 e publicado em 1863. O termo teve um sucesso inicial limitado aos ambientes literários e artísticos da segunda metade do século XIX [...]” (LE GOFF, 1994, p. 188). Depois disso, o mesmo teve um “[...] reaparecimento e uma ampla difusão após a Segunda Guerra Mundial” (LE GOFF, 1994, p. 188).

Após o seu lançamento, as concepções de modernidade, transferidas para os espaços da cidade e produtoras de temas que estavam relacionados as metáforas de transitoriedade, efemeridade e velocidade, se disseminaram rapidamente no imaginário urbano de muitas cidades mundiais. A modernidade,

como um discurso, um modo de ser, algo da ordem da sensibilidade e uma visão do universo com suas próprias categorias cognitivas, estava também ancorada em ideais como aqueles atinentes aos atos de curar, sanear, higienizar, intervir, reformar e embelezar o espaço urbano.

Em um momento de sucesso inicial, a modernidade, através de sua imposição e sobreposição de tempos, se constituía numa “[...] reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial” (LE GOFF, 1994, p. 167). No segundo momento, os ideais de modernidade, ao generalizassem nos espaços ocidentais e ao serem introduzidos em múltiplos lugares, passaram a ser praticados através de uma concepção de modernização.

Nessa perspectiva, ao longo do século XX, mais precisamente depois de galgadas cinco décadas, a lógica em voga era de modernização urbana, no qual as cidades passavam a almejar novas técnicas que possibilitassem o seu aformoseamento, rompendo com um sistema técnico já considerado arcaico e defasado.

As técnicas, entendidas num sentido mais largo do termo e não limitadas apenas a aplicações mecânicas, eram as principais formas de relação entre o homem e a natureza, “[...], ou melhor, entre o homem e o meio [...] [caracterizadas por aglutinarem] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem [...] [realizava] sua vida, [...] [produzia] e, ao mesmo tempo, [...] [criava seu] espaço” (SANTOS, 2002, p. 29).

Deste modo, para que a cidade alcançasse um progresso técnico, portanto também econômico, era necessário que houvesse uma “[...] passagem de um sistema técnico para outro sistema técnico” (ORTIZ, 1991, p. 245). Assim, em alguns casos não bastava apenas que certo equipamento urbano, inserido num determinado sistema técnico, fosse aprimorado, era forçoso que este passasse a ser substituído por algo mais novo, mais moderno.

Nesse sentido, o rompimento com o passado não era apenas parcial, era total, não era mais do que necessário, era vital para a construção de uma urbe aos parâmetros da modernidade urbana. Por exemplo, não era aceitável para aqueles sujeitos que almejavam o progresso urbano, que uma cidade do porte de Caicó, já alcançando as suas 15 mil almas na década de 1950, ainda comungasse de uma vida rudimentar. O projeto de modernização do espaço urbano caicoense, envolvido por uma “[...] desrupção perpétua dos ritmos espaciais e temporais”

(HARVEY, 1992, p. 199), estava inserido numa lógica de modernidade urbana percebida como uma experiência do progresso através de um processo de modernização.

Um processo atinado como aquele que tinha como substrato um sistema técnico que aglutinava elementos, tais quais: “[...] automóvel, avião, eletricidade, telecomunicação (rádio), cinema, [dentre outros] (ORTIZ, 1991, p. 30). Um sistema diferente daquele descrito com ironia e vivacidade por Charles Baudelaire, que se “[...] associa[va] à Revolução Industrial – estradas de ferro, iluminação a gás, telégrafo, fotografia” (ORTIZ, 1991, p. 30).

O projeto de modernização não era uma experiência isolada que acontecia dentro dos limites geográficos de um determinado espaço. Mas ao contrário, este se tornava algo desejado por várias cidades ocidentais, em especial as do Brasil, obviamente que cada uma delas vivendo ao seu tempo e ao seu modo, a elaboração e, por vezes, a concretização de um ideal de modernidade.

Todavia, o projeto de modernização urbana objetivado no ocidente não foi materializado em todos os lugares com o mesmo sucesso e a mesma intensidade. Tampouco, simultaneamente e homogeneamente colocado em prática em todas as cidades espargidas pelas superfícies ocidentais, embora o espaço e o tempo da modernidade não conhecessem “[...] fronteiras ou nacionalidades [...], [e trouxessem] consigo os germes de uma ordem planetária” (ORTIZ, 1991, p. 267).

A idéia de modernização tornou-se a característica principal dos processos sociais que deram vida ao turbilhão de grandes descobertas e inovações ocorridas ao longo do século XX. Assim, de uma profunda dicotomia e de uma sensação de viver em dois mundos simultâneos, essa idéia de modernização, com raízes na modernidade urbana do século XIX, emergiu-se, desdobrou-se e expandiu-se no transcorrer do século passado.

Analisando alguns exemplos que ilustram uma transformação ao par antigo/moderno, sem minimizar o caráter relativamente arbitrário desta enumeração, Jacques Le Goff (1994, p. 185) distinguiu três tipos de modernização: o primeiro, seria uma espécie de “[...] modernização equilibrada, em que o êxito da penetração do ‘moderno’ não destruiu os valores do ‘antigo’”. O segundo, estaria relacionado a uma “[...] modernização conflitual que, atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o ‘moderno’ criou conflitos graves com as tradições antigas”. E por fim, o terceiro seria uma “[...] modernização por tentativas que, sob diversas formas,

procura conciliar ‘moderno’ e ‘antigo’, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais”.

Em Caicó, pode-se inferir que o projeto de modernização urbana pensado para a cidade e elaborado com base numa transformação e recriação permanente do espaço, estaria enquadrado nos meandros do primeiro e do último tipo de modernização refletido por Jacques Le Goff, visto que o objetivo principal desse projeto não era a destruição de todos os valores antigos, mas a eliminação de alguns objetos, práticas e espaços que comprometessem a imagem da cidade, bem como, a conciliação de um estilo moderno com alguns elementos tradicionais.

No que concerne ao segundo tipo de modernização, embora, inevitavelmente, fossem criados conflitos na cidade através de uma tensão entre o antigo e o moderno num momento de efetivação de certas propostas contempladas no projeto de modernização urbana, estes conflitos, pelo menos naquilo que foi noticiado e veiculado nas colunas do Jornal *A Fôlha*, não atingiram a mesma intensidade, proporção e escala daqueles gerados em outras cidades do Brasil por meio de operações e reformas urbanísticas, tais como: Rio de Janeiro, com a reforma Pereira Passos, São Paulo com a operação urbana Faria Lima, Campina Grande com a reforma de Vergniaud Wanderley, Recife com a reforma urbanística de Nestor Figueiredo no bairro Santo Antônio, entre outras.

Malgrado, mesmo inferindo que o projeto de modernização do espaço urbano caicoense, imbuído por microfísicas de saber-poder e advindo das intervenções urbanas que vinham se processando na cidade, não tenha causado tensões de proporções elevadas, sabe-se que este não se efetivou sem obstáculos ponderáveis ao seu avanço, afinal não há como pensar um projeto inserido num campo de poder sem resistência.

Com ou sem tensões, Caicó, conforme se sentia na palavra efusiva dos seus filhos distantes ao escrever para o Jornal *A Fôlha*, era vista como uma cidade de alto porte social. A cidade era, tanto para os olhos dos que habitavam outras paragens, como para aqueles que se apropriavam dos seus espaços, percebida como uma urbe que pela sua importância regional já poderia ser considerada uma cidade de caráter progressista, mas que ainda carecia da inserção de determinadas inovações modernas.

Paradoxalmente, a cidade sofria com a precariedade de alguns serviços prestados, sem falar em sua estrutura urbana “[...] que dificultava

enormemente o seu progresso. Ruas estreitas, becos, esgotos a céu aberto, redes elétrica e de água insuficientes, [...] de forma alguma correspondiam à imagem de uma cidade ordenada, progressista e moderna” (WILKOSZYNSKY; SOUZA, 1997, p. 183). Diante disso, uma geografia modernizadora, construída sobre uma argamassa progressista, se impunha sobre a cidade de Caicó, destacando a premência de edificação de novos espaços esteticamente belos e saudáveis.

Estes espaços foram desejados por segmentos sociais da cidade, cujos ideais professavam uma modernidade urbana descortinada por uma ótica de nova fé republicana, no qual o futuro pertencia aos ditamos do progresso por dois motivos principais: primeiro pelo fato de serem requisitos básicos para que a cidade progredisse e segundo para que “[...] novos grupos sociais em ascensão, ligados às atividades tipicamente urbanas, [...], [se identificassem] no seu processo de vir a ser, à medida que só passariam a existir, como classe, em função de vivência social” (ESSUS, 1997, p. 286).

Além da construção de novos espaços para uma cidade sonhadora, outros sinais de progresso e de civilização deveriam ser inseridos em sua paisagem urbana, revestindo sua ambiência com os símbolos e signos que remetessem a um ideal de modernidade. A cidade esperava, sonhava e desejava, dentre muitas coisas, pela inserção de novas técnicas e artefatos mecânicos, vivendo da ansiedade e esperança desses novos objetos geográficos serem enxertados em seu espaço urbano, melhorando a vida dos seus habitantes. Numa reportagem escrita para o Jornal *A Fôlha*, o padre Itan, redator desse periódico, afirmava o seguinte sobre a vida de ansiedade e esperança que essa cidade levava:

Caicó é uma cidade que espera. [...] Já está quase se acostumando a isso. E se não fôra de tenacidade do povo, o desejo de progresso dos seus filhos e a ousadia de muitos, de ir para frente certamente a Vila do Príncipe seria uma comunidade estagnada. E Deus permita que a paciência de tanto esperar seja recompensada por realizações que satisfaçam tôdas as ansiedades. Já se fala mesmo que os sonhos em breve serão convertidos em realidade<sup>30</sup>.

Mas que tantos sonhos e desejos eram estes que se aguardavam e se esperavam que se fossem concretizados o mais rápido possível na cidade de Caicó?

---

<sup>30</sup> Padre Itan Pereira. A cidade que espera. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 31 de agosto de 1963. Ano IX. Número 129.

## **2.2 Políticas de infra-estrutura: ponte, transporte coletivo, rodovias, ferrovias e estação de passageiros**

Entre os muitos sonhos e desejos aguardados pelos habitantes da cidade estavam as solicitações no que concernia a materialização de políticas de infra-estrutura urbana, tais como a construção de uma ponte sobre o rio Seridó, interligando a zona norte ao centro da urbe. Numa matéria publicada na imprensa periódica local, apelava-se aos representantes do poder público a generosa atenção no sentido da cidade ser contemplada, com a construção de uma ponte sobre o rio Seridó, vista como um dos principais melhoramentos de que tanto se sentia falta na urbe. Desde longos tempos, a cidade de Caicó já alimentava o grande desejo da realização desse vantajoso serviço, como um dos maiores impulsionadores para o seu progresso.

A construção da ponte traria para a cidade muitos proveitos e melhorias, sobretudo para aquelas pessoas que residiam do outro lado do rio, ou seja, ao norte do corpo da urbe, facilitando a vinda desses sujeitos aos eventos que aconteciam em seu centro e eliminando assim as dificuldades e os empecilhos na passagem do rio que oferecia, por ocasião de suas colossais cheias, perigos, obstáculos e às vezes impaciência prolongada dos atravessadores num momento que se teria de confiar numa travessia de correnteza violenta em canoas muito tênue e de dimensões pequenas. Durante as grandes cheias do rio Seridó, quando as pessoas que moravam na zona norte precisavam se deslocar para o centro da cidade, estas sofriam os maiores dissabores de suas vidas, sendo obrigadas a utilizar um transporte arriscado em muitas horas aflitivas e noites obnubiladas.

Além da não utilização de velhas canoas nas travessias do rio, outra vantagem para a população, seria a minimização das dificuldades financeiras enfrentadas pela classe pobre da cidade, que poderia dispor de sua mão-de-obra no emprego da construção desse melhoramento urbano, diminuindo, ao menos temporariamente, o êxodo de pessoas do município para as plagas do sul do Brasil, evitando a miséria dos longos, cansativos e perigosos trajetos, que tantos sofrimentos, prejuízos e transtornos causavam as famílias caicoenses, levando os sertanejos laboriosos para as fazendas sulistas, onde eram comercializados, tal como escravos, a fazendeiros locais em permuta pelo pagamento da passagem.

A construção dessa ponte ainda possibilitaria à cidade, a expansão de sua mancha urbana para os flancos setentrionais, visto que, essas áreas eram atinadas como espaços mais arejados, caracterizados por um relevo mais elevado e por terrenos mais planos, propícios a serem habitados. Mesmo sem a ponte, a cidade crescia, se estendia e se dilatava para além daqueles espaços germinadores do arranjo urbano, ou seja, do centro histórico.

O GDS, o Seminário, a Escola Pré-vocacional, o Abrigo e o Hospital estavam localizados em espaços já bem afastados do núcleo residencial da cidade. E mesmo assim, não havia um transporte coletivo para minorar a dolorosa caminhada diária realizada por alguns moradores no espaço intra-urbano da cidade. Diante disto, a população apelava por uma linha de ônibus na cidade que cobrisse alguns dos seus trajetos, pois a velha e progressista urbe não poderia ficar sem ao menos um ônibus que pudesse transportar os habitantes de suas residências para os seus respectivos ambientes de trabalho. Um transporte coletivo na cidade atenderia as necessidades dos pedestres que faziam um longo e demorado percurso, desde a praça da Catedral até as artérias próximas ao rio Barra Nova.

Embora a cidade não dispusesse de um sistema coletivo de linhas de ônibus, esta era bem provida com a presença de automóveis particulares, que agitavam a urbe com os barulhos do tráfego em suas principais artérias. Os carros do final do século XIX até a metade do século XX, eram, segundo Roland Barthes citado por Renato Ortiz (1991, p. 230), o “[...] equivalente das grandes catedrais góticas; eles configuram a criação de uma época, sendo apropriada por todo um povo como um objeto mágico”. A inserção do automóvel na cidade, redimensionava o “[...] uso do tempo pelas pessoas, que [...] [podiam] se deslocar a uma velocidade maior sem mais ter de fazer o uso dos fiacres [...]” (ORTIZ, 1991, p. 28).

Diante da circulação, na maioria das vezes em grande velocidade, de automóveis e de outros veículos por entre as ruas e avenidas da cidade, a Inspetoria de Trânsito, utilizando medidas para evitar trágicos acidentes, ficou incumbida de instalar no cruzamento das avenidas Seridó e Coronel Martiniano um sinal de trânsito, possibilitando uma maior segurança para os pedestres na travessia dessas duas artérias urbanas. Além desse sinal, outras medidas eram empregadas para manter a ordem no trânsito da cidade, como por exemplo, os dois avisos encaminhados aos pedestres e motoristas que circulavam pelos espaços centrais da urbe:

ATENÇÃO PEDESTRE Desperte para o perigo do tráfego de veículos em nossa cidade. Antes de atravessar uma rua, olhe à esquerda e à direita. Lembre-se de há sempre carros circulando nas vias públicas. Lembre-se também de que o número deles aumenta quase todos os dias. Circule pelas calçadas, tanto quanto possível, para evitar acidente. Cancele o bate-papo em meio das ruas, para não ser a próxima vítima de atropelamento<sup>31</sup>. ATENÇÃO MOTORISTA Prevenir acidentes de tráfego é dever de todos. Contribua de maneira conscienciosa para sua segurança pessoal e a dos pedestres, conduzindo seu veículo com a prudência desejada e atento às disposições do Código de Trânsito. Domine a volúpia da velocidade nas ruas da cidade e não entre nos cruzamentos antes de examinar detidamente se é franco o seu acesso<sup>32</sup>.

Esses dois comunicados, solicitando a atenção dos pedestres e a prudência dos motoristas ao dirigirem seus respectivos veículos por entre as ruas da cidade, eram necessários para impedir que acidentes já ocorridos, viessem porventura a se repetir, desestabilizando a harmonia urbana e ferindo a imagem de uma cidade que sonhava com um presente moderno e um futuro promissor. Embora se soubesse que esses tipos de eventos, ocorridos na cidade, eram exemplos típicos das conseqüências embrionárias de tentativas precoces de inserção de uma modernidade nos espaços urbanos, não trazendo apenas situações de ordem, mas também de caos.

Se o espaço intra-urbano caicoense não era dotado de linhas coletivas de ônibus, as rodovias que faziam o papel de interligar a cidade às outras urbes seridoenses, se encontravam em péssimo estado de conservação. Como exemplo disto, pode-se citar o caso da inexistência de pavimentação da rodovia que ligava Caicó à cidade de Jardim do Seridó. O asfaltamento dessa estrada era necessário, tendo em vista que a população desejava obter o “[...] prazer de deslizar sem os solavancos incômodos pela pista da nova estrada [...], o gôzo [...] [de] ver a sangria do açude [Itans] no inverno, respirando a brisa cheirosa dos campos, no conforto de uma estrada moderna e macia”<sup>33</sup>.

Enquanto a pavimentação dessa rodovia não era realizada, os caicoenses, em épocas de invernada, se deslocavam para o açude Itans sofrendo com os catapis da trepidação provocada pelo estado degradante em que se encontrava a rodovia, sujeitos aos salpicos de lama advindos da estrada de barro.

---

<sup>31</sup> (Sem Autoria). Trânsito de Caicó – Atenção Pedestre! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 202.

<sup>32</sup> (Sem Autoria). Trânsito em Caicó – Atenção Motorista! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

<sup>33</sup> (Sem Autoria). Estrada asfaltada. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de janeiro de 1957. Ano III. Número 151.

Apesar das rodovias, dos automóveis, dos caminhões e dos ônibus, os trens eram para a época, em se tratando de deslocamento de mercadorias volumosas, o meio de transporte de menor custo financeiro. Em cidades maiores, os trens eram os transportes mais utilizados pela população, justamente por serem um meio de locomoção mais barato do que as lotações e os ônibus.

Nessa perspectiva, como forma de diminuir os altos custos das viagens até a cidade do Natal, os caicoenses reivindicavam o prosseguimento da estrada de ferro até Caicó, esperando que um dia a “capital” do Seridó fosse interligada, através de linha férrea, a capital do Estado. Esperava-se ainda o dia em que se ouviriam os apitos estridentes da primeira locomotiva a rasgar os sertões do Seridó, movimentando a dinâmica socioeconômica da região, adiantando e intensificando o processo de modernização de seus espaços urbanos.

Assim como o automóvel, o trem encurtava “[...] o espaço e o tempo, intensificando, como dizia Simmel, a vida nervosa daqueles que o experimentam” (ORTIZ, 1991, p. 231). Esse tipo de transporte foi reconhecidamente percebido pelos homens da época, como um autêntico agente do desenvolvimento urbano. As facilidades de ligação e interconexão entre dois ou mais pontos, possibilitavam que as cidades atingissem “[...] cada vez áreas mais afastadas para sua expansão, uma vez que as dificuldades impostas pelas grandes distâncias e pelo tempo de locomoção [...] [ficavam] sensivelmente reduzidas” (WILKOSZYNSKY; SOUZA, 1997, p. 181).

Desta maneira, embora o transporte férreo fosse um meio de locomoção de baixo custo que encurtava as distâncias espaço-temporais entre dois pontos, este ainda era algo muito lento, se diferenciando do transporte aéreo que mesmo sendo um meio de transporte de preço elevado, cortava as distâncias geográficas numa velocidade e numa duração temporal surpreendente.

Na época, a cidade de Caicó estava também interligada a outras urbes do estado e dos demais territórios nacionais através de seu aeroporto<sup>34</sup>. A empresa aérea Real, através de seus vôos comerciais, era a que esquetejava os ares do sertão, interligando Caicó às cidades de Campina Grande, Fortaleza, Recife, Currais

---

<sup>34</sup> Embora o Jornal *A Fôlha* empregasse o termo aeroporto para designar o espaço onde as aeronaves realizavam os pousos e as decolagens, na atualidade o termo que mais se adequaria a estrutura ao qual este mesmo se reportava seria pista de pouso. Isso revelava o desejo das pessoas que produziam o jornal dotar simbolicamente, por meio da linguagem, a cidade de signos de modernidade urbana. No entanto, achamos conveniente preservar o termo aeroporto pela ocorrência e pela intensão com o qual foi utilizado no periódico.

Novos, Natal, Mossoró, dentre outras. Os horários e os dias de saída das aeronaves do aeroporto de Caicó, bem como os respectivos preços das passagens aéreas, podem ser vistos nas duas imagens abaixo ilustradas (Imagens 5 e 6).

**IMAGEM 5**  
“Horários de avião em Caicó”

Novos horários de Avião em Caicó		
HORARIO		
Dias	Horas	Transportes de Aviões
2ª feira	6,45	Avião para Fortaleza, Sobral, Camocim, Parnaíba, São Luís vindo de Recife e C. Grande
“	“	15,00 Para Campina Grande e Recife, vindo de São Luís, Parnaíba, Camocim, Sobral e Fortaleza.
4ª feira	14,30	Para Currais Novos, e Natal, vindo do Rio. Vitória, Ilhéus, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife e Campina Grande.
5ª feira	6,45	Para Fortaleza, Sobral, Camocim, Parnaíba e São Luís, vindo de Recife e Campina Grande.
“	“	7,30 Para Campina Grande, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Ilhéus, Vitória e Rio, vindo de Natal e Currais Novos.
6ª feira	15,00	Para Campina Grande e Recife, vindo de São Luís, Parnaíba, Camocim, Sobral e Fortaleza.

Agência de Caicó — Av. Seridó, 473.

**FONTE:** (Sem Autoria). Novos horários de avião em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 04 de abril de 1959. Ano VI. Número 266.

**IMAGEM 6**  
“Preços de passagens de avião”

Preços de Passagens	
Caicó a Mossoró — Ida	Cr\$ 401,40
» » » — Ida e volta	724,40
» » Fortaleza Ida	1.098,20
» » » — Ida e volta	1.982,30
Às 5.ªs Feiras Vôo:	
Fortaleza a Recife — Escalas — Quixadá — Mossoró — Caicó — Campina Grande — Recife. Hora de chegada a Caicó 14 25 — 14 45 horas.	
Preço de Passagens	
Caicó a Campina Grande — Ida	Cr\$ 433,20
» » » — Ida e volta	781,60
» » Recife — Ida	707,40
» » » — Ida e volta	1.277,00
Passagens para o Sul e Extremo Norte, informações na Agência com o Sr. Eduardo Gurgel de Araújo Filho	

**FONTE:** Eduardo Gurgel de Araújo Filho. Horários de Aviões. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de junho de 1956. Ano III. Número 121.

Mesmo tendo um aeroporto, com um campo de pouso considerado de boa qualidade e de bom tamanho, os passageiros pediam para que fosse construída uma decente estação de passageiros no local. Era premente a construção de um espaço de espera para os embarques e desembarques dos passageiros no aeroporto de Caicó, que ainda aguardavam as aeronaves em plena pista de pouso. Além dessa estrutura que possibilitaria um conforto maior para a população que utilizava o aeroporto, outros equipamentos urbanos também eram, outrossim, desejados pelos praticantes do espaço citadino caicoense.

### 2.3 No escurinho de novos cinemas e no aconchego do Grande Hotel

Ao lado da estação de passageiros, a construção de novos cinemas se destacava como uma das necessidades básicas e prementes da cidade de Caicó, posto que o cinema que existia em seu espaço urbano, além de ser composto por uma ambiência de temperatura elevada e mal mobiliada, estava muito aquém dos desejos de uma cidade com ares de modernidade. Ir a esse antigo cinema era, conforme relatos auferidos na imprensa local, um sofrimento. Somente os cinéfilos apaixonados da cidade conseguiam resistir ao calor asfixiante e ao desconforto desse espaço de exibição cinematográfica.

Portanto, mediante os discursos de um progresso cada vez mais crescente na cidade, a população reivindicava um novo cinema com um mínimo possível de conforto e bem-estar social. Para isso, já havia sido elaborado um projeto de ser formada uma confraria de ações, com o intento de auferir recursos financeiros destinados a construção de um novo e moderno cinema em Caicó, no qual, para o seu funcionamento deveriam ser cumpridas algumas regulamentações exigidas pelo código de posturas do município, tais como as descritas nas seguintes disposições do Art. 75:

- I – só poderão funcionar em pavimentos térreos;
- II – os aparelhos de projeção ficarão em cabina de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;
- III – no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço<sup>35</sup>.

Seguindo estas normas, o novo cinema de Caicó passaria a exibir suas películas num espaço mais confortável e arejado para os seus espectadores. Desta forma, o cinema, explicitava uma “[...] dimensão da cidade que, se de um lado era influenciada por processos amplos, como a própria indústria do cinema de outro, o que sobressaia era uma escala de tempo da história local que não era ao mesmo tempo dos grandes processos históricos” (OLIVEIRA, 2003, p. 157).

Este espaço, caracterizado num dos principais eixos organizadores da sociabilidade urbana, quando penetrado nos “[...] hábitos da cidade, o fazia de permeio a outras modalidades de lazer e diversão” (VALE, 2000, p. 42). O cinema

---

<sup>35</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

constituiu-se, até “[...] o aparecimento da televisão no final dos anos sessenta, num elemento lúdico, empreendimento comercial e componente criador do imaginário coletivo pela possibilidade de criar condições de saber sobre o espaço” (OLIVEIRA, 2003, p. 158).

Era o lugar da possibilidade dos flertes, dos namoricos, dos espetáculos de transgressão às normas instituídas por um saber-poder local e dos atos suspeitos efetivados por personagens licenciosos. Era ainda o “[...] lugar privilegiado do encontro não apenas para assistir a exibição das películas, mas para ouvir as orquestras dos principais cinemas do centro ou para trocar gibi nos cinemas dos bairros” (OLIVEIRA, 2003, p. 158).

Em Caicó, mesmo funcionando num espaço carente de uma infraestrutura adequada, o antigo cinema representava o momento do encontro e da festa. Por isso, a cidade necessitava de um novo cinema que possibilitasse, antes, durante e depois dos filmes, a intensificação desses momentos de lazer e diversão de todos os grupos sociais.

Ademais, o cinema era um, entre tantos outros novos espaços almejados pela e para a cidade. Entre estes, a construção de um grande hotel para a urbe era também algo considerado urgente. Era inadmissível que Caicó não possuísse um hotel de grande porte, para acolher os seus visitantes que vinham à cidade durante os períodos de Festa de Sant’Ana, de Natal e de realização de outros eventos comemorativos.

Diante desta necessidade, as famílias caicoenses, seduzidas pelo colossal e pomposo Tungstênio Hotel de Currais Novos – cidade que, assim como Caicó, era considerada um importante centro urbano da região do Seridó potiguar – reivindicavam a materialização do sonho de ver construído o famoso Grande Hotel de Caicó.

A cidade de Caicó, conhecida por ser um centro de beneficiamento de um algodão de fibra longa, resistente e sedosa, recebia muitas pessoas advindas de outros lugares, a fim de tratarem de assuntos e questões econômicas. Portanto, era necessário que estas pessoas fossem bem acolhidas num espaço aconchegante, agradável e moderno, saindo com uma boa impressão da cidade. Além disso, atrelada a construção do Grande Hotel, era necessário que o poder público local investisse na materialização de políticas de industrialização do espaço urbano caicoense, aproveitando a matéria-prima, sobretudo algodoeira, produzida na região

e a mão-de-obra do operário sertanejo, compelido a emigrar para outros espaços nos anos de estiagem.

#### **2.4 Políticas de industrialização: por uma fábrica de tecidos na cidade**

Em se tratando de uma cidade que se destacava pela potência de suas usinas no trabalho de beneficiamento do algodão, colhido nos campos seridoenses, era notório o desejo da população de fundação de uma fábrica de tecidos em Caicó. A necessidade de inserção de uma indústria têxtil nas malhas da cidade, estava também ligada a um processo mais amplo, vivenciado num momento decisivo da política de industrialização do território nacional, pois com a “[...] instalação de setores tecnologicamente mais avançados que exigiam investimentos de grande porte, as migrações internas e a urbanização [...] [ganhavam] um ritmo mais acelerado” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560-561).

Essa política era oriunda de uma perspectiva de desenvolvimento econômico rápido da década de 1950, que ampliava e criava reais oportunidades de investimentos, especificamente através de um plano elaborado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), com nome de Plano de Metas, que tinha como lema 50 anos em 5, objetivando implantar no Brasil os setores industriais mais avançados, tais como a indústria elétrica pesada, “[...] a química pesada, a nova indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos mais sofisticados, a automobilística, a indústria naval, ou levar adiante indústrias estratégicas, como a do aço, a do petróleo e da energia elétrica” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 590).

Embora a fábrica de tecidos pensada para Caicó não tivesse as mesmas proporções dessas grandes indústrias, que exigiam um “[...] volume de capital inicial verdadeiramente extraordinário e o domínio de uma tecnologia extremamente complexa [...]” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 590), esta era, indubitavelmente, ressonância e reflexo dessa política de industrialização acelerada, anunciada inclusive pelo próprio Juscelino Kubitschek num discurso proferido no Caicó Tênis Clube durante sua passagem pela cidade, quando declarou, em sua propaganda de candidatura a presidência da república, que haveria de ser instalada uma indústria têxtil no espaço urbano caicoense.

A concretização dessas políticas de industrialização em determinados pontos do território nacional, provocou transformações assombrosas que pela

fugacidade, rapidez e densidade, dificilmente encontraram similaridades no último século, não podendo deixar de “[...] aparecer aos seres protagonistas senão sob uma forma: a de uma sociedade em movimento” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 585). Movimento de “[...] homens e mulheres que se deslocavam de uma região a outra do território nacional, de trem, pelas novas estradas de rodagem, de ônibus ou amontoados em caminhões [...]” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 585).

Esses sujeitos que atravessavam o Brasil de um extremo ao outro, eram “[...] nordestinos e mineiros, fugindo da miséria e da seca, em busca de um destino melhor em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná de terra roxa” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 585), bem como, de melhores oportunidades de vida e de trabalhos surgidos a partir das boas expectativas que estavam se criando e se vivenciando nessas áreas de industrialização acelerada e de urbanização rápida.

Quiçá, durante a década de 1950, algumas pessoas imaginavam que se estaria assistindo ao surgimento de “[...] uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560). No decorrer dessa década e na de 1960, como resultado de uma política de industrialização nacional, “[...] a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560).

No caso de Caicó, para alguns pessimistas, ainda faltava dar muitos passos para a cidade se tornar realmente moderna. Paralelo ao incentivo de incorporação de uma indústria têxtil no espaço urbano caicoense, as políticas de urbanização elaboradas para a cidade, como parte e parcela das propostas de remodelamento da paisagem citadina, eram recorrentemente cobiçadas pela população, com intento de renovação da estética urbana e melhor aparelhamento do espaço social.

## **2.5 Políticas de urbanização: edificação de praças públicas e arborização da cidade**

Entre as políticas de urbanização pensadas para Caicó, a construção de praças destacava-se como um dos objetos geográficos imprescindíveis a cidade,

tendo em vista que estas eram escassas em seu espaço urbano. As únicas existentes eram as seguintes: praça da Liberdade (a pracinha), praça da Catedral, praça do Rosário, praça José Augusto, praça Pedro Gurgel e a praça dom José Delgado.

Apesar disto, algumas delas estavam precisando ser reconstruídas e aformoseadas, sobretudo a praça do Rosário, que sempre tivera sido conservada sem a atenção adequada da administração pública e dos moradores adjacentes a esse logradouro, necessitando de maiores cuidados, tais como: calçamentos e edificação de canteiros. Se os espaços centrais careciam de praças bem cuidadas, aformoseadas e arborizadas, nos subúrbios da cidade estas nem ao menos existiam.

Assim, uma cidade como Caicó não podia ficar sem praças arborizadas, tampouco sem canteiros bem elaborados. As reivindicações no sentido de construção de praças não permeavam apenas o sentido estético, mas também o fato destas surgirem no cenário urbano com uma identidade própria, conforme o imaginário de cada época. Essa “[...] identidade correspondia às imagens e representações que eram construídas a partir de diferentes discursos, usos, olhares, que imprimiam, a cada praça de cada cidade em diferentes épocas, diferentes significados” (CORADINI, 1995, p. 12).

Era também através das praças que a cidade ia sendo subjetivada pelos seus praticantes, pois tudo partia e chegava dos seus espaços, enquanto cenários de “[...] exorcização das diferenças sociais por meio do sentimento comunitário, portanto, palco privilegiado para a exibição dos conflitos e seu enfrentamento através da palavra, dos gestos e posturas corporais” (ANDRADE, 1997, p. 100).

Além da carência de praças no espaço urbano caicoense, as poucas que existiam não eram arborizadas o suficiente para amenizar as altas temperaturas que incidiam sobre a cidade. E quando eram, sofriam danificações durante as manifestações festivas em seus espaços. O ajardinamento e a arborização das praças e das vias públicas eram de responsabilidade do órgão administrativo municipal, que zelava pela manutenção das poucas árvores existentes nos logradouros públicos, atribuindo, com base nos Arts. 115 e 116 do código de postura municipal, as seguintes normas aos habitantes: estava terminantemente proibido “[...] podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem

consentimento expresso da Prefeitura. [...] Nas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabos ou fios [...]”<sup>36</sup>.

Porém, mesmo sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal a preservação e a arborização das praças da cidade, pedia-se nas folhas d’*A Fôlha*, a compreensão e a cooperação da população no intento de deixar a urbe com um aspecto mais aprazível, mais embelezada, “[...] zelando, defendendo as árvores e as plantas, do espírito destruidor de crianças mal educadas que quebram os galhos, pisam os canteiros e destroem as flôres”<sup>37</sup>.

Contudo, Caicó necessitava mesmo de jardins públicos, pois uma cidade com um jardim era uma urbe que sorria pelos lábios macios, delicados e aromatizantes de suas flores. Numa cidade de clima tropical semi-árido, era premente a construção de jardins públicos a fim de proporcionar um melhor conforto e uma melhor sensação térmica para os habitantes.

Além de jardins, a cidade precisava de um programa de arborização urbana, servindo não apenas para aformosear a urbe, mas também para a filtragem das impurezas, circulação dos ventos, dissolução das fedentinas urbanas e formação de agradáveis sombras para aqueles que andavam sob o pino do sol causticante, já que onde existia uma árvore era sempre um motivo de convite às sociabilidades.

Portanto, a população acoçada pelas elevadas temperaturas e baixas umidades durante grande parte do ano, sofria constantemente com a ausência de uma arborização mais presente e atuante nos espaços vazios da cidade. A avenida Seridó achava-se naquela época quase despida, sem muitas árvores a balançar seus galhos pelos movimentos dos ventos secos das manhãs ensolaradas e das noites enluaradas de Caicó.

Se a paisagem da cidade era ausente de árvores e se a administração municipal não elaborava um plano mais concreto e sistemático de arborização da urbe, a alternativa era contar com a cooperação e o esforço particular de cada cidadão caicoense, plantando mais árvores em frente as suas residências, zelando

---

<sup>36</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

<sup>37</sup> (Sem Autoria). Precisamos de jardins. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de julho de 1955. Ano II. Número 71.

cuidadosamente das poucas que existiam. Pois uma cidade que crescia mostrando um centro urbano adornado de bonitas residências e ruas bem traçadas, causaria, se fosse igualmente arborizada, uma impressão bem melhor aos visitantes e aos seus próprios habitantes.

Para os redatores d'*A Fôlha*, se em cada habitação caicoense, uma árvore fosse plantada, dentro de poucos anos as ruas e logradouros da cidade já poderiam está revestidas de um verde sombreável, amenizando as altas temperaturas incididas em seu espaço urbano. Para a realização disto, bastava o esforço dos moradores, não exigindo muito do seu labor, nem sendo necessários muitos gastos elevados com capital ou verba exacerbada.

Tudo dependia da força de vontade dos moradores no intento de construir, além de uma cidade moderna, uma cidade verde, pois uma urbe sem árvores assemelhava-se a um pássaro sem penas, ou seja, sem a cobertura de sua estrutura corpórea. Neste mesmo sentido, uma cidade sem casas populares se assemelhava a um pássaro sem o aconchego de seu ninho, de seu habitat e de seu púlpito.

## **2.6 Morando bem numa casa nova: por uma política habitacional**

Diante de um crescimento urbano contínuo e de um processo de modernização da cidade progressivo, aspirava-se também em Caicó, uma política pública habitacional que pudesse beneficiar, através da edificação de novas casas populares no espaço citadino, aquelas famílias caicoenses desprovidas de moradias.

A construção de novas habitações passou a ser cogitada, segundo informações da imprensa local, quando o então Chefe da Casa Civil do Governador Aluizio Alves e Presidente da Fundação de Casas Populares do Rio Grande do Norte, o Sr. Agnelo Alves, em entendimento com o Prefeito José Josias Fernandes, cuja administração aconteceu no período de setembro a outubro de 1954 e de março de 1962 a setembro de 1966, estudou a possibilidade de erigir 50 casas populares num terreno concedido pelo então prefeito da cidade.

A distribuição dessas casas seria feita a partir de um sorteio entre os concorrentes, selecionados após a realização de uma triagem, que ainda

precisavam preencher uma série de condições exigidas e apresentar uma variada documentação, a seguir discorrida:

Certidão negativa de registro de imóveis, fornecida pelo Cartório respectivo e pela Prefeitura da cidade, em nome do pretendente, da esposa ou companheira. [...] Prova de que percebe, mensalmente, uma ou duas vezes o Salário Mínimo local, fornecida pelo empregador ou, na inexistência dêste, por duas pessoas idôneas – com firmas reconhecidas. [...] Fôlha corrida da Polícia. [...] Título de Eleitor. [...] Carteira de Reservista. [...] Registro Civil dos filhos menores de 15 (quinze) anos, que deverão ser no mínimo 3 (três). [...] Atestado de permanência de 2 anos na cidade. [...] Limite máximo de idade: 45 anos<sup>38</sup>.

A construção das respectivas casas populares no espaço urbano caicoense atenderia a um grupo social que não estava, necessariamente, inserido numa faixa de miséria social, já que era exigida, para a aquisição destas moradias, que o candidato apresentasse um comprovante que atestasse que sua renda mensal fosse de um salário mínimo vigente na época. Essa condição era indispensável para os empreendedores da obra, tendo em vista que somente assim, eles poderiam assegurar, em partes, que os contemplados pagariam suas habitações no prazo estipulado de 25 anos.

Destarte, aquelas pessoas que não estavam enquadradas nos requisitos estipulados, continuavam a compor os grupos sem moradia existentes na cidade, aumentados diariamente com o crescimento exacerbado dos movimentos migratórios, sobretudo, do êxodo rural. Obras de habitação popular como as mencionadas anteriormente, representavam uma incidência direta sobre o bem-estar da população urbana local. De modo similar, outras edificações aumentavam a lista de reivindicações de uma cidade, embora orgulhosa com certas inovações que dispunha em seu espaço urbano, carente na aquisição de algumas estruturas e serviços modernos, tais como aqueles diretamente inseridos nas políticas de saúde e higienização pública.

## **2.7 Políticas de saúde pública e de higienização urbana**

Concernente as políticas de saúde e de higienização urbana, reivindicava-se pela construção de um açougue público na cidade, haja vista que,

---

<sup>38</sup> (Sem Autoria). 50 casas populares poderão ser construídas em Caicó – Documentação e condições para a pessoa concorrer a uma casa popular são exigidas as seguintes condições. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de novembro de 1964. Ano X. Número 188.

alguns alimentos como carnes, continuavam a ser comercializados nas dependências do próprio mercado público. A construção desse novo espaço possibilitaria, dentre outras melhorias de saúde e higiene, o descongestionamento do mercado público, ficando a altura da população da cidade que praticamente contava apenas com ele para a compra, venda e permuta de suas utilidades.

Assim, era feito um apelo a administração municipal que por questões de saúde, higiene e conforto, fosse edificado um açougue público na cidade, eliminando o degradante costume dos comerciantes locais de exporem os conjuntos de vísceras de animais nos locais de venda, obrigando-os a trazerem esse produto, tão sujeito aos ataques das moscas e de outros insetos, em vasilhames apropriados, deixando de sujar o chão do mercado, constantemente lavado, porém sempre emporcalhado.

Essas práticas anti-higiênicas, aprisionadas em costumes patológicos, eram atinadas como hábitos inadmissíveis de serem comungados numa cidade que aspirava ares de modernidade, ainda por cima num espaço que era utilizado como espelho e vitrine para exposição da urbe, ou seja, o centro da cidade. Por ser um prédio encravado no centro urbano, o mercado público estava, conforme solicitações, necessitando de uma limpeza geral, dando assim uma boa impressão aos que visitavam a cidade.

Esse espaço de comercialização, incrustado na esquina do cruzamento das avenidas Coronel Martiniano com a Seridó, não satisfazia, segundo denúncias feitas n'*A Fôlha*, o mínimo de saúde pública e de higiene urbana exigida para o seu funcionamento, afeando a imagem da cidade através de práticas insalubres que exalavam cheiro fétido de água estagnada, misturada a restos de comida e de materiais vegetais.

Além desses problemas de ordem patológica, o próprio mercado escasseava de espaço, decorrente de um número significativo de transeuntes e de vendedores circulando em seu interior, dificultando o movimento das pessoas dentro desta ambiência. Era perceptível, embora com uma ressalva de que o prédio do mercado era referência histórico-cultural para a urbe, de que Caicó ainda não possuía um mercado público a altura do seu crescimento e ao lugar que ocupava entre as cidades do Rio Grande do Norte.

Nesse mercado, além dos aspectos de anti-higiene pública e insalubridade urbana, era de praxe o costume de exposição de espécies de

mesinhas colocadas durante todos os dias da semana nas calçadas adjacentes, não somente interrompendo e atrapalhando o trânsito, mas provocando uma verdadeira balbúrdia e tristeza pelo seu estado miserável de abandono por parte dos seus proprietários, como se “[...] as calçadas também fôsem suas e podessem elas ficar a espera da próxima feira quando [...] [seriam] alugadas àquêles que as aproveitam para apresentação das suas bugigangas ou ossadas de bois tão do gôsto dos nossos operários”<sup>39</sup>.

Embora constasse no Art. 120 do código de postura municipal que os estabelecimentos comerciais poderiam ocupar “[...] com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que [...] [ficasse] livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros”<sup>40</sup>, os proprietários dessas mesinhas do mercado não cumpriam com as exigências estabelecidas por esse artigo, visto que, estes objetos atrapalhavam o desenrolar do fluxo urbano.

Em desconformidades com as leis municipais vigentes, os usuários do mercado que deixavam estas mesinhas nas adjacências desse centro de comercialização, ainda quebravam as normas instituídas pelo Art. 87, do Capítulo IV, das posturas municipais, que diziam respeito a proibição de “[...] embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem”<sup>41</sup>.

Ademais, essas questões, consideradas pela estética urbana como degradantes e horripilantes, não eram os únicos problemas a serem vencidos pela administração pública, pois tais mesinhas ficavam ao relento para serem utilizadas por indivíduos, tipificados pela moral citadina como vagabundos da noite.

Diante do congestionamento nos espaços do mercado e de alguns eventos constrangedores ocorridos em suas contiguidades,urgia-se a necessidade de uma premente providência. Em curto prazo poder-se-ia fazer uma mudança rápida no mercado, pois nem aqueles sujeitos mais despreocupados com a

---

<sup>39</sup> Flôr de Liz. Apreciações da semana. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 25 de julho de 1954. Ano I. Número 21.

<sup>40</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

<sup>41</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

desordem urbana estavam suportando o trânsito intenso em suas dependências, tampouco a cidade merecia uma desorganização num espaço marcado pelo fluxo de mercadorias e de pessoas.

Uma das sugestões para amenizar esse problema seria a transferência do mercado para as proximidades do hospital recém erigido, transformando o antigo local numa praça. Outra sugestão seria a desapropriação dos ocupantes dos chamados “pontos de mercado”, onde se achavam instalados casas comerciais de miudezas, ferragens, mercearias e cafés.

Esta última sugestão era visibilizada como a mais aceitável pelo cidadão de nome Lênio, autor de uma matéria sobre o mercado publicada no Jornal *A Fôlha*, pois segundo ele, quiçá, a desapropriação de alguns comerciantes existentes na ambiência do prédio fosse uma das melhores saídas, já que estes pagavam aluguéis pífios, quase nada de adiantado para os cofres da prefeitura.

Somente assim, os usuários do mercado público poderiam realizar suas compras dentro de um ambiente descongestionado, livrando-os do amontoado de “balaios de feira”, que por escassez de espaço, levavam muitas vezes os usuários a serem acometidos por sérios acidentes. Porém, a mudança não era a única alternativa para a resolução dos problemas de congestionamento do mercado. Poder-se-ia, conforme apelos dos moradores inquietos e prejudicados com tal situação, dar início a construção de um novo mercado, que servisse de modelo para a cidade, afinal ela necessitava de um espaço moderno de comercialização dos diversos produtos e miudezas em geral.

Diante destes problemas de congestionamento e tendo em vista o rápido crescimento urbano processado nos espaços da cidade, emergia deste contexto a sugestão de construção de um novo mercado no bairro Paraíba, ficando o antigo para a utilização dos moradores do centro da urbe. Quanto à situação dos comerciantes, que poderiam se sentir prejudicados com essa tomada de decisão, estes, conforme discursos narrados n’*A Fôlha*, deveriam procurar outro local para o desenvolvimento de sua labuta, adquirindo prédios residenciais localizados nos flancos contíguos do mercado, já que os mesmos se encontravam numa área de comércio. Essas propostas de mudanças não levavam em consideração os transtornos que poderiam ser causados aos comerciantes.

O que realmente importava era que aquele ambiente inconveniente, encravado numa área estratégica da urbe, não deveria continuar como estava,

merecendo assim a edificação de um mercado mais adequado que correspondesse ao crescimento comercial da cidade e aos padrões de higiene, saúde e embelezamento urbanístico. Nesse sentido, a construção de um mercado modelo para Caicó deveria seguir uma linha eminentemente moderna, correspondendo aos ideais de modernidade em voga na época.

No mesmo contexto de saúde pública e de higienização dos espaços da cidade, exigia-se da administração municipal a produção urgente de territórios adequados para a localização de uma feira de gado em Caicó. O investimento financeiro nesse tipo de comércio poderia ser revertido em arrecadações para o orçamento municipal, proporcionando assim, benefícios para a coletividade. No que se referia a localização geográfica dessa feira, a sugestão era que esta fosse inserida num ponto afastado do centro urbano.

A criação de uma feira de gado em Caicó faria da cidade um ponto de convergência de negociantes e de outras pessoas vindas de variados lugares, proporcionando ao comércio local e aos segmentos ligados à pecuária, possibilidades reais de expansão. Essa feira traria para a cidade novos negócios nos setores da pecuária, abrindo o comércio local para a compra e venda das espécies bovinas criadas nas fazendas da região.

Enfim, muitas vantagens poderiam ser auferidas com a concretização dessa iniciativa. O que não poderia ser realmente tolerado e justificado era que a administração pública aceitasse a instalação de estábulos nos espaços da urbe, tampouco que os rebanhos de gado fossem levados para as avenidas e ruas da cidade com intento de comercializá-los, pois a presença destes animais na paisagem urbana estava dando um aspecto de atraso à cidade e evocando certo saudosismo rurícola.

Acerca da intolerância em aceitar esses animais nas ruas da cidade, assim como, em aceitar a criação de galinhas nos porões e no interior das habitações, uma solicitação do Comandante do 1º Batalhão Rodoviário, por indicação do Departamento de Saúde Pública, fazia cumprir que a prefeitura tomasse as devidas providências no sentido de intensificar as medidas necessárias para uma melhor limpeza e embelezamento da cidade, determinando que fossem colocadas em prática as posturas municipais, na parte em que proibiam “[...] criar e manter porcos e vacas dentro do perímetro urbano ou suburbano desta localidade, [mais precisamente nos quintais das residências], (art. 119 e 120 e seu parágrafo

único)<sup>42</sup>. Deste modo, ficava estabelecido o “[...] prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do presente EDITAL, para que [...] [fossem] retirados da cidade [...] [esses animais]”<sup>43</sup>.

A criação de vacas e porcos no espaço urbano era para uma cidade que cobiçava o moderno, sinônimo de ruralidade, de insalubridade, de anti-higiênico e de anti-civilização. Diante desta concepção, as posturas municipais alertavam a população que após o dia 27 de março do ano de 1956, a prefeitura recolheria esses animais caso fossem encontrados nas ruas ou nas habitações, sendo apreendidos e conduzidos para os depósitos da municipalidade, bem como, intimados os seus donos sob multas a cumprir a ordem estabelecida.

Para uma cidade que ansiava tanto o progresso, o atraso era a última coisa que a mesma desejaria ver praticado em seu espaço urbano. No entanto, uma cidade sem um sistema salubre de água e esgoto era também considerada arcaica, estática e anti-higiênica. Embora fosse imprescindível a ampliação das redes de abastecimento de água, já que muitas ruas não contavam com esse tipo de serviço público, o saneamento da cidade era algo inadiável.

Com água abundante em grande parte das residências, era praticamente impossível evitar o alagamento de alguns trechos das ruas. Os escoamentos de alvenaria existentes no espaço urbano caicoense conseguiam amenizar a situação, mas não resolviam totalmente o problema. A solução era realmente a construção de uma rede de esgotos moderna, seguindo os padrões e preceitos de saúde e higiene pública.

Já se sabia, com base em notícias veiculadas pela imprensa local e a partir de uma rápida palestra do engenheiro Saturnino de Brito concedida aos repórteres do Jornal *A Fôlha*, que o propósito do então Governador do Estado Dinarte Mariz (1956-1961), era dotar a cidade de Caicó com uma rede de esgotos até o fim de sua administração, proporcionando aos seus habitantes o conforto da civilização e da técnica. Essa notícia era recebida pela população com imensa felicidade e alvissareira esperança na materialização dessa obra de grande significância para o processo de modernização da cidade.

Se o abastecimento de água em Caicó se constituiu num passo decisivo para o progresso da cidade, embora se viesse realizando-o através de um

---

<sup>42</sup> José Benévolo Xavier. Edital. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de março de 1956. Ano III. Número 105.

<sup>43</sup> José Benévolo Xavier. Edital. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de março de 1956. Ano III. Número 105.

precário canal imbuído de impurezas e sujeito aos desgastes temporais, o seu saneamento, indispensável nos tempos modernos, era o preenchimento de uma grande lacuna. Nestes termos, paralelo ao saneamento da cidade, reivindicava-se também que fosse dada certa atenção à questão do canal que conduzia água do açude Itans à zona urbana.

Sobre o canal, este não se enquadrava em nada nos ditames das posturas urbanas, pois o mesmo comprometia diretamente a qualidade da água servida ao bairro Paraíba, sendo caracterizado por ser um disseminador de patologias contagiosas, um proliferador de germes e bactérias e um foco de imundícies e impurezas, levando vários tipos de doenças à população abastecida.

Condutor de água do açude Itans, o canal era totalmente descoberto, servindo de depósito de lixo e de animais mortos e de piscina para alguns corajosos habitantes que se aventuravam em se banhar em suas águas poluídas. Nesses moldes, o canal era um caso grave de ordem anti-higiênica que necessitava da intervenção veloz e decisiva das autoridades públicas, no intento de preservar a saúde e o bem-estar das famílias do bairro Paraíba.

Para a inserção de uma rede de saneamento e abastecimento de água na malha urbana caicoense, eram necessários que se fossem aplicados, conforme informações colhidas n'*A Fôlha*, cerca de 100 milhões de cruzeiros na realização do primeiro serviço e 200 milhões de cruzeiros na concretização do segundo. No que se referia ao abastecimento de água, este poderia ser viabilizado através da construção da adutora, com planos de ser projetada e construída pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) através da Construtora Saturnino de Brito.

Diante das dificuldades correspondentes a construção da adutora em substituição ao canal, conhecido como Canal da Morte, outras medidas paliativas eram pensadas para a minimização desse grave problema de saúde e de higiene pública. Uma dessas medidas seria a construção de um chafariz, que se tornaria um meio de minimização dos problemas de poluição da água utilizada pela população, caso a coleta do líquido partisse de uma fonte pura e não do canal já contaminado.

Se a coleta continuasse a ser realizada no Canal da Morte, a única alternativa que restava era mesmo a construção de uma adutora que, embora já tivesse sido discutida e planejada pelos órgãos governamentais, não se desvencilhava das folhas de papéis esbranquiçadas. Todavia, sabia-se que a adutora resolveria de uma vez por todas as questões referentes ao abastecimento

de água no bairro Paraíba e em outros espaços da cidade, bem como, da presença de esgotos neste bairro. Os serviços nas áreas de saúde e de higiene urbana se dimensionavam em melhoramentos públicos indispensáveis à cidade.

Manter o ambiente urbano limpo, sadio, desodorizado e agradável a todos os sentidos humanos era um dos objetivos primordiais de uma cidade que se prezava ser moderna. Não adiantaria de nada uma cidade equipada com elementos e inovações técnicas modernas, se esta não cuidava de sua saúde, de sua aparência, de seu cheiro, de sua higiene, de sua estética e de sua moral. A proposta era conciliar o novo e o belo ao sadio e o limpo.

No intuito de manter a cidade limpa e organizada, preservando a sua higiene pública, as posturas municipais incumbiam de disseminar códigos de uso e ocupação do solo urbano, destacando as seguintes proibições que deveriam ser cumpridas:

- I – Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;
- II – Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;
- III – Conduzir, sem as preocupações devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o anseio das vias públicas;
- IV – Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- V – Aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;
- VI – Conduzir para a cidade, vilas e povoações do Município, doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, - salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento<sup>44</sup>.

As recomendações de higiene urbana não eram destinadas apenas para o espaço público, mas também para o espaço privado. Assim, a rua não era apenas o único espaço das atenções das instituições públicas. A casa, como um lugar onde a família se reunia para conversar, para fazer as refeições, para dormir, enfim, para viver, também era alvo das preocupações das políticas de higienização que acreditavam que se poderiam formar arquétipos de indivíduos saudáveis dentro de uma cidade que prezava pelos princípios de salubridade.

Essa tarefa de manter a ordem e a higiene da casa era atribuída a mulher, percebida por um ideal de esposa-mãe-dona-de-casa, que deveria zelar pelo bem-estar do seu lar e de sua família. Como exemplo de algumas condutas e formas de comportamento que a mulher deveria tomar e seguir, no objetivo de

---

<sup>44</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

manter o ambiente familiar mais agradável e sadio de se viver, pode se destacar as seguintes recomendações da extensionista doméstica Maria Florentina de Melo: o “[...] lar, a casa onde vivemos, deve ser uma das coisas mais importantes para toda dona de casa. [...] É no aconchego do seu lar, onde você passa suas horas mais agradáveis, em companhia de seu espôso e dos seus filhos”<sup>45</sup>. Por isso, segundo ela, a mulher deveria manter sua casa agradável, “[...] limpa, arrumada, para poder oferecer condições de saúde e bem-estar à sua família”<sup>46</sup>.

As recomendações dessa extensionista doméstica giravam também no sentido de que a mulher deveria ter, por natureza, o hábito da limpeza, cuidando para não deixar sua casa ao risco e a mercê de patologias advindas da presença de alguns insetos indesejados, tais como:

[...] mûscas, mosquitos, baratas e outras pragas caseiras, que transmitem doenças a toda família. Dessas pragas, uma das mais perigosas é a mûsca. Ela transporta germens de doenças nos pelos do corpo e das pernas e no estômago. As mûscas vivem praticamente em toda matéria apodrecida. Elas se alimentam do lixo, estêrco e fezes humanas; pousam ainda em feridas de animais e pessoas. É dêsses lugares sujos, que a mûsca traz os germens das doenças para dentro de sua casa. Êsses germens deixados pelas mûscas podem fazer com que você e sua família adoeçam com febre tifo, desinteria e outras doenças. Por êsses motivos, você precisa tomar algumas medidas, que diminuam o enxame de mûscas em sua casa. Principalmente na cozinha, que é o local onde você prepara os alimentos. Uma boa maneira de você evitar as mûscas e outros insetos, é ter uma lata, com tampa, na cozinha, para colocar o lixo e um pequeno barreiro no quintal para nêle despejar, todos os dias, o lixo que foi junto na lata. A lata e o barreiro para lixo são medidas de higiene que você deve adotar, a fim de proteger a saúde de sua família, e tornar o seu lar, um ambiente agradável e acolhedor. Sabemos que ‘a higiene não precisa de casa, mas a casa precisa de higiene’<sup>47</sup>.

O projeto e as políticas de modernização da cidade, ancoradas em propostas burguesas de civilização e de progresso, também preconizavam a desodorização e higienização dos espaços da casa, desvencilhando todos os possíveis focos de insalubridade estagnados no ambiente doméstico e geradores de contaminações. Essas propostas, em consonância com outras, eram os requisitos básicos para a construção de uma imagem de cidade moderna, que para isso utilizava a mulher como uma das *células-mater* desse processo.

---

<sup>45</sup> Maria Florentina de Melo. Mais higiene, mais saúde. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de maio de 1967. Ano XIII. Número 11.

<sup>46</sup> Maria Florentina de Melo. Mais higiene, mais saúde. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de maio de 1967. Ano XIII. Número 11.

<sup>47</sup> Maria Florentina de Melo. Mais higiene, mais saúde. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de maio de 1967. Ano XIII. Número 11.

Assim, a mulher caicoense, representada numa imprensa periódica tipografada com papel e tinta de uma moral católica, teria que ser disciplinada e domesticada para a casa, para o marido e para os filhos, investida de elementos para o bem-casar. Se para alguns segmentos de ordem e de progresso, respaldados ainda em concepções naturalizantes e divinizantes, as novas aberturas destinadas às mulheres modernas eram consideradas absurdas e inadmissíveis de serem aceitas, outros percebiam tudo isso como um movimento necessário, obviamente impondo alguns limites, para a construção de uma modernidade urbana.

Essas contradições podem ser explicadas por meio das profundas ressignificações e rupturas que ocorreram nas práticas culturais ocidentais ao longo da história social, bem como, a partir da argamassa paradoxal com que a própria modernidade construiu as vidas urbanas modernas. Portanto, no que concerniam as discussões entorno da mulher, os seus valores morais e a sua beleza, eivada nos ditames da juventude, da saúde e da inteligência, “[...] eram realçados através de outros atrativos e identificados com o ‘fluxo renovador do progresso mundial’” (SOUZA, 2005, p. 6).

De modo geral, a casa, com ou sem a presença da mulher, assim como acontecia com a rua, passava a ganhar a atenção de novos olhares. Para as ruas, eram necessárias que estas fossem “[...] largas, arejadas, bem ventiladas, com canais de drenagens, sistemas de esgotos e de abastecimento de água potável” (OLIVEIRA, 2002, p. 207). Para as casas, estas deveriam ter suas janelas abertas com intento de que os ares saudáveis circulassem em seus espaços, retirando o cheiro forte de um passado mofado e de um tempo estritamente esgarçado. Ademais, teriam que ser higienizadas diariamente para que bactérias e germes não se desenvolvessem e proliferassem doenças. Requeria-se dessas casas “[...] ambientes mais claros, mais ventilados, onde a luz do sol e o vento pudessem ter acesso livre, tanto quanto os membros aí residentes” (OLIVEIRA, 2002, p. 207).

Nesta perspectiva, higienistas, sanitaristas e engenheiros estabeleciam concepções acerca das melhores técnicas e dos mais convenientes métodos de circulação dos ventos nas malhas da cidade e nos ambientes residenciais, transformando a salubridade numa base matéria e social capaz de assegurar uma melhor saúde possível para os indivíduos. E era correlativamente a ela que aparecia “[...] a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos

materiais do meio que [...] [seriam] susceptíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde” (FOUCAULT, 2000, p. 93).

Essa noção de higiene pública se estendia ao processo de higiene do corpo, que passava “[...] a ser visto e dito pelo discurso médico como uma realidade biopolítica” (OLIVEIRA, 2002, p. 205). O cuidado e a atenção com a higienização do corpo era uma atividade primordial para os habitantes da cidade, pois se sabia que muitas pessoas, em pleno vigor físico, traziam em seu corpo os mais diversos germes em estágios de poderem ser transmitidos.

Isso aconteceria, segundo pensamento da época, com aqueles sujeitos que tivessem sido acometidos por certas doenças, como disenteria ou febre tífica, e que por muito tempo ainda poderia eliminar os micróbios pelas fezes e urinas, podendo, com as mãos contaminadas, propagar a doença. Desta forma, para a prevenção dessas patologias por tais portadores de germes, fazia-se *mister* a criação e a consequente manutenção de hábitos higiênicos do tipo: lavagem das mãos com água e sabão antes da realização de quaisquer refeições.

A higienização não era apenas uma necessidade dos espaços dos vivos, mas também dos espaços dos mortos. Dever-se-ia ter o maior cuidado com a higienização desses espaços que eram lugares propícios para serem expelidos odores e doenças contagiosas advindas das matérias humanas em estado de decomposição. Por sinal, em Caicó, estes espaços estavam um tanto quanto superpovoados, havendo a premência de ser construído novos espaços para acomodarem os restos mortais dos entes queridos das famílias caicoenses.

O único cemitério que servia a população tinha sido construído em 1913 e estava sem condições espaciais de receber mais mortos. Urgia que se fosse erguido um novo cemitério para a cidade ou a solução seria sepultar os cadáveres nas covas frescas, amontoando-os uns sobre os outros. Caicó precisava de um cemitério maior e de longa duração. Uma obra grandiosa como a prevista para a cidade exigiria a colaboração direta da população, dos mais abastados aos mais humildes, haja vista que, a prefeitura não estava dispondo de recursos financeiros suficientes para arcar com todas as despesas.

A construção de um novo espaço para os mortos, além de colaborar com o descongestionamento do antigo cemitério, também contribuía diretamente no aspecto higiênico e salubre da cidade. Assim, os cuidados com os espaços dos mortos preenchiam a lista de necessidades básicas das políticas de saúde pública e

de higienização urbana, empregadas para manter o equilíbrio material e fisiológico dos habitantes.

Contudo, se essas políticas eram destinadas a manter o equilíbrio material e físico dos habitantes, fazia-se também necessário acionar dispositivos vigilantes que pudessem zelar pela segurança dos praticantes da cidade. Nesse sentido, os investimentos em segurança pública também eram iniciativas que deveriam ser tomadas pelas instituições administrativas municipais para manter a ordem urbana.

## 2.8 Por um olhar vigilante sobre a cidade

Com intento de manter a segurança pública dos logradouros e dos estabelecimentos urbanos, bem como, o sossego público da população durante as noites silenciosas de Caicó, apelava-se ao poder público que fossem contratados guardas noturnos, sob a orientação da administração municipal, para a vigilância da cidade, proibindo a ação e o vandalismo noturno dos transgressores do sossego urbano e evitando que sujeitos de má índole invadissem os estabelecimentos comerciais, depredassem o patrimônio público, assaltassem casas e cometessem outros atos de selvageria, tais como os descritos por Valle Sobrinho num texto publicado no Jornal *A Fôlha*:

Não pude ficar esta semana, emudecido diante de tanta imundície praticada talvez às altas horas da noite, por pessoas de baixa reles. [...] Numa manhã, na calçada do Mercado Público fiquei horrorizado com fêzes bem em frente de um dos portões e não é a primeira vez que nós deparamos com essas demonstrações de desrespeito. Na Prefeitura, ao lado direito, onde foi construído um pequeno terraço, anexo ao pôsto telefônico ali os senhores fizeram fossas<sup>48</sup>.

Diante destes fatos, somente com a presença de um conjunto de guardas noturnos, as famílias caicoenses poderiam dormir sossegadas sem a preocupação de no alvorecer do outro dia, acordarem com a presença constrangedora de tais resquícios, possivelmente, humanos e livres das ações de homens tidos como: malfeitores, salteadores e vagabundos que perpetravam o mal nas calçadas da noite.

---

<sup>48</sup> Valle Sobrinho. Guarda Noturno. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 12 de setembro de 1959. Ano VI. Número 289.

Em vidas já galgadas pelo ritmo dinâmico do tempo, quando Caicó ainda era uma jovem cidade, existia uma pequena guarda noturna que prestava seus serviços a uma ordem privada, sem o respaldo do poder público. Contudo, o serviço tinha sido extinto por motivos desconhecidos. A cidade que cresceu e passou a ser centro de convergência de pessoas estranhas advindas de regiões diversas, clamava por uma maior segurança de seus espaços e de seus moradores.

A Patrulha do Exército e da Força Policial que poderia realizar esses serviços de segurança, logo que desaparecia o movimento comum das ruas, recolhia-se. Não tinham faltado casos de assaltos a pessoas que precisavam sair de suas casas a altas horas, ou mesmo, arrombamentos a casas comerciais, a postos de gasolina, dentre outros estabelecimentos. Para as famílias caicoenses, somente um grupo de guardas noturnos poderia amenizar a situação de perigo existente na cidade, evitando os assaltos, acabando com a vagabundagem nociva e afastando os elementos perniciosos que se alimentavam das más condutas.

Através da leitura do Jornal *A Fôlha*, percebe-se como era incômodo e preocupante, para os mais abonados, a convivência com essas práticas socioespaciais tecidas por sujeitos desviacionistas. A “[...] opção por controlar a desordem urbana através de um policiamento preventivo, antes instituidor do que repressor de comportamentos, representa[va], pois uma crença na eficácia de recursos disciplinares” (MAUCH, 1997, p. 72).

Destarte, somente os olhares vigilantes de uma organização de guarda noturna competente e eficaz poderiam manter a ordem e a moralidade no espaço urbano caicoense durante as noites cálidas do sertão. Pode-se assim inferir que essa organização baseava-se numa idéia de que “[...] tanto o habitante da cidade como o próprio espaço urbano são potencialmente perigosos e passíveis de uma intervenção ordenadora – moralizadora por parte do poder público” (MAUCH, 1997, p. 70).

A necessidade de uma organização de guardas noturnas que impedissem a “[...] dramatização da violência e as facilidades da ilegalidade [...] [a uma] banalização do mal e ao culto de razão cínica [...]” (PECHMAN, 1997, p. 205), levou os caicoenses a reivindicarem do poder público uma garantia de maior segurança.

Para os redatores d’*A Fôlha*, a carência de segurança pública na cidade era decorrente da ausência de uma cultura de civilidade e de educação entre

alguns sujeitos praticantes do espaço urbano caicoense. Nesse sentido, a ausência de guardas noturnas na urbe caicoense não era o único problema a ser enfrentado pelos seus habitantes de boa índole.

A necessidade de estabelecimentos educacionais também se constituía noutra preocupação da administração municipal, pois era através dos processos educativos que se poderia pensar numa nova formação sociocultural, construindo uma sociedade mais civilizada e educada. Portanto, era premente, concomitante aos investimentos em segurança pública, o direcionamento e a aplicação de recursos nas políticas educacionais.

## **2.9 Políticas de educação: por uma nova formação sociocultural**

No contexto das políticas educacionais, a construção de institutos de educação era considerada urgente para uma cidade que elaborava projetos de modernização do seu espaço urbano e que, paradoxalmente, era cenário de práticas desviacionistas. Uma cidade moderna e progressista era uma urbe que cuidava da educação de seus habitantes. A educação era requisito principal, juntamente com outros, para uma cidade tornar-se moderna e civilizada.

Era inadmissível que uma cidade como Caicó, conhecida historicamente pela valorização das letras e por ter funcionado em seu espaço a primeira Escola de Latim do Seridó<sup>49</sup>, criada em 1832 pelo padre Brito Guerra com o nome de Cadeira de Gramática Latina no qual eram ministradas aulas de Francês e Latim, não suscitasse dispositivos, vindos através da construção de instituições de ensino, para a educação de sua população.

Por isso, em uníssono coro, a população apelava aos poderes públicos que se fosse construído um prédio de grande porte para o funcionamento de um instituto de educação, com a opção de vários cursos e para que este pudesse atender ao corpo discente do município, como também de outros adjacentes. O edifício do instituto deveria ser constituído de uma moderníssima arquitetura, utilizando o que de mais moderno existia na engenharia humana, para que este

---

<sup>49</sup> Os benefícios da escola de latim, criada pelo padre Brito Guerra e mantida por mais de 30 anos, “atingiram outros recantos do País. Vários alunos de Estados vizinhos, até lá chegaram para aprimorar seus conhecimentos, não só de latim, como também de outras disciplinas escolares. O padre Guerra ministrava gratuitamente e ainda hospedava os alunos, mais carentes, que vindos de Estados vizinhos necessitavam de acomodações” (CEPEJUL, 1982, p. 55).

pudesse se tornar um dos maiores educandários do estado e um marco superior da formação intelectual da população caicoense e seridoense. Nessa perspectiva, as obras que necessitavam ser construídas na cidade de Caicó e os novos equipamentos que deveriam ser inseridos em suas ambiências teriam que possuir sinônimos de grandeza, contribuindo para a construção de uma urbe sob os ditames do progresso e da modernidade.

Ainda no contexto das políticas de educação, outros elementos desejados para a cidade diziam respeito à fundação de uma escola técnica de comércio, a edificação de uma escola agrícola e a criação de um curso noturno, concedendo uma oportunidade de ensino para aqueles caicoenses que passavam os dias na labuta a fim de manterem o sustento de si e da família, restando apenas à noite para dedicarem-se aos estudos.

Além desses equipamentos que poderiam aumentar e melhorar o serviço educacional disponibilizado em Caicó, a cidade já contava com os seguintes estabelecimentos de ensino, considerados os principais: GDS; GST; Escola Doméstica Popular Darci Vargas; Escola Pré-Vocacional; Seminário Santa Cura D'Ars; Grupo Escolar Senador Guerra e a Escola Normal Regional de Caicó.

Assim, no que concernia ao ensino secundário, embora este ainda necessitar-se de investimentos, a cidade era relativamente bem provida com o desenvolvimento desse serviço em seu espaço urbano. Não obstante, atinente ao ensino superior, a cidade era totalmente desprovida desse serviço. Os jovens, sobretudo os filhos da elite caicoense, que desejavam enveredar pelos caminhos da educação superior deveriam migrar para outras cidades, tais como: Natal e Recife.

Nesse sentido, a criação de um curso superior na cidade de Caicó, representava uma aspiração dos seus habitantes que apelavam as autoridades diocesanas no sentido de que fosse levada adiante a idéia de fundação de uma faculdade, para que somente assim, se pudesse atender às demandas de muitos estudantes que não podiam se deslocar para outro local a fim de cursar alguma graduação. O empecilho maior para a materialização deste tão sonhado melhoramento educacional era a constituição de um corpo docente que possibilitasse formar uma escola superior eficiente.

Esperava-se que ao ser concretizado esses desejos da população caicoense por uma ampliação do ensino público, a cidade passasse a ter uma associação de estudantes que objetivasse aumentar sua vida cultural e desportiva,

haja vista o valor indiscutível de uma associação dessa natureza em seu espaço urbano, proporcionando a criação de um ambiente recreativo e saudável.

Investir na educação dos jovens caicoenses era algo necessário para uma cidade que almejava tornar-se moderna, pois o futuro da sociedade local seria o fruto de uma formação moral e intelectual da mocidade. A remodelação dos maus costumes presentes naquele arranjo social somente poderia acontecer com o investimento em políticas de educação.

Mediante a isto, dever-se-ia, conforme os saberes tipografados no Jornal *A Fôlha*, preservar a mocidade com intento de formar futuramente uma sociedade melhor, impedindo que esta frequentasse determinados espaços onde a entrada de menores era proibida, tais como: casas de jogo e algumas sessões cinematográficas de conteúdo fílmico censurado e impróprio para certo tipo de público, pois nada era mais vergonhoso para uma cidade do que o espetáculo deprimente de casas de jogos e a perdição completa de jovens viciados em hábitos degradáveis e deploráveis.

Sendo assim, além da construção de novos espaços para acomodar os jovens num âmbito escolar, era necessário que estes ganhassem a prática da leitura, frequentando lugares sadios, como a biblioteca municipal. Em uma matéria escrita para as folhas d'*A Fôlha*, o cidadão de nome Pedro Dias lembrava com saudades e nostalgias dos tempos de adolescência em que o mesmo frequentava os espaços da biblioteca para realizar suas leituras:

Quando eu era estudante do Ginásio Diocesano, um dos locais da cidade que eu costumava frequentar era a Biblioteca Municipal. Hoje é com um sentimento de saudade do tempo distante que, quando aqui me encontro, revejo aquela casa amiga. E é também com uma certa tristeza, diante do quadro atual que nos apresenta o seu salão de leitura. Quem já tenha frequentado aquela biblioteca em tempos passados poderá comprovar o que vai dito, sentir o que sentimos e desejar dias melhores para a nossa casa de leituras. [...] Sempre havia alguém às voltas com um livro, ou mesmo revista, embora as revistas fossem mais raras. Era ali que sempre encontrávamos um bom livro, ao gosto de cada um, e passávamos horas a fio absorvendo na sua leitura<sup>50</sup>.

Nessas comparações conflitantes entre o seu passado com o seu presente, Pedro Dias percebia que os espaços da Biblioteca Municipal Olegário Vale já tinham sido mais apropriados pelos estudantes da cidade, proporcionando momentos mais agradáveis de leitura. Na época em que o mesmo estava

---

<sup>50</sup> Pedro Dias. A biblioteca municipal. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de janeiro de 1961. Ano VIII. Número 359.

rememorando fragmentos de seu passado, este atinava que poucas pessoas procuravam a biblioteca para fazer leituras no acervo bibliográfico que ali existia.

Os poucos frequentadores do único espaço coletivo de leitura existente na cidade, ainda eram perturbados por grupos de rapazes que se direcionavam quase todas as noites para a única casa de leitura da urbe com o objetivo de fazer algazarras e canalhismos, perturbando os leitores, que não podendo suportar os maus procedimentos dos adolescentes, se retiravam compulsoriamente do ambiente.

Sabia-se, com base nas narrativas mnemônicas impressas n'*A Fôlha*, que numa cidade cujos habitantes não dispunham de lugares específicos para o gozo de seus momentos de lazer, seria ideal que um maior número de leitores afluísse à biblioteca. Entretanto, diferente disso, o que se percebia na cidade era a ocorrência de alguns agentes da mocidade caicoense gastando seu tempo livre com práticas amorais.

Para evitar tais ocorrências, era necessário que houvesse incentivos no sentido de instigar e orientar os jovens caicoenses a frequentar com mais assiduidade a biblioteca municipal, já que não se concebia que o único espaço coletivo de leitura da cidade fosse relegado ao esquecimento e a ignorância da comunidade estudantil caicoense.

Na verdade, atinava-se que o grande problema da falta de assiduidade de pessoas na biblioteca municipal era decorrente de sua má localização geográfica, não oferecendo um conforto comum a uma instituição do gênero. Segundo reclamações realizadas no Jornal *A Fôlha*, já estava na hora dos representantes municipais procurarem um espaço mais adequado e dotado de melhores condições físico-estruturais, dispondo um acervo de livros de maneira a serem facilmente encontrados pelos leitores. Além disso, poderia ser adotado o sistema de empréstimos de livros aos frequentadores dessa casa de leitura. Tomadas essas providências e com o número considerável de educandários existentes em Caicó, a cidade poderia caminhar destemidamente para o seu avanço intelectual.

Concomitante a objetivação dessas políticas educacionais, a população reivindicava por outras melhorias urbanas na capital do Seridó, tais como aquelas atinentes a instalação de uma emissora de rádio e de energia elétrica na cidade.

## **2.10 Nas ondas do progresso e nos fios da modernidade: a emissora de rádio e a energia elétrica**

No Brasil, os primeiros veículos de comunicação sonora foram inseridos na cidade de São Paulo no ano de 1922, e na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1923. Nesses anos foram instaladas as primeiras estações de rádio em território nacional, mais precisamente a Rádio Sociedade na capital paulista e a Rádio Clube do Brasil no espaço urbano carioca.

Segundo Nicolau Sevckenko (1998, p. 585), o rádio religava aquilo que a tecnologia havia separado, tendo em vista que:

Partindo cada um do seu isolamento real, se [...] [encontravam] todos [ouvintes do rádio] nesse território etéreo, nessa dimensão eletromagnética, nessa voz sem corpo que [...] [sussurrava] suave, vinda de um aparato elétrico no recanto mais íntimo do lar, repousando sobre uma toalhinha de renda caprichosamente bordada e ecoando no fundo da alma dos ouvintes, milhares, milhões, por toda parte e todos anônimos.

O rádio conseguia em sua era, antes do surgimento da televisão, aglutinar dezenas de pessoas, envolto daquela voz vinda de tão distante e ao mesmo tempo de tão perto, com intento de ouvir as notícias do país e do mundo, bem como, de se deliciar com as histórias das novelas narradas através das ondas eletromagnéticas do rádio. Em território brasileiro, o rádio teve um “[...] desenvolvimento defasado e mais tardio [...] que nos países industrializados, onde as pesquisas sobre a radiotransmissão, foram aceleradas sobretudo no contexto da primeira Guerra” (SEVCENKO, 1998, p. 587).

A introdução desse equipamento em espaço brasileiro, como se percebeu nos parágrafos antecedentes, somente ocorreu “[...] no início dos anos 20, mas tantos eram seus problemas técnicos de transmissão, difusão, qualidade de sinal e programação, que só a partir dos anos 30 é que ele teria um impacto decisivo para a transformação da cultura brasileira” (SEVCENKO, 1998, p. 587-588).

No Seridó potiguar, as ondas do rádio já eram ecoadas pelos espaços da cidade de Currais Novos através da Rádio Brejuí. Portanto, restava a Caicó a criação de sua emissora de rádio diante da real necessidade de sua população, embora esta cidade já tivesse sido contemplada com os serviços da primeira difusora de Caicó, surgida sob a coordenação do padre Celestino Galvão e inaugurada em 21 de setembro de 1954, quando este, após “[...] adquirir uma velha

difusora, com potência de 150 Walts, comprou e colocou novos auto-falantes. Desde então, começou a divulgar a cultura popular e erudita [...] [por alguns] recantos do Seridó” (CEPEJUL, 1982, p. 120). A difusora de Caicó foi o primeiro passo para a comunicação urbana falada, já que a comunicação impressa já era utilizada pelos caicoenses através dos jornais criados na cidade, desde o século XIX.

Em 1957, com a ampliação dos seus equipamentos, a difusora de Caicó passou a se chamar “A Voz do Seridó’ [...] [funcionando] com alguns intervalos, apresentando uma seleção musical e a retransmissão do Jornal Tupy, pela manhã, além do comentário jornalístico de Amaral Neto” (DANTAS, 2004, p. 25). Os ouvintes da difusora concentravam-se seus tímpanos próximos aos alto-falantes tentando acompanhar as notícias dos eventos nacionais e internacionais. Apesar da pouca potência, a Rádio Difusora de Caicó chegou a ser ouvida nas cidades de Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Jardim do Seridó e São José do Brejo do Cruz, no vizinho estado da Paraíba.

Embora a difusora representasse um meio de comunicação que mantinha a sociedade urbana caicoense informada, era preciso a criação de um veículo de comunicação mais potente. Essa necessidade possivelmente despertou a atenção de alguns segmentos sociais para o desejo de instalação de uma emissora de rádio numa cidade afastada das grandes áreas industriais. Na década de 1950, a campanha de instalação de uma rádio em Caicó se esboçava através dos movimentos em prol da inserção de uma emissora na cidade. A exemplo de outras cidades do interior do Rio Grande do Norte, como Currais Novos e Mossoró, Caicó não poderia deixar de possuir uma estação de rádio, que passaria a contribuir inadvertidamente para a cidade em sua marcha para o progresso.

A criação de uma emissora de rádio em Caicó era considerada um marco moderno que deveria ter a colaboração e cooperação de todas as camadas sociais e de todas as associações comunitárias existentes no município. Numa série de números do Jornal *A Fôlha*, os assuntos atinentes a instalação de uma emissora de rádio na cidade apareciam com destaque especial, reforçando o desejo da população em ter esse serviço tão alvissareiro e tão progressista para a urbe.

O sonho de instalação de uma emissora de radiocomunicação, batizada com o nome de Rádio Rural de Caicó, parecia que aos poucos ia se tornando mais real e mais concreto, pois a Diocese da cidade, através do Bispo Diocesano, já tinha requerido ao Governo Federal a fundação de uma emissora de

rádio em Caicó. Essa estação de rádio se constituiria numa extensão do canal da Rádio Rural da cidade de Natal e se destinaria também a alfabetização e a educação do homem do campo, fazendo uma cobertura em toda região do Seridó e com reais possibilidades de extensão para todo o Nordeste brasileiro.

Diante do exposto percebia-se que a Radio Rural de Caicó seria, para os interessados em sua concretização, um dos grandes melhoramentos que a cidade iria se beneficiar. Em seu projeto de criação, a emissora poderia funcionar no antigo prédio da ação católica, antes submetido a uma adaptação adequada para receber os aparelhos, havendo o mesmo o plano de instalação de um andar superior nesse prédio que proporcionaria a criação de um palco com um auditório conveniente.

A tão esperada rádio manteria ainda diversos programas de auditório, de músicas, de esporte e de noticiários que poderiam ser sintonizados por qualquer membro da família seridoense. Todavia, os conteúdos que seriam ecoados pelas ondas da rádio rural deveriam está em consonância com os preceitos da moral cristã, passando, antes de serem divulgados, pelos crivos da comunidade diocesana, pois esta prezava por uma atuação sadia e educativa dos programas radiofônicos para com a população receptora, levando a todos os lares seridoenses a mensagem de uma cultura promovedora do progresso humano.

Desta maneira, estando “[...] a capital seridoense em constante progresso e percebendo a importância de uma emissora de rádio para todo o Seridó, os caicoenses fizeram inúmeras reivindicações para conseguir tal objetivo” (CEPEJUL, 1982, p. 122). A instalação de uma emissora de rádio rural, com fins voltados para a educação do camponês, era atinada como um dos melhoramentos mais esperados na cidade, detentora de uma característica alvissareira e sedutora, causando grandes emoções nos caicoenses. No entanto, era conveniente e necessária a objetivação de outras realizações para que a cidade e os seus habitantes pudessem ter outros tantos orgulhos.

Dentre essas outras realizações, a instalação da energia elétrica no espaço citadino caicoense era considerada primordial para o seu desenvolvimento urbano. Grande parte das inovações pensadas para o sistema urbano que poderiam possibilitar a inserção e o oferecimento de melhores serviços para a população caicoense, somente seriam possíveis de serem concretizados com a presença desse elemento moderno nas reentrâncias espaciais da cidade.

Ele não significava somente o desenvolvimento dos aparelhos técnicos, ele era o próprio conforto, multiplicando a possibilidade de uso de diversos equipamentos urbanos (ORTIZ, 1991). Nesses termos, para que outros signos da modernidade fossem gestados com mais intensidade no espaço urbano caicoense, era preciso que as luzes do progresso vindas através do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso atingissem os rincões seridoenses.

Até então, a iluminação da cidade era feita por uma usina elétrica que já não mais satisfazia as exigências da iluminação pública e privada. Em eventos sociais, como a Festa de Sant'Ana, os motores que abasteciam a cidade eram insuficientes para o seu consumo. Nesse evento, apelava-se para que a população poupasse energia em suas casas por ocasião da realização dos atos sagrados e dos demais festejos. O único gerador elétrico existente na cidade não suportava o consumo de energia, quebrando constantemente. Quando os motores que iluminavam o espaço urbano quebravam, a cidade mergulhava numa noite no qual predominava o silêncio irritante da falta de movimentação.

A cidade se expandia e o consumo de energia aumentava consideravelmente, obrigando à administração pública a aquisição de novos motores. Numa matéria escrita para as colunas d'*A Fôlha*, Valle Sobrinho, discorria de modo estarecido, o seguinte depoimento sobre a situação da energia elétrica em Caicó:

É tristonho o anoitecer de Caicó. Uns foquinhos de luz avistamos nos grandes postes ! De vez em quando, passeando, topamos em corpos estranhos no meio da rua escura, riscamos um fósforo e vamos ver, não é objeto pequenino é somente um bêbedo cujo bucho pisamos<sup>51</sup>.

A solução para esse tipo de constrangimento e para a constante falta de energia, somente poderia ser resolvida com a instalação da energia elétrica de Paulo Afonso. A iluminação da cidade de Caicó, incluída nos planos de eletrificação da zona seridoense, justificava-se pelo fato desta ser tida como o principal centro urbano do Seridó potiguar, região naquela época destinada a se tornar um campo de grande progresso industrial na extração de suas riquezas minerais e instalação de fábricas de tecidos para industrialização *in loco* do famoso algodão mocó.

Esse argumento era utilizado nas campanhas em prol da instalação da energia de Paulo Afonso nas paragens seridoenses. A inserção dos fios de alta

---

<sup>51</sup> Valle Sobrinho. Analisando. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 08 de dezembro de 1956. Ano III. Número 145.

tensão em Caicó, capturando energia das usinas de Paulo Afonso, seria sinônimo de criação de novas riquezas para a cidade e para o crescimento de vários setores de sua economia urbana.

Enquanto esses fios não se entrelaçavam pelas tessituras do espaço urbano caicoense, a população padecia com a falta de luz elétrica e com as repetidas quebras sofridas pelos motores geradores de energia. Escrevendo para o *Jornal A Fôlha*, um cidadão caicoense identificado pelo cognome Flor de Liz arrolava sobre as consequências calamitosas da situação da iluminação na cidade de Caicó, afirmando o seguinte:

O nosso amado Caicó dia a dia apresenta-se mais desejoso de ir para a frente e os traços vivos dêsse progresso estão à flor das suas praças, dos seus bairros, das suas avenidas e das suas novas e não pode ficar socado naqueles velhos hábitos de vinte anos atrás com a iluminação apenas até meia noite para ser restabelecida no dia seguinte, depois das sete horas em diante com grave desgosto para aqueles que têm necessidade de sair para suas oficinas, os seus estabelecimentos e seus escritórios sem gozarem de ouvir os noticiários tão abundantes que as estações radiofônicas nos oferecem muito cedo quando muita gente ainda se acha na cama. Sim, vamos para os nossos trabalhos muito contrariados por não termos ficado a par dos principais acontecimentos mundiais nem recebermos um banho de inspiração das músicas selecionadas cujos programas só voltaremos a ouvi-los à noite quando voltaremos dos sacrifícios cotidianos<sup>52</sup>.

Para este cronista, a falta de energia na cidade impedia que esta se estruturasse com determinadas inovações tecnológicas, influenciadoras no estabelecimento de uma vida urbana aprazível, que exigiam uma maior potência e eficácia no fornecimento de luz elétrica, capazes de atender as suas devidas necessidades.

Ademais, a escassez de eletricidade interferia nas sociabilidades e nas novas condições de vida cotidiana da população, bem como, na realização de alguns melhoramentos que poderiam satisfazer os anseios de modernização do espaço urbano mediante as necessidades dos habitantes.

Embora não se soubesse dos impactos negativos que ela poderia causar, mas somente das melhorias que ela traria para Caicó, a eletricidade vinda de Paulo Afonso, era desejada e sonhada, tornando-se rapidamente uma vedete cobiçada do espetáculo urbano. A eletricidade propiciaria “[...] um padrão [maior] de

---

<sup>52</sup> Flor de Liz. Pela iluminação pública. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 03 de novembro de 1956. Ano III. Número 140.

conforto [...] [no qual] a própria sociabilidade dos indivíduos [...] [seria influenciada e] reorganizada” (ORTIZ, 1991, p. 28).

Almejava-se ainda que a chegada da tão sonhada luz elétrica pudesse iluminar outros recônditos da cidade, tais como: aqueles da alma de alguns de seus praticantes. Assim como as luzes que se acendiam pelas ruas em momentos de iluminação afugentando as trevas urbanas, era também desejado que fossem acesas as luzes da dignidade e da honra entre os habitantes de Caicó.

Segundo esses preceitos, a amoralidade era um mal das sociedades modernas e um reflexo da crise que o mundo estava passando com as trevas do paganismo, da libertinagem e do consumismo, apossando-se da consciência do homem e de seus espaços. Portanto, era necessário que a sociedade local cultivasse as luzes da honra e da boa moral, iluminando os antros mais sórdidos do vício e do pecado humano, enxertados em territórios indesejados da cidade concretizada e que os defensores da boa moral recusavam com tanto desdém.

## Capítulo III

**A cidade concretizada: transformações e melhoramentos urbanos em Caicó**



### **3. A cidade concretizada: transformações e melhoramentos urbanos em Caicó**

Numa reportagem publicada nas páginas, desgastadas pela ação corrosiva do tempo, do Jornal *A Fôlha*, a cidade de Caicó passava, em mais um número do semanário, a ser escrita pela “pena” dos redatores e a ser representada com papel e tinta na tipografia do periódico. A cidade crescia e avançava incansavelmente na busca incessante pelo progresso e pela modernização do seu espaço.

Sonhos, desejos, realidades e materialidades compunham o cotidiano dos habitantes que produziam o espaço da cidade. Inseridos nos sonhos e nos desejos, estavam os planos, as propostas e os projetos de modernização urbana elaborados e reelaborados constantemente. Nas realidades e materialidades, estavam as obras, construções, melhoramentos e intervenções multiplicadas a cada crepúsculo urbano.

Concomitante a isto, a cidade modernizava seus prédios e embelezava sua paisagem, revestindo sua arquitetura com elementos modernos que pudessem agradar aos sentidos vitais de seus visitantes e de seus habitantes. No entanto, como num jardim nem todo o espaço é ocupado por flores, pois sempre aparecem aqueles seres vivos indesejáveis, a cidade não era composta apenas de cantos, mas também de antros, tampouco, produzida apenas pela ordem, mas também pela desordem.

Entre a ordem e a desordem, os espaços e as práticas indesejáveis eram, respectivamente, construídos e tecidas na cidade, manchando a imagem de uma urbe que pretendia ser moderna e ordeira. Assim, os espaços e as práticas indesejáveis, deveriam ser, quando não extirpados da cidade, ao menos controlados, embora soubesse que o desejado e o indesejado estavam sobrepostos e entrelaçados numa igual urdidura urbana.

Desse modo, por trás dos dispositivos disciplinares de manutenção da ordem e de controle de práticas indesejáveis, havia “[...] o terror dos <<contágios>>, da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem” (FOUCAULT, 1996, p. 175). Assim, mesmo com esses dispositivos, a cidade era produzida por práticas suspeitas, materializadas em vários ambientes urbanos e objetivadas em diversas ações sociais. Dentre essas ações, destacavam-se as práticas amorais indesejáveis

tecidas por rapazes e mocinhas desmioladas por entre as ruas, avenidas, becos, calçadas e praças da cidade, ferindo o progresso moral da população caicoense.

### **3.1 Práticas indesejáveis na cidade: narrativas de sociabilidades amorais e perturbadoras do sossego público**

Conforme discursos auferidos do Jornal *A Fôlha*, as práticas indesejáveis tecidas no espaço urbano caicoense eram desenvolvidas por mocinhas e rapazes, enquadrados numa classe social dita como perigosa à formação humana. Em sociabilidades amorais e transgressivas a ordem vigente, esses sujeitos eram acusados, pela imprensa periódica local, de fumarem nas calçadas, sem nenhum respeito e acanhamento, e de namorarem escandalosamente, sem o mínimo de escrúpulo e de pudor.

Nas ruas da cidade, logo ao cair da noite, grupos de rapazes e mocinhas, “[...] loucos de arrôjo amoroso, em lances amorosos, [...] tristonhos e [...] vergonhosos, num espetáculo permanente, [...] [praticavam] coisas condenadas pela moral cristã, aproveitando-se de lugarejos escuros e afastados, muitas vezes ao clarão das ruas”<sup>53</sup>. Esses casos vinham se tornando eventos corriqueiros numa cidade cujos costumes de alguns de seus habitantes estavam passando por modificações, inclusive pervertendo os hábitos da mocidade caicoense.

Nesses tempos de intensas transformações, os habitantes de boa índole que perambulassem pelas ruas e travessas da cidade, logo nas primeiras horas da noite, descortinariam em vários pontos da urbe, ora numa esquina ou numa praça, ora próximo de uma árvore ou de um paredão, um casal de namorados tão intimamente ligados que não daria para distinguir muito bem o rapaz da moça. Esses rapazes e moças, de corpos entrelaçados e de almas ardentes em chamas, contrariavam os discursos moralizantes, burlando a censura pública e privada e arriscando-se aos possíveis flagras e consequentes punições que poderiam sofrer por parte da ordem jurídica.

Moças agarradas aos corpos dos rapazes e desgarradas de certas regras sociais. Eram estas as cenas vislumbradas por aqueles que passeavam pelos espaços centrais da cidade. Esse hábito vinha se constituindo em algo tão

---

<sup>53</sup> Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Uma advertência. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 08 de dezembro de 1956. Ano III. Número 145.

corriqueiro que ninguém mais se admirava com o “[...] procedimento incompatível com a moral de certos elementos sociais, em plena praça e ruas da cidade, como se tais namoros nada mais representassem do que um fenômeno de modernidade em franco progresso”<sup>54</sup>. A facilidade desses namoros frívolos era tida como verdadeira ameaça ao casamento, considerado um patrimônio moral das famílias de boa conduta.

Porém, as recomendações das autoridades locais, no sentido de evitar os crimes de sedução, de rapto e de estupro, vinham cada vez mais se intensificando. Os namoricos em espaços públicos eram vistos como práticas comuns e sadias tecidas noutros momentos da história da cidade, quando havia um casal de “[...] namorados, coisa aliás muito natural, mas em tom de respeito a estima recíproca. Em tôrno disto, portanto, existiam os comentários e alguém fazia ‘blaque’ chistosa, mas não se notava, como hoje, essa falta de vergonha entre os namorados”<sup>55</sup>.

A culpabilização da ocorrência desses atos de pouca vergonha e de muita desfaçatez nos espaços públicos da cidade era atribuída a figura do pai e da mãe, vistos como os únicos responsáveis pela conduta de suas filhas, que por descuido deixavam-nas a mercê das influências negativas do mundo moderno. Embora nesses atos houvesse o envolvimento de personagens de ambos os gêneros, a mocinha, atinada como uma espécie de libélula recém saída de seu casulo, era sempre apontada como a vítima da situação.

Assim, para evitar que práticas indesejáveis fossem desenvolvidas por mocinhas de boa família caicoense, preservando sua honra fisiológica feminina, era necessário que estas passassem a conviver mais conservadas e concentradas em casa. Como um ser frágil, a mocinha tinha de manter-se fechada: “[...] em casa do pai, em casa do marido, em casa dos filhos, se viúva, ou no convento quando freira ou como recolhida se lhe faltasse a guarda masculina de um marido que se ausentasse ou morresse. Sempre um espaço restrito e controlado” (LOPES, 1989, p. 25). E aquela que se aventurasse em percorrer espaços mais suspeitos perdia, irremediavelmente, a estima e a honra social.

---

<sup>54</sup> Hilda Araújo. Uma esmola de respeito, pelo amor de Deus!. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de junho de 1955. Ano II. Número 72.

<sup>55</sup> Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Mães culpadas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de maio de 1955. Ano II. Número 61.

O medo do que as mocinhas pudessem fazer era uma constante entre a sociedade caicoense da época, privando-as de frequentar determinados espaços de sociabilidades que uma moça direita e de família não ousaria comparecer. Na cidade de Caicó, nem todas as mocinhas seguiam os valores pregados pela moral social cristã, médica e jurídica, já que algumas, seduzidas pelo desejo carnal, manchavam de sangue e antes do casamento, sua honra feminina e de sua família, transgredindo os poderes de institucionalização de um papel feminino perfeito, identificado pela tríade: mãe, esposa e dona-de-casa.

Diante disto, eram direcionadas a essas mocinhas a função e a constituição, com muita desconfiança, do “cuidado de si”, da conservação de sua moral, de sua honra e de sua imagem entre a sociedade caicoense, controlando os efeitos mórbidos de seus corpos exalando chamadas de desejo em erupção constante por entre os poros.

Portanto, nem tudo estava finalizado para as famílias caicoenses que temiam as práticas desviacionistas tecidas por mocinhas desmioladas, pois ainda havia tempo de recuperar a honra e a dignidade das *moças levianas*, algumas defloradas, seduzidas e sedutoras, perdidas na rua da amargura, trazendo-as de volta para os “[...] seus lares sagrados, como timoneiros seguros e destros, evitando êsse terrível descalabro sem precedentes na história social do povo seridoense, para conduzirem as suas filhas ao destino que elas merecem”<sup>56</sup>.

Caso as *moças levianas* não se redimissem e não voltassem para os seus lares à espera de um futuro casamento, estas poderiam permanecer sem a companhia de um homem de boa família para sua vida conjugal, já que o rapaz precavido, sensato, digno da sociedade e portador de uma boa educação, não veria “[...] nessas mocinhas apressadas aos namoros das ruas e dos jardins, onde faltam a compostura indispensável e o respeito indeclinável que toda moça deve demonstrar nas suas atitudes, um penhor de segurança e garantia no casamento”<sup>57</sup>.

Ao contrário, estes poderiam notar nas ditas *mocinhas levianas*, exemplos de “feiticeiras estonteantes”, cujos lábios assinalariam a “[...] voluptuosidade e o desdém, e os negros olhos cheios de vida e fulgor [...]

---

<sup>56</sup> Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Uma advertência. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 08 de dezembro de 1956. Ano III. Número 145.

<sup>57</sup> Hilda Araújo. Uma esmola de respeito, pelo amor de Deus!. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de junho de 1955. Ano II. Número 72.

[denotariam] destempero e frivolidade, se [...] assemelhando a uma abelha errante esvoaçando no espaço azul da amplidão celeste, sem um destino certo”<sup>58</sup>.

Ademais, esses ditos rapazes-homens poderiam rejeitar para a constituição de seu lar aquelas mocinhas-mulheres de ruge nas maçãs de suas faces e de batons em seus lábios delineados. Mocinhas-mulheres que se apropriavam dos ambientes das ruas, das travessas, das praças, dos cinemas e dos corredores dos templos religiosos, a fim de desvendarem os mistérios e os enigmas do corpo do outro, do rapaz, do homem.

As moças desmioladas, embriões de *mulheres levianas*, percebidas nas narrativas jornalísticas como figuras que poderiam destruir a beleza e o encanto de um lar, esgarçando a fina flor da família, precisavam sempre ser controladas, interditadas e vigiadas, mesmo com algumas aberturas processadas no âmbito das sociedades modernas, atravessadas por fenômenos que apreendiam alguns de seus discursos e práticas, construídos socialmente, como coisas não-humanas.

Nestes fenômenos socioculturais, essas moças-mulheres eram atinadas como seres destinados ao bem-casar, enquadradas numa lógica de “[...] imitação dos atos divinos de criatividade, como mandamento universal da lei natural, como consequência necessária de forças biológicas ou psicológicas ou, afinal, como imperativo funcional do sistema social” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 125).

Assim, o destino dessas moças seria o casamento com um gênero sexual necessariamente oposto ao seu, cumprindo as leis divinas e biológicas, e reproduzindo um processo da ordem sociocultural, mas visto como um simples fenômeno natural imutável.

Ao contrário de tempos longínquos em que as “[...] práticas não procuravam segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce, [no qual] tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade” (FOUCAULT, 2006a, p. 9), nos tempos mais recentes em que o puritanismo moderno impôs seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo, os “[...] gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos” (FOUCAULT, 2006a, p. 9), foram cuidadosamente controlados.

---

<sup>58</sup> Hilda Araújo. Uma esmola de respeito, pelo amor de Deus!. **Jornal A Folha**. Caicó. 16 de junho de 1955. Ano II. Número 72.

No caso da sexualidade feminina, esse cuidado acontecia em face da desconfiança dos seus prazeres e dos efeitos negativos de seu abuso para o corpo e para a alma. Desse modo, era necessário evitar os distúrbios de seu corpo e de sua alma, evitando-os por meio de um regime austero. Era dada “[...] a importância de se respeitar a si mesmo, não simplesmente em seu próprio *status*, mas em seu próprio ser racional, suportando a privação dos prazeres ou limitando o seu uso ao casamento ou à procriação” (FOUCAULT, 1985, p. 47).

Nesse sentido, a família conjugal absorveu a mulher por inteira em suas obrigações conjugais e na seriedade de sua função única “[...] de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando o principio do segredo” (FOUCAULT, 2006a, p. 9).

No espaço de cada moradia, institucionalizado como o lugar mais seguro para o convívio familiar, o único lugar possível do exercício de uma sexualidade legítima, utilitária e fecunda era o quarto dos pais. Ao que sobrava desse espaço, restava apenas “[...] encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções” (FOUCAULT, 2006a, p. 10).

Tudo que correspondesse a práticas e obscenidades que não se realizassem nos quatro cantos desse espaço doméstico e que estivessem pavoneando por outros lugares desregradamente em forma de sexualidades ilegítimas ou atos heterotópicos, deveriam ser negadas e reduzidas ao silêncio. Em sua menor manifestação, deveriam desaparecer totalmente, fossem através de atos ou de palavras. Se tivesse que ser dado lugar aos prazeres, palavras e gestos ilegítimos, que estes fossem se realizar em outro espaço, bem distante do alcance familiar, incomodando “[...] lá onde possam ser reinscritos, senão nos circuitos de produção, pelo menos nos do lucro” (FOUCAULT, 2006a, p. 10).

Nesse sentido, a afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada e controlada com tanto rigor e vigilância “[...] como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro” (FOUCAULT, 2006a, p. 14). Verdade

esta que sempre esteve pautada na perspectiva de atinar a sexualidade a partir de lógicas naturais e de reificação de sua genealogia.

O processo de reificação de produções humanas em atos naturais ou divinos atravessa a sociedade a partir do desenvolvimento dos seus vários fenômenos. Este processo se constitui na “[...] apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123). Nesses termos, a reificação se evidencia numa “[...] apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123).

Com efeito, a reificação “[...] implica que o homem é capaz de sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123). Este mundo é sentido pelo homem como uma “[...] facticidade estranha, um *opus alienum* sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o *opus proprium* de sua mesma atividade produtora” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123).

Neste sentido, a reificação se constitui no “[...] grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como uma facticidade não humana, não-humanizável, inerte” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123). Assim, a interpretação dada à união civil e religiosa entre duas pessoas de gêneros opostos, como um claro exemplo do processo de reificação, estaria cumprindo a uma ordem divina e natural da espécie humana, e, portanto, a mocinha estaria também seguindo aquilo que fora determinado para a sua vida: o casamento, com a consequente procriação e reprodução da espécie.

Contudo, como foi discorrido anteriormente, nem todas as mocinhas caicoenses seguiam o caminho natural destinado a elas. Muitas subvertiam essa ordem, como por exemplo, aquelas tidas como *levianas*. Estas eram representadas como protótipos de seres que precisavam de uma atenção especial da família e que resistindo ao poder disciplinar de um discurso reificador, transgrediam, sub-repticiamente, as normas impostas por uma ordenação sociopolítica da família e da religião, passando a frequentar certos ambientes suspeitos da cidade.

Se existia pelos territórios mais controlados da cidade, uma rede de “vigilância” para evitar possíveis condutas desviantes dos indivíduos consumidores do espaço urbano, existiam também entre estes mesmos indivíduos, aqueles que com seus procedimentos de apropriação espacial, em verdadeiras “maneiras de fazer”, transgrediam o instituído, jogando contra “[...] os mecanismos da disciplina [...] [e não se conformando] com ela a não ser para alterá-los” (CERTEAU, 2003, p. 41).

Essas “maneiras de fazer” se constituíam nas “[...] mil práticas pelas quais usuários se [...] [reapropriavam] do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 2003, p. 41). Além dos abalos provocados por atos sub-reptícios à ordem social, produzidos pelo trabalho da atividade humana, outros procedimentos desviacionistas também eram empregados pelos usuários do espaço na satisfação de suas necessidades e de seus desejos humanos.

Para um representante da ordem jurídica de nome Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho, Juiz de Direito da Comarca do município de Caicó, a utilização de certos procedimentos amorais na cidade vinha fazendo com que a sociedade se desmornasse moralmente, não condizendo com as tradições históricas de seus antepassados. Segundo ele, isto ocorria pelo fato de que quanto mais a sociedade avançava, mais se desenvolviam certos elementos de sua desintegração e de seu desmornamento.

Embora as instituições judiciárias, juntamente com as eclesiásticas e com as médicas, tentassem controlar as ações humanas estabelecendo padrões previamente definidos de boa conduta e tentando canalizá-las numa direção oposta a muitas outras, os próprios sujeitos adestrados por essas leis, rompiam com os mecanismos de controle disciplinar, que não consistiam apenas e simplesmente em “[...] ensinar ou impor uma série de gestos definidos; [mas] [...] [impor] a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez” (FOUCAULT, 1996, p. 138).

Numa relação dialógica com a disciplina, esses mecanismos de controle disciplinar não se constituíam, simplesmente e apenas, numa “[...] arte de repartir os corpos ou de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente” (FOUCAULT, 1996, p. 147). Em resumo, pode-se inferir que os mecanismos de disciplina dos sujeitos fabricam “[...] indivíduos; [...] [tornando-se uma] técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo

tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício” (FOUCAULT, 1996, p. 153).

Na modernidade, os mecanismos disciplinares incidem diretamente sobre as práticas sociais desenvolvidas pelos habitantes da cidade, atravessando-as pela vigilância e pelo olhar, e imobilizando-as no funcionamento de um poder extensivo que agia de maneira distinta sobre todos os corpos individuais, numa tentativa utópica de criação de uma cidade perfeitamente governada. Obviamente, que nem sempre esse poder disciplinar, disseminado pelo espaço urbano caicoense, conseguia obter o seu sucesso pleno, interditando a proliferação de todas as práticas desviacionistas. Pelo contrário, no lugar em que o poder disciplinar se inseria eram desencadeados atos de resistência a sua efetivação.

Em Caicó, mesmo com os poderes disciplinares agindo constantemente sobre os usuários do espaço urbano, as práticas amorais e indesejáveis a constituição de uma cidade ideal, resultantes dos novos tempos, estavam rompendo com um elemento considerado primordial para a sobrevivência e a perpetuação de uma sociedade cristã, ou seja, a moral. A moral e a tradição vinham sendo abaladas por alguns casos de ruptura com a ordem social vigente.

Numa cidade como Caicó, tipografada pelo Jornal *A Fôlha* como uma urbe que vinha passando por uma surpreendente transformação socioespacial, os casos de ruptura a ordem social vigente eram bem perceptíveis aos olhos daqueles que zelavam pela organização urbana, tentando assim, interditar os discursos e as práticas que porventura pudessem golpear a ordem imposta.

Nos últimos tempos da década de 1950, vinha se processando por entre as ruas da cidade de Caicó um número preocupante de eventos que estavam degradando os costumes morais da urbe. Esses eventos vinham acontecendo a altas horas da noite, quando uns “tarados”, tipificados de homens mal educados, passavam a agarrar mulheres “alheias” e “indefesas”.

O desenvolvimento desses eventos, conforme relatos d’*A Fôlha*, parecia que era algo muito comum nos grandes centros urbanos, sobretudo, em algumas capitais estaduais brasileiras, como as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Recife, dentre outras. Embora Caicó não tivesse o tamanho dessas cidades, os ataques dos “tarados” eram realizados com o mesmo objetivo, perturbando a ordeira e pacata família caicoense.

Para os redatores do Jornal *A Fôlha*, a responsabilidade desses ataques também era atribuída as próprias vítimas desses homens “tarados”, ou seja, as moças-mulheres de Caicó, que não apenas eram seduzidas, mas também sedutoras, residindo num procedimento incorreto e desajustado de algumas que não sabiam compreender a sua posição no ambiente em que viviam.

Noutros tempos, segundo o jurista Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho em suas escrituras para *A Fôlha*, Caicó não registrava fatos desta natureza. Era uma cidade de bons costumes e de um nível moral bem acentuado, servindo de modelo para outras cidades do estado e testemunhando um passado honroso.

Enquanto isso, a cidade ia mostrando aos olhos das pessoas que a visitava o seu aspecto urbanístico que aos poucos modificava a sua velha paisagem, se revestindo com uma feição de cidade moderna, crescendo vertiginosamente e tornando-se garbosa. No entanto, os antigos costumes de sua população, como não se ignoravam, iam tomando um rumo desconcertante no que dizia respeito aos hábitos familiares sadios. Se por um lado pregava-se o rompimento de determinados hábitos considerados antigos, por outro, criticava-se alguns eventos novos multiplicadores de hábitos transformadores de velhos costumes. Esse paradoxo pode ser explicado pelo próprio processo de modernização urbana vigente na cidade que se objetivava de maneira contraditória e desigual.

O aparecimento de “tarados” na cidade era também atribuído ao fato de como certas mocinhas, livres nas ruas e desacompanhadas de pessoas responsáveis, não se (com)portavam dignamente no espaço urbano. Ademais, essas mocinhas estavam preocupadas com a moda requintada e com as sessões fílmicas prejudiciais aos bons costumes, “[...] perdendo o pudor inerente à sua idade, a castidade vinculada à meiguice da juventude, e, ainda, mais do que isto, a honra da mulher digna da família brasileira”<sup>59</sup>.

Essas preocupações das moças caicoenses eram puros reflexos do próprio protótipo de mulher moderna construído nos grandes centros urbanos brasileiros a partir de alguns movimentos reivindicatórios organizados por grupos feministas em luta dos direitos iguais entre homens e mulheres.

---

<sup>59</sup> Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Mães culpadas. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 21 de maio de 1955. Ano II. Número 61.

Acerca dos homens perigosos a honra das mulheres indefesas, estes eram percebidos como aproveitadores das facilidades concedidas pelas mocinhas afoitas, percorrendo sozinhas as ruas da cidade e se deparando com a presença de “tarados”, que aproveitando da situação de favorecimento e de fragilidade dessas mulheres, agarravam-nas aos seus braços e beijavam-nas forçosamente.

Além da falta de atenção e cuidado dos pais, que deixavam suas filhas transitarem pelas ruas escuras e pouco movimentadas de Caicó em horários inconvenientes, as moçoilas, vistas como umas desajuizadas e metidas ao modernismo dos grandes centros urbanos, também eram culpadas pelas ações desses “tarados”. Tanto isto era tido como verdade para os defensores da boa moral urbana, que um deles lançava a seguinte solução para o desaparecimento dos “tarados”: “[...] de hoje em diante deixem as mulheres, não tôdas, de saírem desacompanhadas à rua, principalmente à noite, numa cidade que vive quase às escuras, que os ‘tarados’ de Caicó, desaparecerão”<sup>60</sup>.

Não se sabe se as mulheres deixaram de ser atacadas ou se os “tarados” desapareceram das ruas obnubiladas da cidade, mas o que se conhece, pelos fragmentos textuais deixados escritos, é que a ação destes homens foi tema de muitas reportagens produzidas para as páginas d’*A Fôlha*, nas quais se pedia que as mocinhas fossem prevenidas desses atos amorais, ficando em seus lares, conversando com o seu pai e a sua mãe. No entanto, estas mulheres permaneciam a realizar, sob o risco ou a sorte de serem abordadas por algum rapazola, seus passeios noturnos pelas praças do Rosário, da Catedral, e por outros logradouros públicos, nos pontos mais ignotos da cidade, fossem na travessa do Rosário ou mesmo nos batentes da calçada da prefeitura.

Paralelo a esses atos desrespeitosos à moral urbana, o abandono de menores pelos pais vinha se tornando, outrossim, um grave problema social, tanto para as famílias caicoenses, como para os próprios governantes do município, precisando ser resolvido o quanto antes. Desse modo, reivindicava-se das autoridades locais que se encarregassem de resolver a situação desses menores abandonados, orientando-os em sua vida e possibilitando-lhes um bem estar social.

Essas reivindicações eram feitas no sentido de impedir que tais menores abandonados enveredassem por caminhos tortuosos, adentrando em

---

<sup>60</sup> Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Tarados de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de março de 1957. Ano IV. Número 159.

espaços indesejados que se propagavam pela malha da cidade e tecendo práticas que poderiam manchar sua honra, sua dignidade e sua moral. Entre estes espaços e práticas, destacavam-se, respectivamente, as casas de jogos e as jogatinas. As reclamações realizadas n'*A Fôlha*, denunciavam a presença de menores de 18 anos frequentando as casas de jogo, entregando-se de corpo e alma à jogatina, especialmente, a sinuca e tornando-se uma prática que envergonhava a cidade.

Numa urbe permeada por festas, diversões e alegrias, a prática do jogo vinha se constituindo num hábito doentio a cidade. Não era somente em casas de jogo que essa prática era tecida, mas também em clubes, barbearias e casas comerciais. Era lamentável que a cidade, honrada em possuir em seus espaços a sede de uma Diocese, estivesse atravessada por um hábito, considerado, tão sujo e tão repugnante.

Urgia-se no âmbito da cidade que fossem tomadas medidas para essas jogatinas causadoras das desgraças alheias. Assim, os apelos as autoridades públicas já vinham surtindo efeito, pois entre uma das providências adotadas pelo Poder Judiciário, por ocasião da realização da Festa de Sant'Ana, tinha sido o combate ao jogo. Seriam por demais lamentáveis que durante a realização de um evento tão grandioso e divino para cidade, como a festa da padroeira do Seridó, os visitantes e os próprios habitantes de boa conduta fossem compelidos a perlustrar cenas tão deprimentes proporcionadas pelas bancas de todos os tipos de jogos montadas no espaço urbano caicoense.

Além das casas de jogo, os bares espargidos pelos vários cantos da cidade eram um mau que deveria também de ser combatidos, já que os mesmos estavam facilitando a entrada de homens de família e de menores de idade no mundo do alcoolismo. Aos proprietários desses espaços de consumo alcoólico, atribuía-se a responsabilidade pela manutenção da ordem nestes locais, haja vista que as “[...] desordens, algazaras ou barulho, porventura verificadas nos referidos estabelecimentos, [...] [sujeitariam] os proprietários à multa, podendo ser cassada a licença para o seu funcionamento nas reincidências”<sup>61</sup>.

O consumo de bebidas alcoólicas nos botecos da cidade estava tomando proporções preocupantes, alarmando aqueles que almejavam uma cidade

---

<sup>61</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

utopicamente perfeita e ideal para se viver. Para muitas pessoas, a vida moderna facilitava a iniciação de indivíduos nas casas de diversão. Para outras, isso não decorria necessariamente dos novos tempos, pois sempre existiram espaços desvelados como antros da perdição e habilitados na formação de homens irresponsáveis, contrariando assim, aqueles desejosos pela construção de um presente nos moldes de um passado glorioso. Essas opiniões divergentes encontradas no seio da sociedade caicoense refletiam, diretamente, as contradições da efetivação de um projeto de modernização urbana pensado para a cidade.

Essa situação tornava-se mais calamitosa quando o vício do alcoolismo atingia os jovens da cidade. Deste modo, muitas eram as reclamações sobre o vício do alcoolismo em Caicó, tornando-se uma virtude numa cidade de estudantes, despertando a sede dos jovens consumidores e abrangendo não somente os rapazes, mais também as moças, ao ponto de se ouvirem destas “donzelas” o seguinte comentário: “[...] amanhã vamos beber cana até não poder mais”<sup>62</sup>.

Conforme relatos da época, esses jovens já vinham sendo deseducados desde os seus lares, se viciando nos antros da jogatina franca, nas reentrâncias espaciais dos cabarés e nos bancos das tabernas, onde até alguns se sentavam com os próprios pais, repartindo e brindando o mesmo cálice de vinho, de aguardente e de cachaça, enfim, se corrompendo a essas condições nefastas e se envenenando com essas substâncias moralmente tóxicas. Na cidade, os espaços dos bares e das casas de jogo eram indícios de uma anormalidade social, tornando-se “[...] objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia [...], de filantropos e reformadores sociais [...]”. (RAGO, 1985, p. 12).

Ademais, o consumo de álcool na cidade não se resumia apenas aos jovens estudantes, outros sujeitos também frequentavam os antros da perdição, tais como: os rapazinhos, em forma de frangotes, dos arrabaldes urbanos. Nestes espaços, esses sujeitos vinham se embriagando e dando escândalos em consequência da ingestão demasiada de cachaça, similarmente ao que acontecia com os adultos e aos toxicômanos das margens da cidade.

---

<sup>62</sup> Padre Itan Pereira. Pelos caminhos do mundo: cachaça é diversão. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 04 de dezembro de 1965. Ano X. Número 232.

Esses atos vinham ocorrendo frequentemente nas bodegas localizadas nos espaços periféricos da cidade, cujos proprietários, descumprindo com as regras públicas instituídas, continuavam a comercializar cachaça para menores de idade. Nestes espaços, os bodegueiros, assim chamados os proprietários desses estabelecimentos, instalavam toca-discos que ecoavam, até altas horas da noite, melodias, canções, músicas e partituras, caracterizadas como “roedeiras”, perturbando assim a ordem urbana.

Outro ato degradante, promovedor de encrencas e “[...] embuanças, [...] [era] a instalação de casas de recursos nas proximidades destes estabelecimentos repugnantes, e ora por outra [...] [surgiam] brigas, entre mulheres pouco escrupulosas pronunciando palavras imorais”<sup>63</sup>. Nos arrabaldes da cidade, principal cenário de atos transviados, os rapazes-frangotes ingeriam o vinho santo de cada dia, inebriando os seus corpos ao ritmo das músicas “roedeiras”, transgredindo os códigos e preceitos cristãos. Nesses atos desviantes da moral urbana, os beatos dos templos do consumo alcoólico praticavam os seus ritos profanos, entrando em êxtase e purgando sua alma através da inserção de líquidos inebriantes em seu organismo.

Diante desses problemas de ordem moral, eram recusadas quaisquer práticas ou discursos que pudessem desconstruir a imagem de uma cidade que estava se modernizando através da inserção de novos sistemas técnicos. Quanto aos novos comportamentos e hábitos decorrentes da inserção desses sistemas, somente eram aceitos aqueles que porventura não afetassem a honra e a moral da cidade. Já aqueles originados em tempos de outrora e considerados obsoletos, deveriam ser extirpados do cenário urbano, retirando todas as suas raízes e resquícios arcaicos. Além de atos desviantes, outras práticas indesejáveis e perturbadoras da ordem urbana vinham ocorrendo nos espaços centrais da cidade de Caicó.

Essas práticas indesejáveis se referiam ao excesso de barulho provocado pela presença de alto-falantes no centro da cidade, instalados nos carroséis, circos, praças públicas e oficinas, perturbando o sossego público. O sossego público, com base no Art. 61, das posturas municipais, era algo que deveria

---

<sup>63</sup> Zédarua. Os meninotes das bodegas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de fevereiro de 1966. Ano X. Número 253.

ser cumprido a risca pela população local, sendo expressamente e terminantemente proibido perturbar os cidadãos com ruídos ou sons excessivos, tais como:

- I – Os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;
- II – Os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;
- III – A propaganda realizada com alto-falantes, bombos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;
- IV – Os produzidos por arma de fogo;
- V – Os de morteiros, bombas e demais fogos ruídos;
- VI – Os de apito ou silvos de sereia de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas;
- VII – Os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades<sup>64</sup>.

Mesmo com essas posturas municipais produzidas com intuito de normatizar o ambiente social, a perturbação do sossego da população urbana caicoense continuava diante da presença de alto-falantes instalados nas casas de culto evangélico, localizadas na avenida Coronel Martiniano. A presença desses aparelhos e a alegação de barulho derivado da utilização deles por pastores evangélicos em seus cultos, fizeram com que fosse endereçado ao então Juiz da Comarca de Caicó, Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho, um ofício emitido pelo Bispo Diocesano José Adelino Dantas.

Segundo este documento, o Bispo Diocesano, em seu nome, em nome do Reverendíssimo Clero e em nome da população católica apostólica romana da cidade, comunicava que os habitantes, sobretudo os de religião católica, vinham sendo desrespeitados por fatos deploráveis e antidemocráticos oriundos do emprego “[...] acintoso e arbitrário de que lançaram mão alguns pastôres evangélicos, os quais [...] [acabaram] de instalar poderosos alto-falantes na parte externa mais alta de seu templo [...]”<sup>65</sup>.

Esses objetos, além de terem uma difusão de extrema amplitude, funcionavam a todo volume, cobrindo quase toda a mancha urbana da cidade e expressando o indisfarçável desrespeito e desacato às convicções religiosas da população católica, bem como, ferindo o Art. 63 do Código de Postura Municipal, segundo o qual era “[...] proibido executar qualquer trabalho ou serviço que [...]

---

<sup>64</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

<sup>65</sup> Dom José Adelino Dantas. O Sr. Bispo Diocesano enviou, em princípios desta semana, o seguinte ofício ao Exmo. Sr. Juiz de Direito desta Comarca. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 01 de outubro de 1955. Ano II. Número 83.

[produzisse] ruído, antes das 7 horas e depois das 20 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casa de residência”<sup>66</sup>.

Embora fosse considerada a prerrogativa sagrada conferida ao homem de que este tinha liberdade de expressar a forma religiosa que quisesse e de manifestar seus atos doutrinários da maneira que o direito lhe concedia, o representante máximo da Diocese Seridoense alegava que os cultos evangélicos, feitos a partir da utilização de alto-falantes, estavam criando uma situação insuportável e incômoda numa cidade de população, predominantemente, católica, desrespeitando o sossego público, obrigando os seus habitantes a ouvir as doutrinas e os credos dos adversários protestantes e submetendo-os a uma espécie de coação moral através de músicas e cantorias evangélicas.

Diante disso, o Bispo Diocesano apela aos pastores evangélicos que estes praticassem seus dogmas respeitando os devidos limites e as sagradas fronteiras da tolerância mútua e da harmonia comum, vistos como coisas tão necessárias nos tempos de uma profunda crise moral da sociedade. A reclamação desse representante da ordem diocesana passava por muito longe do fato dos alto-falantes estarem incomodando o sossego público. Por trás desse discurso, percebia-se um incômodo que estava consubstanciado ao risco de numa cidade de predominância católica como Caicó, os cultos evangélicos pudessem desviar o rebanho católico para outras pastagens, bifurcando o caminho de suas ovelhas que corriam o perigo de passarem a ser governadas por outros pastores, mais precisamente, pelos pregadores evangélicos da palavra de Deus.

Ademais, o representante eclesiástico temia que os discursos produzidos por esses pregadores, pudessem ser revertidos em dispositivos estratégicos de atração de novos participantes dos cultos evangélicos, diminuindo assim, o número de fiéis existente no rebanho católico da cidade. Esse risco de perda de praticantes dos rituais católicos poderia ganhar proporções alarmantes diante da existência de grandes problemas socioeconômicos enfrentados pela classe pobre da cidade, vivendo em espaços subalternos e carentes de infraestrutura básica para obtenção de uma qualidade de vida digna e satisfatória. Acossados por esses problemas, os sujeitos, de muitos nomes e de muitas faces,

---

<sup>66</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

acossados pela miséria, pela pobreza, pela doença e pela violência e vendo-se sem nenhuma perspectiva de melhoria de suas vidas, poderiam buscar nas palavras evangélicas ecoadas pelos alto-falantes dos protestantes, o conforto para suportar a dura realidade, atribuindo à figura divina a responsabilidade de resolver essas questões da ordem de uma condição urbana degradável e indesejada.

### **3.2 Retratos de uma condição urbana indesejada: notas sobre a miséria, a pobreza, a insalubridade, a violência e a escuridão na cidade**

Nos bairros Paraíba, Nova Descoberta e Boa Passagem, habitados inicialmente e predominantemente por sujeitos vítimas do êxodo rural, os espetáculos de miséria, de pobreza e de doença ganhavam dimensões alarmantes. Na época, esses bairros eram visi/dizibilizados por se constituírem em espaços malditos, com seus antros pestilentos, insalubres e despudorados. Esses espaços, praticados sob o arripio da vigilância e da punição, incomodavam a ordem estética e higiênica da cidade, pulsando semanalmente nas páginas do Jornal *A Fôlha*. Dentre esses espaços malditos, o bairro Nova Descoberta, localizado no subúrbio da cidade de Caicó, especificamente, nas proximidades do Batalhão de Engenharia e Construção, nas margens da rodovia que liga Caicó a cidade de Jardim do Seridó, apresentava uma estrutura física precária, sem saneamento, abastecimento de água e casas confortavelmente habitáveis.

As únicas habitações que existiam eram casebres de taipa e de palha, semelhantes aquelas encravadas nas adjacências da ponte sobre o rio Seridó e em certas ruas dos bairros Barra Nova, João XXIII e Boa Passagem. Essas formas precárias de moradia eram caracterizadas por serem construídas aos improvisos e com taipa de pau-a-pique e palhas de coqueiros, bem como, erguidas com “[...] terra socada com meia argila, estrume de currais [...] fibras vegetais ou de barro amassado atirado numa trama de paus roliços [...]” (LAPA, 1996, p. 104). Esse bairro ainda era desprovido de calçamento, de energia elétrica, de lojas de utilidades, enfim, de lugares de sociabilidades que possibilitassem aos habitantes desse logradouro o mínimo de lazer possível, tais como: cinemas, sorveterias, praças e etc. Por sua vez, este era provido de fome, de miséria, de aleijados, de bêbados, de crianças abandonadas e de mocinhas desonradas.

Assim, os espaços malditos eram vistos como um dos grandes problemas a serem enfrentados pela administração pública, se constituindo em uma forte ameaça de caos da vida civilizada e de desestabilização da ordem social. Precipuamente, esses espaços malditos ainda eram visibilizados enquanto redutos da classe pobre e dos desafortunados. Seus meandros revelavam, “[...] na sua configuração arquitetônica, o mau trato, o desleixo, a ruína e o enjambramento de acrescentar novas peças ou elementos aos já existentes, sem preocupação com a uniformidade, segurança ou estética” (PESAVENTO, 1997, p. 32).

Todavia, os bairros Paraíba, Nova Descoberta e Boa Passagem não eram tipificados como espaços malditos somente em função da presença de formas antiestéticas de suas paisagens urbanas, mas principalmente pelas práticas socioculturais tecidas em suas ambiências e pelos personagens existentes. Esses personagens, responsáveis pela urdidura de partituras de uma condição humana sofrida, eram aqueles estereotipados como: “[...] desclassificados e contraventores da ordem e da estética burguesa, legião patética de gente pobre, feia, miserável, infeliz, por vezes má, repugnante e vadia” (PESAVENTO, 1997, p. 34). Aos burgueses da cidade restava apenas ajudar as mães pobres e miseráveis desses bairros, com seus filhos gritando desesperados por algum alimento que saciasse temporariamente sua destemida fome avassaladora (Imagem 7), dando uma esmola qualquer ou alguma palavra de conforto.

## IMAGEM 7

“Família do bairro Nova Descoberta: retratos de uma condição humana indesejada”



**FONTE:** (Sem Autoria). Quem vai salvar as famílias de Nova Descoberta: água de beber sai do canal onde também é depósito de lixo e restos mortais de animais: será nossa mentira? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 199.

Embora entregue ao relento, o bairro Nova Descoberta se apresentava ao restante da urbe caicoense a partir de imagens, nada inocentes, capturadas e publicadas pelos redatores do *Jornal A Fôlha*, sobre os seus diversos tipos de problemas sociourbanos. Nas páginas desse periódico, eram realizadas reivindicações a administração pública para que fossem tomadas algumas atitudes no que concernia a elaboração e efetivação de um plano de melhorias para aquele espaço, urgindo ainda mais pelo fato dele está incrustado numa paisagem considerada cartão de visita para aqueles que chegavam a cidade através da rodovia que liga Caicó a Jardim do Seridó, no qual os visitantes davam logo de cara com a miséria, a injustiça social, a pobreza, a fome, a nudez, enfim, a face subdesenvolvida de uma cidade que almejava tanto o progresso.

Além disso, fazia-se *mister* a solução premente dos problemas sociourbanos vigentes nesse bairro, haja vista, que este espaço maldito era apropriado por uma classe pobre e perigosa que poderia oferecer riscos “[...] para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública [...], [representando] [...] perigo de contágio [...] no sentido literal mesmo” (CHALHOUB, 1996, p. 29). Essa concepção era fortalecida por um pensamento médico da época que diagnosticava

que “[...] os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para propagação de vícios de todos os tipos” (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Entre os muitos problemas sociourbanos enfrentados pelos habitantes dos espaços malditos da cidade, a construção de um chafariz era umas das necessidades mais urgentes em suas vidas, isto porque, a água consumida por tais sujeitos advinha do Canal do Itans, conhecido como o famoso “Canal da Morte”, que abastecia não somente o bairro Nova Descoberta, mas também o bairro Paraíba.

Como foi observado no capítulo anterior, a água disponível nesse canal atingia o máximo das impurezas possíveis, sendo constantemente encontrados coliformes fecais, fragmentos de animais mortos em estado de putrefação e pessoas se banhando nesse antro doentio. Essas impurezas, conforme discurso médico da época, eram portadoras de patologias contagiosas, podendo desencadear o desenvolvimento de outras doenças mortais para o ser humano, tais como: disenterias e infecções intestinais.

Ademais, a inexistência de água tratada e/ou purificada não era o único problema que açoitava a população do bairro Nova Descoberta. O grande número de pessoas desempregadas agravava ainda mais a situação social desse logradouro urbano. Os chefes de família, em depoimentos concedidos aos redatores do Jornal *A Fôlha*, diziam ganhar entre 200 e 300 cruzeiros diários, desenvolvendo trabalhos de engraxates, sapateiros, pedreiros, vendedores ambulantes, dentre outros. Nessa situação, as crianças deixavam de frequentar os espaços da escola para ajudar seus pais no sustento e sobrevivência da família, aumentando os índices alarmantes de analfabetismo.

Além do bairro Nova Descoberta, o bairro Paraíba também era caracterizando por aglutinar problemas sociourbanos em suas reentrâncias espaciais, tais como: fome, desemprego, nudez e abandono. A situação calamitosa se intensificava na rua Major Camboim e na famosa rua do Macaco, aonde a população vivenciava os dramas mais dolorosos de uma condição humana degradada.

Como dito em parágrafos precedentes, um dos grandes problemas urbanos enfrentados pelos habitantes da cidade de Caicó era a existência de um canal insalubre no bairro Paraíba, um verdadeiro foco de bactérias e de patologias.

Esse canal era, em grande parte, responsável pelo surgimento de problemas de insalubridade pública na cidade e de disseminação de moléstias nas imediações desse bairro, posto que seus habitantes utilizavam a água proveniente desse foco de imundícies. O outro problema de insalubridade que acometia tal bairro era o acúmulo de lixo por entre suas ruas, ocasionado pela ausência de depósitos certos para a coleta dos resíduos sólidos produzidos nos ambientes públicos e privados.

Paralelo a ausência de depósitos para a coleta do lixo urbano, a lavanderia pública existente no bairro Paraíba provocava o sofrimento de inúmeras mulheres que se direcionavam para esse espaço com intuito de desenvolver sua labuta cotidiana. Essa lavanderia vinha funcionando sem instalações físico-estruturais adequadas para o desenvolvimento das atividades diárias. Além disso, a água utilizada pelas lavadeiras era a mesma que corria ao longo do Canal do Itans, no qual todos os resíduos líquidos empregados no trabalho desenvolvido por essas mulheres convergiam para o canal.

Os casos de práticas anti-higiênicas verificadas na cidade borravam a imagem da urbe caicoense, tendo em vista que a construção de uma cidade ideal para o Seridó potiguar não passava tão somente pela inserção de novos equipamentos modernos ou eliminação de atos amorais, mas também por hábitos, comportamentos e costumes higiênicos e salubres. Para isso, a cidade contava com posturas municipais que continham as medidas “[...] de política administrativa a cargo do município em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuidas as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes”<sup>67</sup>. Estas posturas estabeleciam normas, regras e códigos de uso e ocupação do solo urbano, devendo-as ser seguidas para que somente assim a cidade pudesse apresentar uma imagem sadia, agradável e atraente.

Entretanto, nem todas as normas instituídas por essas posturas eram seguidas, pois sempre haviam as resistências, resultando em quebras, desvios e transgressões. Ademais, as posturas municipais, influenciadas pelos discursos de modernidade urbana, nada mais eram do que um mecanismo de controle social

---

<sup>67</sup> CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

empregado pela administração pública, atendendo aos preceitos de efetivação de uma racionalidade urbana e de uma ordem estética e higiênica.

Mesmo com a presença de posturas regulando a vida dos habitantes, a cidade ainda era alvo do olhar de discursos médico-higienistas que passavam a perscrutar os espaços da urbe a procura dos lugares virtuais de contaminação. Tais discursos, formadores de uma teoria e ideologia do higienismo, apreenderam uma realidade endêmica das doenças, permitindo ao corpo medical elaborar uma política de saúde para a cidade. Assim, a medicina social, constituída de idéias que percebiam as desordens urbanas como causadoras de patologias, era impelida a conhecer, prevenir e controlar as moléstias espargidas pelas quinas e esquinas, cantos e antros da cidade, realizando uma vigilância completa e ininterrupta no espaço urbano.

Desta maneira, se no século XIX a medicina intensificou seus estudos através do surgimento de surtos epidêmicos que exigiam a intervenção de médicos e higienistas, nas décadas de 1950 e de 1960, o discurso desses profissionais da saúde se direcionava para as cidades, tendo em vista que estes lugares, por se constituírem em ambiências marcadas pela densa concentração humana, eram mais passíveis do surgimento e disseminação de epidemias e de patologias infecto-contagiosas.

Embora já não fosse mais tão forte o entendimento atinado por um saber científico que desconhecia os saberes da microbiologia, fragmentos de uma representação organicista do urbano, “[...] acompanhados pela utilização da imagem do corpo como metáfora da cidade” (OUTTES, 1997, p. 50), ainda ressoavam nos espaços da urbe de meados do século passado. Nesse sentido, pelo fato das cidades brasileiras, ao longo dos anos de 50 e de 60, estarem expandindo suas manchas urbanas através do progressivo aumento populacional, estas passaram a ser alvo dos planos sanitaristas elaborados com intuito de solucionar os problemas urbanos decorrentes da falta saneamento básico.

A urbe continuava a ser um campo privilegiado de atuação da medicina social, no qual, da perspectiva higienista do século XIX à metáfora organicista do século XX, os temas cidade e saúde estiveram sempre consubstanciados. Assim, para acompanhar os modelos de cidade moderna, progressista e alvissareira, a urbe deveria ser saneada, higienizada e embelezada, extraindo dos seus espaços as impurezas e os possíveis focos de contaminação. Diante disto, além de médicos,

engenheiros, arquitetos e urbanistas, os sanitaristas passaram a compor o quadro de profissionais que tinha a função de elaborar um planejamento urbano para as cidades, encontrando soluções para os seus problemas socioespaciais e contribuindo para a organização e reorganização de seus espaços.

Se no século XIX, assistiu-se “[...] ao advento do interesse médico pela cidade e à sua consolidação como objeto de conhecimento e prática profissional através [...] da medicina social” (OUTTES, 1997, p. 57), no século posterior a este, entrou em cena a emergência de um novo profissional, “[...] o sanitarista, figura de transição entre o médico e o engenheiro, dotado de noções de medicina social e bacteriologia e de experiência prática no ramo de construção” (OUTTES, 1997, p. 57). Esse novo profissional estava pronto para exercer o papel “[...] de demolidor da cidade colonial burocrática e de construtor das redes de saneamento e abastecimento d’água requeridas pelo progresso da incipiente cidade capitalista [...]” (OUTTES, 1997, p. 57).

No Brasil, o principal profissional responsável pelo desenvolvimento desses trabalhos de sanitarismo urbano foi o Engenheiro Sanitarista Saturnino de Brito, que ficou conhecido através da instalação de escritórios em várias cidades do território nacional e pela elaboração de vários projetos de abastecimento e saneamento das cidades. Em terras potiguares, Saturnino de Brito instalou um escritório na cidade de Natal, no qual, através de sua construtora, realizou as obras de saneamento da capital potiguar e fora escolhido pelo então Governador do Estado Dinarte Mariz, para a construção de uma rede de esgotos e de uma adutora em Caicó.

Durante a administração de Dinarte Mariz, Caicó ainda convivia com os problemas de abastecimento de água, com a falta de uma rede de esgotos e com a necessidade de construção de uma adutora que captasse água no açude Itans para o abastecimento de alguns setores da cidade. No que concernia ao abastecimento de água encanada em Caicó, algumas de suas ruas já tinham sido contempladas com este serviço. Contudo, outras ainda utilizavam de uma técnica rudimentar de abastecimento, ou seja, através de carregadores contratados para a realização desse trabalho.

Um exemplo dessa situação ocorria na rua Cel. Francisco Pinto, no qual a população fazia apelos a Repartição de Saneamento para que fossem instalados canos de água nessa artéria urbana a fim de solucionar as crises de

abastecimento, fornecendo água potável e melhorando o quadro de saúde dos habitantes. A insuficiência do abastecimento d'água na cidade era geradora de uma crise sem previsão de ser solucionada, atingindo os espaços, mormente, mais pobres e periféricos da urbe.

Outro problema urbano de proporções alarmantes era a acumulação de poços de água nas ruas da cidade, geradores de todos os males para a saúde coletiva. Esses poços, encontrados em algumas artérias da cidade, como na rua Padre Sebastião, vinham sendo formados a partir da aglutinação de resíduos líquidos imundos e fétidos, chegando a tal ponto de não ser suportado a fedentina. Diante do surgimento de casos de febre paratifo na cidade, a população pedia uma solução urgente no sentido de acabar com esses focos de doenças, apelando por uma medida rápida que viesse preservar a saúde dos habitantes das imediações desta artéria urbana, uma vez que esses poços vinham servindo para a criação de um foco perigoso de muriçocas.

Os problemas atinentes a formação de poças de água nas ruas da cidade eram decorrentes da inexistência de uma rede de esgotos, atinada como uma necessidade que se impunha ao progresso de Caicó. A cidade expandia, a população urbana aumentava, o consumo de água crescia e a produção de esgotos também seguia o mesmo ritmo progressivo. Portanto, era necessária a construção de uma rede de esgoto que pudesse capturar as águas jogadas nas ruas, evitando a formação de lamaçais de aromas fétidos no espaço urbano e minorando o surgimento de mosquitos perturbadores do sono alheio. Apenas partes da avenida Seridó e da praça Governador Dix-Sept Rosado eram providas com o serviço de esgoto canalizado. O restante da cidade penava com a ausência de um serviço deste tipo, primordial para o bem-estar da população e para o aspecto agradável do espaço urbano.

Não bastasse os graves problemas ocasionados pela inexistência de uma rede de coleta de esgotos, as autoridades sanitárias ainda recebiam denúncias de alguns atos, considerados antiestéticos e vergonhosos para uma cidade alvissareira ao progresso e a modernidade, praticados por determinados cidadãos. Essas denúncias se referiam à grande quantidade de peças de roupas estendidas ao longo das principais ruas do espaço urbano, entristecendo e afeando a paisagem da cidade com a presença, principalmente, de indumentárias de caráter íntimo.

Além desses elementos que tornavam a paisagem citadina destoante dos padrões de beleza urbana instituídos na época, a presença de lixo na cidade também transgredia aos paradigmas de estética preconizados pelo discurso modernizador. Diante disso, a população reivindicava das autoridades municipais que fossem dedicadas maiores atenções à limpeza urbana da cidade, tendo em vista que as principais ruas estavam servindo de depósitos de lixo e despejos de restos de animais em decomposição. Esses problemas se intensificavam no período de chuvas, quando o lixo acumulado em contato com as águas pluviais, desprendia um cheiro nauseabundo e incômodo. Isso acontecia, especificamente, nas imediações dos seguintes espaços: no GST, na rua Pires Ferreira e ainda nas imediações do GDS.

O acúmulo de detritos nas ruas, nos subúrbios e nos espaços próximos à cidade, provocado pela falta de depósitos, pela dificuldade de eliminação dos resíduos sólidos produzidos nos ambientes públicos e privados e pelos hábitos de algumas pessoas que tentavam transformar o espaço urbano em lixão a céu aberto, era percebido como um problema socioespacial difícil de ser tratado e solucionado pelos representantes do poder público.

Mesmo assim, objetivando cooperar com um melhor aspecto estético da cidade, apelava-se ao governo municipal que fossem reafirmadas e fortalecidas as posturas urbanas, proibindo definitivamente que pessoas inescrupulosas deixassem o lixo dentro da cidade e recomendando aos fiscais da prefeitura uma maior atenção e vigilância. Essas medidas eram atinadas como necessárias para uma cidade que vinha passando por um crescente progresso material.

Além da possibilidade de surgimento de patologias advindas da formação de poças d'água estagnadas e da aglutinação de resíduos sólidos nos espaços da cidade, os habitantes ainda eram açoitados pelo incômodo gerado por enxames de pernilongos e de potós, sobretudo nos períodos de inverno, perturbando o sono da população através de seus desassossegantes barulhos e martirizantes picadas. A atuação perturbadora desses insetos estava chegando a um ponto iminente para os cidadãos, cujos incômodos iam desde a interrupção de seus sonhos ao risco de explosão de uma epidemia.

Nessa perspectiva, muitas eram as reclamações feitas por redatores d'*A Fôlha*, em nome dos habitantes da cidade, no sentido de eliminar os indesejáveis insetos do perímetro urbano, identificados como uma perigosa praga

portadora de toda qualidade de malefícios e oriundos dos tanques, poços e córregos encontrados ao longo da malha citadina. Para a eliminação dos malditos insetos do espaço urbano, fazia-se *mister*, por parte das instituições sanitárias e conforme sugestões d'A *Fôlha*, uma “operação muriçoca”, que não se limitasse apenas a acabar com os esgotos e águas estagnadas dos meandros das ruas, mas, principalmente, o desenvolvimento de um trabalho eficaz de serviço de saúde pública na cidade, exterminando definitivamente os focos de muriçocas.

Esse serviço de saúde deveria ser organizado por segmentos da instituição administrativa municipal, responsável pela eliminação e controle dos focos que poderiam resultar e originar surtos epidêmicos na cidade. As doenças, derivadas da presença desses focos de imundícies, entravam na ordem do “[...] discurso médico-sanitarista [...] [adquirindo] a dimensão de [um] problema econômico, político [...] [social e ambiental]” (RAGO, 1985, p. 164). Desta maneira, era premente a desinfecção dos lugares públicos, a medicalização do espaço urbano e a desodorização e purificação do ar da cidade, extirpando todos os miasmas<sup>68</sup> pútridos estagnados e os cheiros fétidos emanados através da existência de alguns equipamentos urbanos que serviam apenas como fontes de pestilências e de produção de más condições de salubridade, como: o mercado público e o matadouro.

Em Caicó, tanto o mercado público como o matadouro, localizados ao longo do perímetro urbano, eram alvos de constantes reclamações da população por causa da exalação de cheiros fétidos para as ruas e praças da cidade, decorrentes das vísceras de animais expostas ao solo e entrando em estágio de decomposição. Os usuários do espaço contíguo ao matadouro público faziam veementes apelos às autoridades municipais no sentido de extirparem o cheiro desagradável que se desprendia do local em determinados dias da semana.

Em meio a tantos problemas socioespaciais objetivados nas paisagens urbanas caicoenses, a administração pública municipal formulava metas que deveriam ser cumpridas pelos habitantes, com o real intuito de que a cidade

---

<sup>68</sup> O termo *miasma* decorre da teoria dos miasmas, formulada na Época das Luzes, segundo a qual “[...] as matérias animais e vegetais, ao entrarem em decomposição, produzem gases que subiam para a atmosfera, formando os miasmas. Esses miasmas, impregnando as águas e os alimentos, sendo absorvidos através da pele e dos pulmões, introduziam-se nos órgãos internos, provocando febres, infecções e disenterias. Era aos miasmas que se atribuía o aumento das enfermidades como as bexigas e a tuberculose, as quais vinham se somar, na década de 1870, uma variedade de outras moléstias, como as oftalmias, causadas pelo excesso de reverberação do sol” (ARRAIS, 2004, p. 367).

tornasse moderna. Entre as muitas metas, o embelezamento e o aformoseamento urbano, realizados tanto através da instalação de novos objetos, como da implementação de novas políticas urbanas, eram primordiais para uma cidade que rogava por equipamentos modernos e hábitos civilizados.

Assim, como se destacou em páginas precedentes, o ideal de cidade moderna almejado para Caicó partia da negação de vários objetos e práticas antiestéticas em detrimento da tessitura de novos hábitos e novas formas de comportamento, assim como, da construção de novas casas e revitalização das antigas, edificação de praças e jardins, implantação de redes de abastecimento de água e esgotos, ampliação e pavimentação de ruas e avenidas, dentre outras objetivações.

Atinente a pavimentação de ruas e avenidas caicoenses, algumas delas enfrentavam graves problemas no que concernia a existência de buracos e a inexistência de calçamentos em outras. Após chuvas caídas na cidade, as ruas, paralelas as avenidas Coronel Martiniano e Rio Branco, ficavam tomadas por grandes buracos, empoçando as águas pluviais e tornando o trânsito quase impraticável. Para se ter uma idéia dessa situação calamitosa, a imprensa periódica local vinha recebendo inúmeras queixas que condenavam o estado em que se encontrava o calçamento da avenida Rio Branco, uma das principais artérias da cidade, apelando à administração municipal que fossem tomadas rápidas providências no sentido de retificar as irregularidades dessa avenida.

Ademais, ainda eram realizadas reclamações atinentes ao estado que se encontrava a “Rua Dr. Amaro Cavalcanti, (antiga da Cadeia Velha), quanto às calçadas incompletas da numeração par. [...] Agora com a época das chuvas caídas [...], é um martírio para os pedestres”<sup>69</sup>. Isso resultava na acumulação de uma grande quantidade de água estagnada, lama e barro vermelho escorregadio, ficando na cavidade das calçadas e impossibilitando o trânsito por essa via.

Nesse sentido, além de serem alvo de problemas concernentes a ausência de calçamento e a formação de buracos em seus meandros, as ruas e avenidas da cidade de Caicó ainda eram cenários de episódios lúgubres e entristecedores. Esses episódios se referiam as constantes cenas de violência urbana representadas, sobretudo, por crimes hediondos. Naqueles tempos, alguns

---

<sup>69</sup> Um morador. A pedidos o leitor reclama. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de maio de 1954. Ano I. Número 11.

disparos com arma de fogo vinham sendo feitos em plena via pública sob os olhares estupefatos das famílias caicoenses. Como exemplo de casos de violência urbana objetivados no espaço citadino caicoense, pode-se citar o assassinato de José Elias de Araújo, que exercia a profissão de funcionário dos Correios e Telégrafos, ocorrendo no estabelecimento comercial do Sr. Pedro Caboclo, responsável pelo crime, situado na avenida Coronel Martiniano. Não se soube, a partir do que se divulgou na imprensa periódica local, os motivos reais do crime.

Além disso, os habitantes da cidade ainda vinham sendo acometidos por casos de assaltos, furtos e roubos. Entre esses casos, já se tinha registrado no mercado público da cidade a ocorrência de furtos de carnes, dinheiro e outras mercadorias nos diversos estabelecimentos localizados neste espaço de comercialização. Não mais que isto, tinha-se sobressaído nos espaços da cidade um caso atinado como deprimente para a população caicoense: a “[...] detenção de uma quadrilha de pequenos gatunos, de meninos e jovens delinquentes, bem ensaiados e já bem sucedidos no feio pecado que se põe ao sétimo Mandamento da Lei de Deus”<sup>70</sup>.

Diante destes casos de violência urbana, era necessário que rapidamente fossem tomadas providências no sentido de eliminar esses problemas do seio da sociedade caicoense, evitando o desenvolvimento de uma possível dramatização da violência em que as facilidades da ilegalidade levassem a “[...] uma mistura explosiva que ameaça[va] mandar pelos ares o constructo social, nascido senão do lema ‘Liberdade, Igualdade, Fraternidade’, pelo menos do dilema da ‘ordem e progresso’” (PECHMAN, 1997, p. 205). Nesse sentido, era posto as autoridades que apurassem os infratores das leis e perturbadores da ordem urbana, dando-lhes a punição que merecessem a fim de que todos ficassem sabendo que em Caicó não havia lugar para arruaças, tampouco para violências.

Numa tentativa de evitar a ocorrência de tais casos de violência urbana, o representante maior do judiciário, o Juiz de Direito Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho, avisava nas colunas do Jornal *A Fôlha* que em sua gestão judiciária não permitiria o desenvolvimento de abusos e crimes contra a população caicoense. Cabia, portanto a ele, como Juiz de Direito, “[...] envidar esforços à altura do cargo e dentro de normas legais, no sentido de evitar que crimes e

---

<sup>70</sup> (Sem Autoria). As coisas estão assim: menores delinquentes. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de junho de 1954. Ano I. Número 17.

contravenções se [...] [repetissem] em franco desrespeito à ordem social e à vida pacata dos cidadãos”<sup>71</sup>.

Deste modo, uma das alternativas surgidas para evitar a ocorrência de casos de violência urbana em Caicó era a intensificação imperiosa da vigilância policial, com a conseqüente criação de sub-delegacias nos bairros da cidade, especificamente, nos mais populosos, como o bairro Paraíba. Embora esse bairro tivesse sob o olhar vigilante de policiais, o efetivo não era suficiente para controlar todas as indisciplinas. Portanto, a sugestão feita pelos habitantes da cidade era a instalação de uma sub-delegacia que atendesse as ocorrências das principais ruas desse bairro, haja vista que este tinha crescido significativamente, contando, inclusive, com uma concentração populacional maior do que diversas cidades do Seridó potiguar.

Além dessa sub-delegacia, outra sugestão que aparecia para a amenização dos transtornos causados a ordem urbana era a da fundação de grupos de guardas noturnos, cuja função seria a de vigiar a cidade durante a noite, evitando que a população fosse surpreendida no interior de seus lares pela presença inesperada de indivíduos infratores das leis jurídicas, cometendo saques, arrombamentos e roubos.

Ademais, os casos de violência noturna eram intensificados através da escuridão reinante na cidade. Diante disso, os habitantes reivindicavam a iluminação urgente do espaço urbano caicoense a partir das luzes geradas pelas usinas do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, sanando o sofrimento da população e minorando a incidência de atos violentos durante as caladas da noite. A ausência de iluminação na cidade era causada pelas constantes quebras dos motores que geravam energia elétrica para o espaço urbano de Caicó.

A situação estava pior que nos tempos em que as luzes da cidade eram abastecidas por querosene, quando no final da primeira década do século XX e início da segunda, os “[...] saudosos Dr. Augusto Monteiro e Cel. Gorgonio Nóbrega tiveram a feliz iniciativa de iluminar a nossa cidade, todos os caicoenses exultaram de alegria, pois não íamos topar nas pedras ou em outros objetos nas noites escuras”<sup>72</sup>. Nessa época, as ruas da cidade eram adornadas com lampiões

---

<sup>71</sup> Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Conclamação. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de novembro de 1957. Ano IV. Número 195.

<sup>72</sup> Valle Sobrinho. Bate-Papo. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de fevereiro de 1957. Ano III. Número 156.

montados em “[...] possantes postes em cada esquina e tôdas as tardes o saudoso e paciente Xico Domingos [...] ia fornecer energia (querozene) [...]. E a luz aliviava a escuridão muito bem, sem haver interrupções, não havendo este ‘negócio’ de o motor dar o ‘prego’”<sup>73</sup>.

Desta maneira, caso não houvesse soluções para a quebra dos motores, Caicó voltaria a esses tempos de iluminação a base de lampiões supridos por querosenes. A quebra dos motores, que passava de semanas até meses para ser solucionada, era atinada como um martírio para os habitantes, tendo em vista que esse angustiante problema desencadeava a geração de outros mais graves, acarretando prejuízos nos diversos serviços da cidade, tais como: comércio, indústria, saúde, educação, etc.

Na falta de energia elétrica, as residências urbanas de Caicó ficavam sem comunicação via telefone, já que as baterias destes aparelhos não tinham carga suficiente para ficar funcionando durante o período sem luz. Os refrigeradores ficavam sem oferecer aos bem aquinhoados financeiramente a tão preciosa água gelada, responsável por dessedentar a sede dos privilegiados em terem esse eletrodoméstico em suas respectivas residências; as engomadeiras voltavam a bronzear sua epiderme no contato com o calor expelido pelos ferros a carvão; enfim, em noites sem luz, a cidade silenciosa incursionava nas trevas noturnas da obscuridade. Ainda sem luz elétrica, a cidade se tornava triste, lúgubre, semelhante a “[...] taciturnidade dos cemitérios; ouvimos mesmo, o canto merencório do ‘rasga-mortalhas’ por cima do casario, que segundo a opinião dos supersticiosos, prenuncia maus agoiros”<sup>74</sup>.

Os problemas atinentes a ausência de luz elétrica na urbe, vinham ofuscando o brilho de um almejado progresso urbano que a cidade tentava interiorizar e exteriorizar. A urbe envergonhava os seus habitantes perante aqueles que a visitavam, causando sérios aborrecimentos pela falta constante de eletricidade, privando-os da realização de seus trabalhos e de suas necessidades mais básicas, desde aqueles serviços mais indispensáveis a aquelas leituras mais desejadas pelos amantes das letras.

Além disso, temiam-se as repercussões negativas que poderiam ser criadas diante da falta de eletricidade e por parte das pessoas que vinham visitar ou

---

<sup>73</sup> Valle Sobrinho. Bate-Papo. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de fevereiro de 1957. Ano III. Número 156.

<sup>74</sup> Valle Sobrinho. Analisando. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de dezembro de 1955. Ano II. Número 93.

mesmo habitar a cidade, visto que para Caicó convergiam famílias adaptadas a ambiência do sul do país “[...] ao conforto mínimo que a civilização lhes proporcionava, e aqui [...] [viveriam] reclusas, sem passeios sem diversões, sem leituras que [...] [recreassem] o espírito, porque falta[va] aquilo que até as pequenas cidades [...] [possuíam]: - luz”<sup>75</sup>.

A precária situação em que se encontrava o fornecimento de energia elétrica em Caicó fazia com que eventos importantíssimos realizados durante a noite acontecessem às escuras, tais como: as sessões solenes de fim de ano; as festas dançantes; o encerramento festivo do ano letivo dos educandários; as reuniões socioreligiosas; dentre outros. Assim, num século em que grande parte das atividades relacionadas ao progresso e a civilização urbana girava em torno da eletricidade, a cidade de Caicó seguia sua vida cotidiana mergulhada num caos abismal, caminhando entre a certeza e a incerteza de anoitecer sem a alma do progresso, ou seja, sem a luz para iluminar suas ruas, praças, avenidas, travessas, residências e demais espaços.

Diante disto, não adiantaria muito recorrer a estratégias que somente aliviarium temporariamente o problema, como o conserto ou a compra de novos motores e o racionamento de energia. A única alternativa possível e cabível de resolução de todas as questões correspondentes a falta de luz elétrica na cidade, era realmente a vinda dos fios hidrelétricos das usinas de Paulo Afonso, sendo capazes de fazer com que a escassez de luminosidade das noites opacas de Caicó não fosse mais motivo de preocupação dos seus habitantes. Esse sistema hidrelétrico, símbolo e signo do progresso e da modernidade, proporcionaria à urbe a inserção de outros novos objetos técnicos em seus espaços, possibilitando a criação de novos hábitos e novas formas de sociabilidades urdidias em consonância com a tessitura da cidade através das plumas brancas do algodão.

### **3.3 A Era do Ouro Branco: Caicó tecida pelas plumas do algodão e pelos fios da memória**

---

<sup>75</sup> (Sem Autoria). Luzes apagadas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de janeiro de 1959. Ano V. Número 254.

Em uma sucessão de Eras escritas pelo historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>76</sup>, o século XX, percebido por ele como uma Era dos Extremos e identificado como um período em que as catástrofes sociais e políticas, os genocídios e as carnificinas, e as tragicidades e lugubridades borraram de sangue as páginas históricas da humanidade, ficou conhecido como um tempo “tatuado” pela velocidade e efemeridade dos acontecimentos sociais. Segundo esse autor, a uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 (início da Primeira Guerra Mundial) até depois de 1945 (final da Segunda Guerra Mundial), “[...] seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável” (HOBSBAWM, 2008, p. 15).

A esse tempo, marcado por uma cronologia compreendida entre os anos de 1947 a 1973, Hobsbawm denominou como sendo uma espécie de Era do Ouro e assim “[...] ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970” (HOBSBAWM, 2008, p. 15). Nesses “Anos Dourados”, mormente nos países ditos “desenvolvidos”, “[...] muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial” (HOBSBAWM, 2008, p. 253). Diante do turbilhão de destruição que representou as quatro primeiras décadas do século XX, as décadas de 1950 e de 1960 se caracterizaram como momentos de reestruturação da sociedade humana e de respectivas melhorias. Assim, essas décadas se tornaram emblemáticas na história da humanidade, sobretudo, das nações que se envolveram durante as duas grandes guerras mundiais.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que, assim como os anos de 1950 e de 1960 se caracterizaram, em nível mundial, como sendo aqueles dos “Anos Dourados” para algumas nações, esses mesmos anos representaram para a cidade de Caicó uma Era do Ouro Branco, época em que a paisagem da cidade foi bricolada com formas espaciais advindas dos anos dourados da atividade algodoeira. Não somente a cidade passava por esses anos dourados, mas praticamente quase toda a região do Seridó potiguar vivenciava os bons momentos oriundos do desenvolvimento da cotonicultura.

---

<sup>76</sup> Ao cabedal historiográfico de Eric Hobsbawm, associam-se as seguintes Eras: A Era das Revoluções (1789-1848), A Era do Capital (1848-1875), A Era dos Impérios (1875-1914) e A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.

O desenvolvimento dessa atividade no sertão potiguar, mais precisamente nas terras seridoenses, contribuiu para o fortalecimento das aglomerações citadinas dessa região, em especial para a consolidação da cidade de Caicó como o principal centro regional do Seridó, bem como, para o surgimento de atividades industriais de beneficiamento do algodão e as primeiras unidades fabris das cidades sertanejas, como as descaroçadeiras e as prensas de algodão.

A região do Seridó se destacava na produção algodoeira, tendo em vista que esse recorte espacial era reconhecido tanto a nível nacional, como a nível internacional pela qualidade da fibra do algodão cultivado em suas paragens, atendendo a todos os requisitos da indústria de confecções de tecidos finíssimos, como: comprimento, resistência, textura e sedosidade. Esse algodão cultivado em terras seridoenses concorria, diretamente, com a produção de outros estados cotonicultores, sobretudo, com os do Centro-Sul, independentemente do crescimento e do tamanho do espaço apropriado e da produtividade agrícola da espécie. Isso porque, “[...] no mercado de fios e tecidos, privilegia-se amplo consumo de tecidos finos, que somente eram produzidos com algodão de fibras longas e resistentes” (CLEMENTINO, 1986, p.163).

O desenvolvimento da atividade cotonicultora na região do Seridó e na própria cidade de Caicó ganhou dimensões extremamente profundas. Esse produto foi revestido por uma áurea simbólica, no qual estava, e ainda está, presente no imaginário popular. Diante disto, mesmo que a paisagem seridoense e caicoense não esteja mais “[...] pontilhada pelas plumas de algodão que branqueavam a perder de vista os campos sertanejos [e] sua economia não mais produz[a] o ouro branco e principalmente a sua mais nobre variedade, o mocó [...]” a presença do algodão no regionalismo local é tanta que hodiernamente, embora sendo a cotonicultura apenas “[...] um residual traço estatístico no Seridó, esse produto continua a gerar valores simbólicos [...] [e] [...] mesmo ausente, o algodão [ainda] ocupa um lugar no espaço como persona imagética na formação da paisagem regionalista (MACEDO, 2005, p. 167).

Desta maneira, o desenvolvimento da atividade algodoeira foi extremamente relevante para a região do Seridó, em especial para o dinamismo econômico de Caicó, modernizando e transformando as estruturas de seu espaço urbano. Nesse sentido, a cidade teve como um dos marcos do seu processo de crescimento econômico o período correspondente as décadas de 1950 e de 1960.

Considera-se que este período foi para Caicó um momento de aumento nas taxas de crescimento de sua população urbana e de melhorias em alguns segmentos de sua infra-estrutura.

A urbe caicoense se destacava no beneficiamento do algodão produzido e colhido em grande proporção no restante das unidades municipais formadoras da região do Seridó potiguar, bem como, em alguns municípios de outras plagas. Nos meandros de seu espaço urbano, o “ouro branco” era processado e beneficiado através das usinas espargidas pelos muitos cantos da cidade, estas funcionando como “[...] pólos dinamizadores tanto em termos de economia – oferta de empregos e circulação de capital – como no que se refere à expansão urbana – surgimento de bairros novos e crescimento de alguns já existentes” (MORAIS, 1999, p. 94).

Para se ter uma idéia, durante os anos de 1950 e 1960, existia no espaço urbano caicoense, “[...] três usinas de beneficiamento do algodão: Diniz & Dantas S. A., Exportadora Dinarte Mariz S. A. e Algodoeira Seridó Comércio e Indústria S. A. (ALSECOSA)” (MORAIS, 1999, p. 94), afora ainda aquelas usinas especializadas na fabricação de óleo e torta de algodão. Boa parte do que era produzido nessas usinas era direcionado para outras cidades, sobretudo, para Campina Grande, na Paraíba e para Recife, no Pernambuco.

O expressivo comércio da cidade de Caicó – em consonância com o grande frenesi de movimentação de mercadorias, com as criações modernas do século em curso e com “[...] o sucesso da comercialização do algodão mocó, aquecida pelo consumo das suas fibras no mercado mundial e no nacional, este último, um mercado em formação, guindado pelo incipiente parque têxtil do Sudeste [...]” – foi profundamente relevante no sentido de arrastar “[...] para a urbe um espectro de inovações técnicas que ajudaram a modificar, em muito, as feições do Sertão urbano [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 249).

Desse modo, o desenvolvimento da cultura algodoeira no Seridó e o reconhecimento da boa qualidade da fibra do algodão mocó, geraram grandes dividendos econômicos para Caicó. A cidade (sobre)vivia dos “bons capulhos” colhidos da atividade algodoeira. Assim, as décadas de 1950 e de 1960 corresponderam a um interstício temporal de significativa projeção econômica para Caicó, rendendo-lhes dividendos políticos que se converteram em políticas públicas

voltadas para o benefício e melhoria de alguns aspectos urbanos, proporcionando algumas intervenções nos diversos setores da cidade.

O desenvolvimento da cotonicultura, juntamente com a implementação de políticas públicas, o aumento do setor terciário e o crescimento do ramo educacional, veio fortalecer o processo de modernização da cidade, intensificando o a urbanização de Caicó, alicerçada num movimento crescente e acelerado de êxodo rural para a cidade, posto que os beneficiadores da lavoura algodoeira eram, “[...] via de regra, comerciantes que se estabeleciam nos núcleos populacionais com suas máquinas beneficiadoras” (TAKEYA, 1985, p. 26).

Esse momento de auge econômico rendeu para a cidade a concretização de variadas políticas públicas, que se não eram diretamente decorrentes do desenvolvimento da atividade algodoeira, ao menos eram influenciadas por tal. Além de políticas públicas, os próprios discursos ecoados na cidade através de algumas instituições sociais refletiam o momento de transformações espaciais que Caicó vivenciava nessa Era do Ouro Branco. Em discursos produzidos em crônicas do passado elaboradas por sujeitos memórias da cidade, essas transformações eram vistas como silenciadoras e ressignificadoras de práticas e espaços tradicionais da urbe caicoense.

Concernente a isto, a narrativa, abaixo descrita, da cronista Maria da Glória de Oliveira Leite (1982, p. 99-100), em seus rast(r)os de memórias publicados no segundo ano da década de 1980, no Livro de Memórias Rastos Caicoenses, mostra como a cidade fora, no decorrer dos anos, ganhando e incorporando novas fisionomias, bem como, novos hábitos ao seu cotidiano:

Caicó mudou muito com a evolução do tempo. Deixou de ser uma cidade, onde todas as noites a mocidade se reunia na pracinha para os grandes papos ou para os costumeiros passeios. Hoje, ela se mostra com uniforme de cidade grande. A pracinha já tomou banho de uma arquitetura moderna, se vestiu de espaçosas jardineiras tornando difícil o acesso aos famosos passeios ao seu redor nos dias de festas, porque normalmente não existem. [...] Mas, apesar de tudo, podemos lembrar com afeição os inesquecíveis passeios aos sábados e domingos, onde impecavelmente as mocinhas da época faziam um verdadeiro e belíssimo desfile de moda. Apresentavam sobre seu corpo delineado a mais alta costura caicoense com seus bordados, frufus e babados deslumbrantes. [...] Hoje, a pracinha tem uma vestimenta nova. Seu corpo já não possui os mesmos declínios, foram moldados às novas circunstâncias. Deixou marcas de saudades. Saudades, imensas saudades dos seis canteiros ao lado, onde os casais de namorados trocavam suas juras de amor e construíam seu paraíso de sonhos, jamais planejados pelos grandes arquitetos atuais. A pracinha se transformou num pequeno mundo gigante.

Decerto, as mudanças ocorridas nos espaços das praças refletiam, sobremaneira, os projetos urbanísticos pensados para a urbe a fim de aformoseá-la e de adequá-la aos padrões modernos. Atinente as novas práticas socioespaciais tecidas nesse lugares de sociabilidades, estas se constituíam em reflexos das próprias mudanças espaciais que vinham se processando na paisagem da cidade, movidas pelas seduções urbanas. Assim, se novos elementos são inseridos no espaço urbano, a tendência é que novas práticas, em consonância com as antigas, passem a compor o cenário da cidade.

Malgrado, sabe-se que durante a Era do Ouro Branco a cidade de Caicó foi permeada “[...] por símbolos modernos que maquiaram a sua feição de cidade/vila rural e deram a ela ares de modernidade. Esses efeitos, produtos dos tempos modernos no Brasil, foram sentidos em maior ou menor grau, em todas as cidades brasileiras [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 249). O processo de expansão desses símbolos modernos em áreas urbanas caicoenses intensificou-se nas décadas de 1950 e de 1960, quando a dinâmica da cidade estava ancorada pelo desenvolvimento comercial do algodão.

Mesmo com as transformações urbanas, os espaços caicoenses de outrora, como autênticos lugares de memória<sup>77</sup>, ainda eram lembrados por alguns sujeitos saudosistas em suas artes de praticar a cidade.. Desta forma, praças, becos, ruas, avenidas e travessas que foram cenários das práticas cotidianas tecidas pelos caicoenses em suas respectivas épocas, passavam a ocupar os sonhos e as memórias desses sujeitos, materializando-as em escritas.

Em outra crônica publicada nos Rastos Caicoenses, Mailde Medeiros rememora os objetos e as práticas presentes na “Rua da Cadeia Velha”, aquela mesma vendedora de ilusões durante os embalos das noites caicoenses, vista por essa cronista como sendo uma ruazinha pequena, “[...] estreita, de areia, casas interligadas – algumas isoladas de um lado – calçadas desiguais, meio altas, atijoladas” (MEDEIROS, 1997, p. 80). A cronista lembra com saudades dos inesquecíveis banhos de chuva nesse espaço que se transformou em um lugar de referencia ao seu passado. Passado percebido como uma “[...] dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBBSAWM, 1998, p. 22). Das

---

<sup>77</sup> Sobre a problemática dos lugares de memória, ver: NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Les lieux de mémoire**. Vol. 1. La République. Paris: Gallimard, 1984.

lembranças dessa cronista, evocam-se referências sobre as transformações ocorridas nessa rua e vislumbradas por outros sujeitos.

Sobre a “Rua da Cadeia Velha”, o redator do Jornal *A Fôlha*, Valle Sobrinho, apresenta e rememora um espaço, embora fosse depositário de lembranças de sua infância, marcado por problemas de ordem urbanístico, tais como: “[...] falta de higiene, altas caçadas, casas com biqueiras e o pátio da rua todo esburacado”<sup>78</sup>. Diante disto, a antiga “Rua da Cadeia Velha” vinha recebendo algumas melhorias, passando a adquirir um novo aspecto através de certas remodelações. Segundo a visão de Valle Sobrinho, a rua estava deixando de ter um aspecto de abandono, para adquirir novas formas ao seu espaço. No entanto, em meio a remodelações, um prédio, com todas as suas estrias, se destacava na paisagem urbana da rua: a antiga Casa de Câmara e Cadeia (Imagem 8).

**IMAGEM 8**  
**“Antiga Casa de Câmara e Cadeia”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.

**DATA:** Desconhecida.

Para Valle Sobrinho, imbuído por uma concepção de destruição do antigo em detrimento do novo, o interessante era que, em face das profundas transformações que vinha ocorrendo na rua, esse monumento “[...] desaparecesse, visto ser de uma arquitetura sem arte e para não haver censuras dos transeuntes;

---

<sup>78</sup> Valle Sobrinho. Melhoramentos na antiga Rua da cadeia. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 30 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 309.

muito melhoraria a forma urbanística”<sup>79</sup>. Relevando o fato das idéias serem fruto de seus respectivos tempos, a política de revitalização e conservação do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade era algo que não servia de preocupação para esse sujeito, no qual suas concepções acerca das melhorias urbanas giravam apenas no sentido de deixar a cidade aformoseada, embelezada e com uma estética arquitetônica adequada aos padrões de cidade moderna, nem que para isso fosse necessária a destruição de alguns espaços de referência histórico-cultural.

Contudo, da cidade de Caicó a cronista Mailde Medeiros não hesita em lembrar a ocorrência de alguns eventos que aconteciam em seus meandros espaciais, tais como: os dias de Semana Santa, os banhos no rio Seridó, a passagem da Banda Recreio Caicoense pelas ruas, as procissões da Festa de Sant’Ana e do Rosário, os blocos carnavalescos, as serenatas que cortavam a madrugada sob o brilho da lua cheia e que traduziam os anseios e os desejos de alguns rapazes pelas jovens da cidade e os “[...] filhos de fazendeiros, galopando em seus cavalos, desfilando garbosos pela nossa rua para impressionar as moças, dirigindo-lhes olhares à procura de um ‘flegt’” (MEDEIROS, 1997, p. 83).

Além das serenatas produzidas, em sua grande maioria, por uma caicoense de nome Darcy que conseguia expressar em seu clarinete todo o seu amor com acordes suaves e sensíveis, a cronista recorda a voz estridente e agudíssima do cidadão Flandeiro Romão, que em madrugadas caicoenses enluaradas,

[...] gostava de cantar para as jovens da nossa Rua, dedilhando sua viola e soltando a voz nas primeiras horas da madrugada, numa interpretação de ‘Acorda Patativa’ ou Salão Granat’, suas favoritas ... não havia sono que continuasse, e no dia seguinte as queixas sucediam-se: ‘Ele estragou meu sono!’ ‘Ele não deixou ninguém dormir ... um absurdo!’ Mas o autor da façanha nem ligava, continuando a extravasar seus anseios sem nenhuma dedicatória exclusiva, pensando talvez em algum grande amor que ficara para trás (MEDEIROS, 1997, p. 83).

Num cenário de mudanças em que algumas práticas socioculturais resistiam aos avanços dos signos modernos, a cronista relembra os costumes peculiares da “[...] velha Rua, de seus moradores e hábitos ... Logo, à tardinha, a conversa na calçada começava e os tamboretas, cadeiras, espreguiçadeira eram

---

<sup>79</sup> Valle Sobrinho. Melhoramentos na antiga Rua da cadeia. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 309.

levadas para fora. Além da turma jovem, era a hora que os mais velhos também apareciam [...]” (MEDEIROS, 1997, p. 83).

Esse era o momento em que os habitantes da cidade passavam a se sociabilizar mais próximos uns com os outros, saindo de uma rotina doméstica diária em suas respectivas casas, para estabelecerem nos espaços da rua, uma troca de conversas, de informações, de novidades e de assuntos de interesses mútuos. Deste modo, embora a rua tivesse, nesse momento de que fala a cronista, características próprias de um espaço público, esta mesma passava, a partir de múltiplas experiências vivenciadas localmente, a ganhar e a incorporar dimensões de um ambiente mais familiar, de um lugar similar a própria casa.

Mesmo com as dicotomias construídas sociohistoricamente entorno dos espaços da casa e da rua – o primeiro como sinônimo de calma, repouso, recuperação, hospitalidade e de “[...] tudo aquilo que define a nossa idéia de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘calor humano’[...]” e o segundo como algo inerente ao universo, “terra que pertence ao ‘governo’ ou ao ‘povo’ e que está sempre repleta de fluidez e movimento [...]” (DAMATTA, 1997, p. 57), bem como propício “[...] a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomados pelo que não são [...]” (DAMATTA, 1997, p. 58) – estes ambientes não estão dissociados uns dos outros. Ao contrário, estão intrinsecamente ligados, se relacionando por meio de subespaços, tais como: “[...] praças, adros, mercados, jardins, portas, janelas, cozinhas e varandas” ou através das “ocasiões especiais em que a sua comunicação é possível, obrigatória ou desejável” (DAMATTA, 1997, p. 60).

Além das mudanças socioespaciais detectadas pela cronista Mailde Medeiros em suas narrativas mnemônicas e dos sentimentos de nostalgia por uma Caicó de outrora expelidos em suas palavras contidas nos rastos caicoenses, as imagens de uma cidade progressista, condicionadas pelos bons momentos vivenciados pela urbe durante a fase áurea da atividade algodoeira, também faziam parte de uma trama de discursos sobre a modernização urbana ecoados pelos espaços caicoenses através das páginas impressas do Jornal *A Fôlha*.

Como exemplo disso, pode-se citar uma matéria produzida pelo padre Itan para esse Jornal, em que este, ao fazer uma analogia da história da cidade de Ilhéus, no estado da Bahia, colhida da criação romanesca Gabriela, Cravo e Canela, de autoria do escritor baiano Jorge Amado, com a da cidade de Caicó, afirmava que

esta vinha passando por um avanço tentacular do progresso, dando a impressão que a urbe queria pular fora de um provincialismo.

Para o padre Itan, noutros tempos de dias de sábado, num passado não tão distante, os espaços da cidade de Caicó, comandados por coronéis que vinham fazer a feira livre com suas imponências e autoritarismos de reis do sertão, eram cenários para as conversas dos ferreiros que se encontravam nos meandros das ruas para falarem “[...] do gado, da lavoura ou da sêca que estava matando tudo. Fora isto a semana passava sem novidade a não ser os mexericos que as comadres inventavam para falar da vida alheia por que não tinha o que fazer”<sup>80</sup>.

As casas da cidade, conforme a visão desse redator e representante eclesiástico, pareciam ter uma mesma arquitetura, uma mesma morfologia e uma mesma organização, apenas se “[...] diferenciando os sobrados dos mais endinheirados. Tudo provinciano: Da fala caipira de mocinha da moda até a pôse do prefeito, com ares de autoridade”<sup>81</sup>. Os dias pareciam se repetir numa mesma uniformidade e num mesmo movimento cíclico-temporal. As únicas novidades que apareciam nessa cidade de outrora eram aquelas decorrentes da realização da Festa de Sant’Ana: “[...] os vestidos novos, os sapatos da moda, a banda de música, o carrossel da festa, o povo todo do sitio que vinha para a rua para comer brote e cachorro quente e ver o povo de fora, os afilhados que vinham tomar a benção aos seus padrinhos”<sup>82</sup>.

Essas relações sociais, tramadas em dias de Festa de Sant’Ana, eram elementos importantes que ligavam os fios do cotidiano da cidade. No entanto, com a inserção de novos equipamentos urbanos ao longo dos tempos, muitas dessas relações se transformaram, ganhando novos adereços, contornos e significados. De acordo com o padre Itan, a civilização vinha penetrando a epiderme urbana caicoense por todos os seus poros, no qual, em todos os cantos da urbe se percebia “[...] a carreira da ousadia e do pioneirismo. Caicó está criando <<bossa>> de cidade grande. Já se pode falar num Caicó de ontem, diferente, bem diferente do Caicó de

---

<sup>80</sup> Padre Itan Pereira. Ontem e Hoje. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de junho de 1961. Ano VIII. Número 13.

<sup>81</sup> Padre Itan Pereira. Ontem e Hoje. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de junho de 1961. Ano VIII. Número 13.

<sup>82</sup> Padre Itan Pereira. Ontem e Hoje. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de junho de 1961. Ano VIII. Número 13.

hoje”<sup>83</sup>. Segundo ele, a marcha para o progresso da cidade não parava, já que a cada semana novidades se multiplicavam na urbe, tais como: “[...] clubes, Hospital, Instituto, edifícios, bancos, casas comerciais, indústrias, telefone, cinema, frigorífico, silos, açougue, calçamento, luz, residências, escolas e por aí um cheiro de uma Rádio [...]”<sup>84</sup>. Com base nisto, o progresso e a modernização da cidade de Caicó eram fatos evidentes e notórios.

Ademais, o padre Itan observava outra característica existente na cidade de Caicó, ou seja, o “[...] fato da ausência de acúmulo de grandes riquezas nas mãos de poucos. Aqui prevalece talvez a dominante de pequenos capitalistas que não chegam a impor um desajustamento social que clama contra a justiça e os direitos humanos”<sup>85</sup>. Seria esta situação de inexistência exacerbada de concentração de riquezas no espaço urbano caicoense fruto dos bons tempos experienciados durante a Era do Ouro Branco? Possivelmente sim, visto que o desenvolvimento da cotonicultura beneficiava desde o apanhador do algodão ao proprietário da usina de beneficiamento.

No entanto, deve-se levar em consideração que, embora o padre-redator do Jornal *A Fôlha* afirmasse no entremeio de seu discurso que a concentração de riquezas e as conseqüentes disparidades sociais não fossem tão assombrosas no espaço urbano caicoense, problemas sociais como pobreza, miséria e fome eram fatos recorrentes na cidade. A Caicó que almejava o novo, o moderno e o progresso era a mesma cidade de práticas cotidianas marcadas por insalubridade e degradação social.

Nesse sentido, a cidade que se modernizava a partir de processos contraditórios era a mesma que o colunista Erildo L’Eraistre Monteiro, escrevendo da capital potiguar para as colunas do periódico *A Fôlha*, tinha conhecimento de que vinha passando por momentos de intenso crescimento urbano, com a inserção de novos objetos geográficos e de novos serviços urbanos ao longo do seu espaço citadino.

---

<sup>83</sup> Padre Itan Pereira. Ontem e Hoje. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de junho de 1961. Ano VIII. Número 13.

<sup>84</sup> Padre Itan Pereira. Ontem e Hoje. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de junho de 1961. Ano VIII. Número 13.

<sup>85</sup> Padre Itan Pereira. Impressões de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de abril de 1960. Ano VII. Número 319.

### 3.4 Novos objetos geográficos, novos serviços urbanos

Entre os novos objetos geográficos e serviços urbanos que acusavam sensivelmente os sintomas de um real progresso da cidade de Caicó, a construção do novo Hospital do Seridó se destacava como um dos melhoramentos de grande peso para a urbe, percebido na época como um dos mais bem equipados do território potiguar e que contava com uma conceituada equipe de médicos e profissionais da área da saúde. Concomitante a efetivação dos serviços de saúde na cidade, dada através da construção de um novo hospital, a criação de uma instituição federal, como o Batalhão Rodoviário de Engenharia e Construção, se constituía em um empreendimento de grande proporção para a cidade.

Sobre a chegada dos primeiros contingentes do Batalhão Rodoviário de Engenharia e Construção, o Jornal *A Fôlha* destacava a localização de um grupo de oficiais na cidade, com o “[...] ilustre comandante a frente, nos preparativos para receber o grosso da tropa”<sup>86</sup>. A presença dessa instituição federal na cidade de Caicó, conforme matéria publicada no Jornal *A Fôlha*, não obedecia a um caráter eminentemente político, mas sim a fatores de ordem técnica: cidade encravada nos recônditos do interior do Rio Grande do Norte, “[...] coração das sêcas periódicas que nos flagelam, encruzilhada natural de várias estradas que ligam o litoral ao sertão adusto e a diversos estados nordestinos, era Caicó a cidade indicada para sede de um batalhão de engenharia, como êste”<sup>87</sup>. Não obstante, percebe-se, ao esmiuçar o não-dito do discurso jornalístico, que a criação de uma instituição federal na cidade de Caicó também atendia aos anseios e desejos de representantes do meio político local.

O objetivo dessa instituição era construir e conservar rodovias no interior dos estados nordestinos, estendendo seu trabalho à edificação, sobretudo, de pontes e de açudes nos espaços sertanejos. Para a cidade de Caicó, a criação desse batalhão acontecia num momento certo, haja vista que, as chuvas que caíam na região seridoense durante o inverno sertanejo deixavam as rodovias federais intransitáveis. Era um martírio viajar para cidades como Natal e Recife, com estradas esburacadas, sem nenhum tipo de revestimento e pavimentação, e com

---

<sup>86</sup> (Sem Autoria). O Batalhão Rodoviário. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de abril de 1955. Ano II. Número 61.

<sup>87</sup> (Sem Autoria). O Batalhão Rodoviário. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de abril de 1955. Ano II. Número 61.

pontas de pedras a ameaçar os pneumáticos, peças e passageiros. Assim, a chegada de um Batalhão Rodoviário na cidade de Caicó representava a certeza de que velhas rodovias ganhariam seu recapeamento asfáltico e de que novas estradas passariam a riscar a paisagem sertaneja, encurtando distâncias e unindo cidades e estados.

Esses objetos geográficos faziam parte de um leque amplo de equipamentos urbanos desejados pelos caicoenses na construção de uma cidade moderna para o sertão do Seridó potiguar. Entre esses equipamentos, a construção de uma ponte sobre o rio Seridó era algo desejado de longos tempos pelos caicoenses, interligando a zona norte ao centro da cidade e unindo as margens desse rio lendário. A concretização dessa ponte, construída pelo próprio Batalhão Rodoviário de Engenharia e Construção, aconteceu quando numa tarde de seis de fevereiro de 1957, sob os aplausos fervorosos da população caicoense, deu-se a inauguração da Ponte Soldado Francisco Dias, entregue a serventia pública.

Com a concretização desse melhoramento, símbolo do progresso urbano caicoense, os habitantes da zona norte da cidade e dos espaços rurais do município podiam, em dias de inverno em que as águas barrentas do rio Seridó desciam em busca de seu destino final, levar a feira semanal da urbe o produto agropastoril de sua labuta diária, sem a preocupação de atravessar o rio Seridó em canoas tênues, frágeis e sem nenhuma segurança, pondo em risco suas vidas. Ademais, os “[...] caminhões que fizerem o transporte entre êste e outros municípios, não mais ficarão parados, à espera que as águas baixem”<sup>88</sup>.

A inauguração desse monumento, com 200 metros de comprimento e ladeada por 32 postes de concreto para a iluminação, contou, segundo informações auferidas nas páginas d’*A Fôlha*, com a presença de algumas autoridades, tais como: o então Governador do Estado, Dinarte Mariz; o General Mota, comandante da Zona Militar do 4º Exército; o Brigadeiro Barcelos comandante da Zona Aérea do Recife; o Cel. Afonso de Albuquerque Lima, representante da Diretoria Geral de Engenharia; o Cel. Matoso Maia, comandante do Grupamento de Engenharia, com sede na cidade de João Pessoa; o Dr. Cleanto Leite, representante do Ministro da Aviação; além de outras autoridades militares e civis.

---

<sup>88</sup> (Sem Autoria). A ponte. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de fevereiro de 1957. Ano III. Número 154.

A solenidade de inauguração começou com o pronunciamento de palavras, irradiadas por auto-falantes colocados sobre a ponte, por parte dessas autoridades e de outras presentes ao evento. O encerramento aconteceu quando o Bispo Diocesano D. José Adelino Dantas procedeu a benção litúrgica da ponte e logo em seguida o então Governador do Estado cortou a fita simbólica, inaugurando definitivamente a ponte.

A inauguração dessa ponte significou a materialização de uma obra de extrema importância e de grande vulto econômico para a cidade, no sentido de que, através desse objeto geográfico, a ligação de Caicó com as demais cidades do Seridó passariam a acontecer de maneira mais eficaz e menos problemática. Para os proprietários de caminhões e de carros, bem como, para os fazendeiros, criadores e pequenos agricultores, “[...] homens simples do campo, mulheres, velhas, crianças e moças [era concedido a regalia de] desfilarem [sobre a ponte] livres dos abusos criados por aqueles que se julgavam donos das águas barrentas e violentas do tradicional rio Seridó [...]”<sup>89</sup>, ou seja, os canoístas.

Para o Vigário Cônego D. Diniz, a construção do “colossal lajão de cimento armado” sobre o rio Seridó representava sentimentos de satisfação com os sinais do progresso material que Caicó exibia, externalizados a partir de algumas considerações a seguir arroladas pelo mesmo:

1º - Como caicoense, porque eu contemplo nêle [no melhoramento urbano] um sonho concretizado, um monumento de arte e utilidade pública, uma produção da engenharia brasileira e um invento do engenho humano; 2º - Como vigário da vizinha paróquia de Jucurutu, eu considero um dos pontos básicos da prosperidade e um dos melhoramentos de primeira necessidade, principalmente em se tratando de vias de comunicação, visto ser o transporte um dos fatores mais preponderantes, para o desenvolvimento de uma Região, Cidade, Estado ou País; 3º - Como amigo e admirador de todos os habitantes das fazendas, cidades e Povoados que ficam situados à margem direita do rio Seridó, quero dar as minhas congratulações pela libertação da exploração, amolação e ‘marretagem’ de que eram vítimas por parte daqueles que na época do inverno dirigiam o tráfego fluvial por meio de suas canoas, aos sábados por ocasião da feira em Caicó. Eu mesmo tive ocasião de usar algumas vezes de silogismos para me livrar da impiedade investida dêsse tubarões de água doce. Eu considerava êste meio de ganhar o pão como indigno e julgava necessária uma fiscalização rigorosa por parte das autoridades competentes quanto às taxas exorbitantes exigidas pelos proprietários de canoas<sup>90</sup>.

---

<sup>89</sup> Cônego D. Diniz. Um sonho realizado. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 01 de dezembro de 1956. Ano III. Número 144.

<sup>90</sup> Cônego D. Diniz. Um sonho realizado. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 01 de dezembro de 1956. Ano III. Número 144.

Os problemas gerados nas travessias do rio Seridó durante as invernadas eram recorrentes em outras reclamações de redatores que escreviam e reescreviam para as colunas do Jornal *A Fôlha*, solicitando aos administradores públicos a construção de uma ponte. Com a edificação da Ponte Soldado Francisco Dias, esses problemas não passavam mais a ocupar as páginas desse periódico impresso, tampouco, a fazer parte das preocupações cotidianas dos habitantes que precisavam realizar diariamente um percurso em que a travessia do rio era algo inevitável.

Ademais, a construção de uma ponte no espaço urbano caicoense simbolizava a introdução de um sinal evidente de um progresso material na paisagem da cidade, contribuindo para a geração de fluxos de produtos de variados setores. Além de todos os melhoramentos desencadeados a partir da edificação da ponte, esta ainda contribuía para o aformoseamento e o engrandecimento da cidade, possibilitando a expansão dos espaços habitados e construídos para além do seu centro histórico.

A construção da ponte possibilitava também a circulação de transportes coletivos que passavam a transportar os habitantes da zona norte a outros recônditos da cidade, mais precisamente ao seu centro comercial. Atendendo a apelos dos habitantes e a justificativa de que Caicó já era detentora de um raio urbano bastante amplo, a circulação de transportes coletivos vinha também acontecendo no bairro Paraíba, no qual se tinha passado a funcionar um ônibus que fazia o percurso do centro da cidade até esse bairro, atendendo aos alunos do GDS e do Educandário João XXIII.

A existência de transportes coletivos na cidade, ao mesmo tempo em que era reflexo da real necessidade de circulação dos habitantes no espaço urbano, também era condicionante do crescimento da mancha urbana. Porém, não eram apenas transportes coletivos que circulavam nos espaços da cidade. A interligação dos territórios, sejam eles intra ou extra-urbanos, acontecia também a partir de vários veículos, fossem eles de caráter coletivo ou individual, que transportavam desde pessoas a produções de variadas origens e de tamanhos distintos.

Assim, a cidade de Caicó era provida de transportes que tanto percorriam vários pontos espaço urbano local, como interligavam tais pontos a outros tantos espargidos pelos vários recônditos do território potiguar. Como exemplo disso, pode-se mencionar o caso da Empresa de Transportes Artur Dias e

Cia., responsável pelo transporte de pessoas de Caicó a Natal, durante as segundas, quartas e quintas-feiras, e de Natal a Caicó, durante as terças, quartas, sextas e sábados.

Além dessa empresa que transportava passageiros por vias terrestres, a cidade ainda contava com as linhas aéreas feitas a partir de aeronaves da Empresa Real que serviam a coletividade caicoense no acesso da população aos centros urbanos mais afastados. Para a realização de tais viagens às principais cidades do território nacional, essa empresa contava com aviões que faziam seus pousos nas pistas do campo de aviação de Caicó.

Esse campo de aviação, chamado de aeroporto pelos redatores do *Jornal A Fôlha*, tinha passado por reformas em sua estrutura física, tendo sido inteiramente modificado, inclusive com a construção da tão desejada estação de passageiros, passando a contribuir com os embarques e desembarques dos usuários. Além da Companhia Real de Aviação, ainda existiam outras empresas interessadas em transformar a cidade de Caicó em um dos portos de escalas normais para os vôos regulares comerciais, unindo-a aos principais espaços urbanos do país.

Era certo que após a consolidação de Caicó como um ponto fixo de subida e descida de aviões, quando os homens do sertão embarcassem, pelas primeiras horas da manhã, no bojo das aeronaves para resolver seus negócios em Recife, Fortaleza ou Natal e desembarcassem à tarde, sem nenhum cansaço físico, abençoariam o valor da inteligência humana na conquista “[...] dos ares e [...] [recordariam], como contos da Carochinha, as viagens cansativas dos velhos tempos, as condições das mulas estropiadas e suarentas, e os solavancos, nas estradas esburacadas, dos carros e caminhões cobertos de poeira”<sup>91</sup>.

Desse modo, mesmo com melhorias registradas no campo de aviação, desejava-se ainda que Caicó se inserisse definitivamente na rota aérea nacional, se tornando um dos pontos certos de escala das aeronaves. Assim, a cidade se transformava à medida que novos objetos geográficos e serviços urbanos iam sendo incorporados em sua paisagem, modernizando o espaço urbano local. Além dessas transformações, a cidade também vinha passando por alguns melhoramentos em outros setores urbanos, deixando-a, através dos trabalhos de urbanização,

---

<sup>91</sup> (Sem Autoria). Campo de Aviação. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 27 de março de 1954. Ano I. Número 4.

aformosoamento e higienização, com uma aparência e uma estética urbana agradável aos olhos da população local e dos visitantes.

### 3.5 (Sobre)tudo pela estética urbana

Se o desejo era tornar Caicó uma cidade moderna, esteticamente agradável aos olhos dos visitantes, nada mais urgente e necessário do que começar aformoseando a sua entrada, visto que era a partir dela que a urbe daria as boas vindas aos que a visitavam. Posto isto, a cidade vinha recebendo melhorias na avenida Coronel Martiniano, uma das vias de entrada da urbe, suavizando a irregularidade topográfica dessa artéria a partir de seu embelezamento urbanístico, dando assim a boa impressão aos visitantes e o orgulho aos seus próprios habitantes.

Além do aformoseamento dessa avenida, realizado através do recapeamento do asfalto e da arborização, o seu prolongamento em direção ao açude Itans vinha finalmente acontecendo, acompanhando o crescimento da cidade. Essa ampliação vinha ocorrendo também através da retificação, até onde os limites da engenharia humana da época alcançavam, de algumas curvas e ladeiras existentes ao longo da avenida. Ademais, em 1960 essa avenida passava a ter um fluxo de automóveis e de pedestres controlado por um sinal de trânsito, instalado no cruzamento com a avenida Seridó, tornando mais segura a circulação dos transeuntes por essas duas vias.

Os serviços de urbanização na cidade não se limitavam apenas aos trabalhos realizados na avenida Coronel Martiniano. Outras avenidas, ruas e praças também vinham recebendo certa atenção da administração pública. Entre estes espaços, os serviços de prolongamento do calçamento das avenidas Seridó e José Bernardo, das ruas Otávio Lamartine, Cel. Manoel Vale e Celso Dantas, e das praças Dr. José Augusto e dom José Delgado vinham ganhando destaque na imprensa escrita local. O calçamento da praça dom José Delgado, localizada nas proximidades do GDS, era percebido pelos moradores como algo de extrema necessidade, pois “[...] além de cair na vista de quem chega e de quem parte, liga a parte alta da cidade ao bairro Paraíba [...]”<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> (Sem Autoria). Kaleidoscópio – Reflexos da cidade. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de junho de 1961. Ano VIII. Número 14.

Alguns destes espaços ainda vinham recebendo os trabalhos de arborização, sendo iniciados pela praça Dr. José Augusto, que há muito tempo tinham sido encetados e nunca finalizados, se tornando mais “[...] uma daquelas tantas coisas faladas, começadas e não terminadas”<sup>93</sup>. Além da arborização, essa praça também passava a ser contemplada com a instalação de bancadas, de postes de iluminação elétrica e de um parque infantil.

A reinauguração da praça Dr. José Augusto aconteceu numa tarde crepuscular de 22 de setembro de 1957, quando na ocasião o prefeito José Benévolo Xavier realizou um pronunciamento, entregando à população um espaço de sociabilidade completamente renovado. A solenidade, conforme relatos colhidos no Jornal *A Fôlha*, contou também com o pronunciamento de palavras do Dr. Manoel Alves, Juiz de Direito em exercício na cidade e do ilustre homenageado Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, cujos discursos foram transmitidos pelo Serviço de Publicidade “A Voz do Seridó”.

Narrando esse acontecimento de majestosa importância para a cidade, Valle Sobrinho, escrevendo para as páginas do Jornal *A Fôlha*, dizia-se sentir “[...] satisfação em ter assistido às inaugurações [da praça] e em tudo observei a boa organização, especialmente o Parque Infantil ali instalado, parabenizando, assim as crianças de Caicó”<sup>94</sup>. Durante a noite, as retretas da banda de Música Recreio Caicoense, dirigidas pela batuta do Maestro José Mário, embalaram a festa de reinauguração, com serviço de bar e salgados organizados pelos discentes do GDS.

Na ocasião também foi inaugurada uma suntuosa estátua em homenagem ao ex-governador do Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros, “[...] a qual praça, ainda mereceu condignamente o seu augusto nome [...]. As solenidades registraram uma apoteose àquele ilustre conterrâneo que tantos serviços prestou ao Caicó, ao Rio Grande do Norte e ao Brasil”<sup>95</sup>. Com os serviços de melhoramento de suas estruturas físicas, as praças caicoenses vinham deixando de apresentar um aspecto de abandono, passando a receber vários trabalhos de reforma.

---

<sup>93</sup> Jota. De Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de abril de 1957. Ano IV. Número 162.

<sup>94</sup> Valle Sobrinho. Analisando. Praça Dr. José Augusto. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de setembro de 1957. Ano IV. Número 187.

<sup>95</sup> Valle Sobrinho. Analisando. Praça Dr. José Augusto. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de setembro de 1957. Ano IV. Número 187.

De todos os trabalhos de melhoria urbana realizados nas praças públicas da cidade de Caicó, faltavam apenas aqueles atinentes a reconstrução da praça Professor Pedro Gurgel e aqueles concernentes a reforma da praça da Catedral, cujo calçamento vinha ocorrendo devido “[...] a passagem da imagem da Virgem Peregrina [de Fátima] e a capacidade administrativa do saudoso Rui Mariz. A Festa da Padroeira Sant’Ana vem aí e a praça dos festejos populares não pode ficar como está, sem o passeio e sem iluminação”<sup>96</sup>. Destarte, a reconstrução da praça da Catedral, cujo terreno oferecia grandes possibilidades de ampliação, era um apelo de longas datas da população local que desejava que a principal praça da cidade se tornasse a mais bela e a mais estruturada do espaço urbano.

Com os trabalhos de reforma dessa praça iniciados nas primeiras semanas do mês de abril do ano de 1967, as famílias caicoenses, em particular os moradores residentes nas contiguidades da praça da Catedral, estavam finalmente vendo um dos seus muitos sonhos concretizados. Com a construção de um Arco do Triunfo na parte frontal da Catedral de Sant’Ana, em homenagem a passagem da Imagem de Nossa Senhora de Fátima pela cidade de Caicó, os cuidados com a organização, manutenção e embelezamento da praça passaram a ser intensificados “[...] tornando mais bela a capital do Seridó”<sup>97</sup>.

O projeto urbanístico para a nova praça previa a iluminação do espaço com lâmpadas especiais, principalmente por luzes fluorescentes. Cumprindo ao que se previa, a vista panorâmica da praça era, segundo informações do Jornal *A Fôlha*, uma das mais lindas já descortinadas no espaço urbano caicoense, tendo-se “[...] em vista a conclusão dos serviços de seus dez canteiros, em forma de jardins [...]. Não sendo o bastante, serão assentados em tórno dos lindos canteiros dez bancos de encôsto, em marmorito”<sup>98</sup>.

Os serviços de aformoseamento da praça da Catedral, correspondendo a inserção de pisos, canteiros, grama, mosaicos, bancadas, iluminação e assentamentos, foram totalmente custeados pelos cofres da prefeitura municipal que afirmava ter investido um orçamento de mais de sete milhões de cruzeiros antigos gastos com a conclusão dessa obra colossal. A reinauguração

---

<sup>96</sup> Jota. De Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de abril de 1957. Ano IV. Número 162.

<sup>97</sup> (Sem Autoria). A cidade em revista: Praça da Catedral um sonho concretizado. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 29 de abril de 1967. Ano XIII. Número 9.

<sup>98</sup> (Sem Autoria). A cidade em revista: Praça da Catedral um sonho concretizado. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 29 de abril de 1967. Ano XIII. Número 9.

dessa praça, ocorrida num período de Festa de Sant'Ana, se constituiu numa estratégia elaborada pela administração municipal, no sentido de mostrar tanto aos caicoenses ausentes da Terra de Sant'Ana (Caicó), como aos visitantes, que a cidade vinha passando por um processo de modernização urbana, não sendo mais aquela urbe rudimentar, velha e pequena deixada por eles em tempos pretéritos.

Diante da realização dos trabalhos de remodelamento da praça principal da cidade, as comemorações atinentes a Festa de Sant'Ana poderiam acontecer no largo da Catedral sem a preocupação da presença de alguns elementos indesejáveis, tais como: a poeira (em períodos de estiagens) e a lama (em períodos de chuvas), que tomavam conta da praça quando esta não contava com o calçamento. Nesse sentido, seguindo uma lógica inerente ao processo de modernização urbana, ancorada também nos pressupostos de aformoseamento e de remodelamento, as praças da cidade de Caicó passavam a ganhar novas formas, novos objetos, novos equipamentos, enfim, uma gama de novos elementos de embelezamento.

Além desses pressupostos, o processo de modernização urbana também se alicerçava nas concepções de higienização do espaço. De nada adiantava, para o ideal de modernização vigente na época, uma cidade aglutinar praças bem arborizadas, bem equipadas e bem urbanizadas se esta não cuidava de sua higiene pública. Diante disto, a cidade vinha sendo beneficiada com a materialização de certas providências tomadas pela administração municipal no sentido de minimizar o quadro de insalubridade do espaço urbano caicoense. Uma das primeiras providências tomadas e iniciadas vinha sendo o desenvolvimento de alguns trabalhos de higienização do temido “Canal da Morte”.

Desde os primeiros serviços de distribuição de água realizados em Caicó, primeira cidade do interior do Rio Grande do Norte a ser beneficiada com o sistema de abastecimento de água em virtude da construção do açude Itans, o “Canal da Morte”, que se originava nesse dito açude, nunca tinha recebido serviços de higienização, tampouco de melhoria. Uma parte da água que abastecia a cidade chegava através dos quatro quilômetros desse canal que dava acesso as mais diferentes condições de insalubridade, desembocando em pré-filtros que não conseguiam purificar eficientemente a água destinada ao consumo da população local, prejudicando diretamente a saúde dos habitantes.

Por isto, os primeiros trabalhos de higienização e melhoramento do canal foram iniciados com a recuperação de suas partes deterioradas, revestindo-as totalmente de cimento. Ademais, vinha-se construindo uma caixa d'água nas proximidades do bairro Nova Descoberta, cujo objetivo era o de beneficiar o trabalho das lavadeiras de roupa e o de impedir que as impurezas provenientes das águas utilizadas nos labores dessas mulheres desembocassem diretamente no “Canal da Morte”. Além da construção desse reservatório, vinha sendo edificada no próprio canal uma passagem para veículos e principalmente para os animais, tendo em vista que estes últimos recebiam banhos de seus respectivos proprietários com a água advinda do canal descoberto, que passava a receber todas as espécies de impurezas possíveis.

Antes da construção do “Canal da Morte”, o abastecimento e a distribuição de água na cidade de Caicó eram realizados por jumentos, através de cacimbas feitas ao longo do leito do rio Seridó. Com o aumento populacional, esse sistema se tornou insuficiente para atender a demanda existente no espaço citadino, fazendo com que a água para o consumo populacional passasse a ser canalizada do açude Itans para o perímetro urbano. A partir disso, começaram a ser construídas no espaço urbano caicoense espécies de cisternas de grandes dimensões, que retiravam a água do canal para a distribuição entre os habitantes da cidade.

Com a instalação de chafarizes em diversos pontos do espaço urbano, essas cisternas foram oficialmente proibidas de serem utilizadas pela população. A desativação das cisternas e a criação de chafarizes na cidade possibilitavam, dentre outras coisas, o surgimento de um momento de sociabilidade interessante no espaço citadino caicoense, com um tipo de aglutinação populacional peculiar: era o momento em que os moradores convergiam aos chafarizes a fim de abastecerem suas respectivas habitações com a água oriunda do canal. Os chafarizes eram os pontos de confluência e concentração de pessoas de lugares distintos da cidade que ainda não tinham sido contemplados com o serviço de distribuição de água encanada e que precisavam se deslocar para esses pontos no intento de receberem suas quotas de água diárias.

Sobre esses momentos diários em que eram tramadas relações de sociabilidades dos habitantes menos abastados financeiramente, o cronista Raimundo Guerra, em uma matéria publicada no Jornal *A Fôlha*, afirmava que: todos “[...] os dias, cêdo e à tarde, quando os raios solares são menos causticantes, isto é,

das quatro da tarde em diante, formam-se as filas de latas e de jumentos com os barris afim de receberem a água que aos poucos vai jorrando das torneiras do chafariz”<sup>99</sup>. Durante o tempo de espera, conforme esse cronista, os habitantes que procuravam esses chafarizes com intento de encherem seus recipientes com a água proveniente do “Canal da Morte”, estavam sujeitos “[...] às cenas mais variadas quase sempre desagradáveis provocadas pelos garotos cuja educação deixava muito a desejar”<sup>100</sup>.

Assim, ao lado do operário que forçosamente subtraía alguns minutos de sua labuta diária para auferir água no chafariz, uma vez que os canos de abastecimento d’água não tinham ainda chegado aos seus respectivos lares, estava os indivíduos que desestabilizavam a ordem desses lugares, aqueles tipificados pela imprensa periódica de garotos desocupados e mal educados, que procuravam sempre “[...] um meio, uma ocasião de discutir e de brigar com os companheiros ou mesmo faltar com o respeito e consideração às senhoras de idade que deixaram também, por um momento, seus afazeres domésticos e precisam receber sua lata d’água”<sup>101</sup>.

Os operários não eram as únicas pessoas alvos das irritações provocadas por esses garotos desordeiros, as senhoras e as meninas de família que se dirigiam para os chafarizes com intuito de auxiliar nas atividades diárias, embora que essas últimas estivessem mais interessadas em flertes do que em realmente contribuir com o abastecimento de água de suas respectivas habitações, também estavam sujeitas as ações da garotada.

Mesmo levando em consideração a importância das relações de sociabilidades estabelecidas nos espaços adjacentes aos chafarizes, o cronista Raimundo Guerra lamentava as ações dos garotos desviados, considerando uma falta de respeito à emissão das “piadas” de mau gosto e dos palavrões de baixo calão por parte desses rapazolas, ecoados sem restrições nesses lugares e factíveis de serem ouvidos por todos os usuários dos serviços dos chafarizes. Ainda conforme declarações de Raimundo Guerra ao *Jornal A Fôlha*, esses constrangimentos poderiam ser resolvidos caso um “[...] policial fizesse uma fiscalização, estacionando mesmo algumas horas, as de mais movimento, junto ao

---

<sup>99</sup> Raimundo Guerra. O chafariz. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 7 de janeiro de 1956. Ano II. Número 27.

<sup>100</sup> Raimundo Guerra. O chafariz. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 7 de janeiro de 1956. Ano II. Número 27.

<sup>101</sup> Raimundo Guerra. O chafariz. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 7 de janeiro de 1956. Ano II. Número 27.

chafariz, medida esta que já foi posta em prática, de começo e que precisa novamente ser lembrada pela administração pública”<sup>102</sup>.

Mais conveniente que um policial para essa situação seria, concomitante ao saneamento básico da cidade, a construção de uma adutora que pudesse distribuir água encanada e potável para todas as habitações, haja vista que somente a concretização de uma obra como a adutora resolveria de uma vez por todas os constrangimentos enfrentados pelos cidadãos caicoenses nos espaços dos chafarizes e os problemas concernentes a ausência de salubridade e higiene do “Canal da Morte”.

Diante da possibilidade de resolução de grande parte desses problemas, a administração pública municipal, em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), tinha autorizado a realização de um estudo com vistas à criação de um plano de abastecimento d’água e de saneamento básico para a cidade de Caicó. Para a elaboração de tais estudos, a imprensa local afirmava que já tinha sido liberada uma verba de “[...] 80 milhões de cruzeiros, agora nesse segundo semestre para êsse reajustamento do serviço d’água, constante de uma verba global de 300 milhões a ser liberada em 3 anos para ampliação do abastecimento, adutora e esgoto da cidade”<sup>103</sup>.

A concretização dos primeiros trabalhos de abastecimento d’água, a partir da construção de uma adutora e de instalação de uma rede de saneamento básico no espaço urbano caicoense, fazia com que a cidade caminhasse a passos largos em busca do seu tão sonhado progresso urbano. No entanto, para que isso realmente acontecesse era necessário que os trabalhos de abastecimento e de saneamento fossem concluídos o mais rapidamente possível e que a cidade fosse alvo de uma intensificação dos métodos de prevenção de algumas doenças e de controle de outras. A preocupação com a saúde pública era algo constante entre alguns habitantes, sobretudo entre aqueles que denunciavam os problemas relacionados a insalubridade do “Canal da Morte”.

Nesse sentido, por motivos referentes a preocupação com as questões de saúde pública e com o desejo de que fossem implantados hábitos higiênicos entre os habitantes locais, especificamente entre a classe estudantil, passou-se a

---

<sup>102</sup> Raimundo Guerra. O chafariz. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 7 de janeiro de 1956. Ano II. Número 27.

<sup>103</sup> (Sem Autoria). Finalmente a adutora. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 31 de agosto de 1963. Ano IX. Número 129.

funcionar, nas dependências da Escola Prevocacional da cidade de Caicó, um Pelotão de Saúde, visto na época como um dos recursos mais modernos de se promover o hábito pela higiene e pela saúde do corpo. Embora nem todos os discentes seguissem os preceitos de higiene pregados na época, o Pelotão de Saúde se constituía como um instrumento capaz de enquadrar e disciplinar as práticas anti-higiênicas dos indivíduos, sendo uma medida que deveria ser inserida, principalmente, em todos os espaços escolares.

O cuidado com a saúde e com a higiene pública estava diretamente ligado à idéia de salubridade do espaço urbano, que por sua vez se constituía numa noção basilar da teoria miasmática criada nos séculos passados. Essa teoria ganhou “[...] novo prisma ao ser enfocada à luz das modernas descobertas pasteurianas, tendo sido atualizada pela ação de higienistas desde o final do século XIX” (BERTUCCI, 2004, p. 46). Isso era revelado a partir das constantes preocupações por parte de alguns moradores com a manutenção da salubridade do ambiente natural e do espaço construído da cidade.

Sobre o Pelotão de Saúde, este tinha como principal objetivo a educação higiênica e alimentar da classe estudantil. Cada pelotão era composto por “[...] 25 escolares, de preferência os da última série. O escolar deveria cumprir, diariamente, na escola, os seguintes preceitos de higiene: ginástica, uso do calçado, asseio do rosto, da boca, das mãos e das unhas; alimentação supletiva”<sup>104</sup>. As outras noções de higiene, constantemente ensinadas pelas professoras, teriam que ser efetuadas nos respectivos domicílios dos escolares. Deste modo, o Pelotão de Saúde, sediado num estabelecimento de ensino freqüentado por crianças oriundas de famílias pobres, era um exemplo que deveria ser tomado por outras instituições de ensino básico da cidade e da própria região do Seridó.

Tal Pelotão de Saúde proporcionava, além de uma melhoria no quadro de higiene do ambiente escolar, uma difusão dos métodos contraceptivos de determinadas doenças para outros recortes urbanos da cidade. Assim, as patologias advindas da existência de focos de criação e disseminação de bactérias, vírus e outros seres nocivos à saúde pública e propagadores de gravíssimas sintomatologias, passavam a ser enfrentadas com maior rigurosidade e intensidade entre os integrantes desse Pelotão de Saúde.

---

<sup>104</sup> Hilda Araújo. Pelotão de Saúde. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de novembro de 1954. Ano I. Número 36.

O modelo de uma vida sadia em uma cidade salubre era frequentemente desejado pelos integrantes desse Pelotão de Saúde e comungado pelos redatores do Jornal *A Fôlha*. A falta de salubridade, a promiscuidade, “[...] a dispersão das crianças pelos pátios e ruas dos bairros [...] [as] mulheres penduradas nos muros a tagarelar inutilidades” (BERTUCCI, 2004, p. 54) e tudo aquilo que ferisse a imagem de uma cidade higiênica, limpa, civilizada e progressista, era combatido pela ordem urbana vigente, embora que entre o “[...] plano e a cidade ideal, estavam o povo e a cidade real” (BERTUCCI, 2004, p. 45).

Ademais, a cidade de Caicó recebeu, por volta de meados do ano de 1955, a visita de uma caravana de guardas da febre amarela, “[...] com a sua fitinha verde no braço e equiparados de ingredientes para combater, não só os perniciosos e picantes insetos, como para acabar com os focos ‘aquartelados’ nos poços existentes na cidade, principalmente nos arrabaldes”<sup>105</sup>. Esses insetos, assim como as moscas que perambulavam pelo espaço urbano, eram vistos como propagadores de “[...] várias moléstias infecciosas, por carregar[em] em sua tromba, asas, patas, pelos e aparelho digestivo micróbios e ovos de parasitas” (BERTUCCI, 2004, p. 62). Mesmo com as iniciativas tomadas pelos guardas da febre amarela no combate aos insetos, sabia-se na época que a solução para eliminação de tais seres nocivos a saúde do homem era o extermínio total de seus ovos e de suas larvas.

Contudo, as ações de extermínio dos insetos pareciam que vinham surtindo efeito, pois segundo Valle Sobrinho, redator do Jornal *A Fôlha*, este já vinha notando algumas diferenças no espaço urbano: “[...] durmo bem e não me aperrêio com os ‘zumzuns’ das desassossegadoras moriçocas”<sup>106</sup>. Os cuidados com a saúde da população e com a higienização do espaço eram necessidades prementes de uma cidade perpassada por um processo de modernização urbana. Além disso, a atenção básica na eliminação e prevenção de microorganismos causadores de possíveis patologias que pudessem alterar o sistema orgânico da comunidade local, era um mecanismo recorrentemente empregado por métodos de aplicação sistemática das novas descobertas científicas da microbiologia à saúde pública da cidade.

Influenciadas por esse tipo de pensamento, a administração municipal de Caicó elaborava meios de inserção das políticas de saúde objetivadas através da

---

<sup>105</sup> Valle Sobrinho. Bate-papos. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de maio de 1955. Ano II. Número 62.

<sup>106</sup> Valle Sobrinho. Bate-papos. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de maio de 1955. Ano II. Número 62.

instalação e da construção de novas unidades hospitalares no espaço urbano local. Para que isso acontecesse, a cidade de Caicó contava, nas décadas de 1950 e de 1960, com um hospital de grande importância para o município, bem como, para a região do Seridó, representando um “[...] furo de ousadia e tenacidade que enaltecia as glórias de nosso povo”<sup>107</sup>.

Diante disto, um hospital se enquadrava num espaço onde a morte poderia está no final dos seus corredores, mais especificamente nos necrotérios, ou mesmo em um ponto mais próximo, como no cerne das enfermarias. Mas, também poderia ser um espaço, no qual ela (a morte) se dissolveria com a ajuda das intervenções médicas nos sistemas orgânicos dos corpos doentes. Nesse sentido, o hospital, por ser um espaço onde o pensamento acerca das possibilidades de cura sobrepusera consideravelmente as da morte, era construído sob o contexto das políticas de saúde pública.

Embora enfrentando alguns problemas físico-estruturais, o Hospital do Seridó, instalado em um vistoso prédio na entrada da cidade, vinha se mantendo como um espaço procurado pela população local e regional a fim de atender as suas principais necessidades de saúde. Segundo dados colhidos nas páginas do *Jornal A Fôlha*, em março de 1962 tinham sido internados 184 doentes nas seguintes clínicas dessa casa de saúde: “Pediátrica 33. Cirúrgica 43. Médica 36. Obstétrica 72. Destes apenas 40 foram contribuintes e os outros tiveram assistência gratuita. No setor ambulatorio realizaram-se 1.399 consultas e 39 pequenas intervenções cirúrgicas”<sup>108</sup>. Na época, a maior unidade de saúde da cidade ainda contava com um serviço permanente de odontologia preventiva que passava a atender crianças e jovens nos mais distintos estabelecimentos de ensino da cidade, disseminando a prática e a relevância da saúde bucal.

Além disso, o dispensário, utilizado para atender os acometidos por tuberculose e por outros tipos de infecções pulmonares, instalado no Hospital do Seridó, vinha mantendo o tratamento de vários sujeitos enfermos, com uma realização média de 900 radiografias de tórax por mês<sup>109</sup>. Essas radiografias e os demais tipos de diagnósticos realizados nas dependências do hospital eram feitos a

---

<sup>107</sup> (Sem Autoria). Hospital do Seridó. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 12 de maio de 1962. Ano IX. Número 62.

<sup>108</sup> (Sem Autoria). Hospital do Seridó. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 12 de maio de 1962. Ano IX. Número 62.

<sup>109</sup> Informações auferidas em: (Sem Autoria). Hospital do Seridó. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 12 de maio de 1962. Ano IX. Número 62.

partir de uma aparelhagem técnica vista como uma das mais modernas da engenharia biomédica da época. Quanto aos serviços oferecidos nessa casa de saúde, estes eram resultados da materialização de políticas públicas de saúde pensadas para a cidade. Além do Hospital do Seridó, a cidade também contava com os atendimentos médicos realizados na Maternidade Mãe Quininha, localizada no centro da cidade, cuja aparelhagem vinha sendo substituída por equipamentos novos.

A instalação de novos aparelhos nas unidades de saúde básica da urbe caicoense também se constituía em uma estratégia de construção de uma cidade sadia e livre de moléstias. Todavia, quando esses aparelhos de saúde não conseguiam dizimar os focos de enfermidades que passavam a destruir o sistema imunológico dos corpos afetados por microorganismos diversos, a alternativa que restava a administração municipal era pensar na construção de novos espaços destinados à acomodação dos cadáveres humanos em vias de decomposição e prestes a serem devorados por bactérias, fungos e outros seres.

Até o início da década de 1960, esses cadáveres eram sepultados no único cemitério existente na cidade, ou seja, no cemitério São Vicente de Paulo, construído em 1919 e localizado no bairro Paraíba. A superlotação desse cemitério vinha gerando reivindicações por parte da população local que considerava a cidade de Caicó merecedora de um novo espaço para acomodação dos restos mortais de seus entes queridos, descongestionando o antigo cemitério e diminuindo o número de sepultamentos realizados nele.

Atendendo a tais reivindicações, a Associação do Lions Clube de Caicó lançava uma campanha, apoiada pela prefeitura municipal e pela comunidade local, em prol da construção de um novo cemitério no espaço urbano caicoense. A campanha constava da arrecadação de verbas e donativos para a realização de tal obra. A partir dessa iniciativa e enfrentando muitas dificuldades concernentes a ausência de recursos financeiros, o novo cemitério de Caicó começava a ser erguido num terreno localizado após a ponte sobre o rio Seridó, no final do perímetro urbano da cidade, mais especificamente no bairro Boa Passagem. A concretização desse novo espaço sepulcro aconteceu no mês de julho do ano de 1967, quando na ocasião foi inaugurado o novo cemitério da cidade com o nome de cemitério Campo Jorge.

Não obstante, para evitar que esse novo espaço fosse rapidamente ocupado e apropriado por corpos vítimas de patologias ocasionadoras de mortes precoces dos habitantes, os discursos dos médicos e sanitaristas incidiam diretamente sobre a disseminação de medidas profiláticas que estivessem preocupadas e atentas com a saúde e a higiene dos habitantes.

Portanto, a higiene e a saúde da população, atreladas a outras necessidades primordiais dos habitantes como a educação, eram pré-requisitos básicos para a concretização de um ideal de cidade moderna, progressista e civilizada. A salubridade da cidade se atingiria, em concomitância com o sucesso da realização das políticas públicas, através de uma boa educação das crianças e dos jovens, disseminando nos espaços escolares os saberes e as práticas de higiene básica. Para tal feito, era necessário que se fosse investido na construção de novas instituições de ensino, capazes de disseminar hábitos sadios no âmbito escolar, tornando Caicó uma cidade higiênica e educada.

### **3.6 Cidade letrada, cidade educada**

Embora a cidade de Caicó contasse com instituições de ensino importantíssimas para a educação das crianças e dos jovens caicoenses, tais como o GDS, o GST, a Escola Prevocacional e o Grupo Escolar Senador Guerra, esta ainda necessitava ser contemplada com mais estabelecimentos escolares, atendendo as necessidades da população local.

Nesse sentido, diante de uma demanda crescente por novas instituições escolares, alguns estabelecimentos de ensino vinham sendo inaugurados no espaço urbano caicoense, revelando uma certa preocupação, desde os tempos de criação da Escola de Gramática e Latim do Padre Brito Guerra, com a formação intelectual e com a capacitação profissional dos habitantes.

Entre essas inaugurações, destacava-se aquela referente a construção do Instituto de Educação. De início, os cursos que passaram a ser oferecidos nesse instituto eram os seguintes: “Jardim de Infância Grupo Escolar Modelo (curso primário), Curso Ginásial (1ª Série), Escola Normal (Regional e Pedagógico), e ainda a Escola Artesanato”<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> (Sem Autoria). Ainda a inauguração do Instituto de Educação de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de fevereiro de 1960. Ano VI. Número 311.

Para o ingresso nesse instituto, assim como em outros espalhados pela cidade, o aluno era submetido a um exame e/ou teste de admissão, tendo que atingir uma média equivalente a nota 5,0. O teste de admissão consistia numa prática comum realizada pela maioria dos estabelecimentos de ensino existentes na urbe caicoense. Em alguns casos eram feitos cursos preparatórios, destinados aos candidatos, para a realização dos exames de admissão.

Desta forma, era comum encontrar nas folhas d'A *Fôlha*, recorrentes chamadas para a inscrição dos testes de admissão nas várias instituições de ensino da cidade, fossem elas públicas ou privadas, assim como, informativos referentes as datas de aplicação das provas e de divulgação dos resultados. Como exemplo disso, a ilustração abaixo apresentada (Imagem 9), auferida das páginas do Jornal A *Fôlha*, mostra o resultado de um teste de admissão, com o nome dos respectivos aprovados, realizado em 1954 no GDS e no GST:

**IMAGEM 9**  
**“Resultado do teste de admissão realizado no GDS e no GST”**

<b>Vida Escolar</b>	<b>Ginásio “Santa Terezinha”</b>																																										
<b>Ginásio Diocesano Seridoense</b>	Aos exames de Admissão à 1. <sup>a</sup> série do Ginásio “Santa Terezinha” compareceram 26 candidatas.																																										
Relação dos alunos aprovados no exame de admissão prestado no mês de fevereiro.	Foram aprovadas as seguintes alunas :																																										
Romildo Batista de Faria 8,6	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Lugar</th> <th>Média :</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1. Norma M. de Medeiros</td><td>8,75</td></tr> <tr><td>2. Geonar Oliveira Gomes</td><td>8,37</td></tr> <tr><td>3. Rosa Maria de Araújo</td><td>8,00</td></tr> <tr><td>4. Ana do P. Fernandes</td><td>7,75</td></tr> <tr><td>5. Cledinete Brito de Souto</td><td>7,12</td></tr> <tr><td>6. Cleide Rodrigues</td><td>7,00</td></tr> <tr><td>7. Ana Aneide Teixeira</td><td>6,87</td></tr> <tr><td>8. Etiene Medeiros</td><td>6,81</td></tr> <tr><td>9. M Figueredo de Oliveira</td><td>6,62</td></tr> <tr><td>10. Priscila Rodrigues</td><td>6,62</td></tr> <tr><td>11. Maria Neuma Fernandes</td><td>6,56</td></tr> <tr><td>12. Elizabete Queiroz de S.</td><td>6,50</td></tr> <tr><td>13. Maria de Lourdes Silva</td><td>6,25</td></tr> <tr><td>14. M. Betania da Nóbrega</td><td>6,12</td></tr> <tr><td>15. M. Aparecida de Souza</td><td>5,62</td></tr> <tr><td>16. Arlene Araújo</td><td>5,50</td></tr> <tr><td>17. F. das Chagas Medeiros</td><td>5,50</td></tr> <tr><td>18. Eulina de Freitas</td><td>5,50</td></tr> <tr><td>19. Ivone Maria da Silva</td><td>5,1</td></tr> <tr><td colspan="2">Não aprovadas : 7</td></tr> </tbody> </table>	Lugar	Média :	1. Norma M. de Medeiros	8,75	2. Geonar Oliveira Gomes	8,37	3. Rosa Maria de Araújo	8,00	4. Ana do P. Fernandes	7,75	5. Cledinete Brito de Souto	7,12	6. Cleide Rodrigues	7,00	7. Ana Aneide Teixeira	6,87	8. Etiene Medeiros	6,81	9. M Figueredo de Oliveira	6,62	10. Priscila Rodrigues	6,62	11. Maria Neuma Fernandes	6,56	12. Elizabete Queiroz de S.	6,50	13. Maria de Lourdes Silva	6,25	14. M. Betania da Nóbrega	6,12	15. M. Aparecida de Souza	5,62	16. Arlene Araújo	5,50	17. F. das Chagas Medeiros	5,50	18. Eulina de Freitas	5,50	19. Ivone Maria da Silva	5,1	Não aprovadas : 7	
Lugar	Média :																																										
1. Norma M. de Medeiros	8,75																																										
2. Geonar Oliveira Gomes	8,37																																										
3. Rosa Maria de Araújo	8,00																																										
4. Ana do P. Fernandes	7,75																																										
5. Cledinete Brito de Souto	7,12																																										
6. Cleide Rodrigues	7,00																																										
7. Ana Aneide Teixeira	6,87																																										
8. Etiene Medeiros	6,81																																										
9. M Figueredo de Oliveira	6,62																																										
10. Priscila Rodrigues	6,62																																										
11. Maria Neuma Fernandes	6,56																																										
12. Elizabete Queiroz de S.	6,50																																										
13. Maria de Lourdes Silva	6,25																																										
14. M. Betania da Nóbrega	6,12																																										
15. M. Aparecida de Souza	5,62																																										
16. Arlene Araújo	5,50																																										
17. F. das Chagas Medeiros	5,50																																										
18. Eulina de Freitas	5,50																																										
19. Ivone Maria da Silva	5,1																																										
Não aprovadas : 7																																											
José Maria Soares de Aragão 8,2																																											
Sérvulo Azevêdo Dias 7,7																																											
José Néi de Araújo 7,1																																											
Antonio Oliveira da Silva 7,1																																											
Francisco Izidro Filho 7,0																																											
Manuel Petronilo de Medeiros Filho 6,8																																											
Joaquim Martiniano Neto 6,7																																											
Japhet Filho 6,6																																											
Cleofas Coêlho de Araújo 6,5																																											
Damião Bezerra de Medeiros 6,5																																											
Décio Pereira de Brito 5,8																																											
Jací Elias de Moraes 5,8																																											
Fernando Batista Felinto 5,7																																											
Ivando de Andrade Lima 5,5																																											
Nilo Faria 5,5																																											
Edilson Pereira 5,2																																											
Manuel de Araújo Góis 5,1																																											
Aprovados 18, e reprovados 4.																																											

**FONTE:** (Sem Autoria) Vida escolar. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1954. Ano I. Número 1.

O fato dos aprovados do GDS e do GST, com base na imagem acima ilustrada, terem sido, respectivamente, homens e mulheres, não era uma mera

coincidência, nem um mero desejo dos alunos. Isso acontecia porque esses dois estabelecimentos de ensino tinham uma educação interna destinada somente para homens (no caso do GDS) e somente para mulheres (no caso do GST).

Acerca do GST, este estabelecimento de ensino passou a contar, nos finais da década de 1950, com um novo e moderno espaço construído para abrigar a Escola Doméstica Popular, destinada às moças de boa família da cidade, as quais passariam a ter uma formação feminina ancorada em conteúdos e práticas de como se tornarem mães, esposas e donas-de-casa. Ao contrário do GDS e do GST, no Instituto de Educação não havia essa divisão por sexo priorizado por esses dois ginásios, tampouco funcionava como internato. O ensino era misto e o aluno podia após as aulas retornar para suas respectivas residências.

Ainda concernente ao setor educacional do município de Caicó, a Prefeitura local fundou, no final da primeira metade da década de 1960, uma Secretaria de Educação, cujo objetivo era organizar e controlar o ensino primário na ambiência rural e urbana do município, tendo em vista que este se encontrava desorganizado e funcionando de maneira precária a partir de métodos e didáticas arcaicas e alheias aos novos paradigmas educacionais.

Após a fundação desta Secretaria de Educação, as escolas urbanas e rurais vinham recebendo mais atenção por parte da administração pública, funcionando dentro de um contexto de “[...] orientação pedagógica, muitas delas já com instalações próprias. Anteriormente, as escolas municipais de Caicó funcionavam nas residências das próprias professoras que por sinal não tinham nenhum princípio pedagógico”<sup>111</sup>.

A preocupação da Secretaria de Educação Municipal não se limitava apenas a estrutura física dos estabelecimentos escolares, mas também a formação pedagógica dos professores, que vinham recebendo cursos de atualização profissional. A criação dessa Secretaria de Educação e a construção de novas escolas no espaço urbano e rural de Caicó estavam inseridas também no plano de políticas de educação pensado para o município. Além do Instituto de Educação e dos estabelecimentos de ensino privados existentes na cidade, o município de Caicó contava com 45 escolas, sendo 30 destas localizadas no espaço urbano, beneficiando um total de mais de 1000 alunos.

---

<sup>111</sup> (Sem Autoria). Revolução no Ensino Primário da Prefeitura. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de agosto de 1964. Ano X. Número 174.

Dentre essas instituições educacionais, a Escola da Diocese, sendo uma extensão da Escola Prevocacional, vinha contribuindo de forma significativa para o processo de ensino-aprendizagem dos jovens caicoenses, sobretudo daqueles pertencentes aos ramos familiares menos abastados do bairro Barra Nova, atendendo a uma classe social desprovida de recursos financeiros. Outra instituição de ensino que cooperava com a formação intelectual dos jovens caicoenses era o Ginásio João XXIII, que funcionava a partir de contribuições concedidas pelos próprios alunos e através de uma organização de Setor Local. Este Setor mantinha-se “[...] constantemente a par da situação financeira do Ginásio e, em conjunto, os alunos promoviam festas, principal fonte de renda e condição indispensável para a manutenção do Ginásio”<sup>112</sup>.

Este Ginásio, criado a partir da iniciativa de jovens trabalhadores, ainda recebia para sua manutenção uma pequena subvenção federal concedida por intermédio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Essa campanha nacional, elaborada em prol da fundação de educandários gratuitos e criada no ano de 1943, tinha por objetivo fundar e manter instituições de ensino livres de taxas de cobranças mensais, contribuindo para a alfabetização de jovens e adultos. Por ser um órgão filantrópico, o CNEG tinha como princípios basilares de suas ações comunitárias a solidariedade, a cooperação, a fraternidade e o voluntariado.

A manutenção do Ginásio João XXIII em Caicó, semeador de belas filosofias de trabalho, era feita também por associações, constituídas por um determinado número de sócios integrantes, que passavam a contribuir diretamente com a educação do estudante pobre “[...] que não podendo frequentar a escola diurna sacrifica[va] um pouco de seu repouso noturno para aprender, pois destina[va]-se principalmente aos alunos [...] [com idade mínima de 16 anos] que [...] [trabalhavam] um ou dois expedientes”<sup>113</sup>.

Assim, esse Ginásio vinha funcionando no horário noturno e nas instalações do GDS, contando com um número de 138 alunos atendidos e distribuídos em três turmas, das quais duas correspondiam a primeira série e uma a segunda série do ensino primário. A fundação de um Ginásio noturno em Caicó

---

<sup>112</sup> (Sem Autoria). Ginásio João XXIII: um ano de atividades a serviço da cultura e do progresso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de novembro de 1964. Ano X. Número 188.

<sup>113</sup> (Sem Autoria). Ginásio João XXIII: um ano de atividades a serviço da cultura e do progresso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de novembro de 1964. Ano X. Número 188.

proporcionava a aqueles que não podiam estudar durante o dia por questões referentes a labuta diária, a possibilidade de ampliar os seus horizontes durante a noite, obtendo uma formação essencial para suas respectivas vidas.

Embora contando com algumas contribuições financeiras destinadas a manutenção do Ginásio, os estudantes dessa escola ainda elaboravam festas com intento de arrecadarem mais verbas para cobrirem as despesas e os gastos do instituto de ensino. As festas realizadas em prol do Ginásio eram atinadas como autênticas e eloquentes demonstrações humanitárias das causas benevolentes tomadas pelos habitantes da cidade. Como exemplo dessas festas, pode-se citar o caso da Festa do Azul e do Encarnado, realizada na cidade de Caicó durante o mês de maio de 1964 e com o objetivo de arrecadar verbas para a manutenção do Ginásio.

As contribuições arrecadadas a partir da realização dessa festa eram emanadas, principalmente, dos estabelecimentos comerciais da cidade de Caicó, dos habitantes das cidades de Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, São João do Sabugi, Timbaúba dos Batistas, São José do Seridó, Cruzeta, Jardim de Piranhas, Brejo do Cruz (PB), Currais Novos e Cabaceiras (PB), e dos integrantes das comunidades rurais do Itans, Barra da Espingarda, Bom Sucesso, Timbauba dos Gorgônios, Manhoso, Mundo Novo e Umari<sup>114</sup>. A realização da Festa do Azul e do Encarnado, como revela a imagem a seguir ilustrada (Imagem 10), fez com que fosse arrecadada uma quantia equivalente a 1.176.000,00 cruzeiros, que subtraído pelas despesas, obteve um saldo positivo de 545.000,00 cruzeiros.

**IMAGEM 10**  
**“Resultado da arrecadação da Festa do Azul e do Encarnado”**

Barraca Azul	Cr\$	555.000,00
Barraca Encarnada	»	468.000,00
Bingo	»	80.000,00
Votação da Rainha	»	73.000,00
	Cr\$	<u>1.176.000,00</u>
Despesas gerais	Cr\$	631.000,00
Saldo líquido	Cr\$	545.000,00

**FONTE:** (Sem Autoria). Ginásio João XXIII agradece. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de maio de 1964. Ano X. Número 163.

<sup>114</sup> (Sem Autoria). Ginásio João XXIII agradece. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de maio de 1964. Ano X. Número 163.

Deste modo, embora a cidade contasse com certo espírito filantrópico dos seus habitantes e com alguns estabelecimentos de ensino que conseguiam suprir a carência das crianças e dos jovens por um ensino primário, os índices de analfabetismo existentes em Caicó na época ainda eram muito preocupantes. A mesma preocupação se estendia ao ensino secundário, no qual era oferecido na cidade de Caicó, até os primeiros anos da década de 1960, em apenas três estabelecimentos de ensino, a saber: GDS, GST e Instituto de Educação.

Mesmo com esses estabelecimentos educacionais oferecendo o ensino secundário aos seus alunos, o número dos que frequentavam as aulas era muito pequeno. A quantidade alarmante de alunos que não frequentava as aulas do ensino secundário refletia diretamente os problemas enfrentados pelo sistema público de educação vigente na época: “Deficiência de prédios, de professorado, de material didático, tudo dificulta[va] a disseminação de cursos secundários nas cidades do interior”<sup>115</sup>. Além disso, as despesas gastas com aquisição de materiais escolares e indumentárias para fardamentos tornava-se o ensino secundário algo de difícil acesso à aqueles estudantes oriundos das camadas pobres da sociedade local, cujo desejo de estudar era interrompido pelas condições financeiras adversas de suas respectivas famílias.

Uma das soluções encontradas para resolver esse problema era aumentar as verbas destinadas ao setor educacional da cidade, para que todos, independentemente de que classe social fossem, tivessem a oportunidade de frequentar um curso secundário, “[...] preparando-se melhor para as lutas da vida. O auxílio direto ao estudante pobre, para a farda, livros e material escolar, parece-nos uma solução que precisa ser posta em prática”<sup>116</sup>.

Ainda fazia-se *mister* a multiplicação de bolsas de estudos nas escolas particulares da cidade. Se os estabelecimentos escolares públicos de ensino secundário eram limitados e se as bolsas de estudos concedidas pelas escolas privadas não atendiam a todos os alunos pobres da cidade, a alternativa que restava a administração municipal era angariar recursos financeiros a fim de que novas escolas fossem construídas no município, dando o suporte necessário para a formação dos estudantes caicoenses.

---

<sup>115</sup> (Sem Autoria). Estudantes pobres. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de junho de 1960. Ano VII. Número 256.

<sup>116</sup> (Sem Autoria). Estudantes pobres. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de junho de 1960. Ano VII. Número 256.

Diante disto, novos ambientes de ensino secundário começavam a ser construídos e inaugurados no espaço urbano caicoense. Entre esses novos ambientes construídos para abrigar a educação secundária, destaque especial para a Escola de Comércio de Caicó, cujo objetivo era o de oferecer uma educação destinada a formação de rapazes e moças “[...] pobres que precisa[vam] trabalhar durante o dia [...], preparando-os para a vida incerta do amanhã”<sup>117</sup>. Nessa perspectiva, com a equiparação do ensino comercial ao ensino secundário oferecido na urbe caicoense, novos horizontes abrir-se-iam aos olhos dos alunos pobres da cidade.

Ao contribuir com a formação da mocidade mais pobre do município, a Escola de Comércio de Caicó, cujas atividades educativas iniciaram através da oferta de um curso de Técnico em Contabilidade, preparava os jovens caicoenses “[...] para os concursos da vida, proporcionando-lhes conhecimentos indispensáveis para o exercício de suas profissões em escritórios de contabilidade, em casas comerciais, repartições ou bancos”<sup>118</sup>.

Indubitavelmente, a fundação de uma Escola Técnica de Comércio no espaço urbano caicoense deu-se não apenas pelo simples motivo de ser necessária a instalação de um curso técnico na cidade, mas, sobretudo, pelo fato de que a maioria dos estudantes, quase sempre originários de uma classe econômica baixa, não dispunha de condições financeiras mínimas para frequentar um curso técnico em outra urbe.

Desta maneira, pelo fato do município ter tido uma economia alicerçada no setor terciário, embora com mais intensidade no setor primário, era mais do que necessária a instalação dessa escola no espaço urbano caicoense, faltando apenas a criação de uma instituição de ensino agrícola, que porventura já vinha sendo providenciada a partir da construção do Ginásio Joaquim Apolinar, cuja meta era abrigar um espaço de formação industrial, agrícola e comercial do alunato.

No que concernia a essa Escola Técnica de Comércio, esta vinha proporcionando aos estudantes pobres do município “[...] uma educação mais

---

<sup>117</sup> (Sem Autoria). Escola de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de outubro de 1954. Ano I. Número 34.

<sup>118</sup> (Sem Autoria). Escola de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de outubro de 1954. Ano I. Número 34.

eficiente e adequada às suas tendências natas de vocação profissional”<sup>119</sup>, desempenhando um importantíssimo papel na formação dos jovens caicoenses e contribuindo para a vida “[...] sócio-econômica de nossa terra, a receber o apoio e a adesão do Comércio, da Indústria, das lavouras e da sociedade, em geral, que se fazem tão necessários no começo de seu alvorecer heróico”<sup>120</sup>.

Diante da dimensão de um serviço de educação de tamanha importância, assumindo proporções decisivas para o progresso da cidade, fazia-se *mister* que se concedesse a tal serviço, por parte da administração pública e da população local, todo o respaldo e a colaboração necessária, “[...] numa prova evidente de nosso apoio as causas nobres que se medem mais pelo seu valor moral e objetivos humanos”<sup>121</sup>.

A educação da população caicoense era uma preocupação recorrente dos redatores do Jornal *A Fôlha*, sempre divulgando reportagens sobre os novos espaços escolares criados e reivindicando possíveis melhorias para os já existentes. A proposta era de que na construção de uma cidade ideal e moderna para o Seridó potiguar, a educação estivesse entre uma das primeiras prioridades do governo municipal. Era inadmissível a existência de taxas elevadas de analfabetismo numa cidade que se prezava por bons costumes, por hábitos sadios e por novos valores.

Por isso, a construção de novos estabelecimentos escolares e a ampliação dos já existentes na cidade não seriam suficientes para eliminar totalmente o analfabetismo do município, pois estes espaços educacionais somente supririam a carência dos alunos da zona urbana. E para os alunos daqueles territórios distantes do núcleo urbano, o que poderia ser feito? Alguma estratégia deveria ser pensada por parte da administração pública e das organizações municipais para compensar a ausência de instituições de ensino nos espaços rurais de Caicó.

Partindo de questões semelhantes a essa é que as escolas radiofônicas, organizadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), passaram a ser criadas no território brasileiro, seguindo o exemplo da Colômbia, país pioneiro na fundação dessas escolas. No Brasil, as escolas radiofônicas foram criadas a partir

---

<sup>119</sup> Padre Antônio Balbino. A Escola Técnica de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de janeiro de 1961. Ano VII. Número 359.

<sup>120</sup> Padre Antônio Balbino. A Escola Técnica de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de janeiro de 1961. Ano VII. Número 359.

<sup>121</sup> Padre Antônio Balbino. A Escola Técnica de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de janeiro de 1961. Ano VII. Número 359.

das iniciativas elaboradas pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), tendo surgido inicialmente na cidade de Natal através de sua arquidiocese, que já contava em meados do ano de 1963 com um número aproximado de 1.500 escolas vinculadas a si.

Nesta cidade, a primeira aula transmitida a partir de ondas radiofônicas, ocorreu no dia 20 de setembro de 1958, quando na ocasião a Rádio Rural de Natal veiculava a primeira lição sintonizada por 69 escolas radiofônicas. As aulas radiofônicas ressoaram de maneira bastante entusiástica nos arranjos sociais da época, que logo passaram a ser alvo de interesse por parte das administrações públicas municipais.

O sucesso da experiência da Rádio Rural de Natal fez com que os Bispos Diocesanos do Brasil tivessem o interesse pela proposta do MEB, cuja criação ocorreu oficialmente no Brasil aos 3 de março de 1961, através do Decreto-Lei Número 50.270, sancionado pelo então presidente da República Jânio Quadros. A meta do MEB caminhava no sentido de possibilitar um desenvolvimento integral da população pobre do Brasil, numa perspectiva de autopromoção que também singrasse por uma mudança peremptória das mentalidades e das estruturas sociais.

Nesse sentido, favorecida pela instalação de equipamentos de comunicação de áudio, a educação chegava a recônditos espaços do Brasil em que o cotidiano escolar ainda não se fazia presente na rotina dos habitantes. Com a implantação do MEB em território nacional, alguns municípios do Brasil, dentre eles Caicó, passavam a ter um programa de educação de base, veiculado através das escolas radiofônicas e voltado para o homem do campo. Para os empreendedores desse sistema de ensino a distância, a escola radiofônica tinha uma organização como outra escola presencial qualquer. A única peculiaridade que a distinguia das demais era o fato de que não havia um professor presente durante as aulas, já que estas tinham uma transmissão via rádio.

Entretanto, o aluno não ficava a mercê do nada, sem nenhum tipo de acompanhamento, já que este era monitorado por uma pessoa, escolhida na própria comunidade e pelos próprios moradores, que auxiliava a professora locutora durante as aulas, mantendo o silêncio da turma e se responsabilizando pelo bom andamento da escola em sua localidade. No Seridó potiguar, o MEB já havia instalado, durante os últimos suspiros do ano de 1963, 50 escolas radiofônicas, distribuídas em cinco cidades, a saber: Caicó, São Fernando, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi e

Serra Negra do Norte, atendendo a um número de aproximadamente 900 alunos e promovendo a educação do homem do campo seridoense.

O número de escolas radiofônicas no Seridó potiguar ainda poderia aumentar, tendo em vista a possibilidade de estas serem ampliadas para outras cidades da região. Indubitavelmente, as escolas radiofônicas se constituíam em um autêntico baluarte contra o analfabetismo na região do Seridó e no município de Caicó. Diante desse movimento pela educação do homem do campo, as perspectivas eram as melhores possíveis quanto à alfabetização e a promoção do “[...] povo seridoense, que já não suporta[va] o subdesenvolvimento da região em que habita[va]. Estamos confiantes na libertação dêsse povo prêso a miséria e ao sofrimento. Lembramos que a ‘liberdade começa onde acaba a ignorância’ [...]”<sup>122</sup>. No Seridó potiguar, as aulas radiofônicas eram transmitidas graças à instalação da Emissora de Educação Rural de Caicó, que divulgava diariamente, a partir de suas ondas radiofônicas, os conteúdos e os saberes escolares destinados a alfabetização dos alunos praticantes dos diversos espaços rurais da região.

### **3.7 Nas ondas da Emissora de Educação Rural de Caicó**

A Emissora de Educação Rural de Caicó, vista como um órgão de informação que penetrava nas mais distintas camadas sociais, representava o elo entre o espaço urbano e o espaço rural do município de Caicó. A instalação desta Emissora, meio através do qual as aulas radiofônicas eram desenvolvidas, veio a atender, antes de tudo, um desejo do Bispo da Diocese de Caicó dom Manoel Tavares, que sabendo do sucesso alcançado pelo funcionamento da Rádio Rural de Natal, disseminava na cidade de Caicó a idéia de implantação de uma Emissora de Rádio a serviço do progresso e da cultura local e regional.

Os primeiros passos dados para a concretização do desejo de dom Manoel Tavares, assim como de toda a população local, aconteceram em agosto de 1961, quando na ocasião foi realizada uma reunião no Departamento Diocesano de Ação Social (DDAS), com a presença de diversos segmentos da sociedade caicoense e seridoense, objetivando tratar de assuntos atinentes a organização de

---

<sup>122</sup> (Sem Autoria). Região seridoense: marcha triunfante para alfabetização. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 14 de dezembro de 1963. Ano IX. Número 142.

uma campanha para angariar recursos e verbas destinadas a implantação de tal Emissora na cidade de Caicó.

Nesta reunião, decidiu-se que a rádio estaria sob a responsabilidade da Diocese de Caicó, cuja implantação daria-se através de contribuições auferidas junto à população seridoense. A proposta de dom Manoel Tavares era de fundar uma rádio nos moldes das que existiam em alguns estados brasileiros, capaz de proporcionar, especialmente aos habitantes das comunidades rurícolas das plagas seridoenses, uma educação de base promovida a partir das escolas radiofônicas, aqui abordadas.

Em setembro de 1961 iniciava-se por todo o Seridó uma campanha de fundos de arrecadação de verbas para a instalação de uma Emissora de Rádio na cidade de Caicó. Essa campanha envolvia os comerciantes, os trabalhadores rurais, as prefeituras, as paróquias e os próprios habitantes do Seridó potiguar, no qual eram solicitadas doações de dinheiro e de animais para a realização de leilões em prol de tal equipamento urbano.

Além disto, buscava-se também a aquisição de aparelhos junto à empresa Philips, sediada no estado de São Paulo, bem como, “[...] um encaminhamento ao governo federal de um requerimento de licença para a instalação da emissora de rádio” (DANTAS, 2004, p. 29). Destarte, a campanha, iniciada em 1961, passava a ter sua primeira etapa concretizada através da instalação, no alvorecer do terceiro ano da década de 1960, de uma torre de 75 metros de altitude, considerada na época como uma das maiores do estado do Rio Grande do Norte, localizada às margens do rio Barra Nova e nas adjacências do GDS.

Contudo, o dinheiro arrecadado não era suficiente para a concretização das outras etapas, já que a campanha tinha somente rendido a importância de Cr\$ 1.444.695,00 (Um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco cruzeiros), enquanto que os trabalhos e os equipamentos totais de instalação da emissora custavam o aproximado de Cr\$ 6.300.000,00 (Seis milhões e trezentos mil cruzeiros), sendo para isso necessário a realização de empréstimos para a concretização do projeto completo.

Apesar de tais dificuldades financeiras, em uma tarde caicoense, mais precisamente às 14 horas do dia 21 de fevereiro de 1963, segundo o Sr. Francisco Elias em informações concedidas à Naiara Dantas (2004), os transmissores da rádio

rural foram ligados em fase experimental, no qual o próprio Francisco Elias tinha rascunhado um texto e lido para todo o Seridó, contendo, mais ou menos, as seguintes palavras: “Vocês estão ouvindo a Emissora Rural de Caicó em caráter experimental, estamos transmitindo com 1 kilowatt de potência, informe de onde e como você está recebendo nossa transmissão” (DANTAS, 2004, p. 30). Essas palavras, com base nas dezenas de telefonemas e telegramas recebidos, foram ouvidas em boa parte dos municípios que compõem a região do Seridó potiguar.

A partir disto, a Emissora de Educação Rural de Caicó ficou funcionando em caráter experimental e com as devidas licenças ecoava as transmissões atinentes as atividades da “Semana da Fraternidade e as solenidades da Semana Santa, antes de sua inauguração, a qual recebeu autorização para funcionamento do então presidente da República João Goulart, que estava de passagem pelo Rio Grande do Norte” (DANTAS, 2004, p. 30).

Sendo assim, a instalação da Rádio Rural de Caicó, inaugurada em 1 de maio de 1963, representava para a urbe caicoense a certeza de que as informações acerca das tessituras cotidianas tramadas em outros lugares do Brasil e do mundo poderiam ser disseminadas pelas paragens seridoenses. Neste dia, a Emissora de Educação Rural de Caicó entrava no ar ao som do Hino Nacional Brasileiro. Logo após a execução do Hino Nacional, o então diretor da Rádio padre Itan Pereira da Silva leu uma mensagem da Emissora de Educação Rural de Caicó ao povo do Seridó, no qual eram realçados alguns aspectos, objetivos e metas concernentes a importância desse equipamento para a sociedade caicoense e seridoense.

No ato inaugural da Rádio, o padre Itan afirmava que a missão da Emissora de Educação Rural de Caicó era a de alargar os “[...] espaços da verdade, interpretando os sentimentos do povo seridoense, defendendo os seus interesses, apresentando os seus queixumes e lutando pelos seus ideais” (DANTAS, 2004, p. 34). Desta forma, continuava ele arrolando que a Rádio Rural passaria a expressar todos os anseios da “[...] população seridoense, nesta busca incansável de libertação de tudo aquilo que lhe amarrava nas cadeias das necessidades, da pobreza e da ignorância, levando a todos os lares da terra sertaneja a chama do progresso e do idealismo [...]” (DANTAS, 2004, p. 34).

Ainda segundo o padre Itan, a Emissora tinha como objetivo levar “[...] ao seio dos lares seridoenses os princípios puros e legítimos da família, base da sua

segurança e da perenidade do amor para tornar todos mais unidos e mais cristãos [...]”, lutando pelo legítimo “[...] progresso da terra, auscultando os anseios do povo, transmitindo suas angústias e recolhendo suas lágrimas nas horas difíceis da sua história, na defesa sagrada de todos, sobretudo dos humildes e desamparados” (DANTAS, 2004, p. 34).

Para isso, esperava-se que as ondas da Rádio Rural atingissem os recônditos mais inóspitos do Seridó potiguar, levando a mensagem do progresso e formando uma nova classe de camponeses seridoenses. Assim era a nobre missão desta Emissora que passava a levantar, de acordo com as palavras do padre Itan, sua voz nos rincões do Seridó, “[...] como uma auspiciosa clarinada, anunciando no espaço e no tempo, um programa de esperanças para o povo seridoense. E assim será uma sentinela indormida na caminhada da terra seridoense, na senda dos seus destinos históricos” (DANTAS, 2004, p. 34).

As notícias referentes a inauguração de uma nova Emissora de Rádio no território potiguar enchiam de orgulho aqueles caicoenses que reivindicavam por um meio de comunicação que ultrapassasse os limites municipais. Para Jorge Ursulino, em uma crônica escrita para as páginas do Jornal *A Fôlha*, a Rádio Rural de Caicó representava a materialização de um verdadeiro surto progressista para o Seridó.

A partir da instalação da Emissora de Educação Rural, a cidade de Caicó deixava para trás um sistema arcaico de comunicação social baseado nos serviços limitados de publicidade da Difusora “A Voz do Seridó”. Não obstante, esse sistema arcaico de comunicação era coisa do passado, pois com a instalação da Rádio Rural, a urbe caicoense passava a contar com um meio de comunicação moderno, cuja programação, direcionada a todas as faixas etárias e todos os grupos sociais, envolvia desde programas de cunho religioso a programas de caráter esportivo, educativo, musical e informativo.

Em outras Rádios do Brasil, os programas transmitidos pelas principais emissoras nacionais, durante a década de 1920 até os primeiros anos da de 1960, compreendiam aqueles correspondentes “[...] as radionovelas, os programas de auditório, as cantoras eleitas ‘rainhas do rádio’, os programas humorísticos e de variedade” (CALABRE, 2004, p. 7). Na cidade de Caicó, ao serem instalados os aparelhos da Emissora de Educação Rural, os programas radiofônicos transmitidos por ela começavam a fazer parte do cotidiano dos sujeitos praticantes do espaço

urbano e rural do Seridó, passando-os a sintonizar seu rádio nessa Rádio e embalando suas atividades diárias ao som da programação ecoada através das ondas da rural.

O rádio, enquanto objeto de consumo e como uma das mais recentes novidades que encantava a cidade, criava modas, inovava nos estilos, inventava práticas cotidianas e estimulava novos tipos de sociabilidades. No território nacional, o rádio, ícone de modernidade até a década de 1950, embora que em algumas cidades ele ainda fosse considerado um símbolo moderno mesmo durante e após essa década, cumpriu “[...] um destacado papel social tanto na vida privada como na vida pública dos espaços, promovendo um processo de integração que suplantava os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país” (CALABRE, 2004, p. 7).

Lançado como uma novidade maravilhosa, o “[...] rádio transformou-se em parte integrante do cotidiano. Presença constante nos lares, converteu-se em um meio fundamental de informação e entretenimento” (CALABRE, 2004, p. 7-8). Nas principais cidades brasileiras e ao longo da década de 1950, o rádio tornou-se um “[...] objeto acessível à grande maioria da população, no mesmo momento em que tinha início o processo de lançamento e valorização da televisão no Brasil” (CALABRE, 2004, p. 8).

Malgrado, durante a década de 1960, enquanto na cidade de Caicó se vivenciava momentos de entusiasmo com a veiculação de programas radiofônicos transmitidos pela Emissora de Educação Rural, o formato de programas de rádio que havia feito tanto sucesso nos anos precedentes, “[...] já havia se transferido, em grande parte, para a televisão. Essas mudanças deram origem a novos modelos de programação radiofônica, cada vez mais distantes daquele que prevaleceu nos ‘anos dourados’ do rádio brasileiro” (CALABRE, 2004, p. 8).

Desde o seu surgimento, o rádio, lançado no Brasil por “[...] um grupo de intelectuais que via no veículo a possibilidade de elevar o nível cultural do país [...] [e] a saída para o que se denominavam de ‘os males culturais do país’” (CALABRE, 2004, p. 21), se constituiu no primeiro meio de comunicação a falar “[...] individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas” (CALABRE, 2004, p. 21).

O novo meio de comunicação exerceu um papel preponderante na tessitura das sociabilidades urbanas e rurais, modificando as relações diárias do ouvinte com a notícia e “[...] imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos. Ao partilharem das mesmas fontes de notícias, os indivíduos se sentiam mais integrados, possuíam um repertório de questões comuns a seres discutidas” (CALABRE, 2004, p. 9).

Nesse sentido, atinada como uma das mais admiráveis invenções técnicas que aportavam pelas terras seridoenses, a Rádio Rural de Caicó possibilitava o surgimento de novos caminhos para a comunicação local e regional, facilitando o trânsito de informações e proporcionando o surgimento de novos valores, hábitos e mentalidades entre os ouvintes. Desta forma, a Emissora de Educação Rural, como um meio de comunicação de caráter educativo e um símbolo de modernidade para a cidade de Caicó, “[...] invadia os lares, interferia na vida privada, no cotidiano [...] [passando] gradativamente [...] a ocupar um lugar de destaque nas salas das residências” (CALABRE, 2004, p. 23).

Para aquelas camadas populares que não tinham condições financeiras suficientes de adquirir seu próprio equipamento radiofônico e que eram motivadas pelo desejo de ouvir as notícias divulgadas pela Rádio Rural, uma nova prática sociocultural, denominada de “rádio-vizinho”, passava a surgir na urbe caicoense. Essa prática se constituía no ato diário desempenhado pelas famílias que possuíam os aparelhos de rádio de compartilharem tais “objetos falantes” com os vizinhos que eram desprovidos de tais aparelhos radiofônicos, permitindo que estes acompanhassem parte da programação transmitida pela Emissora.

Assim, a cidade de Caicó, desejosa em mostrar-se próspera, saudável, desenvolvida e moderna, ia sendo ao longo das décadas de 1950 e de 1960 contemplada com novos objetos geográficos e serviços urbanos que passavam a modernizar o seu espaço citadino. Concomitante a instalação da Emissora de Educação Rural de Caicó, que tornava as cidades do Seridó mais interligadas umas com as outras, a ampliação da rede telefônica e do número de aparelhos no espaço urbano caicoense também contribuía para a comunicação social da cidade com os outros recônditos territoriais do Seridó potiguar.

### **3.8 A ampliação da rede telefônica da cidade**

No alvorecer da década de 1960, vinha-se verificando em Caicó a tão sonhada ampliação da rede telefônica da cidade, que passava a oferecer um meio de comunicação mais moderno e sofisticado. Essa ampliação, com vista a interligação telefônica de Caicó com as principais urbes do território potiguar, era considerada um passo importantíssimo para a instalação na cidade de uma Estação Telefônica Interurbana da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN), contribuindo com a melhoria da qualidade do serviço telefônico oferecido no espaço urbano caicoense. Se por um lado a ampliação dos serviços telefônicos trazia melhorias para a comunicação urbana, por outro gerava preocupação para a administração pública, posto a ocorrência de alguns problemas suscitados através dessa ampliação.

Desta maneira, a instalação da rede telefônica na cidade, com o conseqüente aumento do número de aparelhos telefônicos, vinha desencadeando a prática pouco educativa de alguns indivíduos. Para Valle Sobrinho, em uma crônica publicada no Jornal *A Fôlha*, essa prática era desenvolvida por sujeitos ociosos que constantemente utilizavam os aparelhos telefônicos para fins maléficis, ligando para as pessoas ocupadas em seu trabalho diário com intento de lhes falarem as mais esdrúxulas palavras, gracejos e mentiras. Continuava o cronista afirmando que o mesmo já tinha tomado conhecimento do fato de que a administração “[...] dos telefones pretendia syndicar os autores dêsses maus costumes. Será justa essa medida, pois, não é agradável estar trabalhando e ir atender chamadas de pessoas despreocupadas, que não trabalham nem deixam os outros trabalhar”<sup>123</sup>.

Diante da intensificação desses problemas, a Prefeitura Municipal, em nome do então administrador Milton Aranha Marinho (abril de 1958 a março de 1961), atendendo a diversas solicitações das famílias caicoenses que se sentiam injuriadas com os “troles telefônicos”, tornava-se público aos possuidores de aparelhos telefônicos, que os responsáveis do serviço telefônico estavam autorizados a proceder à identificação dos aparelhos utilizados para esses fins considerados deprimentes. O aviso ainda salientava que as responsabilidades cairiam sob os respectivos proprietários dos aparelhos de onde eram originários os trotes, devendo estes serem retirados imediatamente dos locais nos quais se achavam instalados e restituídas “[...] as importâncias correspondentes aos

---

<sup>123</sup> Valle Sobrinho. Instituto de Educação-Rede Telefônica-Inverno. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 02 de abril de 1960. Ano VII. Número 317.

pagamentos já efetuados, com a publicação dos números dos telefones. Contava a Prefeitura com a maioria do povo caicoense para corrigir tamanha irregularidade que tanto depõe o bom nome de Caicó”<sup>124</sup>.

Obviamente que esse aviso não conseguiu eliminar totalmente os problemas com os novos aparelhos telefônicos, pois estes eram, direta ou indiretamente, advindos da própria dinâmica urbana vivida na época. O fato de um elemento moderno ser inserido no espaço urbano não determinava a eliminação de atos transgressores da ordem cidadina vigente.

Ao contrário, a inserção de um novo objeto geográfico ou serviço urbano na cidade poderia gerar a curiosidade e o desejo de alguns sujeitos em usufruí-los, nem que a sua utilização correspondesse a tessitura de práticas socioespaciais identificadas como desviacionistas. Nesse sentido, modernização não era sinônimo de ordem, tampouco de desenvolvimento. Quiçá estivesse mais para ser sinônimo de caos, já que boa parte das melhorias geradas em decorrência das políticas de modernização urbana destinava-se a atender os anseios e os desejos de uma determinada classe social.

Mesmo com alguns problemas gerados diante da inserção de novos objetos geográficos no espaço urbano caicoense, estes transformavam o cenário da cidade que passava gradativamente a ser racionalizado, ganhando um novo texto escrito por um conjunto de inovações técnicas e modernas. A inserção da rede e dos aparelhos telefônicos e de tantas outras inovações no espaço urbano caicoense, somente foi levada adiante a partir da substituição das formas de geração de energia elétrica. Isso porque, a permanência de um modelo de iluminação urbana, realizada através de um problemático e limitado motor, dificultava o avanço progressista da cidade, bem como, a continuidade do funcionamento de energia em seu espaço, haja vista que este objeto não vinha conseguindo mais atender a demanda existente, provocando graves danos para a vida cotidiana da cidade e muitas preocupações para a população e para a administração municipal.

### **3.9 Enfim, luzes acesas na cidade!**

---

<sup>124</sup> Milton Aranha Marinho. Aviso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de maio de 1960. Ano VII. Número 324.

Após muitos apelos da população, a energia elétrica, advinda das turbinas da Usina de Paulo Afonso, aportava na cidade de Caicó, trazendo grandes alegrias aos habitantes que deixavam de ser acossados pelas consequências catastróficas derivadas das constantes quebras dos geradores de energia e dos contínuos apagões ocorridos no espaço urbano, largando a cidade totalmente à mercê da luz de vela e de lamparina. A instalação da energia elétrica em Caicó aconteceu sob a perspectiva da angústia, da incerteza e da dúvida. Muitas foram as reivindicações, as solicitações, as promessas e os empecilhos para que esse melhoramento se concretizasse no espaço urbano.

A inserção da energia elétrica na cidade de Caicó estava inserida num projeto mais amplo de eletrificação dos espaços urbanos, contemplando também outras cidades da região do Seridó e de outras partes do estado do Rio Grande do Norte. Mesmo assim, as esperas atinentes a materialização desse melhoramento urbano eram inevitáveis e angustiantes para alguns praticantes da cidade. Nos momentos que antecederam a iluminação urbana em Caicó, uma das maiores preocupações das famílias locais era quanto a eletrificação do Seridó, pairando no ar uma inquietação sobre os novos serviços de iluminação, questionados se eles ainda seriam realmente realizados “[...] naquele ano de 1965. As autoridades da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) haviam anunciados, não em caráter oficial, que o Agreste, Oeste e Seridó potiguar até o fim do ano estariam iluminados”<sup>125</sup>.

No caso específico da região do Seridó, a energia de Paulo Afonso não dependia mais dos serviços da COSERN, haja vista que esta companhia já tinha finalizado seus trabalhos correspondentes a instalação e ampliação das linhas de extensão e das redes elétricas internas das cidades de Currais Novos, Acari, Cruzeta, Jardim do Seridó, Parelhas e Carnaúba dos Dantas. Tudo passava a depender dos trabalhos finais da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pelos serviços de eletricidade realizados no Nordeste do Brasil.

Enquanto esta companhia não fizesse as ligações elétricas externas da cidade de Santa Cruz à cidade de Currais Novos, a energia de Paulo Afonso não chegaria ao Seridó, tampouco em Caicó. Esse município, além de esperar pela

---

<sup>125</sup> (Sem Autoria). Paulo Afonso: a promessa que demora - não é certeza a energia este ano em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de maio de 1965. Ano X. Número 214.

realização dos serviços de ligação elétrica entre as cidades de Santa Cruz e Currais Novos, ainda tinha que aguardar a conclusão dos trabalhos de eletrificação da cidade de Acari, de onde partiria uma extensão para o território caicoense. A transmissão da rede de energia elétrica da cidade de Acari para a cidade de Caicó, segundo informações auferidas nas folhas da imprensa escrita local, estava orçada em aproximadamente Cr\$ 270 milhões de cruzeiros, um preço muito alto a ser gasto pelos cofres públicos do Estado.

Diante destes fatos, as famílias caicoenses tinham razão “[...] em se preocupar com o dilema causado por tantas promessas que não se realizavam. Sabia-se que o Seridó já estava pronto para receber a energia [...], mas quando os trabalhos da CHESF seriam concluídos, era o ponto vital do problema”<sup>126</sup>. Embora angustiados com a demora na conclusão dos trabalhos, os habitantes percebiam que a inserção da iluminação elétrica nos espaços da urbe era coisa de pouco tempo, pois a paisagem da cidade já vinha tomando outro aspecto, com ruas, avenidas e praças recebendo os primeiros postes de iluminação, faltando apenas a instalação dos restantes finais dos fios elétricos do progresso. Assim, com a execução dos primeiros trabalhos de posteação no espaço urbano caicoense, o sonho de tantos anos parecia que estava se tornando realidade.

Embora fosse realizada em nome do progresso urbano, a instalação dos postes nos espaços da cidade, objetivada a partir de tiros que possibilitavam a abertura de buracos para os quais seriam acomodadas as estruturas armadas da posteação, representava um grande perigo para as residências e para os moradores locais, já que os dispositivos empregados para abertura de tais buracos não impediam que os tiros lançassem a longínquas distâncias “[...] grandes estilhaços de pedra que podiam fazer danificações sérias. A COSERN deveria tomar providências no sentido de empregar meios mais eficientes neste trabalho que estava representando perigo para a população”<sup>127</sup>. Ademais, a realização desses trabalhos provocava diariamente a falta de energia elétrica na cidade, especificamente, naquelas ruas que vinham recebendo os serviços de instalação dos novos sistemas elétricos. Não obstante, esses problemas de iluminação urbana na cidade não eram novidades para a população local, que já estava adaptada, desde longos tempos, a

---

<sup>126</sup> (Sem Autoria). Paulo Afonso: a promessa que demora - não é certeza a energia êste ano em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de maio de 1965. Ano X. Número 214

<sup>127</sup> (Sem Autoria). Tiros da COSERN. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de janeiro de 1967. Ano XIII. Número 303.

enfrentar os transtornos e as dificuldades proporcionadas pela ausência de luz elétrica.

Enfrentados esses problemas, a antiga rede de distribuição de energia da cidade passava a receber modificações, sendo em algumas situações substituída por uma rede elétrica nova e moderna, tendo em vista que o sistema elétrico antigo vigente em Caicó não conseguiria suportar a potência da eletricidade gerada pelo Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. As atividades atinentes a substituição das instalações elétricas por fios novos vinham-se realizando pela Companhia Siemens do Brasil, que, ao ter se responsabilizado pelo desenvolvimento dos trabalhos de eletrificação, disseminava os seguintes avisos, arrolados abaixo, aos consumidores de energia da cidade de Caicó:

- 1.º - O prédio que não tiver a cantoneira de ferro, chumbada na parêde, no lugar de entrada da corrente elétrica, não será ligada;
  - 2.º - O fio que ligará a instalação do prédio só poderá ser o de n. 10;
  - 3.º - A instalação interna do prédio deverá estar em condições satisfatórias para receber a nova energia;
  - 4.º - Com a nova instalação elétrica será proibido o fornecimento de energia por um consumidor que disponha de medidor, diretamente a outro que não possua, de modo a ficar o consumo de kilowatts registrado em um único medidor, que cada prédio, deverá ter sua própria entrada de corrente elétrica;
  - 5.º - Oficinas mecânicas, oficinas de fabricação de móveis, serrarias e indústrias que possuírem motores elétricos num total de mais de 20 HP de força, serão, os seus proprietários obrigados a instalar transformador;
  - 6.º - As oficinas acima citadas que possuírem força, só serão ligadas em 380 volts e que, os respectivos proprietários possuam medidores trifásicos, com capacidade de 220 x 380 volts e 50 x 60 ciclos;
  - 7.º - Normalizado o serviço de força e luz desta cidade, será expressamente proibido o fornecimento de energia elétrica de motores particulares, cujo fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Prefeitura Municipal de Caicó.
- Para outros esclarecimentos os interessados deverão se dirigir ao escritório da SIEMENS DO BRASIL, nesta cidade, á rua "Otávio Lamartine", n. 577 [...]<sup>128</sup>.

Essas exigências e os respectivos serviços de substituição do sistema elétrico antigo da cidade por um mais novo vinham acontecendo desde a concretização das primeiras atividades de instalação da energia de Paulo Afonso nos espaços da urbe, quando na ocasião uma equipe da COSERN tinha chegado à cidade de Caicó com o intuito de realizar os trabalhos concernentes a posteação e a inserção dos condutores elétricos. Assim, após longos períodos de "[...] sofrimento, por conta dos antigos geradores se tornarem impotentes, dado o agudo progresso

---

<sup>128</sup> Siemens do Brasil Cia. de Eletrificação. Aviso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de setembro de 1959. Ano VI. Número 290.

da cidade [...]”<sup>129</sup>, esta deixava definitivamente de ser acossada com as fortes e profundas crises de iluminação elétrica.

Embora com suas quebras constantes, os motores que abasteceram a cidade com luz elétrica durante longas décadas resistiram as constantes adversidades, conseguindo desempenhar sua função de iluminar as noites escuras caicoenses, mesmo com todos os problemas naquilo que se constituiu como o drama da eletricidade em Caicó. O alívio, tanto para a população local, como para a Prefeitura Municipal, chegava com a concretização dos trabalhos de inauguração do novo sistema de eletricidade, abastecido pelas Usinas da Hidrelétrica de Paulo Afonso, considerado como um marco de modernidade na história da cidade.

Os primeiros trabalhos de iluminação elétrica de Caicó começavam a ser inaugurados cinco meses após o início das atividades de fixação dos postes no espaço citadino. A energia adentrava a cidade de Caicó somente “[...] em alta tensão, cujo serviço público já estava todo pronto. Os trabalhos de instalação de baixa tensão seriam feitos normalmente até o fim do ano de 1966”<sup>130</sup>. Embora não tivessem sido concluídos todos os trabalhos atinentes a substituição do sistema elétrico antigo por um sistema novo, a inauguração da energia elétrica aconteceu no dia 14 de agosto de 1966. Essa inauguração contou com a presença do então Governador do Estado Monsenhor Walfredo Gurgel, que em seu discurso afirmava: “[...] <<esta é uma festa, não de um partido, mas de todo o povo da minha terra. A glória é de todos, não é só minha, porque a glória que quero ter de tudo isso é a tranquilidade da consciência por levar ao meu Caicó a madrugada do Progresso>>”<sup>131</sup>.

Além do Governador, estiveram presentes na solenidade outras autoridades públicas e demais representantes da COSERN e da CHESF. A nota dominante desse ato inaugural, no qual chamou a atenção da imprensa caicoense, “[...] foi o contentamento do Governador. O Padre <<estava radiante>> e José Josias [prefeito do município] dizia a todo mundo <<estou aliviado e ainda está me

---

<sup>129</sup> Pedro Celestino. A cidade em revista: COSERN quer aprontar serviços em dois meses. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de junho de 1967. Ano XIII. Número 14.

<sup>130</sup> (Sem Autoria). Em alta tensão. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 273.

<sup>131</sup> (Sem Autoria). Energia deu festa em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

parecendo um sonho>>”<sup>132</sup>. As solenidades que inauguraram o novo sistema de fornecimento de energia elétrica da cidade representaram a ruptura dos fortes obstáculos concernentes à caminhada de Caicó rumo ao progresso.

A inauguração desse melhoramento urbano, como desejava o então Governador do Estado, deveria ter acontecido em dias alusivos ao período de Festa de Sant’Ana, “[...] o que não foi possível por conta do moroso e inexperiente trabalho da Pollet (Companhia falida) encarregada da montagem da Linha de Transmissão, com origem em Acari”<sup>133</sup>. Por este atraso na montagem dessa linha de transmissão, a Festa de Sant’Ana, do ano de 1966, ocorreu sem o adorno e o brilho das luzes da energia de Paulo Afonso.

Assim, com a inauguração do novo sistema de iluminação elétrica, a cidade de Caicó passava a contar com a presença de um Escritório Técnico e de um Escritório Comercial pertencentes a COSERN, cuja função era a de ampliação do número de estabelecimentos atingidos pelos serviços dessa companhia e a manutenção da rede elétrica do espaço urbano, que composta por cerca de vinte e quatro transformadores ainda carecia de mais quatro objetos destes, bem como “[...] da instalação da Sub-Estação; o que competia a Companhia Hidroelétrica São Francisco – CHESF, que já tinha local designado pela Prefeitura Municipal de Caicó, - a um quilômetro do centro da cidade, depois do rio Seridó”<sup>134</sup>.

Mesmo não tendo sido realizado durante as solenidades da Festa de Sant’Ana, as comemorações alusivas a inauguração da energia elétrica em Caicó coloriram a cidade de festividades, revestindo-a com as cores extasiantes das alegrias estampadas no sorriso de cada habitante da urbe e revelando a euforia dominante da população local. Durante esse evento, a cidade de Caicó “[...] ‘saltava’ de alegria... A Luz estava em tôda a parte... Paulo Afonso tinha chegado. Parecia um sonho. Enfim... E houve discursos... Houve homenagens... Houve festa... Parecia que todo mundo tinha ganhado um presente...”<sup>135</sup>.

Indubitavelmente, esses atos comemorativos ficaram gravados na memória de cada sujeito que compartilhava das festividades, deixando para trás um

---

<sup>132</sup> (Sem Autoria). Energia deu festa em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

<sup>133</sup> Pedro Celestino. A cidade em revista: COSERN quer aprontar serviços em dois meses. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de junho de 1967. Ano XIII. Número 14.

<sup>134</sup> Pedro Celestino. A cidade em revista: COSERN quer aprontar serviços em dois meses. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de junho de 1967. Ano XIII. Número 14.

<sup>135</sup> Padre Itan Pereira. Quem se lembrou? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

passado obscuro e soterrado nas camadas profundas de um tempo inolvidável. Assim, as luzes elétricas de Paulo Afonso passavam a iluminar as ruas escuras e sombrias da cidade, clareando os diversos recônditos obnubilados de seu espaço urbano. Para o escritor Roldão Gurgel Diniz, em uma matéria escrita nas páginas do *Jornal A Fôlha*, a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso representava um “[...] marco histórico para a cidade. Prefiro dizer que, por enquanto, iniciou-se a idade contemporânea em nossa rainha do Seridó. O surto de industrialização aparecerá, dentro das possibilidades da região”<sup>136</sup>.

Com a inserção dessas novas luzes no espaço urbano caicoense, as perspectivas quanto ao desenvolvimento e ao crescimento da cidade eram as melhores possíveis. Esperava-se que num futuro próximo, a urbe fosse contemplada com a instalação de mais objetos geográficos modernos que lhe proporcionassem dividendos econômicos significativos. A receita para isso tinha como ingrediente principal a industrialização da cidade. Contudo, não seriam apenas os possíveis estabelecimentos industriais os únicos beneficiados com a iluminação da cidade através da energia de Paulo Afonso, mas outros setores da vida urbana caicoense “[...] poderiam ser do mesmo modo ressuscitados. Caicó que antes já era dinâmica, agora vir-se-ia como uma garôta irriquieta, ninguém a deteria na sua marcha jovial”<sup>137</sup>.

Esperava-se ainda que a energia de Paulo Afonso gerasse desenvolvimento na cidade, abrindo as portas do progresso através da instalação de equipamentos industriais, para que somente assim, “[...] a fonte viva do dinamismo industrial que era a energia não ficasse desperdiçada, como por exemplo, desperdiçados viviam os nossos vales úmidos, onde a água quase que só servia para as lavadeiras <<baterem roupas>>”<sup>138</sup>.

Desta maneira, o apelo era feito no sentido de que as forças produtivas municipais procurassem realmente industrializar a cidade, aproveitado ao máximo as possibilidades oferecidas por esse extraordinário melhoramento, não se limitando apenas a iluminação urbana. Eram necessárias que fossem encontradas alternativas reais para a inserção de algum equipamento industrial de grande envergadura,

---

<sup>136</sup> Roldão Gurgel Diniz. A energia chegou! *Jornal A Fôlha*. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

<sup>137</sup> Roldão Gurgel Diniz. A energia chegou! *Jornal A Fôlha*. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

<sup>138</sup> (Sem Autoria). Que não seja só luz. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

possibilitando o aproveitamento do novo sistema elétrico para o benefício da economia urbana caicoense. Concomitante aos apelos pela criação de alguns estabelecimentos industriais, a vida social da cidade se transformava através da criação de novos comportamentos, da tessitura de atos modernos, da resignificação de determinados costumes antigos e da intensificação de certas práticas socioespaciais tradicionais.

Assim, o início da instalação de estabelecimentos industriais na cidade, encetado após muitos apelos realizados por alguns habitantes e sob a égide da eletricidade, começava a acontecer. Como exemplo disso, pode-se inferir o caso da instalação de uma indústria de cerâmica no espaço citadino caicoense. Essa indústria, instalada nas imediações do bairro Nova Descoberta e de propriedade privada, representava, para alguns otimistas, o início da consolidação da cidade como um centro industrial e a “[...] incrementação do nosso progresso urbano, trazendo assim grandes benefícios a vida econômica de Caicó”<sup>139</sup>.

Além desse estabelecimento industrial, outros objetos fabris começavam, após a instalação da energia elétrica na cidade, a ser inseridos no espaço urbano caicoense. Dentre estes, estava a criação de mais uma usina de beneficiamento e processamento do algodão, localizada também no bairro Nova Descoberta. Essa unidade industrial era, para os padrões técnicos da época, considerada como uma das mais modernas usinas existentes no estado do Rio Grande do Norte. Essa indústria, de propriedade do Sr. José Diniz, representava um empreendimento de extrema importância para a vida socioeconômica de Caicó e um equipamento, fundado pelo capital privado, de grande envergadura para a cidade. O capital privado não detinha sozinho a responsabilidade pelas transformações, intervenções e melhoramentos urbanos realizados na cidade.

Ao contrário, este exercia uma pequena parcela na execução dos processos de planejamento, criação e construção de obras urbanas de expressiva relevância. A grande parte dos investimentos era advinda da arrecadação municipal e do orçamento estadual. Tais investimentos, responsáveis pelas várias obras construídas na cidade ao longo das décadas de 1950 e de 1960, foram primordiais para a edificação de um estádio de futebol no espaço urbano caicoense, gerando lazer, entretenimento e sociabilidades entre os esportistas caicoenses.

---

<sup>139</sup> (Sem Autoria). Indústria de cerâmica impulsiona a passos largos o PROGRESSO de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 02 de janeiro de 1965. Ano X. Número 194.

### 3.10 Esporte, Lazer e comércio na cidade

Os trabalhos atinentes a construção de um estádio de futebol, símbolo de progresso e de modernidade, vinham acontecendo desde 1965, quando nesse ano tinha sido lançada a pedra fundamental do Estádio de Futebol do Caicó Esporte Clube (Imagem 11), clube esportivo da cidade.

**IMAGEM 11**  
**“Estádio Olímpico do Caicó Esporte Clube”**



**FONTE:** Acervo do Museu do Seridó.  
**DATA:** Desconhecida.

Essa obra começava a ser erguida no “[...] bairro Paraíba, no Campo do Bariri e a obra estava orçada em milhões de cruzeiros [...]”<sup>140</sup>. A construção do Estádio, iniciada num terreno doado pela Prefeitura Municipal, fazia parte dos projetos pensados pelos dirigentes desse clube esportivo, que tinham também como objetivo a “[...] edificação da nova Sede Social do Clube que seguirá uma completa linha moderna [...] [marcando definitivamente] um largo passo na trajetória do progresso de nossa cidade”<sup>141</sup>.

A concretização desse estádio futebolístico se constituía num antigo sonho dos esportistas da cidade de Caicó e da região do Seridó. Além da construção de um campo de futebol, ainda seriam edificadas nesse Estádio Olímpico, quadras para a prática das mais diversas modalidades esportivas. Com a

<sup>140</sup> (Sem autoria). Amanhã: Lançamento da Pedra Fundamental do Maior Estádio do Rio Grande do Norte. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de janeiro de 1965. Ano X. Número 198.

<sup>141</sup> (Sem autoria). Amanhã: Lançamento da Pedra Fundamental do Maior Estádio do Rio Grande do Norte. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de janeiro de 1965. Ano X. Número 198.

construção de outros espaços esportivos, o Estádio Olímpico do Caicó Esporte Clube, passaria também a aglutinar a prática de esportes como: voleibol, basquetebol, futebol de salão, salto em extensão e altura, arremesso de peso e corridas. Essas modalidades, que poderiam ser praticadas nesses outros espaços de educação física dos corpos, passariam a dinamizar a vida esportiva da urbe, proporcionando aos habitantes da cidade e de outras circunvizinhas, as condições básicas para o desenvolvimento saudável de espécies de práticas biopolíticas do corpo.

Todavia, a tessitura de momentos de diversão, de lazer e de sociabilidade não se limitaria somente a prática esportiva nesse Estádio Olímpico de Futebol, conhecido como o Gigante do Seridó. Esse espaço seria apenas mais uma alternativa para as práticas de sociabilidades tecidas pelos habitantes da cidade. Na própria urbe caicoense, outros lugares de encontro, de lazer, de diversão e de entretenimento vinham sendo criados nos últimos tempos. Como exemplo disso, pode-se citar as inaugurações do clube da Associação dos Servidores da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte (ASSEC) e do Bar e Hotel Guanabara, que passavam a se constituir nos novos territórios apropriados pelos praticantes da cidade. No caso específico do Bar e Hotel Guanabara, situado na avenida Renato Dantas, o estabelecimento era dotado de um “[...] grande sortimento de bebidas, conservas, salgados, etc., dispondo de um quadro de funcionários bastante habilitado e competente. Suas instalações eram bem higienizadas”<sup>142</sup>.

Esse espaço, ponto de desopilação de alguns habitantes, também servia de suporte para aqueles sujeitos que aportavam nas terras caicoenses a fim de visitá-las ou mesmo de cumprirem determinadas atividades socioeconômicas. Assim, enquanto o Grande Hotel de Caicó não era inaugurado, o Hotel Guanabara desempenhava um importante papel no acolhimento dos visitantes. Porém, em períodos de festividades, sobretudo durante a Festa de Sant’Ana, a procura pelos espaços do Hotel Guanabara aumentava consideravelmente, dificultando a estadia dos visitantes pela ausência de um estabelecimento hoteleiro de grande porte. Na verdade, essa situação somente seria resolvida quando o Grande Hotel de Caicó entrasse em funcionamento.

---

<sup>142</sup> (Sem Autoria). Bar e Hotel Guanabara. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de agosto de 1960. Ano VII. Número 338.

No entanto, a construção desse novo espaço hoteleiro na cidade de Caicó, vinha atravessando momentos oscilantes, entre paralisações muito prolongadas dos serviços e continuidades bastante morosas dos trabalhos. Uma das últimas notícias, veiculadas pelo Jornal *A Fôlha*, que se teve acesso sobre os trabalhos de construção do Grande Hotel, informavam que a Governadoria do Estado tinha liberado cerca de 20 milhões de cruzeiros para o reinício e finalização dos seus trabalhos. Com o repasse desse investimento, o Grande Hotel ia, gradativamente, ganhando sua forma conclusiva, como bem mostra a imagem a seguir ilustrada (Imagem 12).

**IMAGEM 12**  
**“Grande Hotel de Caicó em construção”**



**FONTE:** (Sem autoria). Hotel que ainda é esperança. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 24 de abril de 1965. Ano X. Número 211.

Era premente que o Grande Hotel tivesse seus trabalhos arquitetônicos concluídos e rapidamente inaugurados, para que a cidade de Caicó pudesse contar com um espaço amplo, confortável e moderno para receber e recepcionar seus visitantes durante a realização dos eventos festivos. O desejo era de que esse Hotel fosse inaugurado antes do término da década de 1960. Contudo, somente no alvorecer do ano de 1973 é que essa obra arquitetônica, iniciada no ano de 1960, era inaugurada. Mesmo inaugurado, o Grande Hotel, batizado a posteriori por “Hotel Vila do Príncipe”, somente passou a funcionar regularmente no mês de junho de 1974.

Desta maneira, a paisagem urbana de Caicó passava a ganhar novos elementos, contornos e formas. Nas artérias e logradouros do espaço urbano caicoense, o concreto e o ferro tomavam forma pela arte da engenharia humana.

Não era apenas o Grande Hotel, considerado na época como uma obra de arte da engenharia civil, que se erguia no espaço citadino, ostentando suas linhas, seus quadrados e seus detalhes trabalhados de maneira minuciosa pelas técnicas do homem, mas também outros prédios construídos com cimento armado que fincavam suas estruturas no solo urbano caicoense. O Edifício Sant'Ana, de propriedade privada e localizado no centro urbano de Caicó, era um típico exemplo dos prédios que estavam sendo erguidos na cidade. Entretanto, esse edifício, atinado como um imponente bloco residencial de estilo modernista, destacava-se dos outros existentes pelo fato de ter sido o primeiro prédio construído na cidade com três andares.

Neste prédio, mais precisamente no pavimento térreo, além da “[...] Fábrica de Colchões de mola <<Real>> de propriedade do Sr. Gentil Nobrega Aprigio, em pleno funcionamento, havia duas lojas que estavam sendo adaptadas para a instalação de uma Casa de Confecções e outra de variedades”<sup>143</sup>. Nos pavimentos superiores, estavam localizados os apartamentos residenciais, descritos nas páginas do Jornal *A Fôlha*, como sendo “[...] amplos, claros e confortáveis, compostos de dois a três dormitórios, salas de visita e refeição, terraços bem arejados com varanda, cozinha, duas instalações sanitárias e banheiros, lavanderia e quarto para empregada”<sup>144</sup>. Essas descrições, acerca das estruturas dos apartamentos, aguçavam o desejo da população em alugá-los e ocupá-los para o estabelecimento de suas respectivas moradias.

O Edifício Sant'Ana, orçado em mais de três milhões de cruzeiros, se erigia ao longo do espaço citadino, revelando a gênese de um processo incipiente de verticalização da paisagem urbana. Diante disto, o visitante que adentrasse aos territórios da cidade de Caicó durante os primeiros anos da década de 1960, já não descortinaria apenas as torres da Catedral de Sant'Ana e da Igreja do Rosário a romperem com a horizontalidade do espaço urbano, mas também com os três pavimentos do Edifício Sant'Ana erguidos na paisagem citadina. Subindo as escadas desse prédio e chegando ao seu último andar, o visitante poderia vislumbrar, do mesmo modo que do alto das torres desses dois templos religiosos, os ângulos de uma cidade em uma perspectiva panorâmica, com seu centro

---

<sup>143</sup> Jota. Kaleidoscópio – O Edifício Sant'Ana. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 29 de abril de 1961. Ano VIII. Número 8.

<sup>144</sup> Jota. Kaleidoscópio – O Edifício Sant'Ana. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 29 de abril de 1961. Ano VIII. Número 8.

histórico, seus subúrbios, suas pontes, suas praças, suas ruas e seus outros espaços.

Desse edifício, o visitante também poderia vislumbrar o centro comercial da cidade, com seus muitos espaços do consumo. Dentre esses espaços, a Casa Copacabana, especializada na comercialização de tecidos das mais variadas texturas e estampas, se apresentava como um estabelecimento de traços modernos, bem ornamentado e localizado num prédio, incrustado na avenida Coronel Martiniano, com uma estética arquitetônica agradável aos olhos dos visitantes e dos consumidores. Essa casa se destacava pelos produtos oferecidos a preços parcos, pelo fabuloso sortimento de tecidos e pela grande variedade de retalhos de tipos diversos, todos inerentes ao bom gosto e a elegância do consumidor.

Nas dependências dessa casa ainda poderia ser encontrado um espaço destinado a comercialização de artigos exclusivos para a vestimenta da rapaziada caicoense, pondo a amostra às últimas novidades e requintes da moda masculina lançados nas principais cidades do estado norte-rio-grandense. Utilizando o mesmo nome desse estabelecimento de comercialização de tecidos, a Soverteria Casa Copacabana, famosa na capital potiguar, se constituía também no mais novo ponto de encontro dos habitantes caicoenses, destacando-se por funcionar durante os três turnos e num ambiente selecionado, de requinte, de luxo e de elegância.

Além desses espaços logísticos, o setor comercial da urbe, atendendo aos desejos da população por vestimentas e calçados adequados aos novos tempos e aos modernos padrões adotados nas principais urbes brasileiras, ainda era representado pelos seguintes estabelecimentos de compra e de venda: a Casa Esperança, especializada na comercialização de bons tecidos, chapéus elegantes, colchões de mola e sobrinhas belíssimas; a Casa Quincó Lima, oferecendo aos clientes tecidos de algodão, artigos finos para homens e senhoras, cintas, meias elásticas, colchas e cobertores de cama vendidos a preços populares; a Sapataria Vitória, que no intento de bem servir aos fregueses e pretendendo negociar com artigos exclusivamente novos, vinha anunciando constantemente liquidação total do seu estoque de calçados para homens, senhoras e crianças; a Alfaiataria Elegante, que, considerada a mais antiga de Caicó, confeccionava todos os modelos de roupas com perfeição e pontualidade; a Camisaria Suécia, com o seu completo sortimento de gravatas, de lenços, de meias, de camisas e de roupas íntimas; e por

último, a Casa Brasil, destacada pela comercialização de tecidos em geral, de chapéus, perfumes e sobrinhas.

Ademais, outros espaços de aquisição de produtos de utilidades diversificadas ainda podiam ser encontrados na malha urbana da cidade de Caicó, como por exemplo, as duas situações arroladas a seguir: na compra de gêneros alimentícios, miudezas, estivas, cereais, bebidas, louças, vidros e perfumarias, os habitantes podiam se deslocar tanto para a Mercearia Céu Azul, como para Casa Viana, localizadas, respectivamente, na avenida Seridó e na praça Governador Dix-Sept Rosado; enquanto que no consumo de pães, bolachas, bolos, empadas e pasteis de todas as qualidades, o endereço certo da população era a Panificadora e Pastelaria Santo Antônio, que aceitava também encomendas de bolos de aniversário e de casamento.

No ramo de artigos domésticos e relojoarias, os caicoenses tinham a alternativa de adquirir esses objetos nos respectivos estabelecimentos comerciais: na Loja Torres e Félix, podiam ser encontradas louças, vidros, refrigeradores e demais produtos para o lar. Já na Relojoaria Eterna, considerada o paraíso das jóias da cidade, os habitantes podiam comprar “RELÓGIOS de afamadas marcas, PULSEIRAS as mais lindas, CANETAS fabricadas com todo esmero e garantias, JOIAS e artigos de ÓTICA em geral”<sup>145</sup>.

Destarte, no setor de livrarias, tipografias e carimbos, a urbe caicoense contava com a instalação de algumas lojas especializadas para tais serviços, destacando-se, sobretudo, aquelas que divulgavam seus anúncios nas páginas semanais do Jornal *A Fôlha*: na Livraria e Armário Viana, a população encontraria um grande sortimento de material escolar, especificamente de livros primários adotados nos principais departamentos de educação da cidade. Na Escola Prevocacional de Caicó, lugar de onde se imprimia e publicava as folhas d'*A Fôlha*, eram desenvolvidos os trabalhos de tipografia, mecânica e serralha.

Essa escola ainda era agenciadora de uma fábrica de carimbos de borracha com sede na cidade de São Paulo, a qual passava a receber encomendas de carimbos para diversos fins, tais como:

[...] para firmas, numeradores, datadores, porta-carimbos, perfuradores de papéis, suporte de mesa para barbante, Alicate Relevo especialmente usado para impressões em alto e baixo relevo para fotografias, [...], carimbos de aço ou bronze para marcar a fogo em caixas, quartolas e

---

<sup>145</sup> (Sem Autoria). Muita atenção !!! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de abril de 1957. Ano IV. Número 164.

gados [...] [e] Punções de Aço qualidade Extra para marcar solas e madeiras em alfabetos e algarismos de 1 m/m a 25 m/m<sup>146</sup>.

Na mesma direção dessa fábrica, a Eletra Carimbos, empresa sediada na cidade de Belo Horizonte, também era agenciada no espaço urbano caicoense, mais precisamente, num estabelecimento localizado na rua Manoel Joaquim, próximo a ponte sobre o rio Seridó. Essa empresa dispunha, para a comercialização, de um formidável catálogo de “[...] carimbos, numeradores, datadores, numeradores automáticos, carimbos de bolso, tipografias em carimbos e carimbos para ovos”<sup>147</sup>.

Como se pode perceber, uma grande miríade de objetos de utilidade diversificada e indispensável para os integrantes da sociedade caicoense era encontrada nos vários estabelecimentos comerciais existente na cidade. Esses estabelecimentos, concentrados em sua grande maioria nas avenidas Seridó e Coronel Martiniano, eram sempre percebidos, pela imprensa periódica local, como espaços logísticos de extrema relevância para o desenvolvimento do comércio local e para o progresso da urbe.

Os vários produtos e objetos disponibilizados ao consumo da população local não eram apenas encontrados nesses espaços logísticos da cidade, mas também naqueles territórios construídos através da tessitura de práticas socioculturais manifestadas durante a realização da feira livre municipal de Caicó. Nesse evento, territorializado no centro da cidade, homens e mulheres, entre risos e gritos, podiam adquirir objetos domésticos, gêneros alimentícios e outros produtos destinados aos fins diversos, bem como, tecer redes de sociabilidades, práticas socioespaciais e outros tipos de relações sociais<sup>148</sup>. Mesmo acontecendo somente uma vez por semana, especificamente, durante as manhãs de sábado caicoense, essa feira livre congestionava o espaço central com um trânsito intenso de pessoas e veículos pelas principais ruas e avenidas da cidade.

Diante desse congestionamento espacial e das dificuldades de locomoção dos habitantes dos bairros mais afastados do centro da cidade, a

---

<sup>146</sup> (Sem Autoria). Carimbos de borrachas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 308.

<sup>147</sup> (Sem Autoria). Avisando. **Jornal A Fôlha**. 30 de janeiro de 1965. Ano X. Número 198.

<sup>148</sup> Sobre a feira livre no espaço urbano caicoense, ver: ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó/RN. **Revista Caminhos de Geografia**. Universidade Federal de Uberlândia (Instituto de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia). Fev./2006, p. 244-249. ISSN 1678-6343. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 02 de set. de 2008.

Prefeitura Municipal inaugurava uma nova feira livre: era a feira do populoso bairro Paraíba, velha aspiração dos habitantes desse aglomerado humano, que acontecia sempre nas manhãs de domingo. Passado pouco tempo de sua criação, a feira do bairro Paraíba, assim como aquela principal que ocorria aos sábados no centro da cidade, vinha se tornando, diante da prática de algumas condutas desviacionistas tecidas por sujeitos transgressores da ordem urbana, alvo de medidas saneadoras e normativas.

As tentativas de disciplinarização dessas condutas foram tomadas por medidas elaboradas pelos representantes da segurança pública urbana, mais precisamente pelo Delegado de Polícia Álvaro Nunes, que se dizia não concordar com o espetáculo estarrecedor e “[...] deprimente que vinha se encenando ali [nos territórios da feira] aos domingos, quando jogatina e bebedeira, puxadas a sanfona, e produzindo já seus maléficos efeitos e frutos, campeavam desde a véspera e se prolongavam no dia da feira”<sup>149</sup>.

Em uma visita ao local de desenvolvimento de tais condutas, esse representante da ordem pública verificava que “[...] material de feira pròpriamente dito quase nada existia nesse lugar, mas que cachaça, limão, alcatrão, sanfoneiros e bancas de jôgo e muitas sedes provisórias de danças, eram artigos de primeira”<sup>150</sup>. Depois de outras visitas feitas pelo Delegado de Polícia, parecia que a ordem voltava a se impor, embora com muitas resistências, dando a esses atos transgressores um destino certo, “[...] isso porque eles têm seu lugar próprio. Feira não é isto nem serve para isto. Promove ao contrário, o intercâmbio livre do comércio honesto e útil, na venda e na procura. Quando não preenche essa finalidade, melhor seria que deixasse de existir”<sup>151</sup>. Deste modo, as condutas desviacionistas, tecidas nos momentos de trocas comerciais realizadas no âmbito da feira livre, se caracterizavam como práticas socioculturais comuns desenvolvidas durante os acontecimentos dessa manifestação popular no espaço urbano caicoense.

Assim, por se tratar de uma cidade com uma economia urbana de grande relevância para o Seridó potiguar, Caicó contava na época, embora

---

<sup>149</sup> (Sem Autoria). Medidas policiais na feira do bairro Paraíba. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 17 de julho de 1954. Ano I. Número 20.

<sup>150</sup> (Sem Autoria). Medidas policiais na feira do bairro Paraíba. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 17 de julho de 1954. Ano I. Número 20.

<sup>151</sup> (Sem Autoria). Medidas policiais na feira do bairro Paraíba. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 17 de julho de 1954. Ano I. Número 20.

possuísse uma economia ainda ancorada nos baluartes do binômio algodão-gado, com um comércio bastante dinâmico e relativamente diversificado, exercendo uma função de abastecedora dos aglomerados urbanos adjacentes de menores portes. Reflexo disto era, além dos inúmeros espaços de comercialização existente na cidade de Caicó, o próprio fato de ser criada outra feira livre em seu espaço urbano.

No que concerniam as transações econômicas feitas em estabelecimentos de crédito, sobretudo aquelas realizadas através dos serviços bancários oferecidos nos espaços da cidade de Caicó, os agricultores, comerciantes e industriais dispuseram, durante as décadas de 1950 e de 1960, das agências do Banco do Brasil, Banco Rural, Banco do Povo e Banco do Rio Grande do Norte. Algumas dessas agências foram somente criadas no decorrer dos anos de 1960, como por exemplo o caso da Agência do Banco do Povo (Imagem 13), conforme a imagem abaixo ilustrada.

**IMAGEM 13**  
**“Agência do Banco do Povo S. A. em Caicó”**



**FONTE:** (Sem Autoria). Inauguração do Banco do Povo S. A. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de julho de 1963. Ano IX. Número 121.

Essa unidade bancária, empresa de matriz pernambucana que há 43 anos vinha contribuindo para o progresso do Nordeste brasileiro através da inauguração de filiais nos principais centros urbanos dessa região, foi inaugurada na cidade de Caicó no mês de julho de 1963, passando a funcionar em um prédio

próprio localizado na avenida Coronel Martiniano e a integrar-se a “[...] vida de nossa comunidade [...], [concorrendo] para o surto de progresso que no momento atravessa nosso município e as comunas vizinhas”<sup>152</sup>.

A instalação dessa agência bancária no espaço urbano caicoense trazia a perspectiva de proporcionar o crédito ao comércio, “[...] à indústria e à agricultura, dentro de programas que se identificam com as aspirações de progresso do povo nordestino, que cada vez mais se esforça para sair do subdesenvolvimento e atingir um nível de vida mais elevado”<sup>153</sup>.

A presença de uma filial do Banco do Povo em Caicó era percebida como algo que poderia contribuir para o desenvolvimento não apenas de Caicó, mas de toda a região do Seridó potiguar, levando o crédito onde “[...] sua presença é indispensável para o engrandecimento do Nordeste, nesta hora decisiva de nossa história, em que novas perspectivas se abrem para a região”<sup>154</sup>. Assim, o Banco do Povo, juntamente com outras agências instaladas em Caicó, desempenhava a função de gerenciar e viabilizar os créditos tomados de empréstimos por comerciantes, agricultores, industriais e demais pessoas civis da sociedade caicoense e seridoense.

As tentativas de tornar Caicó uma cidade moderna, progressista e civilizada eram muitas e afluíam em vários recônditos de seu espaço urbano a partir da materialização das diversas políticas públicas pensadas para a urbe. A cidade vinha-se transformando em um verdadeiro canteiro de obras, com edificações, construções, transformações, ampliações, melhoramentos e reformas urbanísticas, que se não agradavam a todas as pessoas e não privilegiavam a todos os moradores, mas se realizavam pelos meandros de seu espaço urbano, atendendo as perspectivas de seu engrandecimento.

Não obstante, nem todas as obras pensadas para cidade se tornaram realidades factíveis. Muitas delas ficaram, ora nas plantas arquitetônicas elaboradas pelos engenheiros e nos desejos sentidos pela população, ora nos alicerces iniciados e nos primeiros tijolos fixados nas estruturas físicas. Como exemplo de uma obra que não chegou a ser concluída, pelo menos até o final da década de

---

<sup>152</sup> (Sem Autoria). Inaugurada em Caicó, a Filial do BANCO DO POVO S. A. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de julho de 1963. Ano IX. Número 121.

<sup>153</sup> (Sem Autoria). Inaugurada em Caicó, a Filial do BANCO DO POVO S. A. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de julho de 1963. Ano IX. Número 121.

<sup>154</sup> (Sem Autoria). Inaugurada em Caicó, a Filial do BANCO DO POVO S. A. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de julho de 1963. Ano IX. Número 121.

1960, pode-se mencionar o caso da estrutura do novo Mercado Modelo da cidade, no qual vinha sendo levantado num terreno localizado em frente ao Seminário Diocesano, mas que teve que ser paralisado diante da falta de recursos financeiros justificados pela administração pública municipal.

Contudo, essa obra era uma exceção diante da quantidade de objetos geográficos, equipamentos e serviços urbanos que passavam a ser inaugurados no espaço citadino caicoense e que possibilitavam a tessitura de novas relações sociais eivadas e permeadas por um clima de mudança e de transformação, ressignificando as antigas formas de sociabilidades e criando novas artes de fazer a vida urbana nos espaços praticados do cotidiano da cidade.

Desse modo, o cotidiano passava a ser tecido na cidade através das diversas relações de sociabilidades urdidas em seus territórios urbanos, tanto naqueles ditos tradicionais, como nos novos espaços construídos para a urbe caicoense. Assim, as espacialidades cotidianas da cidade de Caicó, tramadas nas múltiplas cartografias da rua, do cinema, da praça, da igreja, das festas e dos outros espaços praticados da urbe, farão parte das tramas textuais produzidas no próximo e último capítulo desta dissertação.

## Capítulo IV

A cidade praticada: cotidiano e práticas socioespaciais em Caicó



#### 4. A cidade praticada: cotidiano e práticas socioespaciais em Caicó

A cidade, que se constitui num dos lugares possíveis em que a vida humana se estabelece, aparece, ao longo das reflexões buriladas nesta dissertação, como um fenômeno humano materializado, objetivado e subjetivado, no qual a reprodução da existência do homem, ocorrida em seus meandros por meio de uma complexa e contraditória divisão social do trabalho, é sempre inerente e simultânea a própria produção, desigual e paradoxal, do seu espaço, resultado das relações sociais historicamente construídas. Nesse sentido, o homem no processo de reprodução de sua vida e, conseqüentemente, de sua existência, produz, concomitantemente, o espaço geográfico, emanando, nesse processo histórico-social, práticas culturais essenciais para a sua existência e capazes de levá-lo a suportar os duros e cruéis golpes de uma realidade humana dinâmica, efêmera e insuportável.

Ao produzir suas condições de vida, o homem, num “[...] ’invisível cotidiano’, sob o sistema silencioso e repetitivo das tarefas cotidianas feitas como que por hábito [...]” (GIARD, 1998, p. 234), reproduz, paralelo a tessitura do seu espaço geográfico, modos de pensar, de fazer, de sentir, enfim, de praticar a cidade, empilhando uma “[...] montagem sutil de gestos, de ritos, de códigos de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos [...] [onde] [...] cada hábito compõe um minúsculo cruzamento de histórias” (GIARD, 1998, p. 234). Destarte, é no espaço “[...] enquanto concretude, transformado em lugar, onde está a dimensão do vivido” (OLIVEIRA, 2003, p. 139), que por sua vez está inserido no âmbito do cotidiano. Nesse processo, realizado não apenas através do trabalho, mas também do lazer e de outras formas de relacionamento humano, os *modus vivendis* e os *scripts* cotidianos se desenvolvem, dando conteúdo a vida social.

Partindo destas considerações iniciais, salienta-se que nesta última parte deste capítulo, não se tem a intenção de realizar uma descrição minuciosa sobre a vida diária dos habitantes ao longo das décadas de 1950 e 1960, pois isto seria uma pretensão um tanto quanto audaciosa e, pelas escolhas metodológicas optadas para o desenvolvimento deste trabalho, difícil de concretizar-se. Entretanto, almeja-se aqui narrar fragmentos daqueles acontecimentos sociais que foram vivenciados e registrados pelos praticantes da cidade e documentados, principalmente, nas páginas do Jornal *A Fôlha* e nas crônicas dos Rastos

Caicoenses. Eventos estes, problematizados aqui, não como uma ruptura ou mesmo uma quebra do modo de vida urbano vigente na época, mas sim, como uma afirmação, reafirmação e reforço do cotidiano, compondo assim, um mosaico de práticas socioespaciais tecidas na cidade.

Para entender as coisas fantásticas do cotidiano da cidade de Caicó, como “[...] citações heteróclitas [e] cicatrizes antigas [...]” (CERTEAU; GIARD, 1998, p. 190), florescidas a partir de práticas urdidadas nas seções do cinema, no frevo do carnaval, nas festas de Sant’Ana e do Rosário, e noutros eventos, fez-se *mister* ligá-las a noção de reprodução da vida, que por sua vez está amalgamada a perspectiva de reprodução do espaço e que compreende uma multiplicidade de aspectos, sentidos e valores sociais. Isso era perceptível na Caicó de outrora, onde as relações do habitante com o seu espaço davam-se pela via do cotidiano, se realizando como uma ação consubstanciada às possibilidades e aos limites do uso do lugar num determinado momento histórico.

Assim, as relações que os praticantes do espaço urbano mantiveram com o espaço habitado da cidade se exprimiram todos os dias nos modos de uso e de apropriação dos territórios, e nas condições mais banais do cotidiano. Esse espaço habitado revelava-se como algo “[...] passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois era com todos os seus sentidos que o habitante usa[va] o espaço, cria[va]/percebia os referenciais, sentia os odores dos lugares, dando-lhes sentido” (CARLOS, 2001, p. 35). Isso significava que o uso e o consumo do espaço habitado envolviam o sujeito e seus respectivos sentidos.

Desta maneira, a análise do cotidiano da cidade, a qual possibilitou uma arqueologia, investigação e dissecação dos retalhos de conteúdos da existência do homem, envolvia também o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das “[...] relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir as compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros [...]” (CARLOS, 2001, p. 35).

Paralelo a esses atos, vistos como ocorrências micro-escalares que deram sentido a vida dos sujeitos urbanos na criação dos laços profundos de identidade do cidadão-cidadão e do cidadão-lugar, outros de escala mais ampla e de contexto social mais abrangente, como as festas sagradas, também eram partes

integrantes do cotidiano da cidade. Se o cotidiano da cidade se apresentava, por um lado, como uma massacrante rotina experienciada pelos habitantes, ou como um cansativo “[...] receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia-a-dia” (OLIVEIRA, 2003, p. 138), por outro, destacava-se como algo da ordem da superação das necessidades vitais para a sobrevivência humana.

Diante disto, ao primeiro olhar lançado sobre o cotidiano urbano caicoense imaginava-se logo que este poderia ser caracterizado eminentemente como algo da ordem do “[...] banal, do dia-a-dia, do repetitivo, do conjunto de atividades com aparências modestas” (OLIVEIRA, 2003, p. 138), ou mesmo como aquilo que era dado a cada dia. Todavia, num prisma mais apurado atinou-se que, além disto, o cotidiano caicoense se mostrava como uma “[...] história a meio caminho de nós mesmos, quase sem retirada, às vezes velada” (LEVILLIOT *apud* GIARD, 1998, p. 31), ou como uma quinta-essência da condição humana, prendendo o indivíduo através de sua subjetividade.

Nos meandros do espaço urbano, os sujeitos viveram as suas tessituras cotidianas, tendo alegrias ou tristezas, tendo lazer ou trabalhado, tendo ganhado ou deixando de ganhar, enfim, tendo uma vida plena em sua essência ou apenas (sobre)vivido a monotonia e a fadiga do cotidiano no mundo moderno. Deste modo, em sua trivialidade, o cotidiano urbano se compôs também de acontecimentos repetitivos: “[...] gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos, repetições lineares e repetições cíclicas [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 24).

Ademais, era através do cotidiano, constituído pela “[...] vida de todo o homem [no qual] todos o vive, sem nenhuma exceção, qualquer que fosse seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico [...]” (HELLER, 1989, p. 17), que os caicoenses tramavam suas sociabilidades, sonhos, utopias, enfim, suas múltiplas espacialidades, permitido a partir do cotidiano urbano compreender a materialidade e a subjetividade da produção social do espaço vivido. Em Caicó, o cotidiano dos habitantes, além de ter se desenvolvido nos atos repetidos das atividades da casa e do trabalho, também se realizava a partir das sociabilidades tecidas nos diversos lugares de entretenimento, de lazer e de diversão, desde os bailes das festas dançantes as sessões dos cinemas.

#### 4.1 Dos bailes as sessões

Na cidade de Caicó, o cotidiano urbano de alguns segmentos da população local era desenvolvido nos principais clubes dançantes existentes na urbe, responsáveis pela organização dos bailes e das festas realizadas em suas dependências, alegrando a vida noturna e social da cidade. Nesses bailes tudo “[...] era singelo. Dançava-se pelo prazer de dançar. Bem cedo, às 21 horas, os bailes começavam e terminavam mais ou menos às 2 horas da madrugada. Nesse tempo, a aristocracia dominava. As moças vestiam bem e com recato” (DINIZ, 1982, p. 53).

Essas moças, por sua vez, sentadas em torno do salão, esperavam “[...] seus pares de dança. Tudo combinava bem. O salão estava sempre com iluminação farta. Os rapazes primavam por uma cortesia espontânea. Era a época em que todos sentiam a necessidade de serem educados” (DINIZ, 1982, p. 53). No cotidiano da cidade, os bailes mais importantes que aconteciam em seus espaços eram aqueles realizados, principalmente, no Salão Nobre da Prefeitura (Imagem 14), onde para frequentar as dependências desse ambiente em período de festa era exigida, da organização do evento, uma boa procedência familiar, não bastando apenas, para o interessado, ser detentor de uma condição financeira estável, mas, sobretudo, de ter um *status* de família de estirpe nobre.

**IMAGEM 14**  
**“Salão Nobre da Prefeitura Municipal”**



**FONTE:** Acervo do Projeto “Fotografia e Complexidade”.

**DATA:** Desconhecida.

**FOTOGRAFIA:** José Ezelino da Costa.

Para aqueles sujeitos que não conseguiam ter acesso aos bailes nobres realizados nesse salão, lhes eram oferecidos outros espaços possíveis de sociabilidades, destinados ao desenvolvimento de tessituras sociais diversas, como por exemplo: os bares e os cabarés (para os mais destemidos), as missas (para os mais recatados), os passeios nas praças públicas (para os mais transeuntes) e os cinemas (para os mais admiradores das imagens em movimento). Esses últimos, procurados frequentemente pela população para a contemplação da exibição dos espetáculos cinematográficos e para a tessitura de tramas sociais antes, durante e depois das sessões, se constituíam, sob a égide do processo de modernização urbana, em espaços de sociabilidades importantíssimos para os praticantes da cidade, bem como, para a sua própria dinâmica cotidiana.

Em seu surgimento, o cinema, numa escala geográfica mais global, se personificou como um dos elementos que mais representou, convergiu e refletiu a modernidade urbana vivenciada em algumas cidades brasileiras. Assim, mais que algumas das inovações tecnológicas que explicaram a história da modernidade como uma expressão de “[...] mudanças na chamada experiência subjetiva ou como uma fórmula abreviada para amplas transformações sociais, econômicas e culturais” (CHARNEY; SCHWARTZ, 2004, p. 17), o cinema, tal como se desenvolveu no alvorecer do crepúsculo do século XX, se consolidou numa expressão autêntica e numa combinação completa dos atributos de uma modernidade urbana.

Acerca dos cinemas em Caicó, estes se evidenciavam como uma das opções a disposição da população para o entretenimento, para o estreitamento dos laços sociais e para o contato com as representações cinematográficas produzidas em outras paragens. Após muitas reivindicações, realizadas pelos habitantes, por novos espaços cinematográficos, a cidade de Caicó passava a contar com ambientes modernos e amplos de exibição de películas. No decorrer dos anos da década de 1960, a cidade de Caicó teve instalado, em seu espaço urbano, os seguintes cinemas: o Pax, o Alvorada, o São Francisco (Imagem 15) e o Rio Branco (Imagem 16), estes três últimos fundados, respectivamente, nos anos de 1960, 1964 e 1966.

**IMAGEM 15**  
**“Cinema São Francisco”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.  
**DATA:** Desconhecida.

**IMAGEM 16**  
**“Cinema Rio Branco”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.  
**DATA:** Desconhecida.

Atinente ao Cinema Pax, este teria sido inaugurado, segundo informações colhidas na historiografia local, em temporalidades mais recuadas a década de 1960, passando, inclusive, antes de chegar a esse nome, por outras denominações e pela direção de outros proprietários. Quanto ao Cinema Rio Branco, considerado, na época, como o maior espaço de exibições fílmicas da cidade Caicó e do próprio estado do Rio Grande do Norte, conseguindo comportar

em suas dependências cerca de 1.400 pessoas, este era um empreendimento gigantesco, visibilizado como um grande melhoramento a serviço da população local. Esse cinema era uma das formas espaciais presentes na cidade que gerava orgulho entre os habitantes, tendo em vista que uma urbe tão pequena como Caicó – tomando-se como parâmetro as cidades de Natal, Recife, Campina Grande e Fortaleza – era contemplada com um estabelecimento cinematográfico de dimensões estruturais bastante significativas. A fachada exuberante do Cine-Rio Branco, iluminada durante as noites caicoenses, se destacava ao final da avenida Coronel Martiniano.

Para o cronista Francisco Félix Filho (1997), em seus escritos mnemônicos sobre as tessituras cotidianas tramadas nos ambientes cinematográficos e publicados nas páginas do terceiro volume do Livro Rastos Caicoenses, antes do início da exibição das películas no telão da sala do Cine-Rio Branco, expectadores oriundos dos mais variados cantos da cidade, adentravam os espaços do cinema, curiosos e ansiosos pelo começo de mais uma sessão de filmes.

Como um viajante do tempo e do espaço, esse cronista rememorava as imagens do Cine-Rio Branco, adornado com seus tapetes vermelhos que se estendiam da primeira à última fila de cadeiras, com seu piso muito bem cuidado e encerado que servia de pista de patinação para aqueles sujeitos mais ousados, com suas luzes policromáticas que iluminavam o ambiente e com sua música comum tocada antes do enceto de cada projeção e introduzida paralela a um dos grandes momentos mágicos da sessão: “[...] a hora do gongo dar seus três toques, anunciando que o filme estava para começar” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 37).

Quando se ouviam esses três estrondosos toques, “[...] a imensa tela – a maior do Rio Grande do Norte – começava a surgir por trás de enormes cortinas vermelhas que iam se abrindo lentamente. Era espetacular!” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 37). Nesse momento, a suave e bela música instrumental cessava de ser tocada, aparecendo, na tela principal do cinema, o tradicional “Canal 100”, informando notícias do “[...] Brasil e do mundo. A platéia se agitava e entrava naquele clima. Quando eram mostradas grandes belezas da natureza e mulheres semi-nuas desfilando pelas praias, era ensurdecedor o ‘xiii’ que, gostosamente de propósito, surgia do público” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 37).

A euforia da platéia, mais precisamente daqueles fanáticos por futebol, aumentava, quando na última parte do “Canal 100”, eram apresentadas informações sobre os clubes de futebol do Brasil. Diante das imagens futebolísticas, alguns dos expectadores improvisavam “[...] gritos-de-guerra, assobiavam, levantavam-se para torcerem pelo time de sua preferência e riam quando se mostrava a imagem ridícula de algum torcedor despenteado, desdentado e nervoso, segurando um rádio portátil no ouvido. Era hilário!” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 38). Após esses momentos introdutórios, as películas eram exibidas, embevecendo o público com histórias das mais distintas possíveis e levando os expectadores a enveredarem pelos caminhos da fantasia, do amor, do ódio, da paixão, do drama, da comédia, da ação e da aventura cinematográfica.

No que se referia ao Cinema São Francisco, este, quando estava em atividade, era atinado como um dos mais luxuosos e garbosos da cidade, erguido em linhas modernas e funcionando num prédio de dois andares, com uma capacidade menor do que a do Cine-Rio Branco, comportando apenas 600 expectadores acomodados num espaço confortável. Uma das atrações do Cinema São Francisco era, além das películas exibidas em sua tela, o seu primeiro andar, disputado “[...] pelos casais de namorados e pelos moleques que subiam para cuspir nas cabeças dos que estavam embaixo ou colar chicletes nas cadeiras em travessuras que se repetiam a cada exibição nas matinês” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 38).

Contudo, o mais contagiante dos espaços do cinema era a sincronia dos pés dos espectadores “[...] quando a cavalaria chegava para dar reforço ao mocinho. Todos, numa coletiva e empolgante coreografia, batiam os pés no chão num mesmo ritmo, no ritmo dos cascos dos cavalos na tela” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 38). Tudo era muito empolgante e envolvente, como por exemplo: os gritos da platéia ao descortinar os mocinhos virem “[...] salvar a heroína ou soltar-se das prisões dos vilões. Eram gritos, aplausos, assobios e palavras de encorajamento. Era a força da sétima arte entrando nas veias dos espectadores” (FÉLIX FILHO, 1997, p. 38). Após a exibição das películas, uma das cenas mais interessantes protagonizadas pelos próprios frequentadores das sessões cinematográficas do São Francisco, eram os golpes “[...] de Karatê, aprendidos com Bruce Lee ou gritos onomatopaicos de ‘pitchum’, simulando com a ajuda dos dedos, [e os] tiros que saiam das armas de John Wayne, Fraco Nero ou Giuliano Gemma” (FÉLIX FILHO,

1997, p. 38), tudo ensaiado e praticado nos cenários das ruas, avenidas e praças da urbe caicoense.

No cotidiano da cidade, os cinemas exerciam, a partir da exibição de películas distribuídas em horários correspondentes aos turnos vespertinos e noturnos, a função de centros de atração e aglomeração de pessoas em seus respectivos espaços. Em outro cinema existente na cidade, ou seja, o Cine-Pax, películas como: Luzes da Cidade; Sansão e Dalila; Gilda; O Ébrio; Belinda; O Barco das Ilusões; O Dia Em Que a Terra Parou; As Neves de Kilimandjaro; Os Melhores Anos de Nossas Vidas; dentre tantas outras, encantavam os espectadores, tornando a vida urbana caicoense mais agradável e atraente no escurinho do cinema.

Embora não possuísse a pomposidade e o brilhantismo dos outros cinemas, tampouco a infra-estrutura e o tamanho dos demais espaços cinematográficos, o Cine-Pax, numa época em que a televisão em preto em branco ainda não tinha aportado pelas terras caicoenses, com capacidade para 298 expectadores, contendo somente um único projetor e situado na praça da Liberdade, era considerado como um dos mais tradicionais e frequentados pela população, sendo muito querido e amado por alguns habitantes, justamente pelo fato deste ter sido uma das primeiras casas de exibição de películas da cidade.

Esse cinema, desativado na década de 1970, teve como idealizador o Sr. Clóvis Medeiros, que, pelo que tudo indica, adquiriu no ano de 1949, do Sr. Aldo Medeiros – político e cineasta amador da cidade, as estruturas de um cinema antigo existente, desde 1936, na praça da Liberdade, e que teria pertencido ao Cel. Celso Dantas, inaugurando assim a era do filme sonoro “[...] na antiga Vila Nova do Príncipe. Mas não fora o primeiro cinema da cidade; o primeiríssimo, funcionando na Prefeitura Municipal teria chegado a Caicó na Festa de Santana de 1910. Depois, teria existido um cinema cujo dono era Luís Agatângelo” (CIRNE, 2004, p. 118).

Para alguns habitantes memorialistas da cidade, como o jornalista Moacy Cirne (2004, p. 117), o Cinema Pax, incrustado em pleno centro da cidade, representava “[...] o centro mitológico do universo. Por ele passavam figuras como Ava Gardner, Johnny Weissmuller, Glenn Ford, Durango Kid, Esther Williams, Cantinflas, Oscarito, Grande Otelo, Humphrey Bogarth, Maria Félix, Maria Antonieta Pons”. Para ele, não importava se o Cine-Pax era um “[...] cinema-poeira, com um só projetor, som de qualidade duvidosa. Seus 298 lugares guardavam toda a magia do mundo” (CIRNE, 2004, p. 117).

Para outros memorialistas da cidade, o Cinema Pax representava o espaço da euforia dos frequentadores assíduos, com seus comentários, suas opiniões e com tudo aquilo que acontecia antes, durante e depois da exibição das películas. Destarte, os filmes, de todos os gêneros e para todas as idades, faziam com que o velho Cine-Pax estivesse sempre de casa cheia, proporcionando delírios, risos, choros e angústias nos espectadores. Nas sessões dominicais, a movimentação era incessante e intensa logo nas primeiras horas do dia.

Logo cedo, mais precisamente às 8 horas da manhã, dava-se início a venda de ingressos na bilheteria do próprio cinema, localizada na esquina da praça da Liberdade. A primeira sessão tinha início às 9h e 30min. Na segunda sessão, realizada pela tarde, era sempre exibido um seriado emocionante, cujo final era marcado por um “[...] ‘perigo de vida’, mas que nunca era fatal para o protagonista em cena, ou melhor, para o ‘artista’ do seriado. Muito pouco conhecíamos sobre a sétima arte. Para nós, os personagens de qualquer filme eram ou ‘artistas’, ou ‘bandidos’” (MONTEIRO, 1982, p. 45).

As sessões vespertinas eram atinadas como aquelas em que mais se realizavam euforias. As filas começavam a se formar, diante de um sol causticante, às 12h e 15 min. Eram filas imensas, com empurrões, “[...] assobios e não faltavam os eternos palhaços ou ‘comedores de corda’. Quase sempre as casas mais próximas estavam fechadas as portas, para evitar os pedidos d’água tão frequentes e que traziam sempre problemas e incômodos” (MONTEIRO, 1982, p. 45).

A bilheteria somente era aberta quando chegava o proprietário do cinema, ou seja, o Seu Clóvis. Todos aguardavam com ansiedade a chegada dele, causando uma expectativa nos frequentadores qualquer transeunte que trajasse uma indumentária de cor branca e que caminhasse na direção da praça da Liberdade. Contudo, nem sempre, para a frustração dos expectadores presentes na fila, aquele que ansiosamente se aguardava a chegada era o desejado. No entanto, transcorridos horas de espera, surgia ao longe, percorrendo a avenida Seridó, a figura de Seu Clóvis, aparecendo sempre por trás das filas e causando grande agitação entre os cinéfilos de plantão, pois se sabia que com sua chegada, brevemente se assistiria a mais uma fantástica e maravilhosa série do cinema hollywoodiano.

Após a chegada do Seu Clóvis, eram abertas as bilheterias e a porta principal do cinema, desaparecendo, paulatinamente, aquelas longas filas. Às 14h e

30 min, horário da sessão vespertina, apagavam-se as luzes e iniciava-se a exibição do seriado. O ponto culminante dessa exibição ocorria quando o “artista” principal do seriado “[...] conseguia livrar-se do ‘perigo’ ou salvar a mocinha. Aí surgiam as palmas, os assobios, as pancadas de cadeiras, etc. Também não faltavam as piadas de mal gosto, como: ‘[...] parece com Chico Mamão, com Manoel Benjamim” (MONTEIRO, 1982, p. 46).

No final da exibição do seriado, acontecia o “[...] quebra-quebra de cadeiras tão costumeiro. Na frente do prédio se formavam grupos e mais grupos comentando a fita, cada um dos seus componentes dando sua opinião sobre o ‘perigo’ e como salvar-se o ‘artista’ ou a moçinha” (MONTEIRO, 1982, p. 46). Terminado o papo, a única coisa que restava a esses sujeitos comentadores do seriado era a expectativa geral da continuação da série no domingo vindouro.

Na sessão noturna, era exibido um filme, “[...] geralmente daqueles ‘monstros sagrados de Hollywood’. Era a vez de Seu Clóvis prestigiar a velha guarda de então” (MONTEIRO, 1982, p. 46). Os momentos vivenciados durante as atividades do Cine-Pax passaram a ser considerados, por sujeitos nostálgicos, como tempos bons, em que os laços de sociabilidades e afetividades eram mais intensos e estreitos. Para esses indivíduos, o progresso proporcionava a realização e a concretização de muitas coisas boas, mas não devolvia o que de melhor eles tinham: as relações sociais de seus tempos, arrefecidas ao passar dos anos e no decorrer do processo de modernização urbana.

Além do Cine-Pax, o Cine-Alvorada proporcionava aos seus espectadores, desde os menos aficionados pelas películas a aqueles mais apaixonados, a fartura da magia das salas escuras, descortinando o movimento fantástico e contagiante das imagens em movimento, apreciadas pelas mocinhas e rapazes que se apaixonavam pela estética corpórea e pelos rostinhos belos dos atores e atrizes.

Nesse espaço de exibição dos espetáculos cinematográficos, as sessões eram distribuídas em horários estratégicos, como por exemplo: sábados e quartas-feiras, de 16h e de 20h; e segundas, terças, quintas e sextas-feiras, de 20h. Já nos domingos, os horários das sessões cinematográficas tinham passado por algumas mudanças realizadas pela direção, com o intento de atender melhor aos expectadores e evitando uma grande afluência nas sessões comumente exibidas às 16h e às 20h. Para isso, novos horários de exibições fílmicas foram criados com

o objetivo de descongestionar as outras sessões, que passaram a obedecer aos seguintes horários: pela manhã de 9h, pela tarde de 15h e 30min e pela noite de 18h e 30min e 20h e 30min (com duas sessões cada).

Nessas sessões, segundo informações colhidas em vários números do Jornal *A Fôlha*, eram exibidos filmes, tais como: O Noivo da Girafa; Zarak; O Céu em Teu Amor; Mulher de Ninguém; Porto do Prazer; Mulheres Acorrentadas; No Umbral da China; Entre a Vida e a Morte; Flexa Ligeira; O Resgate do Bandoleiro; Armadilha Amorosa; Cassino da Morte; Os Três Garimpeiros; Nunca Fui Santa; Os Trapaceiros; Valente Treme Treme; Invasões Diabólicas; Fantasmas dos Prados; Paixão Cigana; Garota Enxuta; Nas Garras da Morte; Planeta Proibido; A Grande Vedete; Um certo Capitão Lockhart; O Carneiro de Cinco Patas; Mocidade Rebelde; Espiando Espiões; Provas Acusadoras; Escola de Vigaristas; O Mundo da Fantasia; Cascalho; Fúria de Amor; Eu chorarei amanhã; O Pagador de Promessas; Sexo e Vida; dentre tantos outros que contagiavam, com histórias de suspense, de comédia, de amor, de morte e de terror, a platéia presente ao estabelecimento cinematográfico. Sobre a última película, ou seja, Sexo e Vida, por ser identificada como uma trama de caráter e conteúdo científico, esta era exibida a partir da presença do então diretor, o médico Henrique Meyer, que a vinha apresentando em algumas cidades brasileiras.

Ademais, esse diretor não foi o único a passar pela cidade no lançamento de um filme. Outra celebridade, como a estrela de Hollywood Muriel Smith, também pisou em solos caicoenses a fim de lançar, no Cinema Alvorada, a sua mais laureada película, intitulada de “A Experiência Culminante”. Em um avião especial, essa atriz desembarcava, no dia 2 de junho de 1963, em pleno Aeroporto Rui Mariz para o lançamento, nas sessões dominicais do Cine-Alvorada, do seu filme.

Na época em que foi lançada, essa película era considerada uma obra prima da indústria fílmica mundial, tendo arrebatado de maneira brilhante boa parte dos prêmios dos principais concursos internacionais de cinematografia. Na época, o referido filme vinha sendo exibido com exclusividade nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte. No domingo, do mesmo dia em que a referida estrela hollywoodiana aportava nas terras caicoenses, o filme “A Experiência Culminante” passava a ser exibido nas telas do Cine-Alvorada, mais precisamente nas sessões de 9h, de 15h 30min, de 18h 30min e de 20h 30min.

Além desse filme, o Cinema Alvorada também exibia películas, cuja temática central perpassava conteúdos religiosos, destinados, mormente, a população católica da cidade, como por exemplo, o filme “Os Dez Mandamentos”, anunciado nas páginas do Jornal *A Fôlha* (Imagem 17) e exibido na urbe caicoense.

IMAGEM 17  
“Sessões do Cine-Alvorada”



FONTE: (Sem Autoria). Cine Alvorada. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 16 de fevereiro de 1963. Ano IX. Número 102.

Nesse filme, a censura não agia, através das intensas repressões, com suas garras afiadas. Os expectadores das sessões, de todas as idades, eram convocados para assistirem aquela película reveladora dos ensinamentos cristãos e de uma educação moral religiosa. No entanto, em outros filmes a censura oficial determinava a faixa etária e o gênero/sexo permitido para visualizar certas exhibições cinematográficas. Mas, nem todos os praticantes da cidade desejosos em descortinar as cenas fílmicas, permitidas apenas para alguns sujeitos acima de certa idade, cumpriam com as normas impostas pela censura oficial. Nessa rede de poderes, esses indivíduos resistiam e transgrediam aos mecanismos de controle social determinados pelo órgão da censura.

Diante disto, constantes reclamações eram divulgadas nas páginas do *Jornal A Fôlha*, denunciando a presença de menores em sessões fílmicas impróprias para tais sujeitos. Mesmo com os rigores empregados no controle do acesso às sessões, durante a exibição de filmes permitidos apenas para um público de maior faixa etária, os menores, através de táticas e astúcias ludibriantes utilizadas nas bilheterias, se apropriavam dos espaços dos cinemas, enchendo as salas e frequentando as sessões permeadas por conteúdos e imagens impróprias para tal público.

Os preservadores e disseminadores dos ensinamentos morais e das educações religiosas necessárias aos habitantes, sobretudo a aqueles que eram considerados o futuro da cidade, ou seja, as crianças e os jovens, solicitavam aos pais que tomassem providências e atitudes a fim de impedirem que essas condutas desviacionistas utilizadas pelos seus filhos menores fossem desenvolvidas, evitando que estes assistissem à “[...] fitas irrecomendáveis a idade de menores, prestando assim uma assistência mais segura a educação dos mesmos [...]”<sup>155</sup>. Na maioria das vezes, esses menores procuravam o cinema para se fartarem com o espetáculo que as imagens fílmicas lhes proporcionavam.

Num comentário escrito de forma avulsa para as folhas d’A *Fôlha*, o cronista padre Itan tecia algumas considerações sobre os motivos que levavam as pessoas aos cinemas. Para ele, muitos indivíduos procuravam o cinema para se divertirem. Outros procuravam os espaços cinematográficos porque não tinham uma ocupação a mais em suas vidas. Havia ainda aqueles que se dirigiam aos cinemas porque simplesmente amavam a magia proporcionada pelas telas cinematográficas. Mas, existia um tipo de expectador que, para o cronista, procurava os filmes somente para satisfação dos seus desejos eróticos e dos seus instintos mais baixos, frequentando os espaços do cinema com intento apenas de gozar da nudez humana, num sensualismo degradante das cenas provocantes e picantes.

Nestes espaços, esses expectadores se encontravam, dando evasão “[...] à sordidez do que havia de mais brutal no coração humano, na sanha do prazer desordenado, na busca ansiosa das paixões pela fúria da carne”<sup>156</sup>. Ainda segundo o cronista, muitas vezes esses sujeitos não percebiam a dolorosa tragédia do pecado que emergia da insatisfação de suas almas dentro das cenas carregadas de profundidade humana, que frequentemente se “[...] estampavam nos filmes realistas [...], [sentido apenas a] [...] sensação aviltante das cenas escandalosamente vistas da provocação levada ao paroxismo, na exploração sensacionalista do nudismo ou da imundície repugnante, no *stript tease* do sexo”<sup>157</sup>. Desse modo, no escurinho da sala do cinema, jovens, de ambos os sexos, se esbaldavam, antes mesmo da exibição dos filmes permeados por conteúdos picantes, com as horas de amor

---

<sup>155</sup> (Sem Autoria). Cinema. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de maio de 1961. Ano III. Número 10.

<sup>156</sup> Padre Itan Pereira. Porque se vai ao cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 27.

<sup>157</sup> Padre Itan Pereira. Porque se vai ao cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 27.

corrompido, tramado, sem nenhuma vergonha ou constrangimento, apenas sob a penumbra psicológica das próprias almas, sem a censura da luz e dos olhares recriminadores.

Esses sujeitos eram incitados pela curiosidade de experimentar e degustar o “gosto perverso” emanado das cenas picantes das películas, do “sabor demoníaco” dos corpos presentes na penumbra do cinema e da gulodice de respirar o aroma exalado pelos poros da epiderme dos expectadores. Nesse sentido, eis que o cronista, citado em parágrafos precedentes, se questionava: quantos “[...] expectadores desta natureza interiormente, não se confessavam vencidos diante da impetuosidade de suas paixões estimuladas pelo cinema cru e realista que procurava arrancar arrepios íntimos e assustadores”<sup>158</sup>. Sobre esses sujeitos, o tal cronista finalizava o seu discurso, impresso nas colunas do Jornal *A Fôlha*, afirmando as seguintes considerações acerca de tais indivíduos: “Pobres expectadores de paladar esgotado, habituados a estes passatempos sujos, a êstes passeios na lama. Talvez nem sequer tenham mais vergonha da falsidade da própria consciência”<sup>159</sup>.

Uma semana ulterior a publicação desse comentário, outro representante dos saberes eclesiásticos, chamado de padre Antônio Balbino, procurava também as páginas do Jornal *A Fôlha* para denunciar a presença de menores na sessão de um novo filme destinado apenas aos expectadores com idade acima de 18 anos. As notícias acerca da exibição desse filme ganhavam as ruas, os comentários célebres sobre o seu conteúdo rapidamente se multiplicavam pelas esquinas, bares e cafés, contagiando e estimulando a curiosidade de todos os sujeitos, amantes ou não das imagens cinematográficas, inclusive aqueles que não deveriam assisti-lo, ou seja, os adolescentes, que disfarçados de adultos compareciam a sala de exibição da película.

Não se soube o nome deste tão almejado filme, apenas ficou-se sabendo que a película fez um maior sucesso entre a população caicoense, no qual bastou ser anunciada para as filas serem formadas nas bilheterias dos cinemas. A afluência de interessados em adquirir os bilhetes da sessão era crescente. Na sala de exibição, as poltronas se enchiam rapidamente. Nesse espaço, rapazes, moças,

---

<sup>158</sup> Padre Itan Pereira. Porque se vai ao cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 27.

<sup>159</sup> Padre Itan Pereira. Porque se vai ao cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 27.

padres “[...] com mais de 18 é claro, e até, para espanto nosso, meninazinhas querendo ser <<moças>> de qualquer maneira [...]”<sup>160</sup>, se acomodavam nas cadeiras do cinema para contemplar a exibição da película.

Não se sabia de que forma essas meninas adentravam nas salas cinematográficas sem serem vistas, posto que havia no cartaz do filme, estampado em letras bem legíveis, as informações sobre a censura da película aos menores de 18 anos. Apesar da precaução, as meninas transgrediam a censura e incursionavam cinema adentro. Que estratégias elas utilizavam? No mínimo um charme inusitado feito ao vendedor dos ingressos e ao porteiro da bilheteria, ou mesmo, algum lance sub-reptício e ludibriante adotado por elas no momento de entrada na sala. Usando sapato alto e produtos cosméticos no rosto, as meninas, enfeitadas e disfarçadas de moças de 18 anos, mas que no máximo poderiam ter 16 primaveras, rompiam com as normas estabelecidas pela censura oficial do cinema, desafiando as autoridades responsáveis pela moral da cidade.

Se por um lado, essas meninas conseguiam passar despercebidas pela bilheteria do cinema, por outro, não ludibriavam os golpes dos olhares vigilantes de alguns dos frequentadores das salas de exibição, como por exemplo, do padre Antônio Balbino, que ao comparecer na sessão da nova película, censurada para menores de 18 anos, encontrava as ditas meninas improvisadas de pinturas de mulheres, que numa espécie de encenação, ao dar de cara com a autoridade eclesiástica, exclamavam: “<<Padre, o senhor no cinema>>? Assistindo a êsse filme?”<sup>161</sup>.

A resposta para essas exclamações não se fez esperar muito por parte do representante eclesiástico, que na perspicácia de quem conhecia as astúcias de alguém que estava preocupado com alguma situação, logo disparou, na direção das meninas, a seguinte resposta: “Sim, no cinema e com tôdas as credenciais. Da idade, do dinheiro pago na bilheteria e da maturidade de quem tem algum compromisso com a orientação das consciências e das almas”<sup>162</sup>. Após essa resposta, o representante eclesiástico indagou as meninas de como elas tinha entrado na dita sessão. A resposta delas veio em formato de desconfiança, de

---

<sup>160</sup> Padre Antônio Balbino. Padre, o senhor no cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 28.

<sup>161</sup> Padre Antônio Balbino. Padre, o senhor no cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 28.

<sup>162</sup> Padre Antônio Balbino. Padre, o senhor no cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 28.

vergonha e de constrangimento, tendo em vista que em nada era possível provar a sua maioridade, nem na carteira, nem no físico, nem no rosto, nem na maturidade, enfim, em nada realmente.

A presença de adolescentes em sessões censuradas para menores, não era apenas o único problema existente nos espaços do cinema, mas também a falta de educação por parte dos frequentadores, que não se comportavam diante da exibição das películas. Assim, segundo consta no Jornal *A Fôlha*, por todas as partes da urbe se ouviam reclamações das famílias caicoenses irritadas e constrangidas pelo mau comportamento “[...] e algumas vêzes até canalhismo de muitos expectadores nas salas de cinema desta cidade”<sup>163</sup>.

Alguns deles, em sua grande maioria rapazes e senhoritas, não se controlavam diante de determinadas cenas, fazendo “[...] côro <<às piadinhas>> de mau gosto que só servem para irritar as pessoas sérias que vão ao cinema”<sup>164</sup>. Portanto, os incomodados com essas ações constrangedoras, faziam um apelo, em nome da sociedade caicoense, a fim de que houvesse mais decência, comportamento e respeito nas salas de exibição das películas. As investidas de disciplinarização, com intento de manter a ordem e a educação nos espaços cinematográficos, se constituíam em algo recorrente no discurso daqueles sujeitos insatisfeitos com as práticas desrespeitosas tecidas por alguns frequentadores assíduos às sessões, chegando-se ao ponto de serem criados os dez mandamentos do expectador bem educado, a seguir transcritos das páginas do Jornal *A Fôlha*:

- 1º) Amar a limpeza das vestes e do corpo, mesmo que seja pobre. Entre limpo e bem vestido no Cinema, para não incomodar os outros.
- 2º) Não cuspir no chão: seria falta de higiene e contra as boas maneiras.
- 3º) Observar a ordem estabelecida com relação aos lugares e zelar pelos móveis, não se deitando nem colocando os pés sôbre as cadeiras.
- 4º) Honrar a educação que recebeu no lar, tomando cuidado com o modo de falar, de se portar, de rir ... durante a exibição.
- 5º) Não fumar no Salão, por três motivos:
  - a) De ordem técnica: para não embaçar, com fumaça, os raios luminosos da projeção, tornando a defeituosa.
  - b) De educação: que desaconselha fumar em reuniões numerosas para não incomodar a maioria dos que fumam.
  - c) De saúde: pois em ambiente fechado e pouco ventilado a fumaça do cigarro prejudica a respiração.
- 6º) Não reclamar com gritos ou assobios um eventual defeito na exibição: o operador estará atento para corrigir o defeito, se for possível.
- 7º) Saber se portar com decência e naturalidade quando tiver de presenciar na tela cenas amorosas, quase inevitáveis nos filmes atuais.

---

<sup>163</sup> (Sem Autoria). Cinema. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de agosto de 1961. Ano VIII. Número 25.

<sup>164</sup> (Sem Autoria). Cinema. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de agosto de 1961. Ano VIII. Número 25.

8º) Controlar os instintos e más tendências que por vêzes se manifestam por ocasião de cenas que exploram assuntos de ordem sexual.

9º) Saber interpretar o filme tornando-o no seu conjunto: jamais isolar as cenas fortes e realistas como se fôsem as únicas. Pode-se ver uma cena inconveniente e reprová-la interiormente, sem cair na pueril mania de gritar ou assobiar.

10º) Não insistirem os pais nem outras pessoas para que entrem crianças ou menores para assistirem a filmes que lhes são proibidos, pois a censura tem que ser rigorosamente observada<sup>165</sup>.

Essas regras de boa educação e de bom comportamento, destinadas exclusivamente aos muitos e diversificados tipos de expectadores das sessões cinematográficas, se constituíam, ora em prevenção de atos considerados pela moral urbana de desrespeitosos, ora em tentativas de controle de condutas desviacionistas que vinham se desenvolvendo nos ambientes de exibição das películas, tornando as salas de cinema, um espaço desagradável e socialmente insalubre para os demais frequentadores, tidos como educados e decentes, que procuravam as sessões somente para contemplar a beleza das imagens fílmicas expostas nas telas do cinema.

Não obstante, mesmo com todas essas regras e normas de comportamento, nem todos os sujeitos que compareciam as salas de exibição cumpriam com o que era estabelecido como ideal, educado e certo. Nessa rede de poderes vigilantes e punitivos, *homens ordinários* burlavam sub-repticiamente, a partir de astúcias, atos e táticas desviantes e silenciosas, as ordens legitimadas pelas instituições sociais, rompendo, sob a penumbra do escurinho do cinema, com suas regras e normas.

Se nos espaços fechados do cinema, os sujeitos que frequentavam as sessões fílmicas eram alvos de olhares vigilantes, nos lugares públicos de sociabilidades, os praticantes da cidade eram observados com mais intensidade por esses mesmos olhares, restringindo, discriminando e normatizando qualquer ação que fugisse dos padrões sociais vigentes na época. Entre esses lugares, estavam as praças públicas, cenários de práticas socioespaciais múltiplas, tais como: as relações de namoricos picantes tecidas por mocinhas e rapazes descontrolados da cidade.

---

<sup>165</sup> (Sem Autoria). Educar para o cinema – Os dez mandamentos do expectador bem educado. **Jornal A Fôlha**. 23 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 308.

## 4.2 Das praças as festas

Para além dos flertes e namoricos urdidos em temperaturas elevadas pelos jovens caicoenses, as praças públicas da cidade de Caicó se constituíam em espaços de sociabilidades urbanas apropriados por manifestações sociais diversificadas, como por exemplo: as missas campais, os discursos de políticos, as festas religiosas, as apresentações artísticas, as conversas, os passa-tempos, enfim, uma variedade de relações sociais tramadas em seus meandros.

Nas cidades interioranas do Nordeste brasileiro era, e ainda é, comum a existência de uma praça principal, incrustada geralmente na parte frontispícia dos templos católicos, responsável pelo agrupamento de pessoas em seu universo, especificamente, durante a noite, bem como, pela absorção e concentração dos mais importantes eventos sociais ocorridos nos espaços urbanos, “[...] da bebida ao chamego, do comício ao circo e da missa ao carrossel [...]” (SANTOS, 1982, p. 71).

Em Caicó, as praças públicas da cidade se constituíam em pontos de convergência dos habitantes e dos visitantes, nas quais, estes sujeitos, motivados por “[...] interesses puros ou impuros [...] [tinham acesso aos seus espaços, utilizando-os] [...] para o bem, para o mal e até para coisa nenhuma” (SANTOS, 1982, p. 72). Assim, durante as décadas de 1950 e de 1960, as praças caicoenses, como também as de outros recortes citadinos, eram consideradas bastante ecléticas, diversificadas e volúveis.

Em tempos de modernização urbana vivenciados na cidade de Caicó, as praças públicas mais famosas, mais visibilizadas e mais frequentadas pelos habitantes eram as seguintes: praça Monsenhor Walfredo Gurgel, cenário principal da Festa de Sant’Ana; a praça do Rosário, considerada palco das comemorações da Festa do Rosário, na qual, reis, rainhas e demais integrantes do Grupo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se apresentavam durante a realização desse evento socioreligioso; e a praça José Augusto, caracterizada na época, por ser um espaço amplo e contar com um parque infantil destinado aos momentos de lazer pueris e as práticas lúdicas tecidas pelas crianças da urbe. Além dessas praças, ainda existiam a praça da Liberdade, localizada na avenida Seridó, mais precisamente, nas proximidades da Catedral de Sant’Ana e a praça dom José Delgado, incrustada nas contiguidades do GDS.

Todos esses espaços públicos apresentavam uma característica comum que os tornavam semelhantes: era justamente o fato deles estarem rodeados por casas de arquitetura colonial, habitadas “[...] por gente antiga e descendentes de antigos, que tinha nas praças extensões de suas moradias; pessoas que devido ao tempo e ao apego, confundiam-se com as próprias praças que habitavam, formando verdadeiras comunidades [...]” (SANTOS, 1982, p. 72).

Dentre as principais praças da cidade arroladas em parágrafos anteriores, a praça Monsenhor Walfredo Gurgel, cognominada popularmente por praça de Sant’Ana, praça da Catedral ou simplesmente “a praça”, se destacava no espaço urbano caicoense pelas inúmeras qualidades atribuídas pelos habitantes, tais como: lugar de calma, de descanso, de práticas lúdicas, de descontração, de agradabilidade, de conversas, de passeios e de ar puro filtrado pelas árvores que sombreavam seu espaço.

Essa praça era singular em suas formas, em sua estética, em sua organização e em suas práticas, sendo composta por bancos estrategicamente distribuídos ao longo de seu espaço, proporcionando uma serventia para qualquer opção de lazer, de entretenimento e de sociabilidade. Na praça da Liberdade, o coreto (Imagem 18) era um dos elementos integrantes de sua paisagem, sendo dividido em duas partes distintas, com utilidades igualmente distintas.

**IMAGEM 18**  
**“O coreto da praça”**



**FONTE:** Acervo do “Museu do Seridó”.

**DATA:** Desconhecida.

A primeira parte era constituída por um espaço, cuja serventia era destinada a acomodação da Banda de Música Recreio Caicoense e de outros músicos que se postavam nesse espaço para tocar, em todos os dias de Festa de Sant'Ana, as alvoradas em homenagem a padroeira da cidade, bem como, marchas, canções e valsas que envolviam a todas as pessoas presentes. Além da felicidade proporcionada aos frequentadores desse espaço através das canções e das retretas, os músicos ainda causavam suspiros de amor entre as mocinhas.

Segundo Mailde Medeiros (1997), em uma crônica publicada nos Rastos Caicoenses, era justamente com esses músicos, de nomes Odval, Darcy, Benedito, Carrimba, Vavá, Alcione, Zé Geraldo e Hercílio, que ela, juntamente com outras mocinhas da cidade, paquerava. Ainda de acordo com essa cronista (1997, p. 88), como os músicos não podiam descer do coreto para “[...] juntar-se a nós, arroteávamos o coreto durante toda a retreta, de olhos para cima, fixos em nossos músicos. Terminada a noitada de festa chegávamos a casa de pescoço dolorido [...]”.

A segunda parte do coreto não tinha os seus limites geográficos muito bem definidos, pois, ora iam das portas das casas até o meio-fio das ruas, ora alcançavam os bancos da praça. Ademais, esses limites ainda podiam se restringir a “[...] calçada de uma das casas, ou mesmo, irem de fora a fora por todas elas, como um natural tropismo positivo pelo trecho compreendido entre a calçada de Nezinho Vicente e a de Aliete e em cujo centro estava a de Pedro Diniz” (SANTOS, 1982, p. 75). Essa última parte do coreto era a mais frequentada e utilizada pelos sujeitos praticantes do espaço urbano, que a procurava para a tessitura de suas tramas sociais, para os seus encontros diários e para o desenvolvimento de suas atividades individuais e coletivas.

Nessa segunda parte do coreto, mocinhas e rapazes, logo após o jantar, se deslocavam para esse espaço com intento de estabelecerem os flertes mútuos. Em cada lado do coreto, havia um banco onde, geralmente, as mocinhas ficavam sentadas, fazendo pose, primando pela elegância e simpatia “[...] e os rapazes que, por ali, estavam e passavam, interessando-se pelas ‘meninas’ como amigas ou cedendo à atração que já sentiam por alguma delas, aproximavam-se e ficavam sentados no chão, no próprio banco ou de pé” (MEDEIROS, 1997, p. 86). Tudo isso acontecia na maior brincadeira e descontração, com cada pessoa demonstrando o seu talento em contar piadas “[...] desprendidas (muitas delas

criadas na hora, envolvendo algum dos presentes, intercaladas com mentirinhas e floreios), feitas somente para produzir gargalhadas que ressoavam pela praça. Havia grupos bem mais divertidos que outros” (MEDEIROS, 1997, p. 86).

As mocinhas que passeavam pela pracinha do coreto, nunca estavam sozinhas. Sempre andando acompanhadas em grupos, formados por jovens meninas, as mocinhas colecionavam, nesses passeios pela praça, “[...] momentos maravilhosos que só mesmo na pracinha do coreto poderiam acontecer [...]” (MEDEIROS, 1997, p. 86). Quem experienciava aqueles momentos, como a caicoense Mailde Medeiros, sentia nos tempos mais recentes, a falta das tramas cotidianas de outrora vivenciadas no coreto da praça, como: os flertes, os olhares lançados, as conquistas, as paqueras, enfim, o início de um possível namoro, sempre desencadeado em atos sorrateiros de “[...] tapinhas e implicâncias entre os dois [o rapaz e a moça], o ‘disse-não-disse’, ‘foi-você’, até haver o convite: ‘-Vamos dar uma voltinha?’” (MEDEIROS, 1997, p. 86).

Nesse convite, momento em que as mocinhas se desgarravam do grupo, o casal saía conversando alegremente, dando uma volta ao redor do coreto ou mesmo de toda a praça. Enquanto o casal passeava pela praça, o grupo que ficara no coreto, “[...] fazia a crítica cochichando, insinuava, fazia brincadeiras e mais brincadeiras. Normalmente o casal que demonstrara estar quase namorando acabava ficando no banco e era a vez do resto da turma sair para passear” (MEDEIROS, 1997, p. 86-87).

No passeio da turma, geralmente acontecia das moças sempre trafegarem no sentido horário e os rapazes no sentido inverso, justamente pelo fato de haver uma maior possibilidade do encontro de ambos frente a frente e olho no olho. Muitos rapazes preferiam ficar estáticos, parados em pé, esperando a passagem das moças. Nessa posição “[...] era possível ‘marcar’ a jovem, na certeza de que seus olhares cruzar-se-iam e ainda tinham a chance de avaliar a pretendida por trás: o andar, os cabelos, as pernas, o jeito do corpo, enfim, analisar o ‘todo’” (MEDEIROS, 1997, p. 87). Quando a moça se sentia flertada, criava logo uma alternativa de ficar na ponta do grupo, “[...] facilitando ao rapaz ‘encostar’ na próxima volta. Às vezes, as expectativas frustravam-se e recomeçava-se tudo de novo. Se o rapaz não se resolvia ouvia-se logo a sentença: ‘Ele só quer mesmo dar corda, sua besta’” (MEDEIROS, 1997, p. 87).

Todavia, conforme os relatos de Mailde Medeiros (1997, p. 87), quando o flerte surtia efeito de ambas as partes, o casal preferia subir para o coreto de mãos dadas, com o rapaz de braço passado “[...] pela cintura ou pelos ombros da jovem, trocando juras de amor, beijinhos no rosto (era o máximo!), conversando horas, sem que houvesse exagero. E as más línguas ainda conseguiam ‘tirar pedaço’ da mocinha, apesar de toda a claridade”. Obviamente que nesse percurso ao cume do coreto, talvez por esquecimento da cronista, o casal não se limitava apenas aos beijinhos em suas respectivas faces. Possivelmente, outros tipos de carícias, desenvolvidas de maneira sub-reptícia e não percebidas a olho nu, eram tecidas pelos casais de namorados na subida ao coreto.

Na maioria das vezes, era nesse próprio espaço que se dava início as brigas entre os casais, quando um dos namorados “[...] dava meia volta e ia embora. O que ficava ainda permanecia um tempo recostado ao coreto, cabisbaixo, pensativo, e acabava retirando-se muito desconfiado, muitas vezes, dirigindo-se à Biblioteca” (MEDEIROS, 1997, p. 87). A opção por encaminhar-se a esse espaço de leitura, localizado nas proximidades da pracinha do coreto, decorria do fato de que era considerado, entre a sociedade juvenil da época, “[...] ‘chic’ demais ir até lá [na biblioteca] ler um pouco, ou até escolher um bom romance e, após a devida identificação, levá-lo para casa. Esse era um remédio perfeito para qualquer ‘fossa’ ou ‘dor-de-cotovelo’” (MEDEIROS, 1997, p. 87).

Nesse sentido, a pracinha do coreto, com os encantos e desencantos amorosos das mocinhas e dos rapazes, se consolidava como um dos pontos de encontro da juventude caicoense da época, na trama de sociabilidades que desencadeava em possíveis namoricos, em desejados casamentos ou mesmo em prazerosas e sinceras amizades. Eram nos espaços da praça do Coreto, bem como em outros logradouros públicos espargidos pelos territórios urbanos caicoenses, que as tessituras cotidianas se desenvolviam, revelando uma de muitas faces urbanas de uma cidade que, a partir da inserção em sua paisagem de símbolos tidos como modernos, buscava incansavelmente atingir um ideal de urbe alvissareira, progressista e civilizada, investindo, através da iniciativa pública, em setores estratégicos da cidade e em políticas de melhoramento da infra-estrutura urbana.

Nesse clima de modernização, vivenciado na cidade a cada descortinar no horizonte geográfico dos primeiros focos policromáticos de luzes, os sujeitos caicoenses praticavam os seus espaços, subjetivando e apropriando-se deles, tanto

a partir dos encontros noturnos na pracinha do coreto, como através da participação de eventos que somente eram realizados anualmente. Entre esses eventos ocorridos apenas uma vez a cada ano na cidade, as festividades carnavalescas, incluídas no calendário oficial de manifestações socioculturais e tramadas na ambiência urbana caicoense, representavam a realização de um acontecimento de extrema significância para alguns dos habitantes, mormente, para aqueles que eram envolvidos pela efervescência da festa. Além disso, o carnaval realizado em Caicó tinha uma importância para a própria dinâmica socioeconômica da cidade, intensificando, complementando, reforçando e afirmando seu cotidiano.

Nesse carnaval, possivelmente apreciado por aquelas mesmas subjetividades noturnas que se apropriavam dos espaços da pracinha do coreto, as festividades faziam parte de um “[...] tempo, de um olhar de forma genérica, como se todos fossem iguais. Aqui claramente se interpõe a vivência espaço e tempo diferenciado, não aparecendo a simultaneidade do lazer imposto de fora [...]” (OLIVEIRA, 2003, p.149). Diante disto, a festa era a possibilidade de “[...] apropriação da cidade por parte das populações locais. Espaços e tempos destacavam-se na paisagem. Tempo e espaço mais livres, mais facilmente rompidos e retomados” (OLIVEIRA, 2003, p.149). Era justamente nesse tempo e nesse espaço onde estavam a “[...] invenção do ser e que o acontecido se torna[va] fato histórico” (OLIVEIRA, 2003, p.149).

O carnaval de Caicó, transformado num fato histórico por excelência, se dimensionava, para algumas pessoas, em um espetáculo irresistível de alegria, descontração, animação, movimentação, arrojo e riqueza de cores. Entretanto, nem todos os habitantes viam o carnaval como essa manifestação tão esperada e tão promovedora de felicidades. Pelo contrário, para sujeitos conservadores de uma moral católica, as festividades carnavalescas representavam momentos em que urros inconscientes dos foliões ecoavam pelos dias e noites caicoenses, com a batucada dos tambores roncando pelas ruas da cidade e com os requebrados extasiados dos frequentadores da festa em ritmos frenéticos de um frevo marchado de maneira selvagem.

Os dias atinentes as comemorações das festividades carnavalescas, eram atinados, por esses sujeitos moralistas, como segundos, minutos e horas de intensas loucuras estonteantes vivenciadas por indivíduos, nos quais suas vidas não passavam de carnavais ininterruptos e vazios de sentimentos humanos,

necessitando-os encher-se de qualquer coisa inebriante para esquecer a real finalidade para que foram gestados. Nesse sentido, o carnaval era visto, por representantes da moral católica, apenas como a “[...] recrudescência de paixões, esquecimento da própria dignidade, como o álcool, para muitos, representa[va] meio de narcotizar os desgostos ou decepções”<sup>166</sup>, uma manifestação praticada por pessoas que apresentavam temor em encarar corajosamente os problemas da vida, esquecendo-os ao som “[...] lânguido e sensual dos sambas ou ao rumor sarabandesco das marchas lúbricas e sob a égide dos remorsos íntimos da alma atormentada”<sup>167</sup>.

Na visão moralista e castradora da época, se as festas carnavalescas eram para serem impreterivelmente realizadas, que se desenvolvessem de maneira moderada, com dignidade e boa compostura, algo tido como comum às outras festas populares da cidade, sobretudo aquelas sagradas. Porém, o que se descortinava nessas manifestações populares era outra coisa totalmente diferente daquela pregada pelos defensores das moralidades urbanas, pois a cada transcorrer dos anos, o carnaval mais se transformava em uma ocasião de tessitura de práticas desviacionistas. Assim, durante os dias de realização da festa era comum serem presenciadas cenas degradantes e grotescas que revelavam a irresponsabilidade por parte de indivíduos amorais, lançando mão do respeito pela sociedade e por si mesmo. Para esses sujeitos, desejava-se a repulsa daquelas pessoas de uma boa formação moral.

Como exemplo dessas cenas, consideradas por alguns sujeitos da época como estarrecedoras, pode citar o caso ocorrido durante o carnaval do ano de 1956, quando na ocasião e em plena luz do dia, via-se um carro “[...] de prostitutas fantasiadas a desfilar pelas ruas de nossa cidade, no meio de carros com famílias e com crianças. Faltou a ação vigilante e moralizadora da polícia, para impedir o atentado aos sentimentos da família local”<sup>168</sup>. No momento em que esse automóvel desfilava pelas artérias urbanas, um adolescente saía de braço “[...] dado a uma das

---

<sup>166</sup> (Sem Autoria). Carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de fevereiro de 1955. Ano I. Número 51.

<sup>167</sup> (Sem Autoria). Carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de fevereiro de 1955. Ano I. Número 51.

<sup>168</sup> (Sem Autoria). Aspectos degradantes do carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de fevereiro de 1956. Ano II. Número 103.

doidivas fantasiada de homem, nas principais ruas da cidade, na tarde do domingo”<sup>169</sup>.

Essas cenas, regadas a trajes, músicas e canções tidas como amorais, somente não continuaram devido às ações enérgicas do Comandante do Batalhão Rodoviário Federal, chamado de Cel. José Ferraz, que impediu o desenrolar da situação, não permitindo o atentado público aos bons costumes da população local. Caso essas atitudes não tivessem sido tomadas, as cenas degradantes continuariam “[...] a arrastar a podridão, escandalizado a todos que conservavam a dignidade do pudor”<sup>170</sup>. Além dessas cenas lamentáveis para os conservadores da boa moral, foram descortinados, durante as festividades carnavalescas do mesmo ano, vários sujeitos, tipificados de vagabundos, de ambos os sexos, se embriagando com “[...] lança-perfume, nas ruas e nos cafés, sem atenderem às determinações policiais em todo o país. Esperamos que nunca mais se repitam tais atentados que rebaixam a terra e seu povo”<sup>171</sup>.

Os representantes da segurança pública da cidade, ou seja, os policiais e os guardas municipais, agiam no decorrer das festividades no sentido de tentar manter a ordem pública e de coibir possíveis transgressões, tais como as arroladas no parágrafo anterior, pois estas vinham se transformando em algo muito comum e recorrente durante os dias que aconteciam as manifestações carnavalescas, passando a ser alvo, juntamente com as desordens e as rupturas dos códigos, das normas e das regras realizadas pelos foliões no espaço-tempo da urbe, de queixas por partes de alguns habitantes. Pensando em evitar desestabilizações na ordem pública da cidade e usando de atribuições lhes conferidas por leis, a Polícia Municipal de Caicó, no nome do Capitão Durval Barbosa de Siqueira, recomendava, principalmente, aos cordões, espécie de aglutinação em forma de grupo e/ou bloco de foliões carnavalescos, a observação das seguintes normas instrutivas:

I – Nenhum club, préstito ou cordão poderá sair à rua sem prévia licença da Delegacia de Polícia.

II – Fica expressamente proibido o uso de máscaras depois das 20,00 horas, na via pública, bem assim, o entrudo com água ou pó de qualquer substância nociva à saúde.

---

<sup>169</sup> (Sem Autoria). Aspectos degradantes do carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de fevereiro de 1956. Ano II. Número 103.

<sup>170</sup> (Sem Autoria). Aspectos degradantes do carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de fevereiro de 1956. Ano II. Número 103.

<sup>171</sup> (Sem Autoria). Aspectos degradantes do carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de fevereiro de 1956. Ano II. Número 103.

III – São expressamente proibidas alusões ofensivas às autoridades, particulares, corporações civis, militares ou religiosas, bem assim, aos bons costumes e à moral pública.

IV – Será cassada incontinenti a licença dos grupos ou cordões que alterarem a ordem pública, isso sem prejuízo de medidas mais específicas no caso.

V – Quando houver suspeita, a polícia revistará tanto nas saídas das sedes, ou mesmo na rua, os cordões, a fim de verificar se há algum elemento armado com armas proibidas e, no caso afirmativo, será prêsso o contraventor, contra o qual se procederá na forma de lei.

VI – O Delegado também faz um apêlo aos senhores presidentes dos clubes, para proibir o uso de lança perfume no recinto dos clubes, para o que a polícia em serviço revistará todo o cidadão antes do seu ingresso no aludido clube.

VII – Será apreendida a lança perfume de quem encontrado burlando a medida preventiva supra, no recinto dos clubes, apresentando o transgressor à diretoria para as medidas disciplinares cabíveis, desde que o fato não se revista de mais gravidade.

VIII – O Delegado ainda adverte que não permite a vendagem de lança perfume, nas ruas e nos clubes, em virtude de lei recente que considera tal instrumento como entorpecente<sup>172</sup>.

Ao que se parece, essas normas não conseguiram disciplinar todos os foliões, tampouco, perduraram por muito tempo, pois no ano seguinte, com base em informações colhidas no Jornal *A Fôlha*, práticas semelhantes às ocorridas durante as festividades carnavalescas passadas, sobretudo aquelas atinentes a comercialização e ao consumo de lança perfumes, continuavam a ser tecidas ao longo da malha urbana caicoense, inclusive com uma nova tendência desordenada de certos homens se tornarem mulheres, cobertos de trajes e vestidos de fantasias, utilizadas, predominantemente e sociohistoricamente, pelo público feminino.

Por esses e por tantos outros motivos, as festividades carnavalescas eram tão criticadas pelos representantes das instâncias moralistas da cidade, que, segundo suas concepções, pobres eram aqueles foliões de mentes insanas e de caras sujas que, em plena manhã de quarta-feira de cinzas, semi-embriagados pelo éter, ainda saboreavam seu café matinal: cachaça pura sem nenhum “tira gosto”, abrindo os olhos para suas respectivas vidas e continuando com o mesmo vazio nos corações e com novas chagas abertas em suas almas.

Segundo discursos moralistas impressos nas colunas do Jornal *A Fôlha*, enquanto no período correspondente as festividades momescas alguns indivíduos insensatos se lançavam nos braços tentaculares do prazer embriagador do carnaval, outros, considerados mais prudentes, preferiam “[...] o recolhimento do

---

<sup>172</sup> Durval Barbosa de Siqueira. Normas para o carnaval – Portaria Nº 01/65. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 202.

retiro e da oração para relembrem as verdades eternas, a razão de ser da própria vida”<sup>173</sup>. Conforme esta visão, enquanto “[...] aquêles [os participantes do carnaval] continuavam insatisfeitos e de consciência pesada, êstes [os frequentadores do retiro] se sentiam mais felizes e aliviados, porque a essência da vida não é o prazer, mas a certeza do dever cumprido”<sup>174</sup>.

Se por um lado, aos participantes do carnaval eram atribuídos, pela moral urbana da época, sentimentos de arrependimento pelas práticas desenvolvidas durante tal festividade, por outro, aos frequentadores do retiro religioso, talvez tivessem sido gerados neles remorsos por não terem aproveitado a oportunidade de experimentar, no decorrer dos dias de festividades carnavalescas, os prazeres da carne, os desejos da alma e a esquizofrenia extasiante dos corpos ardentes em labaredas de fogo, expelidas por seus múltiplos poros epidérmicos.

Para aqueles que relevavam os discursos moralistas e que cumpriam o seu dever participando desse evento, o carnaval simbolizava um momento contagiante de alegrias, de jogos de sorrisos, de esquecimento das preocupações e de afogamento das tristezas, embora que, mesmo para os sujeitos mais liberais, fossem feitos apelos aos foliões, sobretudo aos jovens, para que evitassem abusos e excessos nos divertimentos, cuidados essenciais para a manutenção da vida. Nesse sentido, enquanto alguns críticos moralistas viam o carnaval como uma manifestação de pessoas de mentes insanas, outros interpretavam esses eventos como festividades que proporcionavam divertimento e entretenimento entre os foliões, obviamente, quando estes usavam da responsabilidade de seus atos.

Os dias de Rei Momo chegavam e os foliões passavam a vivenciar os mais diferentes meios de festejos carnavalescos, atraindo pessoas dos diversificados espaços da cidade. Na elaboração dessas festividades, a urbe passou a contar, a partir de meados da década de 1960, com a Associação dos Cronistas Caicoenses, que se constituía numa espécie de instituição, coordenada pelo cidadão Pedro Aires Machado, responsável pela organização dos bailes carnavalescos nos clubes dançantes, pelo desfile das escolas de samba e pelas apresentações dos blocos pelas ruas da cidade, bem como, por outros tipos de manifestações carnavalescas tramadas nas artérias urbanas do espaço citadino caicoense. Com a fundação dessa Associação, o carnaval de Caicó passava a ganhar um aspecto

---

<sup>173</sup> (Sem Autoria). Carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de fevereiro de 1955. Ano I. Número 51.

<sup>174</sup> (Sem Autoria). Carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de fevereiro de 1955. Ano I. Número 51.

diferente, tanto nas ruas, como nos outros espaços dançantes, proporcionando uma maior animação aos festejos.

No decorrer das festividades, o frevo e as marchinhas tomavam conta da cidade, sendo ecoado pelos vários cantos de seu espaço urbano e contagiando os foliões e os diversos blocos de rua, tais como: Bafo de Onça; A Turma de Manoel de Nenen; Papo Firme; Tremendão; Deixa Cair; Apaga Fogo; Metralhas; Biboco Preto; As Pistoleiras; Haja Brasa; As Intocáveis; Escravos da Babilônia; dentre outros. Estes blocos, por sua vez, se duelavam nas disputas pelas primeiras colocações e pelos troféus dos concursos carnavalescos. A cada ano, o Reinado de Momo na cidade de Caicó contagiava mais os participantes, tornando-se bastante procurado também pelos foliões das cidades adjacentes. Isso ocorria graças ao bom número de clubes existentes na urbe, bem como, a intensificação e melhoria dos festejos de rua, alegrados por foliões, cujas “[...] veias circulavam o sangue do carnaval. Para êstes, faltar ao reinado era uma grande dor. E organizavam seus blocos, suas escolas de samba. Surgia o colorido das fantasias, o toque do tamborim”<sup>175</sup>.

Ao som dos tambores, matracas e cornetas, os blocos, pintados com as mais distintas cores do carnaval, saíam às ruas, fornecendo um colorido policromático raro e especial ao ambiente. Nos dias de festa, a Emissora de Educação Rural de Caicó dava ampla cobertura aos desfiles dos blocos e aos outros tipos de manifestações ocorridas durante o carnaval, transmitindo das ruas e dos clubes locais, as notícias sobre os festejos momescos, levando-os aos mais diversos recônditos espaciais do sertão do Seridó potiguar. Durante as festividades, as ruas caicoenses eram tomadas pelos foliões, transformando-as, durante os dias de carnaval, em espaços do samba, do frevo e do maracatu.

Na avenida Seridó, uma grande aglomeração de pessoas se aglutinava para presenciar, além dos desfiles dos blocos de ruas, as apresentações das seguintes Escolas de Samba: Unidos na Folia; Garotos na Folia e Os Inocentes. Essas agremiações, concorrentes diretas aos prêmios destinados as melhores, desfiles, animações e enredos e as mais belas apresentações, alegorias e fantasias, monopolizavam a atenção dos foliões, contagiados pelas suas batucadas e pela beleza de seus adornos. Na euforia dessas apresentações, a cidade, a avenida e a

---

<sup>175</sup> Jorge Ursulino. Mascarados. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de fevereiro de 1960. Ano VI. Número 313.

população regurgitavam. O Rei Momo, em toda a sua plenitude e tamanho, acompanhava as apresentações das agremiações carnavalescas. Pupilas de centenas de pessoas miravam suas atenções para as “[...] côres, para os bamboleios, para os desgesticulados requebros malemolentes. Todos os jovens estavam impregnados, até a medula, dos sons rítmicos do Toco Poderoso Monarca dos 3 dias”<sup>176</sup>.

Nesse ambiente de alegrias, essas pupilas, vidradas nos festejos e inebriadas com a beleza das alegorias carnavalescas, não atentavam para as fantasias reais e cotidianas de alguns dos sujeitos presentes aos espaços públicos das manifestações. Esses sujeitos eram três jovens, vestidos de calças rasgadas, remendadas e sujas de cinzas, e de sapatos folgados com buracos costurados. Um destes três jovens, na folia momesca que se matraqueava pelo espaço urbano caicoense, “[...] chegou à esquina, retirou do bolso em farrapos um espelhinho e um pente. Penteou-se. Arrumou-se”<sup>177</sup>. As roupas esfarrapadas desses três jovens não eram somente as dos três dias de festa carnavalesca. Mas sim, as do ano inteiro, gastas e rasgadas pelo trabalho duro, cruel, pesado e cansativo. As cinzas que tinham em suas vestimentas eram provenientes “[...] da cal que haviam caldeado, trabalhado e preparado até aquela hora. Pareciam estar fantasiados. Mas não: Era a comédia da vida que exigia deles aqueles trajes grotescos. Mas era a fantasia do dia a dia. Era o Bloco do Lixo cotidiano”<sup>178</sup>.

Parados na esquina da avenida Seridó, esses sujeitos, perdidos no anonimato da vida e no desconhecido ato do “trabalhar para comer”, sorriam dos “[...] salamaques do volúvel Monarca e seus asseclas. Volúpia de cores. De sons. De músculos. De nervos”<sup>179</sup>. Se saíssem pulando pelas ruas da cidade, todos ali presentes imaginariam que estes pobres indivíduos estariam fantasiados para as festividades do carnaval, que os seus trajes, tingidos pelo branco da cal, eram propositais. Entretanto, não havia nada de intenção por parte desses três jovens. As vestimentas utilizadas por eles eram suas indumentárias cotidianas, usadas e esgarçadas a cada desabrochar de mais um dia de trabalho.

---

<sup>176</sup> (Sem Autoria). Terça-Feira – 17 Horas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

<sup>177</sup> (Sem Autoria). Terça-Feira – 17 Horas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

<sup>178</sup> (Sem Autoria). Terça-Feira – 17 Horas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

<sup>179</sup> (Sem Autoria). Terça-Feira – 17 Horas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

Ademais, estes indivíduos não estavam parados na esquina da avenida Seridó, exclusivamente se deliciando com a beleza das fantasias carnavalescas ou mesmo com o ritmo frenético dos enredos musicais, mas, sobretudo, porque essa avenida fazia parte do trajeto principal realizado por eles, diariamente, tanto no decorrer a ida ao trabalho, como durante a volta da labuta. A falta de possibilidades desses sujeitos em participar diretamente das festividades do carnaval, decorria do fato, segundo o cronista Jorge Ursulino num comentário escrito para o Jornal *A Fôlha*, de que essa manifestação popular a cada dia mais de elitizava.

Para ele, o carnaval, historicamente caracterizado como uma festa do povo, tinha passado, no decorrer dos últimos anos, por grandes variações e mudanças em seu ritmo, privilegiando, quase que exclusivamente, uma classe eminentemente burguesa. Assim, diante de uma elevação no custo financeiro das festividades momescas, os sujeitos de classe pobre, localizados a margem do desenrolar do evento, não “[...] brincavam mais o carnaval. Não pulavam. Não cantavam. Seu tamborim tinha emudecido. Não chorava, não gemia. O pobre apenas observava. Observar não era participar. Carnaval era cair na folia. Esquecer preocupações”<sup>180</sup>.

Se o carnaval caicoense vinha passando por um processo de elitização, as outras festividades realizadas nos espaços privados dos clubes dançantes eram, igualmente, percebidas pelo cronista como entretenimentos sociais destinados unicamente para a burguesia da cidade e da região. Na maioria das vezes, frequentar um baile na urbe caicoense não dependia apenas do fator riqueza, mas principalmente, do interessado ser de estirpe familiar nobre. Sendo assim, pobreza não tinha espaço num ambiente de gala, de luxo, de riqueza e de pomposidade.

Para aqueles sujeitos de classe baixa, restavam-lhes apenas frequentar outros espaços destinados as condições humanas iguais ou semelhantes as suas, como por exemplo, os famosos sambas. Segundo Silva (2008), os sambas se constituíam, assim como o carnaval, em festas de caráter popular e representavam o que atualmente se conhece por forrós. Estas festas, ao contrário de outras mais elitizadas, estavam abertas à participação “[...] de todas as pessoas que quisessem frequentá-las, independente de sua classe social. Todavia, [...] as

---

<sup>180</sup> Jorge Ursulino. Mascarados. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 27 de fevereiro de 1960. Ano VI. Número 313.

peças de classes mais altas não participavam destes sambas devido à ausência de referências sobre sua circulação nestes ambientes” (SILVA, 2008, p. 14).

Os sambas aconteciam em casas familiares, “[...] em bodegas ou em ruas específicas, como na Rua do Serrote ou na Rua da Favela [...], nos quais as classes populares, [frequentadoras assíduas dessas festas], os viam enquanto espaços solucionadores dos problemas de divertimento” (SILVA, 2008, p. 14). Os frequentadores desses ambientes tinham uma própria leitura quanto a esses territórios de sociabilidade e de entretenimento, ressignificando suas respectivas e próprias representações concernentes ao entendimento de diversão.

Quanto às pessoas inseridas numa classe médio-alta, estas se recusavam a participar dessas manifestações, justamente pelo fato destas serem classificadas como festividades populares, passando a frequentar espaços de lazer estritamente elitistas, dentre eles os bailes sociais, que exigiam dos seus participantes, condutas, comportamentos e indumentárias bem alinhadas, sempre em constante avaliação mútua pelos sujeitos presentes a esses eventos. Nesse sentido, festividades como aquelas correspondentes aos Bailes das Festas das Turmas Concluintes dos Cursos Ginasiais e Domésticos do GST, das Festas das Debutantes – nas quais as mais belas jovens caicoenses dançavam suas valsas com seus mais luxuosos vestidos –, das Festas dos Alunos Concluintes do GDS e das Festas do Salão Nobre da Prefeitura Municipal, se constituíam naquelas mais frequentadas pela burguesia caicoense.

Malgrado, além desses espaços de sociabilidades, hierarquizados sociohistoricamente, a cidade ainda contava com festividades que possibilitavam uma aproximação das classes sociais durante suas realizações, embora ainda fosse muito perceptível, mesmo em intensidade menor, uma divisão socioterritorial no transcorrer da festa. A Festa do Rosário, celebrada anualmente no mês de outubro, era um exemplo típico de festividade que permitia, durante a realização do evento, o encontro das classes sociais, embora que no decorrer desse acontecimento festivo ainda fosse possível atinar hierarquias nos bailes dançantes ocorridos nos clubes da cidade. Mas eram nas festas realizadas em praça pública, nas novenas ocorridas na Igreja do Rosário e nas procissões tramadas pelas ruas da cidade, que os sujeitos praticantes do espaço urbano, inseridos em classes sociais distintas, se encontravam, dissolvendo, pelo menos aparentemente e temporariamente, as diferenças de renda.

Herança cultural, essa manifestação socioreligiosa consistia na celebração de novenas e procissões em homenagem e comemoração a Padroeira da Irmandade Negros do Rosário, ou seja, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, assim como, na realização de bailes badalados, leilões disputados e feirinhas animadas. No decorrer das celebrações socioreligiosas, a Festa do Rosário contava com os parques de diversão, os passeios dos jovens pelas praças, os bazares e os pipoqueiros que faziam a alegria das crianças, dos jovens e dos adultos. Além disso, entre os próprios atos de celebração da Festa do Rosário, a cidade ainda presenciava apresentações artístico-culturais dos componentes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Caicó, criada no século XVIII e cuja indumentária dos seus componentes era composta por alpargatas, camisas brancas, calças azuis e espontões adornados com fitas de sedas de diversificadas cores, que por sua vez, simbolizavam posições hierárquicas no âmbito do próprio grupo.

No batuque do tambor, no palpite do bombo e no toque vibrante do pífano, os Negros do Rosário, como assim eram e ainda são conhecidos entre a população local, saíam pelas ruas da cidade levando a alegria, o ritmo frenético de seus instrumentos e as danças afro-descendentes. No cortejo, seguido por vassalos, feito pelas artérias e logradouros do espaço urbano caicoense, a elegância da rainha negra e de seu rei despertava a curiosidade dos expectadores presentes no espetáculo.

Outra atração da Festa do Rosário era a “[...] apresentação do pastoril, que se iniciava nos primeiros dias da festa e se prolongava até o Dia de Reis. As noites quentes [...] eram alegradas pela voz juvenil das pastorinhas e pela alegria ruidosa dos torcedores, depois de cada canto” (GUERRA, 1982, p. 79). Nos dias de apresentação do pastoril, os “[...] expectadores reuniam-se todas as noites após a novena ao redor do palanque armado na parte lateral da Igreja do Rosário ao lado da prefeitura” (GUERRA, 1982, p. 79). Nessa festa, os caicoenses, sob os embalos contagiantes dos ritmos e das danças tradicionais dos Negros do Rosário, estabeleciam seus laços de proximidade, afetividade e sociabilidade com os demais participantes desse evento socioreligioso.

A Festa do Rosário se dimensionava em uma das muitas oportunidades dos habitantes praticarem seus jogos mútuos de conversas, saberes, fazeres, dizeres, brincadeiras, risos, jocosidades, estratégias, astúcias, experiências, enfim, múltiplas artes de fazer a vida cotidiana. Diante disto, essa manifestação

socioreligiosa, geradora também de dividendos econômicos para a cidade, estava incluída no calendário anual de festividades da urbe caicoense, que ainda era preenchido por outros eventos sociais, tanto aqueles considerados comuns, quanto aos atinados como ocasionais, realizados no transcorrer dos anos de 50 e 60 do século XX.

Como ilustração de um evento ocasional ocorrido no espaço urbano caicoense, convém aqui destacar a passagem da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima pela cidade de Caicó. A imagem sacra, trazida de Portugal para o Brasil por eclesiásticos lusitanos e em peregrinação por várias cidades brasileiras, chegou à Caicó numa tarde de 22 de novembro do ano de 1953. A passagem dessa imagem movimentou a cidade, a região e a própria população católica local, transformando esse acontecimento religioso num autêntico momento de júbilo. Durante todo o dia em que estava previsto a passagem da imagem sacra por Caicó, a cidade revestiu-se de festividades, com ruas, praças e avenidas regurgitadas por católicos fervorosos oriundos tanto da própria urbe, como de outras adjacentes.

A imagem sacra, conduzida de Natal para Caicó, chegava à cidade por volta das 16 horas, quando na ocasião dezenas de pessoas estavam esperando para recepcioná-la nas proximidades do açude Itans. Logo que adentrou aos espaços da urbe, a imagem foi conduzida ao centro da cidade por um longo cortejo, formado por vários veículos automobilísticos, que em velocidade gradativa dirigiam-se, pelas avenidas Coronel Martiniano e Seridó, para a Catedral de Sant'Ana, onde nesse templo religioso, milhares de fiéis aguardavam a sua chegada e girândolas de fogos de artifícios, estourando nos céus caicoenses, anunciavam a incursão da imagem no largo da Catedral.

Além de todas essas solenidades, outras manifestações, tais como: missas, procissões e bênçãos litúrgicas proferidas em latim, foram realizadas em homenagem a presença da Imagem de Nossa Senhora de Fátima na cidade de Caicó. A imagem, logo que adentrou o largo da igreja, foi colocada num belo andor, passando posteriormente a ser acondicionada em um dos suntuosos altar-mores da Catedral de Sant'Ana, Este templo religioso havia passado por algumas reformas em sua ambiência interna e externa, visando justamente a recepção dessa imagem na cidade, inclusive com a materialização das iniciativas atinentes a edificação, após muitas solicitações, de sua segunda torre (Imagem 19).

**IMAGEM 19**  
**“Edificação da Segunda Torre da Catedral de Sant’Ana”**



**FONTE:** Acervo do Museu do Seridó.  
**DATA:** Desconhecida.

Ademais, a construção dessa torre não se resumiu aos únicos trabalhos realizados no universo religioso da cidade. Mas, outras obras também vinham, ao longo das décadas de 1950 e de 1960, sendo inauguradas nos espaços sagrados da urbe caicoense. A edificação de um Arco do Triunfo (Imagem 20), levantado no largo da Catedral de Sant’Ana e medindo aproximadamente dezesseis metros de altura e oito de largura, em homenagem a passagem da Imagem de Nossa Senhora de Fátima pela cidade, se constituía num exemplo típico dessas outras obras erguidas e inauguradas nos territórios sagrados da urbe.

**IMAGEM 20**  
**“O Arco do Triunfo e a Catedral de Sant’Ana”**



**FONTE:** Acervo do Museu do Seridó.  
**DATA:** Desconhecida.

Tal monumento, erguido aos olhos dos habitantes católicos da cidade, não simbolizava apenas o sentido único de perenizar a espiritualidade “[...] mariana de sua gente católica, [mas, principalmente] o de lembrar o inolvidável acontecimento cívico-religioso de 1953, quando por aqui passou a Virgem Peregrina de Fátima [...] e o de embelezar, valorizar e enobrecer a cidade”<sup>181</sup>. O Arco do Triunfo, monumento religioso que adorna a cidade até os dias hodiernos e que durante as décadas de 1950 e de 1960 representava também um símbolo do progresso urbano caicoense, teve sua construção planejada pelo bispo diocesano dom José Adelino Dantas, na época representante máximo da Diocese de Caicó, que logo após a passagem da Imagem Peregrina de Fátima, teve a idéia de erigir, no largo da Catedral de Sant’Ana, um Arco, fixando no cimo uma réplica da venerável Imagem da Virgem de Fátima. A construção desse Arco, que contou com a adesão e o apoio da população local, se arrastou ao longo de cinco anos, sendo inaugurado, conforme consta na placa aposta no monumento, aos 15 de agosto de 1958.

Com a inauguração do Arco do Triunfo, este monumento passou a se dimensionar em mais uma referência religiosa para a cidade, se evidenciando, outrossim, em um elemento urbano de característica progressista. Posto isto, esse

<sup>181</sup> (Sem Autoria). Arco de Nossa Senhora de Fátima. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 14 de dezembro de 1957. Ano IV. Número 85.

monumento se tornava também um marco do processo de modernização materializado na paisagem urbana caicoense, embelezando ainda mais o espaço da cidade alvissareira, principalmente, o largo da Catedral de Sant'Ana. Esse largo, adornado com a presença do Arco em sua paisagem, se constituía no ambiente principal da tessitura das manifestações socioreligiosas da cidade, sobretudo, da realização da Festa de Sant'Ana, considerada na época, como o maior evento socioreligioso da região do Seridó potiguar. A Festa de Sant'Ana que, durante as décadas de 1950 e de 1960, acontecia na semana final do mês de julho, era percebida como o momento especial em que a cidade recebia de braços abertos os peregrinos da padroeira de Caicó e do Seridó, ou seja, Senhora Sant'Ana, abrigando “[...] os entes queridos e os visitantes que chegavam atraídos pelo clamor exagerado daquele que ama de forma demasiada esse lugar” (DANTAS, 2003, p. 171).

A Festa de Sant'Ana, símbolo tradicional da sociedade caicoense desde meados do século XVIII, “[...] transformou-se num espaço de tradição em Caicó” (ANDRADE, 2007, p. 89), se convertendo em uma oportunidade de “[...] apresentar aos visitantes uma excelente impressão sobre a cidade [...]” (ANDRADE, 2007, p. 89). Portanto, essa festa se evidenciava como uma autêntica vitrine da urbe, expondo aos visitantes desde alguns aspectos tradicionais da sociedade local aos vários ícones de modernidade e de progresso urbano da cidade, sendo considerada o momento máximo de sua aparição em meio público.

Os momentos religiosos da festa iniciavam-se com “[...] a passeata de abertura e o hasteamento da bandeira no pátio da igreja, prosseguindo as atividades com a realização do novenário” (DANTAS, 2003, p. 171). No último dia de encerramento da festa, era realizada a “[...] procissão de Sant'Ana, percorrendo-se as ruas da cidade para fechar um ciclo que se encerrava com a missa campal, no pátio da igreja” (DANTAS, 2003, p. 171). Neste ritual, as fronteiras espaciais e sociais rompiam-se e todos pareciam “[...] comungar de um mesmo credo, o culto à santa padroeira. Na procissão, os indivíduos eram sujeitos dos próprios sonhos, ocupando e encenando o teatro da vida no papel de expectadores e atores ao mesmo tempo” (DANTAS, 2003, p. 171).

Assim, a cidade, que nasceu, segundo as narrativas lendárias, da prece de um vaqueiro a Senhora Sant'Ana, sentia-se orgulhosa em homenagear aquela que foi sua genitora. Diante disto, o mês de julho representava para a cidade o mês da festa, o mês da alegria, “[...] o mês da volta a terra querida, mas era

principalmente o mês de maior conagração entre todos os filhos dessa terra, ausentes ou presentes. Era como se através de um passe de mágica, qualquer lugar do mundo se transformasse em CAICÓ” (OLIVEIRA, 19??, p. 87).

Além dos rituais religiosos, a Festa de Sant’Ana proporcionava a realização de outros eventos sociais que eram tramados concomitante ao seu desenvolvimento, tais como: o leilão, a Feira de Sant’Ana, a exposição do clube de Mães, os bailes, etc. Nas memórias de Iracema Trindade (1982, p. 33), os bailes da festa representavam a apoteose final do novenário de Sant’Ana;

[...] o momento supremo dos encontros derradeiros para a confirmação de um afeto ou [...] o compromisso de um noivado. No salão funcional da velha Prefeitura Municipal de Caicó, mesmo ladrilhado a pedra, com a ajuda do espermacete para o deslize dos pares, realizava-se o programa social de maior gala, para prestigiar os visitantes ilustres – confirmar a fama de Caicó – terra hospitaleira de gente amiga e educada. Em todo redor da quadra de dança enfileiravam-se as cadeiras, para a assistência das famílias. Muita luz. Num dos extremos do salão posicionava-se a orquestra – a banda de música local ‘O Recreio Caicoense’ sob a regência do saudoso Mestre Bedé. E cada família primava pela boa apresentação de seus membros – todos muito bem trajados: as mães em suas galas de jóias, rendas e leques; as moças com luvas e flores; era um convite à boa educação dos rapazes, de prestigiar sua dama com cuidado de nem amassar a flor da cintura. E, ao sinal da batuta do maestro, rompia a orquestra, a abertura do baile. Era um espetáculo grandioso de beleza e harmonia – os pares jovens a rodopiar pelo salão num contágio feliz de alegria e prazer, com a graciosidade dos passos na exatidão do compasso [...].

O baile da Festa de Sant’Ana representava o momento épico da elite caicoense mostrar toda a sua pomposidade e sua elegância. Esse evento de sociabilidade era destinado somente a elite da cidade e da região. Nesse baile, momento em que as moças e os rapazes da cidade apareciam com figurinos e visuais irretocáveis e exibiam as últimas novidades da moda feminina e masculina, os namoros, os noivados e os flertes eram sempre recorrentes. Desse modo, entrar no Salão da Prefeitura Municipal em dias de baile era um privilégio para poucos. Na verdade, somente para aqueles sujeitos que faziam parte da sociedade elitista da cidade. Esse baile ainda era embalado pelos ritmos e sons da Banda de Música Recreio Caicoense, que animava, durante todo o evento, essa festa.

Essa banda não mostrava a sincronia de suas melodias e acordes somente nos espaços desse baile, mas em todos os dias de Festa de Sant’Ana, ela “[...] acorda[va] a cidade, quando o sol [...] [nascia] com uma alvorada musical. Ao meio dia, sol à pino, tinha a tocata, no patamar da igreja, perto do mastro onde estava hasteada a bandeira da Santa” (HEBERT, 1982, p. 93-94).

Depois “[...] da tocata, a banda sai[a] pela cidade executando o seu repertório pela rua, arrastando atrás de si um grupo de meninos que acompanha[va] o passo lento e cadenciado dos músicos” (HEBERT, 1982, p. 94). A passos gradativos e “[...] miúdos, batida uniforme no calçamento fumegante, a ‘furiosa’ [...] ia caminhando lentamente. [...] Passava [...] [pela praça da Catedral e do Coreto] dobrava no Beco de José Diniz e entrava na Rua da Cadeia Velha até chegar [...] na praça do Rosário” (HEBERT, 1982, p. 94).

Os dez dias de Festa de Sant’Ana representavam para a cidade, a urdidura de polissêmicas tramas sociais em muitos eventos tecidos paralelos aos seus rituais sagrados. Além de todos esses eventos que aconteciam na cidade, resultantes da realização da festa, as brincadeiras e alegrias tecidas nos parques de diversão eram esperadas com muito entusiasmo pelos caicoenses. Os olhares dos sujeitos participantes da festa reluziam admirados com o brilho e o colorido do Parque Lima, com “[...] sua roda gigante, seu carrossel, seu mundo mágico” (OLIVEIRA, 19??, p. 87).

Esse parque de diversão, proveniente do estado da Paraíba, marcou sua presença constante durante muito tempo na Festa de Sant’Ana. Quando se aproximava os dias iniciais de realização da festa, o Parque Lima reaparecia na cidade, montando e armando, no leito da rua Padre Sebastião, suas formas e estruturas, que resultavam em máquinas de diversão, tais como: roda-gigante, carrossel de cavalinhos, canoas, juju, dentre outras. O juju era uma espécie de microcarrossel da criançada, “[...] munido de toldo colorido e cadeiras pendentes, decoradas com motivos infantis, em torno do qual ficavam os pais embevecidos, ao verem seus pimpolhos divertindo-se ao embalo suave das rotações acionadas manualmente por manivela” (TRINDADE, 1997, p. 53). Esta máquina, assim como as outras, levava entretenimento, diversão, alegria, medo e receio aos indivíduos que se aventuravam em viagens mirabolantes nos carrosséis, rodas-gigantes, conoas e jujus.

No ano de 1950, o Parque Lima “[...] trouxera pela primeira vez entre seus equipamentos tradicionais, uma outra variedade de máquina que chamou a atenção e curiosidade de muita gente” (TRINDADE, 1997, p. 54). Era a sombrinha, uma espécie de equipamento de versão ampliada do juju, designada ao público adulto, instalada nas contiguidades de um dos flancos esquerdos da Catedral de Sant’Ana. Esse equipamento era composto de uma estrutura de ferro e de madeira,

de dimensões e proporções um tanto quanto avantajadas, com parte circular superior “[...] formada por oito raios, de cujas extremidades, a uma altura não menos de quatro metros em relação ao solo, pendiam as correntes que sustentavam os assentos de ferro, dispostos em fila dupla, proporcionando lotação de dezesseis pessoas” (TRINDADE, 1997, p. 54).

A engenhoca, exótica para os olhos dos caicoenses, era movido pela ação de um improvisado motor de caminhão, do qual fora extraído após certo uso. A sombrinha, aparentemente tosca e com uma impressão de obra inacabada, era a atração dos curiosos, que se aproximavam a fim de darem algumas voltas e passeios naquele carrossel avantajado. Pois bem, bastaram algumas rodadas na sombrinha, para que a fama “[...] do brinquedo medonho se espalhasse rapidamente pela cidade. A particularidade que a destacava das demais diversões era justamente o ritmo veloz que o motor imprimia ao movimento de rotação de seu carrossel [...]” (TRINDADE, 1997, p. 54), causando, em determinados momentos, situações desconfortáveis aos seus passageiros.

No entanto, a cada noite crescia ainda mais o número de pessoas interessadas em se aventurar nas rodadas velozes da sombrinha. Depois do término de cada novenário, quando o serviço de alto-falantes começava a emitir ondas sonoras, a engenhoca começava a funcionar, proporcionando descontração aos sujeitos que se aventuravam na dita sombrinha. Ao se acomodarem nos “[...] assentos, as pessoas eram advertidas pelos funcionários do parque, no sentido de dispensarem cuidados especiais aos objetos de uso pessoal, como forma de evitar escapulidas prejudiciais por ocasião da movimentação do carrossel” (TRINDADE, 1997, p. 55).

Mesmo assim, dos locais onde as pessoas estavam assentadas, sob a ação de “[...] rotações aceleradas, desprendiam-se, não raro, os mais variados adornos femininos, calçados de todos os tipos, óculos, chapéus masculinos [...] e, o mais deprimente: jatos de vômitos. Tudo isso lançado sobre a cabeça das pessoas lá embaixo” (TRINDADE, 1997, p. 55). Embora causando transtornos em alguns e emoções em outros, esse equipamento não deixava de atrair a atenção e a curiosidade dos participantes da Festa de Sant’Ana, alegrando ainda mais os seus momentos festivos.

Desta maneira, os parques de diversão, os bailes, as novenas, a feirinha, a procissão e os demais eventos, se tornavam os momentos especiais da

Festa de Sant'Ana, proporcionando entre os seus participantes, a tessitura de práticas socioespaciais urbanas das mais distintas e inolvidáveis possíveis. Na verdade, a Festa de Sant'Ana, assim como outras manifestações e expressões sociais ocorridas nos meandros da cidade, se constituiu, durante os anos 50 e 60 do século XX, em um evento importante para a cidade, mesclado de tradição e de modernidade, no qual a sociedade caicoense expôs seus desejos de mostrar aos visitantes e aos seus próprios praticantes do espaço urbano local, os signos, os símbolos, os ícones e os elementos de uma cidade que ora almejava, ora desejava e ora se dizia realmente ser moderna, civilizada, alvissareira e progressista.

# Conclusões



## Conclusões

Numa estratégia de ocupação, apropriação, povoamento e colonização dos espaços seridoenses que seguiu um modelo de construção de aglomerados humanos sobre pedras e entre rios, Caicó se fez enquanto cidade. Desde os tempos de sua criação, emancipação e institucionalização, essa cidade vem sendo escrita e reescrita por inúmeros sujeitos praticantes de seu próprio espaço urbano, tornando-se biografada e descortinada pelas pupilas de seus respectivos autores ao longo de sua trajetória histórico-geográfica.

Diante disso, a cidade de Caicó, composta por lugares utópicos, heterotópicos, topofílicos, entre outros topos, se constituiu enquanto um espaço urbano “tatuado” por grafias, alcunhas, identificações, denominações, tipificações e adjetivações criadas por seus próprios habitantes no ato de praticar e representar a cidade em suas muitas experiências de subjetivação e de territorialização dos espaços vividos da cidade.

Desta forma, a mancha urbana caicoense foi crescendo, expandindo-se, deixando de ser uma pequena povoação gestada, durante os últimos anos da década de 1780, nas entranhas de um sertão marcado pelas irregularidades pluviométricas, para se tornar, no transcorrer dos anos de 50 e de 60 do século XX, uma cidade racionalizada por padrões, preceitos e ideais de modernidade, de progresso, de ordem e de civilidade.

Assim, os ares de modernidade urbana, sentidos e vividos em outros recortes urbanos brasileiros, atingiram, obviamente com intensidades distintas, os espaços da cidade de Caicó, ressoando, direta ou indiretamente, em sua dinâmica, em sua organização, em sua morfologia, em sua estrutura e em sua vida cotidiana. Influenciados por esses ares, os projetos de modernização do espaço urbano caicoense passaram a ser pensados por representantes das elites locais que desejavam, através de modelos imaginários de urbes racionais, a construção de uma cidade ideal para a região do Seridó potiguar.

Esses projetos estavam inseridos nos planos, estratégias e metas, advindos de discursos burgueses, que tentavam legitimar e institucionalizar a cidade de Caicó enquanto uma capital dos sertões seridoenses, contemplando desde transformações e intervenções em sua estrutura urbana e em alguns dos costumes

antigos de seus praticantes às criações e comunhões, em seus espaços, de hábitos, comportamentos e práticas sadias, modernas e civilizadas.

Para tal legitimação, políticas urbanas, permeadas de características diversificadas e imbuídas de ideais de modernidade, eram constantemente criadas pelas elites locais e divulgadas na imprensa escrita da época, principalmente nas páginas semanais do Jornal *A Fôlha*, órgão responsável pela constituição e instituição, durante as décadas de 1950 e 1960, dos modos católicos de viver e de pensar na cidade.

Entre essas políticas projetadas para a cidade de Caicó, as de urbanização, de saúde, de moralidade, de educação e de higienização, se destacavam como aquelas mais imaginadas, desejadas e almejadas pelas elites locais. Desse modo, essas políticas de melhoria da imagem urbana, planejadas diante de uma tensão entre o novo e o velho, correspondiam aos sonhos, ideais e perspectivas gestadas por aqueles indivíduos desejosos em tornar a urbe caicoense uma cidade moderna, progressista, civilizada, desenvolvida, enfim, uma autêntica capital do Seridó potiguar.

Destarte, a cidade imaginada pelas elites locais era pensada a partir da cidade real, bem como, através daquilo que existia, e não existia, em seu espaço urbano. Nessa cidade real, alguns elementos patológicos encontrados em seus meandros, como certos espaços e práticas indesejadas, compuseram e integraram os aspectos de sua paisagem urbana, manchando a imagem de uma cidade aspiradora do progresso e abrindo chagas na epiderme de seu corpo.

Desta maneira, práticas antiestéticas, anti-morais e anti-higiênicas, tecidas, na maioria das vezes, sub-repticiamente e sorrateiramente por *homens ordinários* em vários cantos e antros da cidade, eram, recorrentemente, criticadas, perseguidas, vigiadas e punidas pelos mecanismos de controle, ordenação, disciplinarização e normatização das condutas urbanas.

Nesse contexto, inseridas numa rede de poderes disciplinares, as práticas desviacionistas, urdidas nos espaços indesejados da cidade, abalavam os pilares sociais das famílias burguesas caicoenses, desestabilizando a ordem urbana vigente na época e causando transtornos entre aqueles habitantes que desejavam erguer uma cidade ideal e moderna nos solos seridoenses. Essas práticas, materializadas no âmbito de uma cidade concretizada, tornavam a urbe caicoense um cenário em que *scripts* cotidianos correspondentes às jogatinas, aos vícios, aos

namoricos em logradouros públicos, as amoralidades e as bebedeiras, eram ensaiados a cada romper de mais um dia de vida urbana, mesmo com as medidas em exercícios e em atividades efervescentes de profilaxias, de controles e de eliminações de tais práticas doentias.

Ademais, além dessas práticas, problemas socioespaciais, advindos direta ou indiretamente do modo como o próprio processo de modernização urbana paradoxal, contraditório e desigual se efetivava e decorrentes da intensificação da violência urbana, do aumento da pobreza e da miséria, do crescimento desordenado de patologias e da ausência de eletricidade, calçamento e salubridade nas principais ruas, avenidas e bairros da cidade, aumentavam os transtornos urbanos causados à população local.

Ao lado dessas materializações indesejadas, os espaços da cidade de Caicó também passavam a ser apropriados, concomitantemente, por novos objetos, equipamentos e serviços urbanos e por hábitos, costumes e comportamentos considerados modernos. Esses novos elementos, inseridos nos espaços da cidade, geravam, entre alguns de seus praticantes, sentimentos de grandeza e manifestações de idolatria pela maneira como a urbe vinha sendo contemplada por modernas formas e ações urbanas.

Assim, diante dos tempos áureos vivenciados nas reentrâncias urbanas caicoenses, os espaços da cidade passaram a ser alvos, durante uma Era atinada e identificada aqui como a Era do Ouro Branco, de intervenções, transformações, inovações e melhoramentos em sua paisagem. Nesse sentido, através de dicotomias existentes entre o que se concretizava no espaço urbano como indesejado e o que se materializava como desejado, Caicó foi ganhando, a partir de políticas públicas pensadas para a cidade ao longo das décadas de 1950 e de 1960, novos objetos, equipamentos e serviços urbanos que, indubitavelmente, conseguiram intensificar e transformar a dinâmica urbana local.

Entre esses novos objetos, equipamentos e serviços urbanos inseridos no espaço citadino caicoense, cabe destacar os seguintes: hospital, ponte, institutos de educação, casas comerciais, transportes coletivos, sinais de trânsito, cinemas, emissora de rádio, energia elétrica, arborização, agências bancárias, aformoseamento de praças, calçamento de avenidas e ruas, instituições federais, redes e aparelhos telefônicos, trabalhos de higienização pública, cemitério, hotéis, edifícios, enfim, uma miríade de modernos espaços construídos e de novas práticas

tecidas, urdidas e vividas nos meandros de uma cidade marcada, simultaneamente, por uma vida urbana paradoxal e contraditória. Esses equipamentos e serviços urbanos criavam, intensificavam e respaldavam os sentimentos de progresso e de modernidade expressados por determinados sujeitos praticantes dos espaços da cidade de Caicó.

Contudo, além de tais equipamentos e serviços que foram sendo, gradativamente, inseridos no espaço citadino caicoense, a cidade ainda contava com outros objetos geográficos que, embora não tivessem sido instalados durante os anos de 50 e de 60 do século XX, representavam, na mesma intensidade e na mesma medida, símbolos de um progresso majestoso iniciado em tempos mais recuados e fortalecido nesses anos, tais como: o segundo maior reservatório de água doce do Rio Grande do Norte, ou seja, o açude Itans; os maiores estabelecimentos de ensino privado do Seridó – GDS e GST – que educavam centenas de jovens da própria urbe local e das outras cidades adjacentes; as mais animadas festas socioreligiosas do estado, que atraíam pessoas de todos os recônditos do país; a mais odisséia história acerca do marco inicial da cidade, na prece de um vaqueiro aflito para soerguer uma capela como gratidão e reconhecimento a Senhora Sant’Ana, por tê-lo salvo, nos mofumbais do sertão, da fúria de um touro indomável e colérico; o terceiro município, de acordo com o censo demográfico da década de 1960, mais populoso do estado do Rio Grande do Norte; dentre outros elementos históricos. Esses elementos, mesclados e amalgamados por conteúdos e por doses de tradição e de modernidade, se juntavam aos outros objetos enxertados na paisagem urbana caicoense, revelando assim, uma reconhecida mania de grandeza e de pomposidade, construída historicamente e legitimada socialmente, inerente à cidade.

Nesse clima de tradição e de modernidade, a cidade ia sendo praticada através das diversas relações sociais estabelecidas nos vários espaços de sociabilidades existentes em sua malha urbana, dentre os quais se destacava os seguintes: os clubes dançantes, com as festas das debutantes, as festas dos alunos concluintes do GDS, os bailes das festas das turmas concluintes dos cursos ginasiais e domésticos do GST e os bailes da festa de Sant’Ana que alegravam a vida noturna e social da cidade; os sambas, com as festas realizadas em bodegas e em outros lugares de sociabilidades; os bares e cabarés, com as tessituras desviacionistas urdidas, sob o olhar punitivo da interdição social, por sujeitos

destemidos; as missas e as novenas, com as orações feitas nos diversos templos religiosos da cidade; os cinemas, com as tramas sociais tecidas antes, durante e depois das sessões fílmicas; e as praças públicas, com as práticas socioespaciais, das mais distintas possíveis, estabelecidas em seus territórios.

Além desses espaços de sociabilidades, a cidade de Caicó ainda era cenário da realização de manifestações populares, de durações temporais limitadas e de características historicamente tradicionais, tecidas nos meandros de seu cotidiano urbano e que abrangiam desde as festas profanas dos carnavais às festividades sagradas das Festas de Sant'Ana e do Rosário, embora essas duas últimas também fossem marcadas por práticas profanas.

Diante disto, com base nos fragmentos mnemônicos colhidos nas fontes históricas e através dos fios silenciosos das fontes documentais, foi possível rerepresentar e reconstituir uma história dos espaços de sociabilidades e das práticas socioespaciais tramadas no cotidiano urbano caicoense ao longo das décadas de 1950 e de 1960. Nesse sentido, tanto os espaços de sociabilidades existentes na urbe, como as práticas socioespaciais tecidas em seu cotidiano, “sentiam” as ressonâncias e as ações das transformações urbanas que vinham acontecendo na cidade de Caicó.

As transformações que se sucederam na cidade, viabilizadas a partir da instalação de novos equipamentos e serviços urbanos, contribuíram para o aformoseamento e embelezamento de sua paisagem, bem como, para o evidente melhoramento de alguns dos setores de seu espaço urbano. Essas transformações, reflexos e condicionantes de um processo de modernização urbana concretizado na paisagem urbana da cidade, foram, outrossim, criadoras e geradoras de novos valores, comportamentos, hábitos, linguagens, costumes, pensamentos e mentalidades entre a população local. Não obstante, essas mesmas transformações, imbuídas por ideologias de racionalidades e efetivadas de maneira contínua e epidérmica, não se materializaram sem empecilhos. Muitas delas, embora não tivessem se constituído em preocupações centrais por parte dos redatores do Jornal *A Fôlha*, devem ter encontrado resistências ponderáveis ao seu avanço entre alguns personagens que praticavam e produziam cotidianamente o espaço urbano local.

Por esta forma, diante de lacunas, buracos, rastros, brechas e pistas deixadas, inevitavelmente, ao longo de um trabalho científico, muitas outras histórias sobre a cidade, os espaços, as resistências, as transformações, as práticas, as

manifestações, as sociabilidades e o cotidiano urbano caicoense, poderiam, igualmente, ser ditas, escritas, narradas e contadas nessa cartografia textual. Entretanto, deixo essas outras histórias para serem, através das reflexões buriladas nesta dissertação, pensadas e repensadas, elaboradas e reelaboradas, apresentadas e reapresentadas, e construídas e reconstruídas em outros momentos, em outros espaços e em outros tempos da vida acadêmica.

# **Acervos e Fontes**

## 1. Fotografias:

1.1. Acervo iconográfico do Museu do Seridó/CERES/UFRN.

1.2. Acervo iconográfico do Projeto de Pesquisa “Fotografia e Complexidade” – Departamento de História e Geografia/CERES/UFRN.

## 2. Códigos e processos-crime:

2.1. CÓDIGO DE POSTURAS (Lei 444/69 – De 20 de maio de 1969). Câmara Municipal de Caicó. Disponível em: <[http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo\\_Posturas.pdf](http://www.cmcaico.com.br/downloads/Codigo_Posturas.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2007.

2.2. PROCESSO-CRIME (1950/1960). Fundo da Comarca de Caicó – sub-fundo do 1º Cartório Judiciário – Laboratório de Documentação Histórica - CERES/UFRN.

## 3. Jornais:

3.1. A FÔLHA (1954-1968). Fundo do Laboratório de Documentação Histórica – CERES/UFRN.

### Matérias:

Alfredo Alves Cabral. A imprensa é livre. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 24 de agosto de 1957. Ano IV. Número 182.

\_\_\_\_\_. Voltando ao combate. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 25 de junho de 1960. Ano VII. Número 257.

Cônego D. Diniz. Um sonho realizado. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 01 de dezembro de 1956. Ano III. Número 144.

Dom José Adelino Dantas. Homens e Fatos do Seridó Antigo: no transcurso do 133º aniversário da passagem de frei Caneca por Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de outubro de 1957. Ano IV. Número 191.

\_\_\_\_\_. O Sr. Bispo Diocesano enviou, em princípios desta semana, o seguinte ofício ao Exmo. Sr. Juiz de Direito desta Comarca. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 01 de outubro de 1955. Ano II. Número 83.

Durval Barbosa de Siqueira. Normas para o carnaval – Portaria Nº 01/65. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 202.

Eduardo Gurgel de Araújo Filho. Horários de Aviões. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de junho de 1956. Ano III. Número 121.

Flôr de Liz. Apreciações da semana. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 25 de julho de 1954. Ano I. Número 21.

\_\_\_\_\_. Pela iluminação pública. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de novembro de 1956. Ano III. Número 140.

Francisco Pereira da Nóbrega Sobrinho. Conclamação. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de novembro de 1957. Ano IV. Número 195.

\_\_\_\_\_. Mães culpadas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de maio de 1955. Ano II. Número 61.

\_\_\_\_\_. Tarados de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de março de 1957. Ano IV. Número 159.

\_\_\_\_\_. Uma advertência. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 08 de dezembro de 1956. Ano III. Número 145.

Hilda Araújo. Pelotão de Saúde. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de novembro de 1954. Ano I. Número 36.

\_\_\_\_\_. Uma esmola de respeito, pelo amor de Deus!. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de junho de 1955. Ano II. Número 72.

José Benévolo Xavier. Edital. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de março de 1956. Ano III. Número 105.

Jorge Ursulino. Mascarados. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de fevereiro de 1960. Ano VI. Número 313.

Jota. De Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de abril de 1957. Ano IV. Número 162.

\_\_\_\_\_. Kaleidoscópio – O Edifício Sant’Ana. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 29 de abril de 1961. Ano VIII. Número 8.

Maria Florentina de Melo. Mais higiene, mais saúde. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de maio de 1967. Ano XIII. Número 11.

Milton Aranha Marinho. Aviso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de maio de 1960. Ano VII. Número 324.

Pedro Celestino. A cidade em revista: COSERN quer aprontar serviços em dois meses. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de junho de 1967. Ano XIII. Número 14.

Pedro Dias. A biblioteca municipal. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de janeiro de 1961. Ano VIII. Número 359.

Padre Antônio Balbino. A Escola Técnica de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de janeiro de 1961. Ano VII. Número 359.

\_\_\_\_\_. Padre, o senhor no cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 28.

Padre Emerson Negreiros. Impressões sôbre Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de abril de 1954. Ano I. Número 6.

Padre. Itan Pereira. A cidade que espera. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 31 de agosto de 1963. Ano IX. Número 129.

\_\_\_\_\_. Impressões de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de abril de 1960. Ano VII. Número 319.

\_\_\_\_\_. Pelos caminhos do mundo: cachaça é diversão. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 04 de dezembro de 1965. Ano X. Número 232.

\_\_\_\_\_. Porque se vai ao cinema? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de setembro de 1961. Ano VIII. Número 27.

\_\_\_\_\_. Ontem e Hoje. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 03 de junho de 1961. Ano VIII. Número 13.

\_\_\_\_\_. Quem se lembrou? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

Raimundo Guerra. O chafariz. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 7 de janeiro de 1956. Ano II. Número 27.

Roldão Gurgel Diniz. A energia chegou! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

Siemens do Brasil Cia. de Eletrificação. Aviso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de setembro de 1959. Ano VI. Número 290.

Um morador. A pedidos o leitor reclama. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de maio de 1954. Ano I. Número 11.

Valle Sobrinho. Analisando. Praça Dr. José Augusto. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de setembro de 1957. Ano IV. Número 187.

\_\_\_\_\_. Analisando. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 08 de dezembro de 1956. Ano III. Número 145.

\_\_\_\_\_. Analisando. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de dezembro de 1955. Ano II. Número 93.

\_\_\_\_\_. Bate-papos. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de maio de 1955. Ano II. Número 62.

\_\_\_\_\_. Bate-Papo. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de fevereiro de 1957. Ano III. Número 156.

\_\_\_\_\_. Guarda Noturno. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 12 de setembro de 1959. Ano VI. Número 289.

\_\_\_\_\_. Instituto de Educação-Rede Telefônica-Inverno. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 02 de abril de 1960. Ano VII. Número 317.

\_\_\_\_\_. Melhoramentos na antiga rua da cadeia. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 309.

Zédarua. Os meninotes das bodegas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de fevereiro de 1966. Ano X. Número 253.

(Sem Autoria). A cidade em revista: praça da Catedral um sonho concretizado. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 29 de abril de 1967. Ano XIII. Número 9.

(Sem Autoria). Ainda a inauguração do Instituto de Educação de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de fevereiro de 1960. Ano VI. Número 311.

(Sem autoria). Amanhã: Lançamento da Pedra Fundamental do Maior Estádio do Rio Grande do Norte. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de janeiro de 1965. Ano X. Número 198.

(Sem Autoria). A ponte. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de fevereiro de 1957. Ano III. Número 154.

(Sem Autoria). Arco de Nossa Senhora de Fátima. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 14 de dezembro de 1957. Ano IV. Número 85.

(Sem Autoria). Aspectos degradantes do carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de fevereiro de 1956. Ano II. Número 103.

(Sem Autoria). As coisas estão assim: menores delinquentes. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de junho de 1954. Ano I. Número 17.

(Sem Autoria). Avisando. **Jornal A Fôlha**. 30 de janeiro de 1965. Ano X. Número 198.

(Sem Autoria). Bar e Hotel Guanabara. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de agosto de 1960. Ano VII. Número 338.

(Sem Autoria). Carimbos de borrachas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 308.

(Sem Autoria). Campo de Aviação. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de março de 1954. Ano I. Número 4.

(Sem Autoria). Carnaval. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de fevereiro de 1955. Ano I. Número 51.

(Sem Autoria). Cine Alvorada. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de fevereiro de 1963. Ano IX. Número 102.

(Sem Autoria). Cinema. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de maio de 1961. Ano III. Número 10.

(Sem Autoria). Cinema. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 26 de agosto de 1961. Ano VIII. Número 25.

(Sem Autoria). 50 casas populares poderão ser construídas em Caicó – Documentação e condições para a pessoa concorrer a uma casa popular são exigidas as seguintes condições. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de novembro de 1964. Ano X. Número 188.

(Sem Autoria). Educar para o cinema – Os dez mandamentos do expectador bem educado. **Jornal A Fôlha**. 23 de janeiro de 1960. Ano VI. Número 308.

(Sem Autoria). Em alta tensão. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 13 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 273.

(Sem Autoria). Energia deu festa em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

(Sem Autoria). Escola de Comércio. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de outubro de 1954. Ano I. Número 34.

(Sem Autoria). Estrada asfaltada. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 19 de janeiro de 1957. Ano III. Número 151.

(Sem Autoria). Estudantes pobres. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 18 de junho de 1960. Ano VII. Número 256.

(Sem Autoria). Finalmente a adutora. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 31 de agosto de 1963. Ano IX. Número 129.

(Sem Autoria). Ginásio João XXIII agradece. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de maio de 1964. Ano X. Número 163.

(Sem Autoria). Ginásio João XXIII: um ano de atividades a serviço da cultura e do progresso. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 21 de novembro de 1964. Ano X. Número 188.

(Sem Autoria). Horário da Rádio Difusora de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 23 de outubro de 1954. Ano I. Número 34.

(Sem Autoria). Hospital do Seridó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 12 de maio de 1962. Ano IX. Número 62.

(Sem Autoria). Hotel que ainda é esperança. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 24 de abril de 1965. Ano X. Número 211.

(Sem Autoria). Inauguração do Banco do Povo S. A. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de julho de 1963. Ano IX. Número 121.

(Sem Autoria). Inaugurada em Caicó, a Filial do BANCO DO POVO S. A. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de julho de 1963. Ano IX. Número 121.

(Sem Autoria). Indústria de cerâmica impulsiona a passos largos o PROGRESSO de Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 02 de janeiro de 1965. Ano X. Número 194.

(Sem Autoria). Justiça. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 201.

(Sem Autoria). Kaleidoscópio – Reflexos da cidade. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de junho de 1961. Ano VIII. Número 14.

(Sem Autoria). Luzes apagadas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 10 de janeiro de 1959. Ano V. Número 254.

(Sem Autoria). Medidas policiais na feira do bairro Paraíba. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 17 de julho de 1954. Ano I. Número 20.

(Sem Autoria). Muita atenção !!! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de abril de 1957. Ano IV. Número 164.

(Sem Autoria). Novos horários de avião em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 04 de abril de 1959. Ano VI. Número 266.

(Sem Autoria). O Batalhão Rodoviário. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 30 de abril de 1955. Ano II. Número 61.

(Sem Autoria). Paulo Afonso: a promessa que demora - não é certeza a energia este ano em Caicó. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de maio de 1965. Ano X. Número 214.

(Sem Autoria). Precisamos de jardins. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 09 de julho de 1955. Ano II. Número 71.

(Sem Autoria). Quem vai salvar as famílias de Nova Descoberta: água de beber sai do canal onde também é depósito de lixo e restos mortais de animais: será nossa mentira? **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 199.

(Sem Autoria). Que não seja só luz. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 20 de agosto de 1966. Ano XIII. Número 274.

(Sem Autoria). Região seridoense: marcha triunfante para alfabetização. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 14 de dezembro de 1963. Ano IX. Número 142.

(Sem Autoria). Revolução no Ensino Primário da Prefeitura. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 15 de agosto de 1964. Ano X. Número 174.

(Sem Autoria). Terça-Feira – 17 Horas. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

(Sem Autoria). Tiros da COSERN. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 07 de janeiro de 1967. Ano XIII. Número 303.

(Sem Autoria). Trágico banho. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 16 de março de 1957. Ano IV. Número 159.

(Sem Autoria). Trânsito de Caicó – Atenção Pedestre! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 27 de fevereiro de 1965. Ano X. Número 202.

(Sem Autoria). Trânsito em Caicó – Atenção Motorista! **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1965. Ano X. Número 203.

(Sem Autoria) Vida escolar. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 06 de março de 1954. Ano I. Número 1.

#### 4. Livros de memórias:

4.1. LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, 127p.

4.2. ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses II**. Caicó: Coleção Mossoroense, 19??, 94p.

4.3. ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses III**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1997, 109p.

#### Crônicas:

DANTAS, Maria Dalvací. Sua majestade, a cidade rainha. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, Volume CCXXIII, p. 31-32.

DINIZ, Pedro. Os Bailes do Caicó Antigo. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, p. 53.

FÉLIX FILHO, Francisco. Luz! Câmera! Saudade... In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses III**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1997, p. 37-39.

GUERRA, Maria José. As festas tradicionais. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, p. 78-79.

HEBER, Luciano. A Banda e as Retretas. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, p. 93-95.

LEITE, Maria da Glória de Oliveira. Passeios na pracinha. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, Volume CCXXIII, p. 99-100.

LUCENA, Lindomar Vale. 13 de Maio. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, Volume CCXXIII, p. 34-35;

\_\_\_\_\_. Os banhos do rio. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, Volume CCXXIII, p.47-48.

MEDEIROS, Mailde. Rua da Cadeia. In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses III**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1997, p. 80-85.

\_\_\_\_\_. Que saudades do coreto. In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses III**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1997, p.86-89.

MONTEIRO, Francisco de Assis F. Nos Tempos do Cine-Pax. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, p. 42-46.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Cortez. Sonhos de uma caicoense ausente. In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses II**. Caicó: Coleção Mossoroense, 19??, p. 87-88.

SANTOS, Rubens. As praças. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, p. 71-77.

MORAIS, Francisco. Cantiga de Maria Preta. In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses III**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1997, p. 40-42.

TRINDADE, Iracema. O baile da festa. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). **Rastos Caicoenses**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, p. 33.

TRINDADE, Ivo. A Sombrinha do Parque Lima. In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses III**. Caicó: Coleção Mossoroense, 1997, p. 53-59.

VALE, Maria Augusta. Caicó, a terra nossa de todos os dias. In: ARAÚJO, Lidiane; LUCENA, Lindomar Vale (Coords.). **Rastos Caicoenses II**. Caicó: Coleção Mossoroense, 19??, p. 32-33.

## **Referências**

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 5-26, jan./jun. 1998.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Confinamento e Deriva: sobre o eclipse do lugar público na cidade moderna. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 97-103.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução (1926-1936)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2007, 148p.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

ARAÚJO, Douglas. **A Morte do Sertão Antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuarísticas em Caicó e Florânia**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó/RN. **Revista Caminhos de Geografia**. Universidade Federal de Uberlândia (Instituto de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia). Fev./2006, p. 244-249. ISSN 1678-6343. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 02 de set. de 2008.

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. Natal: EDUFRN, 1999.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTOS, Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. Espaço e Literatura: algumas reflexões teóricas. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: NEPEC, n.5, p.55-66, jan./jun. 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24ª ed. – Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 15ª reimpressão. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. 7ª reimpressão. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CALABRE, Lia. **A era do rádio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica:** ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução de Cecília Prada. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CEPEJUL. **Caicó.** Natal/RN: Fundação José Augusto/Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – 9ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano:** 2. morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 189-202.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2ª. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna.** Tradução de Regina Thompson. 2ª edição revisitada. São Paulo: Casac e Naify, 2004.

CIRNE, Moacy. **A invenção de Caicó.** Natal/RN: Sebo Vermelho, 2004.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª ed. – Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. Lieux de memoire. In: **Espaço e Cultura.** – N.19-20 – (jan./dez.) – Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2005, p. 89-106.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial.** Natal/RN: Ed. Universitária da UFRN, 1986.

CORADINI, Lisabete. **Praça XV:** espaço e sociabilidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas e Fundação Franklin Cascaes, 1995.

COSTA, Benhur Pinós da. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, p.79-113.

DAMÁSIO, Cláudia Pilla. A construção e a imagem cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatayh. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 174, 155.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Eugênia Maria. Escritos de Caicó em vários tons. In: **Revista Caicó de Sant'Ana**. Ano I. Número 1. Caicó/RN: Offset Gráfica, 2002, p. 14-45.

\_\_\_\_\_. **Fotografia e Complexidade: a educação pelo olhar**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003, 229 p.

\_\_\_\_\_. Polifonia: a linguagem da cidade. **Mneme – Revista de Humanidades**. Caicó, v.7, n.18, p.1-9, out./nov.2005. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme/ed1/005.php?atual=005&edicao=1>>. Acesso em: 13/10/2006.

\_\_\_\_\_. **Retalhos da cidade: revisitando Caicó**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1996, 110 p.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2001.

DANTAS, Naiara Pereira. **O Seridó pelas ondas do rádio nos anos 60**. Monografia (Graduação em História). Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2004, 60p.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.

D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de Textos). **História das mulheres no Brasil**. 7ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 223-240.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos e Revisão técnica de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Tradução de Póla Civelli; Revisão e produção de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 281-292.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10ª. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos - Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 411-422.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão técnica de Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005;.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 14ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1996.

GIARD, Luce. Momentos e Lugares. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1998, p.17-36.

\_\_\_\_\_. O prato do dia. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 234-267.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita e Revisão Técnica de Maria Célia Paoli. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leite et al. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LOPES, Maria Antônia. **Mulheres, espaço e sociabilidade**: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizontes, 1989.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Adailson Tavares de. A casa do sertão. **Revista Cronos**. Natal: EDUFRN, v.1, n. 1, p. 79-85, jan./jun.2000.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal/RN: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão técnica de Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005, p. VII-XXIII.

MARQUEZ, Renata Moreira. Arte e Geografia: olhar através das frestas. In: MEDEIROS, Bianca Freire; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da (Orgs.). **Imagens marginais**. Natal/RN: EDUFRN, 2006, p. 11-22.

MAUCH, Cláudia. O policial e a cidade, um olhar vigilante: Porto Alegre, final do século XIX. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 69-78.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Caicó: tudo começou no sítio Penedo. **Revista do 5º Jubileu da Paróquia de Sant'Ana de Caicó**. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, p. 4, jul. 1998.

\_\_\_\_\_. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1981.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção) e SCHWACZ, Lilia Moritz (organizadora do volume). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-658.

MONTEIRO, Padre Eymard L'E. **Caicó**: subsídios para a história completa do município. Recife: Escola Sales de Artes Gráficas, 1945.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Senado Federal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Seridó Norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó: Ed. do autor, 2005.

NÓBREGA, Alessandro Teixeira. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos: Dix-sept Rosado, o herói imolado**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2007, 93p.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Les lieux de mémoire**. Vol. 1. La République. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a Família a Nossa Imagem: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30)**. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002, 343p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967 – A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo (1927-1943)**. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1997.

PECHMAN, Robert Moses. A cidade dilacerada. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 205-219.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 25-38.

\_\_\_\_\_. Memória, História e Cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **Artcultura**. Uberlândia, v.4, n.4, p.23-35, 2002.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek; MARTIN Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Tradução de Mylan Isaack; Revisão técnica de Pedro Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 269-295.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

SAUER, Carl Ortwin. Hacia una geografía histórica. In: **Geografía en español**. – N.4 – Montería/Córdoba/Colombia: Universidad de Córdoba, 2006, p. 1-18.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio. In: MORAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção); SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume). **História da vida privada no Brasil – República**: da *Belle Époque* à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 514-619.

SHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildeberg Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Edivalma Cristina da. **As mulheres entram em cena**: da construção do script burguês à desconstrução da peça “o feminino”. Trabalho de Qualificação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008, 100p.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Célia Lustosa; DANTAS, Eustóquio, Wanderley C. (orgs.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EDUFC, 1997, p.85-92.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e Imagens da Cidade**: Campina Grande – 1920-1945. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, 357p.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Medos, mitos e castigos**: notas sobre a pena de morte. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Como se produz uma mulher! Festa, aparição pública, publicidade e preconceito na produção do gênero feminino durante os anos 40 e 50 em Campina Grande/PB. **Mneme – Revista de Humanidades**. Caicó, v.7, n.15, p.1-12, abr./maio.2005. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/ed15/149.pdf>>. Acesso em: 13/10/2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste**: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB, ETENE, 1985.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **No escurinho do cinema:** cenas de um público implícito. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

WILKOSZYNSKY, Artur do Canto; SOUZA, Célia Ferraz de. Tristeza: a imagem que formou sua imagem. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 181-188.

